

Cadernos de Clio

Revista Cadernos de Clio

Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Alexandre Cozer, Amanda Cristina Zattera, Camila Flores Granella,
Gabriel Elysio Maia Braga, Mayara Fereda Mottin,
Natascha de Andrade Eggers, Willian Funke

Conselho Editorial

Ana Maria Burmester
Ana Paula Vosne Martins
Anamaria Filizola
Andréa Doré
Fátima Regina Fernandes
José Roberto Braga Portella
Joseli Maria Nunes Mendonça
Karina Kosicki Bellotti
Luiz Carlos Ribeiro
Luiz Geraldo Silva
Marcelo Rede
Marion Brepohl de Magalhães
Martha Daisson Hameister
Rafael Faraco Benthien
Renata Senna Garraffoni
Roberta Fabron Ramos
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos de Clio

N.º 4, 2013, PET – História UFPR

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80060-150
e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Projeto gráfico, capa e lombada:

Alexandre Cozer

Editoração, editorial:

Natascha de Andrade Eggers

Diagramação:

Willian Funke

Referência de Capa e Contracapa:

Andrea Pozzo

A Apoteose de Hércules – 1704 - 1708 – Afresco
Salão Nobre do Palácio de Liechtenstein, Viena

Revista Financiada pela verba do FNDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

REVISTA Cadernos de Clio / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada: Alexandre Cozer; editoração, editorial: Natascha de Andrade Eggers; diagramação: Willian Funke, v.1(2010-) . Curitiba, PR : Artes & Textos, 2013.

v.4, 2013

Anual

ISSN: 2237-0765

1. História - periódicos. 2. História - Estudo e ensino. I. Universidade Federal do Paraná. II. Eggers, Natascha de Andrade. III. Cozer, Alexandre. IV. Funke, Willian.

CDD 20.ed. 907

Sirlei do Rocio Gdulla CRB-9ª/985

Editorial

Em seu quarto volume, a revista Cadernos de Clio, produzida pelo PET – História da Universidade Federal do Paraná, assim como nas publicações anteriores, apresenta uma interdisciplinaridade histórica em seu conteúdo. Pesquisas de graduandos de História de diversas universidades no Brasil foram recebidas. Sem uma temática fixa, a revista abre espaço para as mais variadas problematizações e interpretações do passado e, conseqüentemente, os artigos e resenhas aqui publicados têm em comum apenas o fato de terem sido elaborados durante os anos de graduação de seus autores. Dessa forma, mais uma vez podemos destacar que a principal intenção da revista é a de valorizar e ressaltar a importância da pesquisa na graduação.

Há, no entanto, uma publicação de destaque neste volume: uma entrevista com o falecido professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, ex-professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e, também, ex-reitor desta universidade. Infelizmente, o ano de 2013 foi um ano de muitas perdas para o Departamento de História e, por isso, gostaríamos de deixar nossas sinceras lembranças e homenagens à professora Helenice Rodrigues da Silva (09/05/2013), ao professor Carlos Roberto Antunes dos Santos (10/07/2013), ao doutorando Daniel Arpelau Orta (20/06/2013) e ao graduando Fábio Kuczkowski (03/08/2013).

Este volume da revista Cadernos de Clio conta, também, com a publicação de dezesseis artigos, três resenhas e a nota de pesquisa do grupo PET-História da UFPR, disponibilizados nesta sequência:

No primeiro artigo, intitulado “A perpetuação da MPB na banda Engenheiros do Hawaii (1984 – 2009)”, **Lana Baroni** apresenta uma análise da banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, focando nas letras de suas canções, produzidas desde sua formação, em 1984, até o lançamento de seu último álbum, em 2009. Nesta pesquisa, a autora tem como principal intenção compreender e apresentar os resultados obtidos na aproximação ou afastamento do grupo musical em questão à tradição da Música Popular Brasileira.

No artigo, “A publicidade nos anos JK: Consumo de mercadorias e ideias no Nacional-desenvolvimentismo”, **Raquel Elisa Cartoce** busca compreender as representações políticas, sociais, econômicas e as implicações ideológicas produzidas pelos anúncios publicitários veiculados nas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* durante o período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Em “As relações entre os poderes Espiritual e Temporal na teoria política de Álvaro Pelayo através de seu *Speculum Regum* (1341-1344)”, **Leonardo Girardi** pesquisa a forma como o *Poder Espiritual* se articulou diante da nova realidade que começou a se esboçar por entre os séculos XIV e XV, com a intenção de compreender o contexto da Baixa Idade Média, pelo prisma do meio clerical, por meio dos trabalhos de Frei Álvaro Pelayo (c. 1270-1352).

No artigo “Construindo a Helenização: Interações culturais entre Greco-Macedônios e Autóctones nas obras de Droysen, Jouguet e Momigliano”, **Thiago do Amaral Biazotto** discute sobre o modelo normativo de cultura denominado helenização a partir de três obras magnas: *Alexandre: o grande*, de Johann Gustav Droysen (1808-1884), *El imperia-*

lismo macedonico y la helenización del oriente, de Pierre Jouguet (1869-1949), e *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization*, de Arnaldo Momigliano (1908-1987).

Alysson de Ávila Costa, estuda as práticas de nomeação de índios oriundos das reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões, através de registros batismais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, no atual território do Rio Grande do Sul, entre 1758 e 1765. No artigo “Do lado de cá do Rio Uruguai: práticas nominativas e inserção social de indígenas em Rio Pardo (RS, 1758-1765)”, o autor procura pensar a relação entre portugueses, espanhóis e índios e suas práticas sociais, religiosas e culturais em meados do século XVIII, por meio da análise da escolha dos nomes dos batizados dessa população.

Em “Embates Historiográficos na Antiguidade Tardia: relevâncias sobre os conceitos de *Identidade*, *Etnogênese* e *Traditionskern*”, **Marlon Citon** analisa os embates historiográficos constituídos na formação de três conceitos: *Identidade*, *Etnogênese* e *Traditionskern*, sobre o período temporal da *Antiguidade Tardia*, em especial aos embates entre a Universidade de Viena e Toronto. Com base nisso, o autor problematiza diversas concepções constituídas por autores e linhas interpretativas, apontando embates epistemológicos na formação de determinadas perspectivas.

No artigo “Gênero, Masculinidades e Alcoolismo: Brasil no início do século XX”, **Zulemar Augusta Giroto Savian** procura analisar, a partir de uma perspectiva das relações de gênero, os discursos masculinos vinculados ao consumo de álcool no Brasil, no início do século XX. Por meio da análise de propagandas de cerveja da época, a autora se propõe a

compreender a relação entre a definição de masculinidade e o consumo de bebida alcoólica.

Em “Isócrates e o ideal pan-helênico: um discurso de união no século IV a.C.”, **Luciane Felisbino** discute pensar a questão da identidade grega durante o século IV a.C., por meio de um dos discursos escritos por Isócrates, o *Panegírico*. A partir da questão da independência política das *póleis*, a autora analisa quais os elementos agregadores destes grupos e, a partir de Isócrates, compreender as relações entre as cidades gregas, principalmente Atenas e Esparta, e também entre elas e os persas.

Andrey Augusto Ribeiro dos Santos, no artigo “‘Lá e de volta outra vez’: O Medievo na obra de J.R.R. Tolkien”, analisa os aspectos medievais presentes nas obras do autor J.R.R. Tolkien, a fim de compreender algumas representações da Idade Média no mundo contemporâneo. Para isso, o autor demonstra em sua pesquisa como o autor, sendo um homem do século XX, poderia ter utilizado o Medievo como refúgio à dura realidade de sua época.

No artigo “‘Mas, afinal, o que é liberdade?’: o espetáculo *Liberdade de Liberdade* (1965) e a resistência cultural ao regime militar”, **Mariana Rodrigues Rosell** analisa a peça *Liberdade Liberdade* e seus elementos, a fim de compreendê-la como possível chave do frentismo cultural, forma pela qual o Partido Comunista optou na resistência ao regime militar. A autora identifica no texto e no conjunto da encenação da peça alguns aspectos que permitem pensar *Liberdade Liberdade* como uma precursora da resistência cultural aliancista empreendida pelo PCB e por parte da ala liberal.

Em “‘Para Livrar de Todo Cativo e Perseguição’: Liberdade de Escravos através de Cartas de Alforria em Laranjeiras, Sergipe (1843-

1881)”, **Luiz Paulo Santos Bezerra** faz uma análise descritiva de um conjunto de cartas de alforria registradas nos Livros de Notas de Laranjeiras, Sergipe, durante os períodos de 1843 a 1881. Nesta pesquisa, o autor procura compreender, por meio de tais registros, dados importantes sobre os escravos e senhores que viveram na zona do Cotinguiba, mais precisamente em Laranjeiras, onde o seu desenvolvimento econômico foi de grande relevância para Sergipe.

Pedro Beresin Schleder Ferreira propõe, no artigo intitulado “Questões para o patrimônio cultural e intangível na cidade de São Paulo: o caso do Cine Belas Artes” uma investigação a respeito do valor do Cine Belas Artes, como bem cultural da cidade, e também sobre a possibilidade de sua inclusão no acervo do Patrimônio Cultural de São Paulo. Para tanto, o autor adentra em debates referentes à prática patrimonial no ambiente urbano.

No artigo “Reflexões sobre a História Social das Mulheres na Antiguidade Tardia: o caso das devotas cristãs”, **João Carlos Furlani** discute sobre a representação e as condições sociais em que se encontravam as mulheres entre o final do século III ao início do século V no Império Romano. Para tanto, o autor discute o sobre o conceito de Antiguidade Tardia, bem como o contexto histórico da época e, em seguida, analisa o papel desempenhado pelas mulheres cristãs na sociedade romana.

Em “Representações da sociedade boliviana em *Soledad*, de Bartolomé Mitre”, **Mayra Vanessa Vilca Troncozo** analisa a obra *Soledad*, escrita pelo argentino Bartolomé Mitre (1821-1906), e as representações criadas pelo autor para referir-se ao passado colonial e aos primeiros anos de história independente da Bolívia. Com isso, a autora demonstra como

Mitre, ao escrever tal obra, estava se posicionando politicamente e legitimando o projeto político do presidente José Ballivián.

Renata Geraissati, no artigo intitulado “Trajetória de um Patrício: Conhecendo Rizkallah Jorge Tahan e a construção de seu poder simbólico”, analisa a trajetória de um expoente imigrante sírio-libanês, Rizkallah Jorge Tahan (1868-1949), tendo como foco principal a construção de seu poder simbólico dentro das comunidades que frequentou na cidade de São Paulo.

No artigo “Um mundo de possibilidades: a Península Ibérica no século XI”, **Camila Flores Granella** discute os elementos contextuais formadores de uma nova realidade religiosa, cultural, política, social e econômica em Al-Andaluz no século XI – período subsequente ao desmantelamento de um núcleo de poder centrado em Córdoba. Para tanto, a autora tem como foco de análise o reino *taifa* de Sevilha e as trajetórias de al-Mu’tamid – terceiro governante da dinastia abbadita – e o poeta Ibn Amr.

Contamos ainda com a publicação de três resenhas: a primeira, de **Gustavo Velloso** sobre “*São Paulo nos séculos XVI-XVII.*”, livro de José arruda. A segunda de **Kassia Amariz Pires** e **Natália de Medeiros Costa** a respeito da obra de Jaques Le Goff “*A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*”. Por fim, a terceira resenha de autoria de **Filipe Cesar da Silva** trata sobre “*Magia e Poder no Império Romano: A Apologia de Apuleio*”, obra de Semíramis Corsi Silva.

Além disso, nesta edição, contamos com a Nota de Pesquisa da pesquisa coletiva elaborada pelo grupo PET – História da UFPR ao longo do ano de 2012 sobre Dalton Trevisan e seus espaços de sociabilidade em

Curitiba. Ainda, apresentamos as normas editoriais da revista, para que sua estrutura seja mais bem conhecida e, também, para que futuros contribuintes tenham acesso. Por fim, deixamos claro que esta revista é direcionada a qualquer público que se interessar pelos diferentes temas contidos em suas páginas, pois um de nossos objetivos é fazer com que o conhecimento histórico não fique restrito somente ao âmbito acadêmico, mas que possa, cada vez mais, estar circulando por diversos espaços. Buscamos, com as publicações aqui feitas, um maior diálogo e conhecimento das pesquisas de graduação que estão sendo realizadas em âmbito nacional. Boa leitura!

08 de Janeiro de 2014
Natascha de Andrade Eggers

SUMÁRIO

Entrevista com o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos	15
--	----

Artigos

A perpetuação da MPB na banda Engenheiros do Hawaii (1984 – 2009) – Lana B. Baroni.....	39
---	----

A publicidade nos anos JK: Consumo de mercadorias e ideias no Nacional-desenvolvimentismo – Raquel Elisa Cartoce.	61
--	----

As relações entre os poderes Espiritual e Temporal na teoria política de Álvaro Pelayo através de seu <i>Speculum Regum</i> (1341-1344) – Leonardo Girardi	89
--	----

Construindo a Helenização: Interações culturais entre Greco-Macedônios e Autóctones nas obras de Droysen, Jouguet e Momigliano – Thiago do Amaral Biazotto	111
--	-----

Do lado de cá do Rio Uruguai: práticas nominativas e inserção social de indígenas em Rio Pardo (RS, 1758-1765) – Alysson de Ávila Costa.....	133
--	-----

Embates Historiográficos na Antiguidade Tardia: relevâncias sobre os conceitos de <i>Identidade</i> , <i>Etnogênese</i> e <i>Traditionskern</i> – Marlon Citon.	149
--	-----

Gênero, Masculinidades e Alcoolismo: Brasil no início do século XX – Zulemar Augusta Giroto Savian.....	169
---	-----

Isócrates e o ideal pan-helênico: um discurso de união no século IV a.C. – Luciane Felisbino	201
--	-----

“Lá e de volta outra vez”: O Medieval na obra de J.R.R. Tolkien – Andrey Augusto Ribeiro dos Santos.....	217
--	-----

“Mas, afinal, o que é liberdade?”: o espetáculo <i>Liberdade Liberdade</i> (1965) e a resistência cultural ao regime militar – Mariana Rodrigues Rosell	231
---	-----

“Para Livrar de Todo Cativo e Perseguição”: Liberdade de Escravos através de Cartas de Alforria em Laranjeiras, Sergipe (1843-1881) – Luiz Paulo Santos Bezerra	255
Questões para o patrimônio cultural e intangível na cidade de São Paulo: o caso do Cine Belas Artes – Pedro Beresin Schleder Ferreira	271
Reflexões sobre a História Social das Mulheres na Antiguidade Tardia: o caso das devotas cristãs – João Carlos Furlani	295
Representações da sociedade boliviana em <i>Soledad</i> , de Bartolomé Mitre – Mayra Vanessa Villca Troncozo	315
Trajetória de um Patrício: Conhecendo Rizkallah Jorge Tahan e a construção de seu poder simbólico – Renata Geraissati	335
Um mundo de possibilidades: a Península Ibérica no século XI – Camila Flores Granella	359

Resenhas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. <i>São Paulo nos séculos XVI-XVII</i> . (Coleção História Geral do Estado de São Paulo, v.1. Coordenação Geral: Marco Antonio Villa). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/POIESIS, 2011. – Gustavo Velloso.	379
LE GOFF, Jaques. <i>A bolsa e a vida: a usura na Idade Média</i> . 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. – Kassia Amariz Pires e Natália de Medeiros Costa.....	387
SILVA, S. C. <i>Magia e Poder no Império Romano: A Apologia de Apuleio</i> . 1. Ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012. 213p. – Filipe Cesar da Silva.....	395
Nota de Pesquisa	401
Normas Editoriais	407

ENTREVISTA COM O PROFESSOR CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

A homenagem da *Cadernos de Clio* ao professor Carlos Roberto Antunes dos Santos

O ano de 2013 foi bastante difícil para o Departamento de História da UFPR, pois tivemos que lidar com o falecimento de quatro pessoas queridas: a professora Helenice Rodrigues da Silva (09/05/2013), o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos (10/07/2013), e dois alunos, o doutorando Daniel Arpelau Orta – que foi integrante do PET-História durante toda a sua graduação na UFPR – (20/06/2013) e o graduando Fábio Kuczkowski (03/08/2013).

Diante da tristeza dos acontecimentos, o PET-História organizou um número especial do *Boletim on line do PET* com homenagens a todos. Na ocasião amigos e colegas escreveram, espontaneamente, sobre a alegria da convivência com cada um, formando um conjunto de depoimentos, poemas e contos, palavras singelas e sensíveis que expressavam não só o sentimento de luto como também ressaltavam a contribuição e o comprometimento dos quatro para com o ensino e pesquisa no campo da História (tais homenagens podem ser acessadas em: <http://pethistoria.ufpr.files.wordpress.com/2010/02/boletim-homenagens-pet.pdf>).

Logo após a publicação do *Boletim*, fomos procurados pela Bruna Silva, mestrande do programa de Pós-graduação da Unicentro. Bruna nos contou que, devido à problemática de seu projeto de pesquisa, tinha feito, recentemente, uma entrevista com o professor Carlos Antunes e que gostaria de torná-la pública. A *Cadernos de Clio* aceitou prontamente a gen-

til proposta de Bruna, pois o professor Carlos sempre foi um incansável parceiro do PET: seja como professor do Departamento de História, que mesmo depois de se aposentar, seguiu participando de nossas atividades – como o café com História e o Ofício do Historiador, esse último realizado pouco meses antes de seu falecimento – como quando esteve a frente da SESU/MEC na década de 1990 defendendo o Programa nacionalmente. A entrevista que segue traz um pouco de sua carreira política e intelectual, e como bem aponta a Bruna, na apresentação, expressa sua incansável dedicação ao ensino e ofício do historiador.

Boa leitura a todos!

PET-História

APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA POR BRUNA SILVA

Em 2012 ingressei no Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com o projeto de desenvolver uma pesquisa sobre a historiografia na *Revista História: questões e debates*. Logo percebi a especificidade e complexidade do projeto historiográfico ali esboçado, pois congregava discussões locais, problemas nacionais e o debate teórico-metodológico internacional. O fio que conduz a minha análise por territórios tão diversos, mas estratégicos para a construção e legitimação do conhecimento e de seu grupo produtor, são as regiões, que são criadas e revisitadas na escrita dessas histórias.

Por conseguinte, o conceito *região* é problematizado na pesquisa, pois a Revista é fruto de uma preocupação da Associação de Professores Paranaenses de História – APAH, com a escrita e com o ensino de história. A pesquisa com recorte temporal entre os anos 1980 a 1989, objetiva perceber como se constroem regiões através da Associação Paranaense de História – APAH, juntamente com a escrita dos artigos publicados na revista. Portanto, perceber *região* no seu sentido complexo, ou seja, para além das fronteiras geográficas. É importante ressaltar que tal periódico começou a ser publicado no início dos anos 1980, momento em que a historiografia do Departamento de História da UFPR, passava por profundas influências e transformações metodológicas.

Para prosseguir a pesquisa, foi necessário realizar entrevistas com os historiadores envolvidos com a Revista, entre eles se fazia crucial conversar com o professor Carlos Antunes dos Santos, idealizador da Asso-

ciação Paranaense de História, e mais tarde, da *Revista História: questões e debates*.

Na manhã de 03 de dezembro de 2012 tive o prazer de entrevistá-lo. Professor Carlos me contou gentilmente sobre sua trajetória intelectual, mas também sobre a sua vida pessoal. Era notável o orgulho com que falou das suas pesquisas, das dificuldades em publicar um periódico naqueles anos e dos embates nos anos da ditadura militar no Brasil. Nesta entrevista, hoje documentação da minha pesquisa, que divido com os leitores, é possível notar que a vida pessoal e profissional eram inseparáveis para este intelectual, que dedicou a maior parte da sua vida à História.

Bruna Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História
pela Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO.

Orientadora: Prof^a Dr^a Beatriz Anselmo Olinto.

ENTREVISTA

Bruna Silva: Professor, meu nome é Bruna Silva. Estou no Edifício Dom Pedro I, da Universidade Federal do Paraná para entrevistar o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, no dia 03 de dezembro de 2012, às 09 horas e 30 minutos. Primeiramente, agradeço mais uma vez ao senhor por se dispor a conversar comigo. Essa conversa é uma entrevista temática que será documentação para a minha pesquisa em nível de mestrado, a respeito da *Revista: História Questões e Debates* com o recorte temporal entre os anos 1980 e 1990.

B.S.: Professor, antes de falar da revista eu gostaria que o senhor falasse sobre a sua vida:

Carlos Roberto Antunes dos Santos: Meus pais são naturais por Porto Alegre, vim quando criança para Curitiba. Meu pai trabalhava com esporte, lidava também com comércio e, então, ele se mudou para Curitiba. Ele gostava muito de jogar futebol também. Ele acabou vindo e montou o primeiro time do Clube Atlético Paranaense, se chamou Furacão, meu pai que fundou o Furacão, que hoje é famoso. Foi campeão invicto! Quando nós viemos para Curitiba eu tinha cinco anos e fixamos residência aqui e fiquei. Portanto, a minha relação com Porto Alegre, Rio Grande do Sul praticamente termina aí. A partir de então, toda a minha vida foi vivida em Curitiba, no Paraná. Tenho parentes em Porto Alegre, fui muitas vezes, mas sempre fixando residência em Curitiba. Me considero paranaense. Eu já moro há muitos anos em Curitiba. Fiz meus estudos, tanto no

ensino fundamental, como no ensino médio e no superior no Paraná, em Curitiba. Eu estudei, antigamente chamava-se primário, eu fiz no Instituto de Educação. Depois fiz o ensino médio no Colégio Estadual do Paraná. Que na época, se chamava ginásio científico, e curso superior fiz aqui na Universidade. Fiz história. Fiz a graduação, depois fiz o mestrado, a primeira turma de mestrado aqui do nosso programa, foi 1972, eu fiz parte dessa primeira turma de alunos. Eu defendi em 72... em 72 também eu fiz concurso para universidade, para professor e fui aprovado. Passei a integrar o corpo docente da Universidade como professor assistente, através do concurso de provas e títulos. Depois de dois anos eu defendi meu mestrado, me tornei mestre em história do Brasil, com a dissertação intitulada “Preços de escravos na Província do Paraná”, que era um tema bastante novo, inovador na época. Não se tratava de trabalhar com escravidão, mas sim com preços de escravos, e isso envolve história econômica, história social, história demográfica e depois eu recebi um convite de um professor que lecionou no nosso mestrado, o professor Frédéric Mauro. Ele me convidou para fazer doutorado na França. Logo que eu defendi o meu mestrado fui para França e comecei meu doutorado. Na França, na Universidade de Paris X Nanterre, e, portanto, entre os novos professores eu era o primeiro, me transferindo, quer dizer... um pouco ousado, em fazer um doutorado fora. Eu fui com uma bolsa CNPq e fiquei quase três anos fazendo doutorado lá em Paris. Depois defendi o doutorado, foi tudo super bem. Voltei para Curitiba, reassumi as minhas atividades na Universidade, passei já como doutor. Doutor em história. Voltei a trabalhar no Departamento de História, agora como professor também de Pós-Graduação. Então comecei a orientar mestrado e doutorado. Já em 1980

uma estudante, minha orientanda defendeu mestrado. Portanto foi minha primeira orientação, 1980, de uma moça chamada Vera. Ela trabalhou com os orçamentos da Província de Santa Catarina. E depois de lá eu continuei envolvido com atividades acadêmicas. Com atividade de pesquisa do departamento, publiquei vários trabalhos. As pessoas conhecem o meu currículo. E depois eu acabei tendo também uma atividade de representação e fui eleito Representante dos Professores Assistentes junto ao Conselho Universitário, Conselho de Licitação da Universidade e depois, por uma vontade coletiva de um grande grupo, eu acabei presidindo algumas assembleias na Universidade que decretou a primeira greve de professores da Universidade em função de problemas salariais e problemas com a universidade: falta de recursos pra Universidade, falta de autonomia da universidade, montamos um grande movimento. A primeira greve de professores, e então, eu acabei saindo como candidato à presidência da Associação dos professores. Ganhamos! O outro candidato era o ex-ministro Ivo Arzua, mas nós ganhamos a eleição. Eu fui presidente da Associação dos professores da Universidade. Depois da minha gestão, voltei para França pra fazer o pós-doutorado, fiquei dois anos na França fazendo pós-doutorado e depois voltei, retomei novamente as atividades aqui no Departamento, e continuei orientando mestrado, doutorado, tcc, etc. E depois eu saí candidato à Direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Fui eleito. Fui diretor aqui do Setor, e depois saí candidato a Reitor, e também ganhei a eleição, nas três categorias, professor, estudantes e funcionários. Então eu fui Reitor da Universidade no período de 1998 a 2002, quatro anos como Reitor. E depois, quando terminou meu mandato o atual Senador, Cristavam Buarque, que era Ministro da Edu-

cação. O primeiro Ministro da Educação do Governo Lula, isso foi em 2003, me convidou para assumir a Direção da Secretaria de Educação Superior do MEC, e eu fiquei com Cristovam, então, como Secretário da SESU. SESU é a secretaria por onde passam todos os temas relacionados com a educação superior, as universidades, seja pública, privada, confessional, e as faculdades... núcleos, etc. Enfim, toda parte de educação superior passava pela SESU. Eu fiquei na SESU durante o tempo em que o Cristovam ficou como Ministro, depois quando o Cristovam saiu, eu voltei a Curitiba, não quis mais continuar. Pois a minha relação no MEC era diretamente com o Cristovam. E depois, retomei as atividades do Departamento, fui Chefe do Departamento, Coordenador do Programa de Pós-Graduação aqui do Departamento. E agora eu sou Líder do Movimento *Slow Food* no Paraná, que é um movimento internacional. Então toda essa atividade de representação administrativa, tudo isso acompanha uma atividade acadêmica, fazendo minhas pesquisas, publicando, dando aulas, orientando mestrado, doutorado, tcc. E viajando muito, participando de muitos congressos. E recentemente, coordenando o nosso grupo de história e cultura da alimentação. Essa é a nossa área aqui. Essa é uma área nova no campo da historiografia brasileira, fomos nós pioneiros, nós que começamos os estudos, história e cultura da alimentação. Hoje, claro que se têm grupos na USP, na UFMG, na UFRJ, na PUC de São Paulo, mas antes nós éramos sozinhos e hoje a vemos com muita satisfação se criar novos grupos de história e cultura da alimentação. Então aqui, temos um site, história da alimentação, que publica e que divulga todas as nossas atividades. Nós já temos, Bruna, pra você ter uma ideia: 14 teses, 14 doutorados, 18 dissertações, portanto 18 mestrados já defendidos na área de

história e cultura da alimentação. Fora, mais ou menos uns 20 tcc's. Essas monografias de final de curso, sempre na área de história e cultura da alimentação. Então, eu sou coordenador do grupo que desenvolve essas atividades sempre orientando mestrado, doutorado etc. Bom, toda essa vida foi, como eu disse, uma vida acadêmica, intelectual de muita representação, atividade administrativa, mas também uma vida que teve... como é que eu posso dizer? Construída com muito espaço político universitário, muita política universitária, e em final dos anos 70 e início dos anos 80 nós vivemos no campo da ciência histórica mudanças bastante profundas, que já vinham com a Escola de Annales. E aqui já tínhamos fortes conhecimentos, trabalhos, e dos estudos da Nova História. Começa lá com Marc Bloch, Lucien Febvre e depois Braudel, Chaunu, meu próprio orientador, Mauro que foi orientando do Braudel. E quando eu fui pra França Braudel foi meu co-orientador. Estávamos vivenciando todas essas mudanças que aconteciam na história. E principalmente a partir dos anos 70, com uma implosão que vai acontecer na história, aonde de repente tudo é história, novas abordagens, novos objetos, etc. E isso nós vivenciamos. Nós estávamos vivenciando todas essas mudanças, todas essas transformações e todos esses desafios. Então foi, mais ou menos com esse espírito, que nós criamos no final de 79, início de 80 a Associação Paranaense de História. A gente achava que a Associação era algo uma entidade representativa dos historiadores do Paraná. Ela estava fazendo falta, uma associação que também divulgasse. Que pudesse fazer uma divulgação de tudo que se fazia, e ao mesmo tempo, também de enfrentamento político. Naquela época o governo militar veio com os Estudos Sociais, que eram digamos, uma espécie de espaço dentro da área

de Ciências Humanas de curta duração. Toda a área de ciências humanas, a história, a antropologia, sofreram com isso por que afinal de contas, seria dado uma prioridade aos estudos sociais em detrimento destas áreas do conhecimento que já tinham uma tradição e que estavam em pleno processo de revolução dos anos 70, início dos anos 80 aqui no Brasil. Portanto, a APAH, a Associação Paranaense de História ela emerge exatamente desta conjuntura, que é uma conjuntura bastante interessante. Uma conjuntura até que meio revolucionária, por que nós resolvemos criar uma associação que pudesse ter essas finalidades, esses atingimentos. E quando nós criamos a APAH, final de 70, início dos anos 80, 79-80, nós resolvemos, também, não apenas que ela fosse uma entidade de representação de professores, historiadores, etc. Mas que também, tivesse uma intervenção política na sociedade. Então na época, passamos a apoiar e se reunir com grupos também de resistência a ditadura como nós. Grupos que procuravam até com certa ousadia enfrentar da maneira que cada um pudesse enfrentar, o autoritarismo a repressão, etc. Eu me lembro que a APAH organizou um movimento em defesa de várias banquinhas no centro da cidade que eram implodidas, por que elas divulgavam literatura alternativa, de resistência etc. Pessoas ligadas ao Comando de Caça aos Comunistas, iriam explodir as banquinhas etc. Fizemos um grande movimento público em plena Rua das Flores, no sentido de defender a liberdade de expressão enfim... A APAH foi isso, foi uma entidade que não só buscou discutir, mas propor questões ligadas com esta revolução na história, com essa nova história que estava acontecendo. E foi interessante e ao mesmo tempo também se tornar um *locus* de representação e de participação de vida política de Curitiba, do Paraná e do

Brasil. Não queríamos ser um sindicato, isso nunca foi nosso objetivo e nunca fomos. Na verdade, o que nós queríamos realmente, é que com essa chamada *Associação Paranaense de História*, pudéssemos ter uma presença marcante no âmbito dos historiadores, mas também no âmbito da sociedade. Então veja, que uma decisão que foi muito importante foi publicar uma revista que pudesse expressar tudo isso, que pudesse expressar as novas concepções metodológicas sobre a história. Essa revolução que estava acontecendo no campo da história, no campo da historiografia. Aquela visão de que as fronteiras do conhecimento estavam quase desaparecendo. O conhecimento era um conhecimento cada vez mais interdisciplinar. A história pela história não se aceitava mais, nem a sociologia pela sociologia, nem a antropologia pela antropologia e assim por diante. Mas ao contrário, um diálogo permanente entre as mais diversas áreas do conhecimento, fazendo com o que o produto fosse realmente, digamos assim, um produto que fosse um pouco híbrido, por que afinal de contas foi resultado de um diálogo interdisciplinar. Então a revista da APAH expressa exatamente isso, sem deixar de ter uma postura política de defesa da democracia contra a ditadura. Surgimos justamente na ditadura militar, então tudo isso expressou um momento importante. Veja que o primeiro número da nossa revista, a revista número 1, tem um fundo bastante social. Ela traz um senhor, a vida rural. Isso aqui é janeiro/fevereiro de 1980, número 1. Eu fui o primeiro presidente. A parte introdutória mostra os motivos, as razões pelas quais a Associação Paranaense de História está sendo criada e o quê ela expressa. Novas metodologias etc. O número dois já traz um estudo pela capa. Diversas pesquisas na área da demografia histórica, da família que era um tema muito novo

no campo da historiografia. Estudar a família, fazer uma arqueologia familiar, a partir da daí. Então a capa é parte de uma expressão étnica do povoamento etc. ela é ao mesmo tempo também, a parte da arquitetura, dos lambrequis etc. Aqui, só nesta capa você faz uma leitura muito ampla, de toda uma mudança que está acontecendo no campo da história, da historiografia. A terceira já é um pouco da festa da história. Não só as questões cívicas. Hoje nós estamos na edição 56/57 [da Revista História questões e debates] por aí, ela passou muitas vezes a ser temática, tratando exclusivamente de um único tema. Sempre com a preocupação de buscar também, trabalhos do exterior. Hoje as nossas revistas são publicadas com pelo menos 4 ou 5 trabalhos do exterior, mais os nossos trabalhos não só aqui da Federal do Paraná, várias universidades, vários outros historiadores etc. Então tudo isso, Bruna, expressa mudanças, expressa transformações, e eu acho que foi muito importante viver isso, isso é uma coisa muito fascinante, pois trouxe ao mesmo tempo no cotidiano desafios, ousadias, para poder enfrentar as coisas que estão postas etc. Isto mostra, eu diria assim, uma vivência, muito, muito interessante, por que depois nas próprias revistas da APAH as próprias questões ideológicas, do ponto de vista, digamos, da ciência, etc. elas foram sendo absorvidas, então se vê que vai ter aqui dentro do próprio departamento pessoas ligadas a esquerda e até a direita. Aqui dentro da revista você vai ver que tem textos das mais diversas origens ideológicas.

B.S.: Há de debates, não é professor? Eu li um texto do professor Odilon respondendo um artigo...

C.R.A.S.: Tem no nosso Departamento a área mais conservadora, Cecília Westephalen, Altiva, elas tem textos aqui. Então, isso conseguimos, mesmo tendo uma postura política, etc. Mesmo aqui no departamento, mas isso, do ponto de vista da produção científica, da produção acadêmica houve sempre muito respeito. E acho que, por isso, o Departamento de História é o que é hoje, é um espaço realmente de um enorme conagraçamento intelectual.

B.S.: Professor, o senhor falou que no começo que estudou o preço dos escravos. A sua dissertação foi sobre esse tema. Como foi professor este estudo? O senhor estudou sempre nessa área? Como foi que o senhor se interessou pela história da alimentação?

C.R.A.S.: Eu comecei estudando escravidão, por que havia um grande programa aqui no nosso departamento, que era de levantamento e arrolamento de arquivos do Paraná. O Departamento de História da Federal do Paraná foi pioneiro no Brasil nessa área de levantamento e arrolamento de arquivos. Arquivos locais, regionais etc. E eu participei, fazia parte das equipes que iam fazer os levantamentos em arquivos notariais de cartórios, arquivos eclesiásticos da Igreja, de paróquias etc. arquivos de nascimento, casamento, óbito etc. arquivos administrativos de prefeituras, de câmaras de vereadores, arquivos da área do legislativo. Também, arquivos comerciais, das associações comerciais. Nós fizemos um grande trabalho comandado, naquela época pela Cecília e pela Altiva de levantamento de arquivos e depois apresentamos isso numa ANPUH, numa ANPUH em Campinas. Algo assim, altamente inovador. Foi notícia no Brasil

e no exterior, de como preservar os documentos. É claro que a gente teve pontos altamente positivos, mas também negativos. Chegávamos para fazer levantamento e os arquivos estavam absolutamente... não serviam nem pra pesquisa mais. Houve um caso no litoral, numa época, um prefeito de uma cidade vendeu os arquivos, os considerados papéis velhos para uma fábrica de fogos de artifício. Então, muita coisa se perdeu, mas muita coisa conseguimos preservar. Então foi trabalhando nesse levantamento que eu estive, por exemplo, em São José dos Pinhais, aqui no Fórum de São José dos Pinhais, na área cartorial, cartórios etc. e lá eu encontrei registros, livros com registros de compra e venda de escravos aqui na região. Eram uns registros extremamente ricos, por que apresentavam quem comprava e quem vendia, as condições etc. As condições do escravo, saúde, preço, local, o ofício, a cor. E é muito interessante, e o que aconteceu é que eu fiz o levantamento dessa documentação e depois encontrei mais documentos sobre compra e vendas de escravos no 1º Tabelionato de Curitiba, no Taboão, e depois eu fui para o interior, consegui no litoral do Paraná, em Antonina, Morretes, em Paranaguá e depois na Lapa, em Castro, em Ponta Grossa, em Rio Branco. Enfim eu consegui digamos assim, um amplo acervo documental sobre registro de compra e venda de escravos que me permitiu fazer a dissertação de mestrado, no sentido do que concorria para a definição do preço do escravo, se era ofício, se eram as condições físicas, se era o local, se era o período em que ele estava sendo transado... a transação do escravo, se era o ofício, se era a cor ou até mesmo as condições de saúde etc. Então me deparei com uma documentação extremamente rica, em que pode-se fazer diversos estudos. Eu trabalhei com preços de escravos, na área mais econômica e

social. O mestrado fiz com essa temática e depois quando o professor Mauro me convidou, que eu fui para a França fazer o pós doutorado. A minha ideia já era fazer um trabalho sobre economia e sociedade escravista no Paraná, até por que existia aquela concepção de que não houve escravidão no sul do Brasil, e, portanto, de que não houve escravidão no Paraná. A final de contas o sul do Brasil é loiro é branco etc. então isso é uma concepção que vinha já de Wilson Martins e outros historiadores mais conservadores, mais tradicionais, e então, o trabalho era mostrar que não era o número de escravos que definia o modo de produção, mas era o sistema, a estrutura do sistema etc. Levei para a França micro-filmes, fichas etc. para estudar economia e sociedade escravista no Paraná, e lá, quando desenvolvi minha pesquisa, meus estudos etc. eu, como eu disse para você, meu orientador era o Frédéric Moreau e meu co-orientador era o Braudel. Aí o Braudel um dia falou assim pra mim: “Carlos! O que é um conto de réis? O que significa valer um conto de réis?” Se ele é do litoral ele é carregador no porto, se é da área rural, digamos que ele é plantador, essas coisas assim, mas isso não é o suficiente. O importante é você fazer alguma comparação com outros elementos da sociedade. Aí discutimos e ele falou: “por que você não faz comparação com o preço da carne que tinha criatório e com o preço da terra”. Então comparar o preço do escravo, com o preço da terra, e com o preço da carne. A terra era a braça quadrada, a terra mais valorosa aqui era um preço bastante significativo, e a medida era a braça quadrada. Então, eu fiz uma comparação, um levantamento e consegui. Eu fiz essa comparação entre o significado do preço do escravo, com o preço da terra e com o preço da carne. E foi muito interessante, esse foi um dos momentos em que fui muito elogiado

na defesa. Bom! Aí, Bruna, é que fazendo o estudo sobre o preço da carne que eu comecei a me interessar pelo preço dos alimentos, esse foi o gancho. Por que depois vai ver que aqui, [na Revista História: questões e debates] em 1980 já tem um texto meu. Veja, já tem um texto meu sobre gêneros alimentícios. Então isso foi um gancho. Eu voltei pra Curitiba e comecei a estudar gêneros alimentícios, alimentos, comida, que é diferente de alimentos etc. Daí eu fiz a minha tese de professor titular. Hoje a universidade quase não tem professor titular, são muito poucos. A minha tese de professor titular, que é o mais alto grau na carreira, exigia prova escrita, prova didática, defesa de currículo e defesa de tese. Então tinha que preparar uma tese pra professor titular. E a minha tese foi “Alimentar o Paraná Província”. Essa foi a minha tese, em 92 eu a defendi. Foi uma semana de provas, a última foi a defesa. Então, a partir daí a passei a ter contato com os professores da universidade, que queriam estudar, e passaram a fazer mestrado e doutorado sobre a minha coordenação. Enfim, foi a história. A história começa em 96, com a Solange fazendo um estudo sobre história e cultura da alimentação com base nos cadernos de receitas das famílias curitibanas. Aqueles cadernos que passam de mãe para filha, com as receitas meio que em segredo. Aquilo que o Gilberto Freyre chama de maçonaria das mulheres, uma coisa assim... então o primeiro trabalho é com a Solange, depois vem a Maria do Carmo, que também era professora aqui, foi minha orientanda e fez um trabalho sobre os bares na cidade de Curitiba nos anos 50, ela faz um estudo muito interessante. E de lá pra cá, como eu disse, muitos mestrados, muitos doutorados. Enfim, todo ano tem defesa. Enfim...

B.S: Professor, e esse movimento *Slow Food*, como funciona?

C.R.A.S.: Na verdade é, assim, já que estamos muito ligados com essa área de alimentação, com essa área da comida, pois, a alimentação é uma coisa mais biológica. E a comida é alguma coisa que nos faz pensar. Que nos leva a memória do gosto, à memória gustativa etc. Então vivenciado esse espaço, e é um espaço que tem muita temática. Um dos espaços interessantes é este universo da dietética que estamos vivenciando hoje. Um discurso moderno sobre a alimentação passa pela questão da saúde, a questão de vivenciar uma boa refeição, uma boa comida, um espaço de sociabilidade e tudo mais. E estudando a questão da dietética entra a questão da boa alimentação, da alimentação saudável. Que é o que está posto hoje. Hoje as pessoas fazem de tudo para ter uma alimentação saudável. E, o *Slow Food*, foi um movimento criado nos anos 80, na Itália, por Carlos Petrini, por que se abriu um Mac Donald's do lado das muralhas romanas, aí os romanos ficaram revoltados com isso. Não conseguiram derrubar o Mac Donald's e criaram então o movimento *Slow Food*, que é a antítese do *fast food*. *Fast food*, é a expressão de uma sociedade que quer resultados imediatos, que não quer perder tempo; perder tempo é perder dinheiro. E a comida passou a ser assim, algo de rotina, como você tomar banho etc. Então, na verdade esse espaço, da boa alimentação, da alimentação saudável, o *Slow food* trazia consigo. E fomos nos aproximando cada vez mais desse movimento. Ele era comandado pelo Celso Freyre, aqui em Curitiba. Cada lugar tem um convívio, chama-se convívio do *Slow food*. Aqui foi criado o convívio Província do Paraná. Província, pois era como se chamava o Paraná antigamente. Mas o movimen-

to estava muito parado, aí veio o convite para assumir a direção do *Slow Food*, eu aceitei. Desde que fosse com um grupo dinâmico. Então foi a partir daí que nós conseguimos. Faz dois anos que eu sou o líder do grupo. Não é presidente, se chama líder do grupo *Slow food* aqui no Paraná. Aumentamos o número de membros. Vou te mandar um convite para segunda-feira que vem, se você estiver por aqui, vamos fazer um debate. Será o dia mundial da alimentação, dia do Terra Madre Day, então Dia da Mãe Terra. Vamos fazer um debate sobre comida local. Vai ter uma colega nossa que vai falar sobre o Pinhão, uma grande pesquisa que ela fez. Outra que vai falar sobre comida quilombola, que é muito interessante, e o Marcelo, vai falar sobre a comida caiçara, e depois nós vamos fazer um debate, uma discussão, uma espécie de *Slow food* de arena. Então, Bruna, o *Slow food* faz parte da nossa vida. Uma questão de dois anos e meio, e é muito interessante, é muito dinâmico.

B.S.: Professor, qual é a relação que os professores da Universidade Federal do Paraná tinham com a ANPUH?

C.R.A.S.: É interessante, pois desde a época em que nós entramos no departamento, no final dos anos 60, início dos anos 70, a ANPUH tinha sido recém criada. E ela era praticamente uma conquista dos historiadores, independente das suas cores políticas. A ANPUH era um espaço de muita agregação. E a ANPUH, foi criada muito por inspiração de colegas da USP. Muitos deles já morreram, mas colegas da USP, no final dos anos 60, 69 ou 67, foi a primeira ANPUH, eu não me lembro mais. Mas de qualquer maneira a ANPUH foi muito importante, uma vez que, ela

trouxe consigo um espaço de discussão, de debate em que as pessoas apresentavam as suas pesquisas etc. Então, isso passou a ser muito divulgado. Acontece que a ANPUH, pelo fato de ela ter essa repercussão, começou também a aceitar trabalho de estudantes. Aí, um grupo mais conservador da ANPUH, como o caso da professora Cecília e outras colegas, eles eram contra isso. Então teve uma ANPUH em Florianópolis em que havia uma discussão, sobre se os estudantes continuariam participando, ou se ficaria só por conta dos professores pesquisadores. E a decisão foi que a ANPUH deveria ser aberta. E aí esse grupo, ligado pela Cecília, rasgou o estatuto da ANPUH e se retirou da ANPUH criando a SBPH. Que nem sei se existe ainda, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Então ficaram dois grupos, a ANPUH e a SBPH, eu acho que a SBPH viveu enquanto a Cecília viveu, não sei... Agora, a ANPUH continua. E a ANPUH é o nosso espaço de representação. É importante você saber que depois de 1985, 86 a ANPUH deixou de ser a única entidade de representação de historiadores do ponto de vista acadêmico e intelectual. Também teve a SBPH. Então aqui no nosso departamento tinha gente ligada à ANPUH, a maioria. E alguns ligados a SBPH. E assim foi em vários departamentos de história do Brasil.

B.S.: Professor, e sobre as reuniões da APAH, o senhor sabe se havia documentações? Tinha atas?

C.R.A.S.: Sobre reuniões da APAH?

B.S.: Sim.

C.R.A.S.: Esses livros eu não sei, por que eu fui presidente. Fui o primeiro presidente, depois foi o Sergio, a Ana Burmester, quem pode te dar uma boa resposta sobre isso é a professora Roseli Boschilia, não sei que você a conhece?

B.S.: Conheço apenas de leituras.

C.R.A.S.: Pois é, você deveria conversar com ela, por que a Roseli foi presidente da APAH durante alguns anos. Penso que ela que tem essa documentação. Quando a APAH fez 30 anos em 2010, teve um evento aqui, eu fui chamado. E lá houve referência a esses livros. Portanto, eu acho que você deveria procurar a professora Roseli Boschilia, que ela vai te dar uma pista, de onde estariam estes livros.

B.S.: Professor, o senhor poderia fazer uma avaliação da APAH para a produção historiográfica aqui no Paraná?

C.R.A.S.: Eu acho que ela foi fundamental, por que a Revista expressou e expressa muitas vontades, desejos de pesquisa em áreas bastante interdisciplinares. Como é o espírito de um historiador e dentro de uma história, de uma nova história com novas concepções. Como eu comentei com você agora pouco. Então, ligado a isso o Programa de Pós-Graduação. O Programa de Pós-Graduação, de graduação, mas principalmente, o Programa de Pós-Graduação, ele foi, digamos assim, uma expressão da Associação Paranaense de História. Hoje ela é praticamente o departamento

de história. Ela deixou de ser uma entidade de representação, e passou a manter um espaço de produção da revista. Então a APAH existe em função da revista. Pois a Revista é uma expressão de desejos, de várias vontades em publicar trabalhos. Então hoje, quando se fala em APAH, tem que se falar na revista e no Programa de Pós-Graduação, isso é importante. Claro que a APAH continua participando, dando apoio, etc. Mas na prática ela não é mais uma entidade de classe, não é mais uma entidade de representação. Ela hoje é uma revista. Ela se expressa através de uma revista, ligado ao Programa de Pós-Graduação em História.

B.S: E desse grupo fundador, da década de 80, o senhor já falou um pouco. Como o senhor vê esse grupo fundador da Associação, da década de 80?

C.R.A.S.: Que eu estava inserido. Como eu disse pra você, Bruna, diante da conjuntura política, diante também, de um momento de profunda transformação, de radicalização mesmo, do que a gente chama de as novas concepções metodológicas da história etc. Penso que esse grupo que resolveu construir a APAH, diante de todas as condições políticas, acadêmica etc, foi um grupo que ousou. Havia desafios, enfrentamos os desafios. Muita ousadia pra criar todo esse espaço que na verdade não tinha. Não era um espaço criado num momento de franqueza democrática, pelo contrário, até sofríamos consequências, pelo fato de ter essa postura, nova, revolucionária para época. Então esse grupo que criou. Um grupo de diversas pessoas que expressavam a diretoria, que era eu, o Sérgio, a professora Judite, a professora Roseli Boschilia, Isabel Corsão... um grupo.

Era um grupo que tinha plena consciência do que estava fazendo. E que sabia também dos problemas, das ameaças, mas que resolveu enfrentar toda uma situação. E o resultado está aí! Você tem a expressão da APAH através de 58 revistas, muito consideradas pelas avaliações acadêmicas etc. Que é uma coletânea mais antiga no campo da história no Brasil é a revista da APAH, é a mais antiga! Então em síntese eu acho que é isso.

B.S.: Professor, muito obrigada, fico muito feliz com a entrevista.

C.R.A.S.: Bruna, eu estou à disposição, quando você quiser alguma coisa, me ligue, me mande email...

B.S.: Agradeço e finalizo esta entrevista às 10 horas e 26 minutos.

Artigos

A PERPETUAÇÃO DA MPB NA BANDA ENGENHEIROS DO HAWAII (1984 – 2009)

*Lana B. Baroni*¹

Resumo: Diferentemente do que acreditam certos estudiosos do assunto, a tradição da MPB não se limitou à própria Música Popular Brasileira e, principalmente, não entrou em decadência no início da década de 1980, mas foi recuperada e apropriada por grupos musicais brasileiros no período após a Ditadura Civil Militar. Fazendo uma análise da banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, tanto da formação de sua banda e da utilização que faz de instrumentos quanto de suas músicas, na composição e na letra, este artigo pretende apresentar a análise e os resultados obtidos na aproximação ou afastamento do grupo musical em questão à tradição da Música Popular Brasileira de forma ampla. Foco, então, nas letras de suas canções, produzidas desde sua formação, em 1984, até o lançamento de seu último álbum, em 2009, para exemplificar tais comparações.

Palavras chave: MPB – engajamento – música brasileira – Engenheiros do Hawaii – pós-Ditadura Civil Militar

Introdução

O engajamento² político está há muito tempo presente no cenário brasileiro e foi manifestado de diversas maneiras e em diferentes âmbi-

¹ Graduanda do sexto período do curso de História da UFPR. Orientanda do professor Dr. Dennison de Oliveira. Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1850549927892793>.

² Termo usado com os significados de MICHAELIS: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998, para Engajar: *vpr 5* Empenhar-se num trabalho ou luta. *vpr 6* Alinhar-se em ordem de ideia ou de ação coletiva. Termo também utilizado com base no conceito de engajamento

tos, porém ao longo da história do país no período contemporâneo, foi na música que este engajamento foi mais expresso. Podemos fazer tal afirmação mesmo considerando apenas canções produzidas pelos movimentos da MPB e do Tropicalismo³, devido a grande quantidade de músicas produzidas⁴ com temáticas de crítica e afirmação de posicionamento político. Podemos atribuir tal produção aos novos movimentos que surgiram no campo da música, como os previamente citados, e à conjuntura política da Ditadura Civil Militar vigente no país por duas décadas.

Com relação aos movimentos da MPB e da Tropicália, o autor Marcos Napolitano afirma que a música popular de nome escrito com letras minúsculas, aqui entendida como um grupo mais amplo que abarca diferentes gêneros musicais, da forma que foi produzida no último século “é filha da sociedade capitalista moderna, da industrialização e do mercado de massas” (NAPOLITANO, 2007: 5) e que se mostra ao mesmo tempo uma ruptura com os padrões de sua época e uma tradição no campo musical do país, uma tendência que será seguida por músicos posteri-

elaborado por Jean-Paul Sartre, apresentado e analisado em “DENIS, Benoît. Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre. São Paulo: Edusc, 2002” e em “NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). Estudos Históricos v.2, n.º 28 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2141>”, que apesar de focar-se na literatura utilizava o termo engajamento significando “atuação do intelectual através da palavra”.

³É importante ressaltar aqui que não é de meu intuito homogeneizar estes gêneros musicais ou apresentá-los como iguais. Ambos possuem diferenças importantes, as quais não serão aqui exploradas, e não se restringem a composições que poderiam ser consideradas como expressão de um engajamento de seus autores, porém tais movimentos são apresentados aqui por possuírem em comum, dentre as vastas criações que compõem seus repertórios, diversas músicas consideradas engajadas.

⁴ Não considerei pertinente buscar o número preciso de músicas produzidas com a temática referida.

ores ao movimento da música popular. Essa tradição teria, segundo o autor, sido formada junto à audiência popular, à crítica e à grande parte da intelectualidade letrada, grupo que, por vezes, encontrava-se em intersecção com autores da música popular, entendida por Napolitano como formada por três ramificações: bossa nova, samba e MPB. Além disso, para este historiador, a identidade deste estilo de música se construiu, como toda identidade historicamente criada, com exclusões, esquecimentos, agregações e formou um grupo de fatores mesclando “o local e o universal, o nacional e o estrangeiro, o oral e o letrado, a tradição e a modernidade” (NAPOLITANO, 2007: 6).

Com relação à Ditadura Civil Militar, esta proporcionou a conjuntura ideal para a elaboração de músicas engajadas, principalmente com relação à repressão e à falta de liberdade de expressão, ocasionando a criação de letras com duplo sentido e mensagens subliminares para burlar a censura. Segundo Miliandre Garcia, a polícia política era “encarregada de censurar e reprimir manifestações artísticas e intelectuais consideradas ‘subversivas’” (GARCIA, 2004: 152) e a música engajada se enquadrava nesse conceito de subversividade por serem manifestações ideológicas contrárias ao regime vigente, ou por serem usados como forma de protesto e propagação de ideologias ou ainda por trazerem a atenção das pessoas para a repressão e falta de liberdade de expressão que a Ditadura impunha. Assim, o engajamento, que já vinha sendo expresso nas canções de samba desde o início do século XX, passa por um crescimento com a aproximação da música popular dos grupos políticos de esquerda e tem seu auge no período da Ditadura Civil Militar.

Apesar de Napolitano afirmar, na introdução de seu livro, que o engajamento era uma característica da MPB, ele afirma que seu nascimento se deu no seio do samba, em uma ramificação do estilo musical cuja consequência mais direta foi a politização da bossa nova, criando uma tradição de protesto neste movimento musical crescente nos anos 1960. Essa ramificação teria acontecido com o lançamento de duas músicas, em 1960 e 1961, e em que a letra “rompia com o elogio do ‘estado de graça’” (NAPOLITANO, 2007: 72), criando uma bossa nova portadora de mensagem politizada e inaugurando uma tradição desta vertente da bossa nova que trazia elementos como a crença no poder da canção, a denúncia e o lamento de uma situação opressiva e uma esperança em um futuro livre. Ao mesmo tempo, a preocupação e regulamentação governamental com relação à produção das músicas e aos direitos autorais, gerou um crescente interesse comercial no ramo musical e fonográfico. Para o historiador, foi deste jogo de interesses comerciais e ideológicos que surgiu a Música Popular Brasileira, ou MPB, formada de uma síntese de gêneros musicais com instituição sociocultural.

Em 1964, com o golpe militar, houve uma mudança no panorama musical, principalmente no que diz respeito à MPB, com a realização de espetáculos que foram responsáveis por lançar novos nomes à cena, como Chico Buarque e Elis Regina⁵, mas também por recuperar antigos

⁵ Ressalto, aqui, a possibilidade de utilizarmos uma categorização alternativa à que faço neste artigo, diferenciando “música engajada”, como um segmento dentro da MPB, de “música política” ou “de resistência”, tal como podem ser consideradas as criações de Chico Buarque e Elis Regina. Considero, no entanto, a música engajada não como um segmento ou uma ramificação, mas como uma composição cuja característica principal, a do engajamento, já devidamente

conhecidos do mundo musical, como Tom Jobim e Nara Leão. Além de serem utilizados como um novo meio de divulgação da cultura musical, esses espetáculos possibilitavam a reunião dos circuitos boêmio e estudantil, incluindo novos integrantes, que formaram uma nova geração de músicos e gerando um espaço de sociabilidade consequentemente político e engajado tal como eram as letras das músicas lá executadas.

Apesar de Marcos Napolitano afirmar que a MPB, definida pelo autor como “instituição sociocultural, depositária de uma tradição e de um conjunto de cânones estéticos e valores ideológicos” (NAPOLITANO, 2007: 6) foi relegada a segundo plano no mercado musical dos anos 1980, sendo esta também a década do fim da Ditadura Civil Militar, podemos notar que sua influência no plano do engajamento não entrou em crise nesta época, mas legou aos músicos de outra geração os instrumentos necessários para uma nova fase no campo musical brasileiro.

Na década de 1980, mas principalmente nos anos que seguem o fim da ditadura, surgem novos e peculiares grupos musicais brasileiros, principalmente mais ligados aos gêneros do Rock e com influências do Punk-rock inglês e americano, que apesar de possuírem características, tanto em suas composições e formações quanto de público ouvinte, que se distanciam das relacionadas aos grupos de MPB, estas também exibem uma continuidade de fortes tendências e tradições da Música Popular Brasileira. A característica mais marcante com relação a estas continuidades é o engajamento político que pode ser percebida em bandas como **Legião Urbana**, **Capital Inicial** e **Titãs** e em alguns cantores que já

conceituado no início do texto, permeia estes dois grupos da categorização alternativa de forma a uni-los em minha análise.

faziam sucesso na década de 1970 e que deram continuidade a composições com estas mesmas características, como Cazuza na carreira solo. Estes músicos, que na maioria eram muito jovens, cresceram e formaram suas opiniões e gostos musicais influenciados pelas músicas dos anos 1960 e 1970, das quais a maioria podia ser considerada engajada.

A banda **Engenheiros do Hawaii**, do sul do país, é outro exemplo de grupo musical que segue as tradições e tendências anteriormente mencionadas. Assim, busco analisar âmbitos como suas músicas, da composição à letra, bem como a banda em si e os comparar com a MPB nestes mesmos âmbitos. Utilizando como fontes um grande numero de músicas compostas no período, pretendendo entender de que forma ocorrem estas permanências e rupturas na produção musical, entre 1984 e 2007, do movimento da Música Popular Brasileira para o grupo em questão. O grande número de fontes é necessário devido às referências específicas que busco nas letras das músicas estarem presentes em poucas estrofes de uma única música, mas bastantes presentes quando analisada a produção musical da banda como um todo, apenas constituindo um número expressivo quando quantidade considerável de fontes é reunida.

Os Engenheiros do Hawaii

Formado inicialmente por quatro graduandos de arquitetura no Rio Grande do Sul, a banda **Engenheiros do Hawaii**, sempre tão original que para Arthur Dapieve tinha “o dom de ir contra a corrente” ⁶ e cujos inte-

⁶DAPIEVE, Arthur. Release. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/papa.shtm> Acesso em: 26 de agosto de 2013.

grantes “surfam (ou surfavam) ao contrário da onda”⁷, nasceu em 1984 na cidade de Porto Alegre. A ideia surgiu da vontade de tocar em um festival da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que aconteceria por protesto à paralisação de aulas. Os integrantes iniciais eram Humberto Gessinger, no vocal e guitarra, Carlos Stein, na guitarra, Marcelo Pitz, no baixo, e Carlos Maltz, na bateria. A banda durou até 2008 e sofreu inúmeras modificações das quais a mais impactante foi a dos músicos, tendo tido cerca de 10 formações diferentes sendo que o único a participar de todas foi o vocalista, e responsável pela maior parte das composições, Humberto Gessinger. A variação de instrumentos utilizados também foi grande principalmente graças à iniciativa de Gessinger de buscar incessantemente aprender a tocar coisas novas, até o presente momento sabendo tocar baixo, guitarra, violão, viola caipira, dobro⁸, harmônica, bandolim, piano, acordeão, percussão e teclados. Esta multiplicidade possibilitou o nascimento de característica peculiar da banda em que possuir apenas três integrantes não se mostrava um problema, pois Gessinger revezava os instrumentos ou, até mesmo, tocava-os ao mesmo tempo.

É interessante ressaltar as características da banda com relação a seus parâmetros poéticos e musicais para melhor desenvolvimento das

⁷ Idem.

⁸ O dobro é um instrumento musical cuja marca registrada é, atualmente, de posse da Gibson Guitar Corporation. Semelhante à guitarra elétrica, porém com cordas de aço e cones de aço dentro de sua caixa de ressonância, o dobro é um desenho específico de guitarra ressonadora. Seu som é mais metálico se aproxima ao som de uma viola. Esse instrumento é muito utilizado em bandas de *Blues*, *Folk*, *Country* e *Acoustic Rock* e vêm ganhando destaque no cenário nacional com a interpretação de músicos como Edu Bologna e Humberto Gessinger.

comparações com a MPB. Em seus parâmetros poéticos, as composições desta banda possuem temas gerais bastante amplos, tratando de política, economia, problemas sociais, mas também abordando temas de amor e amizade, sendo seus interlocutores os próprios autores ou o próprio cantor da banda. Há utilização frequente de rimas, tanto pobres⁹, como no refrão da música *3x4*¹⁰ que rima verbo com verbo em “somos o que dá pra fazer/ o que não dá pra evitar/ e não se pode esconder”, quanto ricas, como no verso de *Pose (anos 90)*¹¹, que diz “to fora, voodoo, ranço, baixo astral/ não vou perder meu tempo/ brincando de ser mau”.

Os autores também fazem muito uso de metáforas, trocadilhos, e intertextualidade, por exemplo, na música *Freud Flintstone*¹² que remete ao texto *Hircocervos*¹³ de Umberto Eco onde o autor faz combinações cômicas de nomes famosos, incluindo esta que deu nome a música. Sobre os parâmetros musicais, **Engenheiros do Hawaii** é muito eclético no que diz respeito à melodia, ao andamento, à utilização de efeitos sonoros, à vocalização e ao arranjo. Em seu repertório há músicas de velocidade variadas, alegres ou tristes e melancólicas. A banda também compôs músicas em que uma única forma de vocalização predomina e outras em que há uma variação de intensidade e tessitura. Da mesma forma, pode-se encontrar entre suas músicas canções acústicas e músicas com diversos

⁹ Neste caso, utilizo o conceito de rimas pobres e ricas provenientes da análise gramatical da Língua Portuguesa sendo consideradas pobres as rimas entre palavras pertencentes à mesma classe gramatical e ricas as rimas entre vocábulos pertencem a classes gramaticais distintas.

¹⁰ Faixa 10 do CD *¡Tchau Radar!* (1999).

¹¹ Faixa 06 do CD *Gessinger, Licks e Maltz* (1992).

¹² Faixa 05 do CD *Humberto Gessinger Trio* (1996).

¹³ ECO, Umberto. *Hircocervos*. In: O Segundo Diário Mínimo. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994, p.269-275.

efeitos de timbres antinaturais, também variando não somente entre músicas, mas também entre as variadas versões que a própria banda produz de uma mesma canção.

Acerca de sua produção, o primeiro LP do grupo tinha como título “Longe Demais das Capitais” e foi lançado em 1986. A discografia da banda consiste em 26 álbuns entre gravados em estúdio, coletâneas e ao vivo, além de 22 singles, compostos de músicas inéditas e um número considerável de músicas regravadas. Regravar suas próprias músicas com pequenas modificações de palavras ou estrofes é outra peculiaridade da banda, tendo sido regravada apenas uma única música cuja autoria não pertencia a eles. Essa exceção é a música *Era um garoto que como eu Amava os Beatles e os Rolling Stones*¹⁴, que, originalmente italiana, a música *C’era un ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones* era um single do cantor Gianni Morandi e foi lançado em 1966. A música foi passada para o português pela banda paulista **Os incríveis** e gravada em 1967.

O fato de apropriar-se de uma música gravada nos anos 1960 já poderia ser pensada como uma demonstração de influência ou concordância com a mensagem passada pela música e pela banda **Os incríveis** à banda gaúcha, no entanto a influência da música brasileira das décadas anteriores em **Engenheiros do Hawaii** é reconhecida e admitida publicamente por seus integrantes. Na gravação da música *Todo mundo é uma Ilha*¹⁵ Gessinger afirma que as influências da banda são rock progressivo e Música Popular Brasileira dos anos 70, não sendo mera coincidência as

¹⁴ Faixa 02 do CD *O Papa É Pop* (1990).

¹⁵ Faixa 07 *Longe Demais das Capitais* (1986).

tradições da segunda serem notadas claramente, das quais a tradição que mais se destaca é a do engajamento. Em seu livro “Pra Ser Sincero” (2009) o músico também admite alguma influência da bossa nova, jazz e até mesmo do choro. Ao analisar especificamente a MPB de forma mais restrita aos anos 1970, Marcos Napolitano afirma que, apesar deste estilo musical conservar as características do gênero presentes em fases anteriores, existem algumas inovações que ocorrem nesse período e que podem ser identificadas na música da banda gaúcha como as marcas do *pop-rock* e a continuidade com as temáticas românticas influenciadas principalmente pelo rock americano. Além disso, a tradição poético-musical não foi negada e o gênero *pop*, adicionado à mistura no fim dos anos 1960, torna-se também tradição dentro da MPB que passa a se tornar cada vez mais um “complexo cultural plural” (NAPOLITANO, 2005: 72).

Um rock gaúcho e engajado

Conforme anteriormente afirmado, o engajamento é uma característica da MPB notável nas composições da banda de rock gaúcha. Esse engajamento é notado de formas diferentes, principalmente no que tange questões internacionais. Conforme o clima de tensão e bipolaridade mundial proveniente da Guerra Fria amenizava, o Brasil se tornava mais aberto ao mundo, com o fim da Ditadura e da censura, e sua população tomava maior consciência do que acontecia no exterior, com as mídias se tornando gradualmente mais informativas e globalizadas. Consequentemente, a música passou a tratar de temas que perpassavam o território nacional e as pessoas que atuavam neste campo alinhavam-se a ideias e opiniões sobre questões do mundo todo. Os **Engenheiros do Hawaii** não

foram uma exceção e as referências a acontecimentos famosos, política internacional e religião, por exemplo, estão presentes em diversas de suas músicas. No caso da política as citações estão presentes na maioria das letras, das quais podemos usar como exemplo *Toda Forma de Poder*¹⁶ e *O Sonho é Popular*¹⁷. Na primeira, as referências estão por toda a música, com críticas à falta de atitude das pessoas com relação à política e passando a ideia de um hino anarquista pela crítica ao poder, cita-se Pinochet, Fidel e o fascismo, além da ideia central da música de que “Toda forma de poder/ é uma forma de morrer por nada”. Em *O Sonho é Popular* além da referência ao poema de Ferreira Gullar, “Lições de Arquitetura”, cita-se a tentativa do golpe de Estado no Brasil em 1961.

Há referências também às questões religiosas, de forma um pouco menos crítica, como em *O Papa é Pop*¹⁸ onde o autor afirma “Toda catedral é populista/ É pop/ É macumba prá turista” e em algumas estrofes de *Além dos Outdoors*¹⁹ que apresenta uma visão do autor de que apesar de haver muitas crenças no mundo elas são todas iguais em sua essência, pois afirma “No céu, além de nuvens/ Há sexo, drogas & talk-shows/ Mas coisas mudam de nome/ Mas continuam sendo religiões”.

As críticas sociais são, no entanto, predominantes, seja com relação a uma camada específica em “A nossa elite burra se empanturra de biscoito fino” como diz a letra de *Chuva de Containers*²⁰, ao medo do que o outro possa nos fazer e à reclusão do povo às suas casas para senti-

¹⁶ Faixa 01 do CD *Longe Demais das Captaís* (1986).

¹⁷ Faixa 01 do CD *Várias Variáveis* (1991).

¹⁸ Faixa 07 do CD *O Papa É Pop* (1990).

¹⁹ Faixa 07 do CD *A Revolta dos Dândis* (1987).

²⁰ Faixa 05 do CD *Gessinger, Licks & Maltz* (1992).

rem-se protegido de uma ameaça existente apenas em seu imaginário como em *Muros e Grades*²¹ que diz “O medo nos leva a tudo, sobretudo a fantasia/ Então erguemos muros que nos dão a garantia”. Também da violência em toda parte e até a um discurso político que não é posto em prática no trecho “uma bala perdida encontra alguém perdido/ encontra abrigo num corpo que passa por ali/ e estraga tudo, enterra tudo, pá de cal/ enterra todos na vala comum de um discurso liberal” de *A Violência Travestida Faz Seu Trottoir*²², à exclusão das pequenas cidades em detrimento dos grandes centros urbanos como afirma *Longe Demais das Capitais*²³ em “nossa cidade é muito grande/ e tão pequena/ tão distante do horizonte/ do país” ou à sociedade e ao sistema como em *3ª do Plural*²⁴. Com relação a esta última além do trecho “Eles querem te vender/ Eles querem te comprar/ Querem te matar (de rir)/ Querem te fazer chorar/ Quem são eles? Quem eles pensam que são?” a música também apresenta uma estrofe com ações e consequências que te mantém dependente do consumo como, por exemplo, em “Cigarro pra vender remédio/ Remédio pra curar a tosse”.

Outra característica comum ao movimento da arte engajada, constituindo inclusive, segundo Marcos Napolitano, de uma tradição neste meio, é o conceito de herói popular. Apesar deste conceito não ser muito explorado e analisado pelo autor, Napolitano afirma que frequentemente no teatro, no cinema e na música há uma exaltação sutil de uma personagem que possui virtudes e valores “‘populares’ básicos” encarnados em

²¹ Faixa 09 do CD *Várias Variáveis* (1991).

²² Faixa 08 do CD *O Papa É Pop* (1990).

²³ Faixa 08 do CD *Longe Demais das Capitais* (1986).

²⁴ Faixa 02 do CD *Surfando Karmas & DNA* (2002).

sujeitos variados podendo este ser, em alguns casos, o povo. No caso das composições da banda gaúcha, podemos notar a perpetuação da tradição do herói popular em letras como *Dom Quixote*²⁵ e *Simples de Coração*²⁶. No caso da primeira música, as principais características a serem destacadas do herói da canção são sua aparente vontade escapar da realidade na qual vive, devido à insatisfação com o que o cerca, e seu sentimento de não encaixar-se na sociedade da qual faz parte exemplificado com as frases “Vindo de outros tempos mas sempre no horário / Peixe fora d’água, borboletas no aquário”, além de sua esperança na vinda de tempos melhores, sua eterna crença, tornando-o até mesmo tolo, como diz a própria música “Muito prazer me chamam de otário / Por amor às causas perdidas”. Devemos igualmente frisar, nesta música, a possível influência da banda **Os Mutantes**, que em 1969 lançou em seu segundo álbum uma canção com o mesmo nome, que poderia ser mais um indicativo da influência de bandas formadas em décadas anteriores nos músicos dos **Engenheiros do Hawaii**, e da própria obra “Dom Quixote de La Mancha” de Miguel de Cervantes, mostrando mais uma vez a relação intertextual que os músicos estabelecem em suas composições.

Com relação a *Simples de Coração*, o herói pode ser visto como um coletivo abstrato que deve ser trazido à realidade e à lembrança, o que pode ser percebido em diversos trechos da música como, por exemplo: “Volta pra casa, / Fim da viagem: / Bem vinda à vida real”. Porém, a principal característica deste herói coletivo é a simplicidade e a música evolui com o objetivo de relembrar tal fato: “Já perdemos muito tempo /

²⁵ Faixa 06 do CD *Dançando no Campo Minado* (2003).

²⁶ Faixa 03 do CD *Simples de Coração* (1995).

Brincando de perfeição / Esquecemos o que somos: / Simples de coração”.

É apontada como característica peculiar da MPB e como ponto de diferenciação de outros movimentos o envolvimento e participação dos estudantes ou de integrantes do meio acadêmico e universitário na composição de músicas pertencentes a este gênero musical. Napolitano afirma que, a partir da definição sociológica proposta por Richard Middleton²⁷, a música pode ser vista como associada ou produzida por grupos sociais específicos, mas que a utilização de tal definição, se isolada, torna-se insuficiente. Apesar desta sua opinião não ser aprofundada no texto, podemos, no entanto, concordar com Napolitano pelo fato desta associação entre produção musical e grupos sociais não ser suficientemente abrangente para uma análise histórica, mas pelo contrário, mostra-se deveras limitada e uma forma de estudo que não se encaixa nos estudos do historiador citado. Partindo para esta análise, da participação universitária, na banda **Engenheiros do Hawaii**, devemos levar também este aspecto em consideração, pois assim, como uma característica dos autores da MPB, os membros de suas mais diversas formações eram oriundos do meio acadêmico, apesar de apenas os integrantes da formação inicial da banda terem se conhecido através deste espaço de sociabilidade. Para Alberto Moby Ribeiro da Silva (SILVA: 161-162), também a Música Popular Brasileira era ligada à classe média intelectualizada e universitária.

²⁷Definição utilizada por Napolitano e referenciada como presente em MIDDLETON, Richard. *Studying popular music*. Philadelphia: Open University Press, 1990.

ria, sendo que muitos dos compositores e músicos provinham do mundo acadêmico ou se conheciam neste meio.

Mais uma característica comum que pode ser traçada entre as músicas de MPB e as canções da banda **Engenheiros do Hawaii**, ainda com relação aos temas de suas letras, é o fato apontado por Napolitano da Música Popular fazer uso de temas nacionais e internacionais, principalmente ao longo dos anos 1960, e sofrer influências nacionais e internacionais. Para o historiador, ao mesmo tempo em que se podem notar, neste estilo musical brasileiro, raízes nacionais provenientes do samba e da bossa nova nas letras e no ritmo, há também claras influências do jazz e do bolero principalmente pela semelhança de instrumentos musicais utilizados.

Conforme previamente citado, a banda gaúcha afirma publicamente que suas principais bases musicais para confecção de um produto cultural são a MPB e o rock progressivo inglês. Podemos apontar que uma semelhança entre as músicas do grupo gaúcho e do gênero estigmatizado como MPB é com relação à estrutura textual. Além das já citadas temáticas, a presença de rimas, sua associação com um público jovem e uma cultura de oposição e a adoção, geralmente, de ritmos rápidos se assemelham nestes dois casos. Há ainda a aparição nas mídias que é colocada por Marcos Napolitano como uma característica da Música Popular fazendo seu público crescer de forma exponencial. Também podemos notar esta questão com **Engenheiros do Hawaii**, que ao gravarem videocliques, apresentarem-se ao vivo em programas de televisão, tocarem nas rádios e percorrerem o Brasil fazendo shows, fizeram o número de fãs crescer, se tornando uma banda muito conhecida nos anos 1990.

Com relação às influências do segundo gênero musical, apesar de poucas das músicas dos **Engenheiros do Hawaii** soarem como rock progressivo, há semelhanças com relação à adoção de tecnologia em suas músicas como pedais para guitarra elétrica, amplificadores e distorções e a adição de instrumentos alternativos (piano, bandolim, viola e acordeão, por exemplo) aos usados no rock clássico (guitarra, baixo, teclado e bateria).

No entanto, é preciso ressaltar que as músicas compostas pelo grupo em questão não possuíam com a MPB somente semelhanças. Podemos embasar, por exemplo, este pensamento na questão levantada por Napolitano acerca da Musica Popular Brasileira desde seu início se firmar no objetivo de “disseminar determinada ideologia nacionalista que pudesse ser assimilada por diversas classes sociais e realizar-se como produto de mercado” (NAPOLITANO, 2005: 93). Esta preocupação com uma ideologia nacionalista e uma disseminação não aparece em nenhuma música composta pelo grupo, que parece ter crenças, mas não pretensões ideológicas.

Outra diferenciação pode ser notada na forma como as críticas, principalmente políticas, eram feitas, fato que pode ser facilmente explicado pelo fim da censura. Durante a Ditadura Civil Militar, para não terem suas músicas barradas pela censura, os compositores utilizavam palavras e expressões de duplo sentido ou deixavam sua crítica subentendida. Podemos usar como exemplo para este caso músicas que se tornaram consagradas e que foram bem sucedidas em escapar da proibição como *Acorda Amor*, de Chico Buarque, e *Debaixo dos Caracóis de Seus Cabelos*, de Roberto Carlos. Algumas mais explícitas não conseguiram ser

poupadas como *Cálice*, também de Buarque, que foi proibida pela censura brasileira.

Com relação às músicas de **Engenheiros do Hawaii**, considerando que todas são gravadas no período pós-ditadura, é clara a diferença no que diz respeito a este tipo de crítica, pois apesar de a banda fazer jogos de palavra, o faz por opção e sem mascarar os defeitos, problemas e contrariedades que admite que o país e o governo possuem. Seus exemplos mais contundentes podem ser vistos em *Chuva de Containers* e *O Sonho é Popular*. Na primeira música, nota-se uma referência à famosa política conhecida como Pão e Circo²⁸, porém no caso da música o autor critica afirmando que “Sobra circo... falta pão”, ou seja, que nem mesmo com todo o entretenimento que é oferecido ao povo para que esqueça ou distraia-se dos problemas, ainda há miséria, dizendo ainda “Triste sina, América Latina/ Não escaparemos do vexame”, pois a pobreza e falta de comida não afligem apenas o Brasil, mas também os países vizinhos. Há ainda outra referência aos pães no refrão “Falta pão/ (o pão nosso de cada dia)/ Sobra pão/ (o pão que o diabo amassou)”, porém neste caso o autor afirma que falta-nos o pão bom, quase sagrado e digno, e que temos de sobra o pão ruim, aquele que nos faz pagar pelos pecados, erros, nossos ou alheios. Já a música *O Sonho é Popular*, remete-nos à persistência do povo perante as dificuldades, quando diz “O povo pena mas não pára” e à pobreza financeira do país com “O país é pobre/ É pobre a pampa/ (o PIB

²⁸ Ou *Panem et circenses*, é o nome atribuído à política romana de promover espetáculos e prover comida à população mais pobre, no período da Antiguidade, como forma de conter as insatisfações de certos grupos sociais. Tal nomenclatura traz consigo a conotação de uma ignorância ou erosão dos deveres civis e do objetivo de distrair a população para questões mais supérfluas ou distantes das questões políticas.

é pouco)”. A análise desta música pode ser feita inclusive a partir de seu título juntamente com a frase “(o sonho é) uma mentira repetida”, significando que o sonho não é real ou alcançável, mas um mito da sociedade.

É possível analisarmos a diferença entre a Música Popular Brasileira e a banda **Engenheiros do Hawaii** no que diz respeito à música propriamente dita, diferença esta que pode ser notada, igualmente no plano da composição instrumental. As músicas de MPB se caracterizam principalmente pelo uso do violão como acompanhamento, para Marcos Napolitano este instrumento constituindo “o símbolo da nova musicalidade brasileira” (NAPOLITANO, 2001a: 63), sendo canções mais acústicas e também por geralmente possuírem apenas um vocalista. Apesar de algumas músicas da banda gaúcha possuírem também estas características, como no caso de *Descendo a Serra*²⁹ e *Parabólica*³⁰, se analisarmos de forma mais geral, as músicas são tocadas com guitarras elétricas, bateria e baixo e cantadas por duas pessoas. Há também a interferência de vozes e efeitos distorcidos produzidos em estúdio, como no caso de *A Conquista do Espaço*³¹, alterações que não eram feitas nas músicas da MPB, que além de tudo é colocada por Napolitano como um movimento que objetivava a modernização e era vinculado às artes performáticas, ligação e objetivos que não ocorre com os **Engenheiros do Hawaii**.

²⁹ Faixa 12 do CD *Várias Variáveis* (1991).

³⁰ Faixa 09 do CD *Gessinger, Licks e Maltz* (1992).

³¹ Faixa 12 do CD *Gessinger, Licks e Maltz* (1992).

Considerações Finais

Dessa forma, seguindo a metodologia de análise associando letra e música, contexto e obra, autor e sociedade, estética e ideologia, que Napolitano acredita ser a mais adequada ao tratar da música como objeto de estudo, foi possível notar que apesar de não podermos limitar a MPB ao engajamento, como é feita diversas vezes no senso comum, esta é uma característica muito importante do movimento musical em questão. Apesar de Humberto Gessinger afirmar que, nos anos 1980 a tendência musical da época “mandava ser completamente urbano e cosmopolita, romper com qualquer influência da MPB” (GESSINGER, 2009: 20), tais características perduraram e, principalmente o engajamento, repercutiram neste tipo de produção cultural no Brasil pós-Ditadura.

Também é necessário reforçar que, conforme afirmado anteriormente, os músicos que produziram durante e após década de 1980 sofriam muita influência, musical ou não, das décadas anteriores, fato que transparecia em suas opções e composições musicais. Estas influências podem ser notadas em suas canções que traziam críticas dos mais variados gêneros, conforme já foi desenvolvido e exemplificado ao longo do trabalho, e em suas ações enquanto músicos ou enquanto cidadãos brasileiros, de defender causas, problematizar questões de suas atualidades para conscientização do público e de expressar suas opiniões. Apesar do autor Rogerio Bianchi de Araújo afirmar que praticamente inexistiu uma rebeldia, conceito este que deve ser debatido, no rock brasileiro dos anos 1980 (ARAÚJO: 13), o posicionamento frente a causas sociais e políticas, as críticas, assim como os outros elementos aqui citados, e que eram adotados por grande parte dos músicos desta década, podem ser conside-

radas formas de rebelar-se contra a sociedade, as injustiças e o sistema. Rebeldia que tomava forma não somente nas atitudes, mas também nas próprias canções de rock.

Dessa forma, para finalizar, apesar de Napolitano considerar que a MPB teve o ápice de sua decadência e, até certo ponto, o fim de sua produção com a abertura do país em 1984, podemos encarar as produções dos anos que se seguiram como herdeiras dessa tradição que nunca morre no Brasil, permitindo que a MPB perdure, não somente nas canções de seus primogênitos que prosseguem atuantes no cenário musical, mas também nas gerações seguintes de compositores do ramo da música brasileira.

Bibliografia:

ARAÚJO, R. B.. **A Juventude e o Rock Paulistano dos anos 80**. Emblemas (UFG. Catalão), v. 7, p. 10-27, 2010.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: o rock brasileiro dos anos 80**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Release. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/papa.shtm> Acesso em: 26 de agosto de 2013.

DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. São Paulo: E-dusc, 2002.

GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular**: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-62 – 2004.

GESSINGER, Humberto. **Mapas do Acaso**: 45 Variações Sobre Um Mesmo Tema. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2011.

_____. **Pra Ser Sincero**: 123 Variações Sobre Um Mesmo Tema. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2009.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **A participação engajada no calor dos anos 60**. In: Impressões de viagem. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **A arte engajada e seus públicos (1955/1968)**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 28, p. 103-124, 2001.

_____. **A síncope das idéias**: a questão da tradição da música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

NAVES, Santuza Cambraia. **Da Bossa Nova à Tropicália**: contenção e excesso na música popular. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15 n. 43 junho/2000, p. 35-44.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. **Sinal Fechado**: a música popular brasileira sob censura (1937-45/1969-78). 2a.. ed. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

SOUZA, Fábio Feltrin de. **Canções de Um Fim de Século**: História, música e comportamento na década encontrada (1978 - 1991). Florianópolis: 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

A PUBLICIDADE NOS ANOS JK: CONSUMO DE MERCADORIAS E IDEIAS NO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO.

*Raquel Elisa Cartoce*¹

RESUMO: Através da análise de anúncios publicitários veiculados nas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* durante o período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), busca-se neste trabalho compreender as representações políticas, sociais, econômicas e as implicações ideológicas que eles produzem e em meio às quais são produzidos, na época do *boom* da industrialização do Brasil e – não por coincidência – da profissionalização da nossa publicidade. Para uma compreensão mais aprofundada deste processo, empreendo aqui um estudo de caso, observando como o tratamento da temática do trabalho nestes anúncios faz parte do desenvolvimento de uma determinada mentalidade a este respeito que se fixa e se expande para diversas áreas da nossa vida, tanto na esfera pública como na privada.

Palavras-chave: História da propaganda; Nacional-desenvolvimentismo; Representações políticas.

Publicidade e industrialização: as duas faces da mesma moeda.

São muitos os anúncios publicitários veiculados ao longo dos anos que ficam na memória de cada um de nós e na memória coletiva. Seja em filmes comerciais, páginas de revistas, traseiras de ônibus ou estações de metrô, estes anúncios colocam diante dos nossos olhos produtos os mais

¹ Graduanda do 5º ano do curso de História da FFLCH / USP (Universidade de São Paulo). Fez iniciação científica recentemente sob orientação do prof. dr. Marcos F. Napolitano de Eugênio, cujos estudos deram origem a este artigo. Link do lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4322018J2>

variados, e a constante possibilidade de que os tenhamos. Suas mensagens leves, divertidas ou muitas vezes emocionantes procuram eufemizar o objetivo primário do anúncio publicitário: estimular o consumo do produto anunciado, ampliando-se assim seus mercados e os lucros de quem o fabrica. Afinal, sabemos que o capitalismo, para se reproduzir, necessita que a produção sempre aumente – não só a de bens, como a de tecnologias que possibilitem um aumento ainda maior na produção, assim por diante – e que, em contrapartida, é necessário que se consuma cada vez mais para suprir essa produção.

Se estimular este consumo, abrir mercados e vender produtos ou serviços é a tarefa mais visível da publicidade, ao nos determos um pouco mais em suas mensagens, percebemos que os recursos comumente utilizados ocultam uma outra função ainda mais importante: ao convencer o indivíduo de que ele necessita – direta ou indiretamente – daquela mercadoria, criando assim determinadas necessidades e desejos, ela categoriza a vida e o universo, sendo assim uma forma de controle social. É ela quem diz o que é necessário, o que é belo, o que é bom, o que torna nossa vida melhor. Deste modo podemos dizer que a publicidade não vende apenas um produto, mas ela vende muito mais que isso.

O antropólogo Everardo Rocha explica melhor:

Se compararmos o fenômeno do “consumo” de anúncios e o de produtos, iremos perceber que o volume de “consumo” implicado no primeiro é infinitamente superior ao do segundo. O “consumo” de anúncios não se confunde com o “consumo” de produtos. Em cada anúncio “vende-se” “estilos de

vida”, “sensações”, “emoções”, “visões de mundo”, “relações humanas”, “sistemas de classificação”, “hierarquia” em quantidades significativamente maiores que geladeiras, roupas ou cigarros. Um produto vende-se para quem pode comprar, um anúncio distribui-se indistintamente. (Rocha, 1990: 27)

Podemos dizer que a publicidade é, portanto, uma *metamercadoria* (Borba, 1985). Porém, este processo de criação de determinadas significações e distinções do produto e de quem o consome é essencial não apenas para corroborar certas hierarquias ou *status* sociais inerentes ao capitalismo – ainda que isso seja muito importante –, mas é apenas parte de uma lógica ainda maior. Ao dar ao produto anunciado características próprias ao humano (personalidade, carisma, luxúria etc.), e lhe dando poderes mágicos – ou seja, fetichizando-o –, igualando assim o mundo dos objetos e o mundo dos homens, a publicidade omite os processos objetivos de produção daquela mercadoria e a história social do produto.

Assim, se temos a clássica formulação de que no capitalismo o humano é reificado através do processo de alienação (a separação do trabalhador do resultado de seu trabalho), a publicidade faz o caminho inverso: humaniza a coisa – a mercadoria –, camuflando o processo primeiro de reificação e exploração do homem.

Vemos então que a publicidade é um elemento essencial na sustentação do capitalismo, e claramente no capitalismo industrial e suas formas posteriores. Não é por coincidência que ela profissionalize-se justamente em momentos de forte crescimento industrial. Na Europa este

processo ocorreu durante o século XIX, quando além das grandes fábricas surgiram também as primeiras agências publicitárias, inicialmente vinculadas a elas, e depois autônomas administrativamente (Atem, 2009: 25). Assim, no momento em que uma enorme variedade de mercadorias passa a ser produzida em série, há a necessidade de um crescente mercado consumidor que as absorva. Para isso, a publicidade passa a ter os desejos (ilimitados), e não mais as necessidades (limitadas) como foco:

A publicidade sugestiva abrandaria o valor objetivo do produto (seu valor-de-uso), considerado muito seco, pouco sedutor ou persuasivo, por apontar para as necessidades mais do que para os desejos. Isso levou à exploração da identidade das marcas, mais do que a simples exposição dos produtos (gradualmente, um maior peso no valor simbólico). De informativa a publicidade se tornava persuasiva. Os publicitários deveriam transformar consumidores potenciais em consumidores efetivos. (Atem, 2009: 27)

No Brasil, o processo é semelhante: ao longo das primeiras décadas do século XX o Brasil começava a se industrializar, especialmente na cidade de São Paulo, tendo uma indústria nacional mais voltada ao consumo interno (manufaturas, indústria têxtil e alimentícia) e também recebendo algumas importantes empresas estrangeiras, como a Nestlé, a GM e a Colgate. Conjuntamente, nasce na mesma cidade a primeira agência de publicidade brasileira, *A Eclética* (1914), que apesar de ser a pioneira, seria ofuscada pela chegada de duas grandes agências estadunidenses vindas com as empresas: o departamento de propaganda da GM em 1926

e a (até hoje) poderosa J. W. Thompson em 1929, ambas obedecendo aos padrões técnicos da publicidade norte-americana. (Pinho, 1998: 13-17).

Ao longo da primeira metade do século XX, no entanto, o Brasil viveu momentos políticos e econômicos bastante conturbados. A crise de 1929, o movimento de 1930, a guerra de 1932, a ditadura iniciada em 1937, a II Guerra Mundial entre 1939 e 1945 e o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 foram fatores importantes para que a o processo de industrialização se desse com certa precariedade, caracterizando-se, grosso modo, pela substituição de importações, então prejudicadas especialmente pela depressão do pós-guerra, e pela complementação das indústrias já existentes, principalmente de tecelagem e bens de consumo não duráveis, como aponta Paul Singer. (Singer, 1995: 217)

Em meio à grande crise política desencadeada pelo suicídio de Vargas, surge então o nome de Juscelino Kubitschek para ocupar a presidência, o que de fato ocorre. Muito da sua vitória se deve às suas duas grandes bandeiras: manter as instituições democráticas – uma tarefa bastante difícil num contexto em que até mesmo a sua posse só é garantida por um “golpe preventivo” – e promover o desenvolvimento econômico através de algo até então não utilizado sistematicamente pelos governantes: planejamento. (Gomes, 2002: 12)

Sob o slogan “50 anos em 5”, JK lança então o Plano de Metas, com o intuito de industrializar, integrar e modernizar o país, gerando o tão almejado progresso – palavras tão em voga à época. Pelo Plano de Metas, o Estado promoveria as bases para a industrialização através de setores estratégicos e pouco lucrativos, como infraestrutura, energia e

estradas, enquanto as empresas privadas (geralmente de capital internacional), beneficiadas pelas bases implantadas, produziriam os bens de consumo – principalmente bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Com esse projeto JK deixa clara a sua dúbia política, ao mesmo tempo nacionalista (com o controle de setores estratégicos) e alinhada com o capitalismo do auge da Guerra Fria (Moreira, 2003:161). A síntese e parte visível e palpável deste ambicioso projeto está na construção de Brasília, tida como uma utopia, que integraria todo o país e seria o grande símbolo da modernidade e do progresso brasileiros pelos traços de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Assim, é durante o governo JK que o Brasil sofre o grande *boom* da industrialização, em que ela é colocada – pela primeira vez – acima dos interesses da produção cafeeira, ou seja, como um projeto político-econômico hegemônico (porém, de modo algum absoluto). (Moreira, 2003). Simultaneamente, é nesta época que a publicidade brasileira se profissionaliza de fato. Alguns anos antes, em 1951, surge a Escola de Propaganda do MASP (que em 1978 torna-se a ESPM, ganhando o reconhecimento de ensino superior), cujos professores são os profissionais atuantes nas agências citadas, como a Thompson e o departamento de propaganda da GM, e cujos primeiros formandos atuarão justamente no período JK. (Ramos; Marcondes, 1995: 53-54). Reparemos com isto que a fundação de uma publicidade profissional nacional não apagará a influência estadunidense sobre o modo de fazer publicitário, mas a mantém, sendo uma via direta de expressão do *American Way of Life* no plano dos imaginários.

É então nos anos 50 que, no Brasil, se dá esta passagem de uma publicidade informativa para uma publicidade persuasiva. Dois anúncios da Kolynos, veiculados em *O Cruzeiro* e *Manchete* com alguns anos de distância, demonstram esta diferença:

O primeiro, publicado em 1956 (*O Cruzeiro*, 7/7/1956: 62), traz um desenho em preto e branco de uma moça sorridente segurando uma escova de dentes, sobreposta a um relógio, com o seguinte texto em destaque: “1 minuto com Kolynos lhe dá essa proteção extra contra as cáries essa sensação extra de frescor... graças à exclusiva espuma de Ação Anti-Enzimática”, e ainda um texto em fonte menor com mais comentários. É, portanto, um texto basicamente informativo, que explica como age o produto e quais são os seus efeitos e sensações – ainda que estas sejam subjetivas. Já o segundo anúncio [Fig. 01] (*Manchete*, 5/11/1960: 48), veiculado quatro anos depois, tem várias diferenças em relação ao anterior. A primeira é de ordem técnica: o anúncio já é todo colorido e utiliza-se a foto em lugar do desenho, tornando a peça muito mais atrativa. Além disso, quase não há texto, sendo a foto de um homem sorridente na piscina o elemento central. Isso implica que toda a mensagem que era passada em um texto inteiro no primeiro anúncio, está agora contida na imagem (a ideia de sensação de frescor trazida pela piscina) e em apenas duas letras: “Ah...”. Assim, a função de proteção contra as cáries (plano da necessidade) perde espaço para a ideia sensação de frescor, e algo ainda a mais: o slogan “gente dinâmica pre

Ah...

QUE REFRESCANTE SENSACÃO
DE BEM-ESTAR, NA ESPUMA
PROTETORA DE KOLYNOS!
Gente de espírito móço, que precisa
causar boa impressão, prefere Kolynos ...
porque Kolynos contém
elementos antienzimáticos que agem
quase milagrosamente para evitar
a cárie e o mau hálito !

gente **DINÂMICA** prefere

Kolynos
CREME DENTAL

- sensação extra de frescor !

[Fig. 01] (*Manchete*, 5/11/1960: 48)

fere Kolynos”, reforçado pelo texto, dá ao produto uma característica além daquelas que até então lhe eram imputadas – o dinamismo. Aqui, atendendo o plano do desejo, o anúncio dá ao produto uma característica humana desejável, retransmitindo-a ao consumidor. Podemos formular então que gente dinâmica prefere Kolynos porque Kolynos confere dinamismo ao seu consumidor.

Resta perguntarmo-nos para quem o dinamismo é uma característica desejável, ou seja, de onde vem esta caracterização. Aqui está o mecanismo de dominação social de que falava Everardo Rocha, que também podemos traduzir como um mecanismo ideológico², apresentado sempre de modo natural e universal.

Esta constituição da publicidade, no entanto, ainda não era tão clara nos anos 50. Nem tanto para os publicitários, que pouco formulavam isto teoricamente à época, e menos ainda ao público alvo dos anúncios. Por isso, os anunciantes (as revistas veiculadoras e as associações de agências de propaganda) sentiram a necessidade de esclarecer ao leitor

² Segundo Célio Borba, pela análise de um excerto da Ideologia Alemã, de Marx, “O conceito de ideologia só pode ser concebido, neste tipo de sociedade, como um processo em que sistemas de representação de grupos sociais que, detendo a hegemonia num determinado momento histórico, procuram a adesão dos outros grupos sociais às suas concepções.” (Borba, 1985: 18). Mais à frente acrescenta: “O caráter da ideologia, como respeito à experiência de vida, significa que a ideologia não se apresenta como um sistema individualizado de idéias cujos contornos sejam facilmente delimitados, ao contrário, permeia as relações sociais, ao mesmo tempo que penetra em todas as atividades dos homens. Está presente nas concepções dos homens acerca da realidade social, na sua visão de mundo em geral, nos seus costumes, gostos, atitudes e, na sociedade capitalista, está penetrada pela estrutura da mercadoria, e suas implicações, como elementos naturais, eternamente dados.” (Borba, 1985: 20)

do que se tratavam essas propagandas que invadiam as páginas das revistas, veiculando alguns anúncios explicativos, dentre os quais destaco um (*Manchete*, 1/12/1956: 11), no qual temos a figura de uma dona de casa que questiona: “Mas afinal, que faz a propaganda pelo povo?”. A resposta da Associação Paulista de Propaganda traz inicialmente as respostas mais evidentes e perceptíveis, como o aumento do lucro das empresas e vantagens trazidas para o consumidor pela concorrência por ela provocada. No entanto, conjuntamente a estas funções pretensamente objetivas, o texto destaca ainda outras:

(...) educa o povo em hábitos de mais conforto e segurança, ensina coisas úteis, provoca desejos, ambições... estimula o trabalho, a vontade de vencer, eleva o nível de vida!

A Propaganda é a grande força do mundo moderno: seu maior sonho é ver o dinheiro na mão de todos, o conforto no lar de todos, o bem-estar e a segurança, o desenvolvimento e o progresso espalhados a todos ver os homens felizes, os homens comprando e comprando satisfeitos, pra serem cada vez melhores, cada vez mais ricos!

Aqui o discurso escancara o objetivo de um grupo – dos publicitários e daqueles a quem servem (os capitalistas), ou seja, da classe dominante – de propor determinados valores como universais e imutáveis, desejáveis a todos e desejados por todos. Um grupo que procurava se firmar diante de uma sociedade que se transformava radicalmente naquele momento sob diversos aspectos. Era o capitalismo que buscava fixar-se não apenas economicamente no Brasil, mas nos imaginários, nas re-

apresentações e nas visões de mundo de uma população que saía em massa dos campos em busca de nova vida nas grandes cidades. Esta fixação é condição necessária para a sua reprodução e sobrevivência.

A análise dos anúncios divulgados nas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*³ – as de maior tiragem do veículo de comunicação mais eficiente da época, já que conseguia chegar a todos os cantos do país e a uma maior abrangência de camadas sociais, posto que não suas mensagens não são efêmeras como as do rádio, mas podem passar de mão em mão por um longo período de tempo – levou-me perceber os diversos modos como a ideologia capitalista, aqui implantada sob o projeto nacional-desenvolvimentista de JK, vai se entranhando nos imaginários, produzindo-os e reproduzindo-os concomitantemente, procurando naturalizar certos valores e práticas sociais, culturais e políticas.

Entre diversas e interessantíssimas peças publicitárias que permitem compreender como estes valores e práticas se inserem no tecido social, seleciono aqui algumas que demonstram mais claramente o papel político e ideológico desempenhado pela publicidade no contexto de afirmação do capitalismo industrial no Brasil através o projeto nacional-desenvolvimentista de JK. Papel este perfeitamente resumido por Jean Baudrillard:

³ Em função do pouco espaço disponível, não será discutido aqui o papel das revistas neste processo, já que se pode considerá-las um suporte para as fontes principais deste trabalho: os anúncios publicitários. Vale apenas notar que *Manchete* (1952) surgiu posteriormente a *O Cruzeiro* (1928), caracterizando-se por grandes inovações técnicas e gráficas, que também influenciaram a produção e a veiculação dos anúncios nesta publicação.

De fato, a publicidade não omite tão cuidadosamente os processos objetivos, a história social dos objetos senão para, através da instância social imaginária, melhor impor a ordem real de produção e de exploração. (...) é uma instância imaginária que se adapta a você, enquanto que, em troca, você se adapta a uma ordem bem real. (...) Vemos por aí o imenso papel *político* que desempenham a difusão dos produtos e as técnicas publicitárias: asseguram adequadamente a substituição das ideologias anteriores, morais e políticas. Melhor ainda: enquanto que a integração moral e política não se exercia sem problemas (necessitava lançar mão da repressão aberta), as novas técnicas economizam repressão: o consumidor interioriza, no próprio movimento do consumo, a instância social e suas normas. (Baudrillard, 2002: 184-185)

Dentre o universo de temáticas trabalhadas nos anúncios da época que são de extrema relevância para a compreensão deste processo, como uma certa noção de progresso justificadora deste modelo, o crescimento da indústria automobilística, o uso da imagem de Brasília e sua inserção na ideia de modernidade em contraste com o arcaísmo, o lugar da mulher na sociedade e várias outras, optei por analisar mais detidamente aqui uma temática essencial para a compreensão mais ampla, não apenas de eventos concernentes a esta época, mas de um processo que ganha força neste momento e que tem duração mais longa e mais profunda nas nossas mentalidades, consistindo num perfeito caso do que teorizaram Baudrillard e os outros autores aqui trabalhados: o mundo do trabalho.

Produção e consumo, reificação e fetichização.

Tendo em vista que o Governo JK e suas estruturas estão estreitamente atrelados à consolidação do capitalismo nos moldes dos EUA, ou seja, que a formação de um imaginário social eminentemente capitalista em certa medida transcende as representações políticas nacionais, estando ambos em parte subordinados a esta estrutura econômica, destaco primeiramente como se dá nos anúncios publicitários o processo de fetichização da mercadoria em contraposição à reificação do homem, condição para que o capitalismo se fixe definitivamente, como já visto.

Este anúncio da Coca-cola [Fig. 02] (*Manchete*, 7/5/1960: contracapa externa) é bastante revelador. O consumo do refrigerante é posto como ideal para o momento de pausa das tarefas porque assim “Todo o trabalho é prazer e rende mais”. Ou seja, esses produtos são como combustíveis para o trabalhador, e não é à toa que haja um frasco de óleo com certo destaque nesta peça: se o óleo é o combustível da engrenagem, a Coca-Cola é o combustível da “engrenagem” da operária. De modo semelhante, a Nestlé coloca em seu anúncio um operário tomando uma xícara de Nescafé em seu momento de descanso (*O Cruzeiro*, 3/3/1956: 41), argumentando que assim ele pode fiscalizar o trabalho dos fusos “com o melhor de sua competência e atenção”.

Assim, o trabalhador não é mais do que mais uma peça destas máquinas, que faz parte das suas engrenagens e não tem mais relação alguma com o que produz, estando alienado dele e cumprindo apenas seu papel em um determinado momento da produção.

A genialidade de Charles Chaplin na criação da memorável cena das máquinas em *Tempos Modernos*, na qual o personagem Carlitos é uma grande vítima deste processo, consegue extrair uma deliciosa poesia de algo sem poesia nenhuma, que é cruamente representado em um anúncio das fitas Scotch (*O Cruzeiro*, 6/9/1958: 37). Nele temos um personagem que trabalha na vedação de uma fileira de caixas com a fita da marca. A singularidade está neste personagem: é impossível definir se se trata de um homem-máquina ou de uma máquina-homem. Independentemente da ordem, a verdade é que é exatamente isso o que se busca: trabalhadores que sejam o mais semelhante possível a máquinas: eficientes e obedientes.

Há, no entanto, o outro lado. Se no universo das máquinas a condição humana é retirada do trabalhador, é pelo consumo que esta condição é retomada. Pelo anúncio da Coca-Cola, o consumo do refrigerante traz o prazer ao trabalho, ou seja, supostamente refaz o laço perdido entre o homem e o trabalho, no qual há uma identidade entre o trabalhador e o objeto produzido. Esta relação, no entanto, é deformada, pois a identidade não se dá com o que foi produzido, mas com o que foi consumido.

Assim, a publicidade se põe como uma mediação entre o mundo selvagem da produção capitalista e o mundo da identidade do consumo, cuja linguagem “cala o produto e fala do bem de consumo” (Rocha, 1990: 67). Ausenta-se assim a sociedade real e suas contra-dições, e o trabalho da operária torna-se prazeroso por que simplesmente é omitido o processo de exploração de seu trabalho e daquele que produziu a Coca-Cola que ela está tomando.



[Fig. 02] (*Manchete*, 7/5/1960: contracapa externa)

Movimentos populacionais: trabalho e consumo.

A necessidade de criar esta idealização do mundo do trabalho industrial e das possibilidades de um novo padrão de consumo que ele supostamente traz é especialmente forte neste período: sendo os anos 50 a época do grande *boom* da industrialização brasileira, é também neste período que as cidades do Sudeste, onde localizam-se as maiores indústrias, recebem um enorme contingente de novos operários, a maioria vinda de regiões rurais, especialmente do Nordeste.

Um tanto negligenciado pela nossa historiografia, o intenso movimento migratório ocorrido nesta época provocou enormes transformações no Brasil, de modo que em 1960 quase metade da população brasileira já vivia nas cidades⁴.

Eric Hobsbawm explica “a morte do campesinato” em quase todo o globo durante a segunda metade do século XX (dando destaque a este processo no chamado Terceiro Mundo) a partir da modernização e maquinização da agricultura, além de outras realizações tecnológicas no campo. Segundo ele, “Nessas circunstâncias, a agricultura simplesmente não mais precisava dos números de mãos e braços sem os quais, nos dias pré-tecnológicos, uma safra não podia ser colhida, nem na verdade do número de famílias camponesas regulares e seus empregados permanentes.” (Hobsbawm, 1995: 287)

Um anúncio do Jeep Willys (*O Cruzeiro*, 6/9/1958: capa interna) ratifica e ilustra exemplarmente o texto de Hobsbawm. O “braço direito do homem do campo” (O Jeep) substitui um contingente enorme de bra-

⁴ Cf. dados dos Censos de 1950 e 1960. (Apud. DURHAN, 1973: 21).

ços que ali trabalhavam anteriormente, destacando-se na foto apenas o motorista sobre o veículo e outro operário que carrega recipientes de leite a ser vendido. Este processo de industrialização da agricultura é de fato fundamental na expulsão de um número imenso de famílias do campo, mas há no Brasil uma peculiaridade que agrava tal processo: a desordenada ocupação de novas terras ao Oeste por latifúndios, advinda da política de completa omissão do governo JK em relação a esta questão – como moeda de troca pela hegemonia dos industriais –, também expulsa diversos pequenos proprietários e posseiros dessas regiões. (Moreira, 2003)

Porém, se temos as principais explicações para a expulsão de populações rurais, devemos procurar compreender o que as atrai para as cidades. O motivo mais visível é, certamente, a grande oferta de emprego pelas indústrias. No entanto, esta não é a única razão. Para Eunice Durhan,

A migração rural-urbana também pode ser considerada como um fenômeno de mudança sociocultural que envolve a transformação dos padrões de comportamento vigentes nas comunidades rurais de onde provêm os imigrantes. Esses padrões representam uma forma particular de ajustamento a um contexto geográfico-sociocultural determinado e precisam ser substituídos por outros, que permitam uma adaptação satisfatória às condições urbanas de vida. (Durhan, 1973: 11)

Assim, “É nos anos 1950 que pela primeira vez na história do Brasil o mundo urbano sobrepuja o rural em termos de imaginário da sociedade brasileira.” (Oliveira, 2002: 31). Ou seja, não apenas a expansão do modo de produção capitalista para o campo, mas também do modo de vida da cidade são os responsáveis por esta gigantesca alteração na estrutura social brasileira. Enfim, “A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas também porque é considerada uma forma superior de existência.” (Mello; Novais, 1998: 574)

Aqui se compreende com clareza a citação de Baudrillard feita anteriormente acerca de uma “economia” de repressão e violência quando essa substituição de valores e práticas é tragada para o plano individual do consumo. No caso que analisamos, a difusão de bens de consumo vindos das indústrias (junto às suas imagens publicitárias) e da correlata ideia da cidade como lugar superior e, portanto, civilizador, faz com que o indivíduo que sai do campo com conhecimentos, ações e valores tradicionais, abandone-os em prol do modo de vida urbano, pautado na eficiência, na obediência e no individualismo. Assim, este próprio indivíduo se educa para tornar-se mais uma peça (muito barata) das engrenagens das fábricas, no anseio de galgar os degraus da hierarquia social e poder também consumir tudo aquilo que vê e deseja. Forma-se assim um operariado muito mais obediente e maleável que aquele das primeiras décadas do século, politizados e com solidariedade de classe, posto que o trabalho ainda não era individualizado pelo fordismo.

No entanto, ainda que o contingente de migrantes no Brasil dos anos 50 seja enorme, nas inúmeras imagens dos anúncios publicitários

analisados estes personagens praticamente não existem, com apenas uma exceção que será trabalhada mais adiante. E o motivo é simples: ainda que estas pessoas desloquem-se em direção às cidades em busca do modo de vida e do padrão de consumo que ouvem no rádio, veem nas revistas e nos seus anúncios, este continuará não sendo o seu mundo.

A despeito da ilusão capitalista da igualdade de oportunidades, sabemos que “a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas.” (Mello; Novais, 1998: 581-2) Assim, com algumas exceções, estes migrantes ocuparão os postos de trabalho subalternos e de baixa qualificação, nos quais também as possibilidades de consumo são bem menores.

Desta forma, por mais que os anúncios publicitários, via de regra, se dirigissem a camadas médias e altas, tendo-as como personagens e interlocutoras, também as classes baixas consomem estes anúncios (no sentido dado por Everardo Rocha): não podem comprar a maioria daqueles produtos, dos quais muitas vezes são até mesmo concorrentes⁵, mas compartilham do desejo de obtê-los e aos seus significados sociais. Enfim, compartilham desta ideologia e enquadram-se nela.

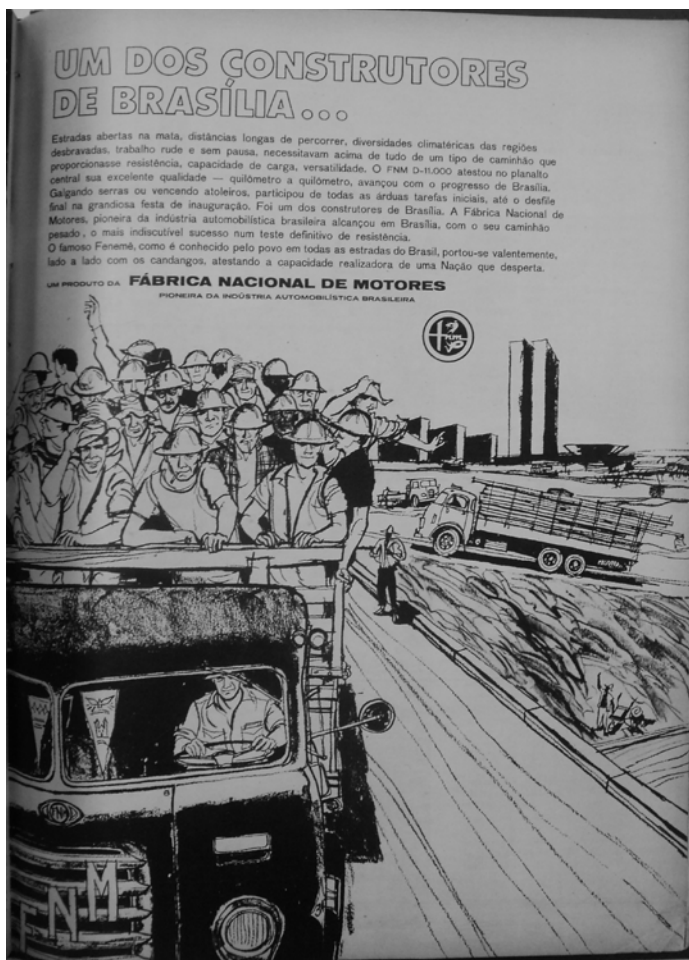
A única peça publicitária encontrada entre o material pesquisado que trata da questão da migração, ainda que de modo indireto, é bastante representativa. O anúncio da FNM (Fábrica Nacional de Motores) [Fig.

⁵ Cf. a análise de Anna Cristina Figueiredo de alguns anúncios do início da década de 60, como o do aspirador de pó Walita, que “não recusa serviço”, do carro Renault-Dauphine, que era “de inteira confiança” e da televisão Empire, “a melhor babá do mundo!” Figueiredo, 1998: 68-71)

03] (*Manchete*, 29/10/1960: 107) fala de “um dos construtores de Brasília”, o caminhão da marca. No entanto, no fim do texto aparece outro personagem, coletivo, que tem bastante destaque na figura: os Candangos, operários da construção da nova capital. O texto diz que “O famoso Fenemê, como é conhecido pelo povo em todas as estradas do Brasil, portou-se valentemente, lado a lado com os candangos, atestando a capacidade realizadora de uma Nação que desperta.”.

O anúncio, portanto, aponta uma união de forças entre a indústria e as próprias mentalidades em prol desta “nação que desperta”. Mas podemos nos questionar se estes próprios trabalhadores também compartilhavam deste desejo de colaboração com o crescimento da Nação. Um interessante documento é capaz de nos fornecer uma pista, ainda que a partir dele não se possa tirar uma conclusão generalizada: em 2011 foi descoberto um fosso no Congresso Nacional com registros provavelmente feitos pelos próprios candangos em 1959, durante a construção de Brasília. Estas mensagens mostram uma forte presença de valores tradicionais, como honra e honestidade, através de escritos como “Si todos Brasileiros Focem Diginos de honra e honestidade, Teriamos um Brazil bem melhor!”, mas já atrelados ao pensamento dominante de que o projeto nacional-desenvolvimentista de JK – representado em Brasília – solucionaria os problemas do país, registrado na expressão “Brazilia de Hoje, Brasil Amanhã”. Enquanto pairava sobre boa parte da população brasileira a ideia de que o futuro havia finalmente chegado e o Brasil se tornava um país desenvolvido, estes trabalhadores têm plena consciência de que em todo este ufanismo do progresso e da modernidade eles não se encaixavam. No entanto, isso não quer dizer que não compartilhavam deste ufa-

nismo, que então é transferido novamente para o futuro: “Sò Temos uma Esperança Nos Brasileiros de Amanhã”⁶.



[Fig. 03] (*Manchete*, 29/10/1960: 107)

⁶ Expressões transcritas de fotos deste fosso, publicadas em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/11/inscricoes-de-trabalhadores-que-construiram-brasilia-sao-descobertas-no-congresso.htm> Foto de André Coelho/ Agência O Globo [Acesso em 21.set.2012]

A partir disto, podemos inferir que há uma consciência por parte do operariado em relação à exploração por eles sofrida (não se devendo esquecer dos importantíssimos movimentos de resistência de trabalhadores urbanos e rurais, além de outras categorias), que no entanto muitas vezes é cooptada e entendida como necessária para a posterior inserção no sistema. Inserção que se dá sob uma ilusão de igualdade de oportunidades, em que basta o esforço pessoal e uma boa “autopropaganda” para se alcançar o posto desejado: o de possibilidades ilimitadas de consumo.

O progresso do país e o progresso individual.

Com a inserção no mundo urbano, o desejo de “crescer na vida” se torna cada vez mais recorrente pelas possibilidades de melhores colocações profissionais trazidas pelas grandes indústrias e empresas e tudo o que gira em torno disso. “Progredir na vida”, portanto, passa a referir-se exclusivamente a um crescimento de ganho material e às possibilidades de demonstrar tal ganho através do poder de consumo.

Posto que o produto resultante do trabalho do indivíduo já está totalmente desvinculado dele, como já vimos, o prestígio do cargo ocupado e o salário ganho passam a ser o objetivo do trabalho, e não mais o trabalho em si, desprovido de qualquer sentido. Este prestígio e o salário a ele concernente seguem o padrão capitalista de eficiência e concorrência. Porém, frequentemente é acrescentado mais um valor: o da aparência.

Em ambientes onde as pessoas se conhecem cada vez menos, inclusive no trabalho, a boa aparência passa a ser um valor altamente desejável, sendo cada vez mais a responsável pelo julgamento do indivíduo e do seu trabalho. Conforme Anna Figueiredo, “a ascensão social deixa de

ser conquistada apenas pelo esforço ou pelo talento do indivíduo e passa a depender, em grande medida, do seu padrão de consumo.” (Figueiredo, 1998: 96)

É seguindo essa lógica que a Gillette publica nas duas revistas estudadas uma sequência de anúncios protagonizados por diversos tipos de trabalhadores – um comerciário, um bancário, um estudante, um funcionário, um operário e um jogador de futebol – que tem duas coisas em comum: usam Gillette e, especialmente, buscam maior prestígio e/ou salário em seu trabalho. Um objetivo conquistado pela simpatia, destacada em todos os anúncios da série, mas principalmente pelo consumo do produto anunciado: “A razão do meu sucesso? ‘Está na cara’ faço a barba todo dia com Gillette azul...”, é o que dizem todos os personagens. Um dos textos ainda acrescenta: “Sim! A simpatia é meio caminho para o sucesso. Vença também pela simpatia, conservando boa aparência.” (*O Cruzeiro*, 3/3/1956: 68)

A busca cada vez maior por posições privilegiadas na sociedade através de certas colocações no mundo do trabalho, agora determinadas pelos critérios de eficiência e aparência, e sob as leis da concorrência, não atinge apenas os trabalhadores em suas atividades, mas inclusive as profissões em si. Se tradicionalmente os ofícios mais cobiçados eram os ligados ao exercício intelectual e científico, como o direito, a medicina e o magistério, tais valores foram sucumbindo a esta crescente necessidade de quadros puramente técnicos e racionalizados.

Ao fazerem um panorama da estrutura social brasileira e sua mobilidade nos anos 50, Fernando Novais e João Cardoso de Mello ressaltam que

A grande empresa privada passou a exigir um novo padrão de direção e de gestão, mais racionalizado, mais profissionalizado. Com isso, firma-se de vez a valorização do engenheiro, que despontara no começo do século como símbolo da civilização urbano-industrial, em oposição ao bacharel. (...) As diretorias, gerências e chefias vão se especializando, se multiplicando. Surgem as escolas de administração de empresas, clubes de gerentes e revistas especializadas, que tratam de difundir os padrões americanos de gestão. E vai aparecendo o profissional da publicidade, também no mais puro molde americano, junto com a escola de propaganda. (Mello; Novais, 1998: 593)

Não é por um acaso, portanto, que a Parker 51, “a caneta mais desejada do mundo”, esteja nas mãos de um Engenheiro, num anúncio da marca (*O Cruzeiro*, 28/1/1956: 42-E). Segundo o texto da peça, “Ele prefere a Parker ‘51’, porque sabe que é uma obra prima de engenharia, um instrumento de precisão, que jamais decepcionará.” Assim, num mundo que exige cada vez mais “funcionalidade” e “precisão”, o papel do engenheiro (e do bem de consumo que aqui o representa) é vital, não podendo causar “decepções”.

Longe de ser uma coincidência, o Plano de Metas de JK contém 30 itens, dos quais 5 são referentes ao setor de energia, 7 aos transportes, 6 à alimentação (ampliação de produção e armazenamento), 11 à indústria de base e automobilística e apenas uma (a última) à educação. Esta meta diz: “Meta 30 – Pessoal técnico: Intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento.” (Apud. Faro; Silva, 2002: 84).

Este elemento nos ajuda a perceber com clareza a composição desta difícil trama dos anos JK: a implantação de um projeto internacional de consolidação definitiva do capitalismo no então chamado terceiro mundo, inclusive o Brasil, em meio à disputa da Guerra Fria e de seus valores, se expressa aqui na política de JK de intensa aceleração da industrialização (que internamente joga com os setores ruralistas) sem que haja uma real transformação social, o que é expresso na sua política educacional posta na meta nº 30, de uma completa despreocupação com uma formação ampla do indivíduo e o puro objetivo de formar quadros técnicos pras indústrias e mesmo para o Estado que se burocratizava. Longe de se chocar com as representações sociais (especialmente das crescentes camadas médias) acerca da formação pessoal e profissional do indivíduo, tal projeto encontrou respaldo no próprio desejo de ascensão social através deste tipo de profissão, acalentado – ainda que de modo bem mais tímido – desde o início da industrialização.

Considerações finais: que democracia?

Enfim, o uso da publicidade como documento para o estudo dos anos JK se mostra bastante fecundo se consideramos que industrialização e profissionalização da publicidade não são apenas processos coincidentes, mas que o primeiro necessita do outro como difusor não apenas de mercadorias, mas de determinadas ideias, valores e práticas – ou, em suma, da ideologia – do capitalismo industrial.

Ideologia que atrai um sem-número de pessoas que viviam miseravelmente no campo, no sertão ou em pequenas cidades, em busca de um novo padrão de vida – e de consumo –, que fornece a eles uma vida não

menos miserável nas grandes cidades, agora inchadas e sem infraestrutura nas periferias, onde passam a morar estas pessoas; que explora seu trabalho e os aliena do que produzem, tirando-lhes completamente o sentido do trabalho; que, finalmente, torna a vida do indivíduo tão ou mais miserável quanto anteriormente, mas que oculta esta miséria – muitas vezes mais moral do que financeira – nas ilusões de progresso e de livre iniciativa, nas ilusões de consumo interminável e insaciável.

O que subjaz nisto é uma falsa ideia de democracia implantada nos anos JK e que tem sobrevivido muito bem até hoje: apesar da valorização dos Anos JK como um dos períodos mais democráticos vividos no Brasil, os “Anos Dourados”, pouco se questiona se houve (e se há) a democratização do processo de industrialização, dos espaços do campo e da cidade, dos bens produzidos e do enorme capital gerado em tudo isso. Uma falsa democracia que se esconde pelo nascimento, neste período, de uma “democracia de mercado”. Se a nossa democracia nunca foi plena, se os direitos dos cidadãos e mesmo humanos não são plenos, o “direito do consumidor” ganha cada vez mais espaço, junto a uma publicidade cada vez mais requintada, com maior destaque no cenário mundial e mais presente em nosso cotidiano.

Como afirma Guilherme Atem,

Sob uma aparente interface amigável de democracia, jaz uma “democracia de mercado”, tão sedutora quanto redutora. Em outras palavras, uma “democracia de mercado” é uma contradição nos próprios termos e jamais deveria se basear numa participação restrita daqueles que nela têm poder aquisitivo para consumir.

É claro que a exclusão socioeconômica continua afetando a maior parte das pessoas, mas o novo Capitalismo encontrou um novo modo de dominar a todos os que não são miseráveis, sem que eles se sintam agredidos – a dominação pela inclusão (via consumo). (...) A nova inclusão tornou-se a chave para a nova sujeição. (Atem, 2009: 28)

“Democracia de mercado” que se mostra em pleno vigor até hoje – ainda que tenha tomado diferentes formas ao longo do tempo, em conjunturas específicas –, e cuja compreensão passa pelo entendimento da escolha de um determinado modelo de desenvolvimento e modernização, feita de modo definitivo nos anos JK.

Referências das Fontes

Revista “O Cruzeiro” – Ano 28: nº 15 [28.01.1956]; nº 20 [03.03.1956]; nº 62 [07.07.1956]. Ano 30: nº 47 [06.09.1958].

Revista “Manchete” – nº 241 [01.12.1956]; nº 420 [07.05.1960]; nº 445 [29.10.1960]; nº 446 [05.11.1960].

Referências Bibliográficas

ATEM, Guilherme. “Persuadere: Uma história social da propaganda.” In: MACHADO, Maria Berenice (Org.) **Publicidade e Propaganda – 200 anos de história no Brasil**. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BORBA, Célio Cavalcanti. **Publicidade: Uma metamercuradoria – análise da ideologia do discurso publicitário impresso no Brasil**. Recife: Mestrado UFPE, 1985.

CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana R. F. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO,

Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Orgs.) **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas/SP: Papirus editora, 2000.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Q. da. “A década de 1950 e o Programa de Metas.” IN: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “**Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada**” – Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

GOMES, Angela de Castro (Org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, João M. Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.” IN: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) **História da vida Privada no Brasil**, v. 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural.” IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (Orgs.) **O Brasil Republicano**, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Tempos de JK: a construção do futuro e a preservação do passado.” IN: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: Margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial/ Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.

PINHO, José B. “Trajetória da Publicidade no Brasil: das origens à maturidade técnico-profissional.” IN: _____ (org.) **Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: INTERCOM, 1998.

ROCHA, Everardo P. G. **Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento.” IN: FAUSTO, Boris (coord.) **História geral da civilização brasileira** – Tomo III: O Brasil Republicano, v. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES ESPIRITUAL E TEMPORAL NA TEORIA POLÍTICA DE ÁLVARO PELAYO ATRAVÉS DE SEU *SPECULUM REGUM* (1341-1344)

Leonardo Girardi¹

Resumo: Intentamos por meio deste artigo explorar a forma como o *Poder Espiritual* se articulou diante da nova realidade que começa a se esboçar por entre os séculos XIV e XV. Por ser o meio clerical nosso objeto central, é através de seu prisma que iremos analisar o contexto da Baixa Idade Média, elegendo para tal os trabalhos de Frei Álvaro Pelayo (c. 1270-1352), os quais bem explícita sua teoria política. Através das prerrogativas contidas em sua obra *Speculum Regum* (redigida entre 1341-1344), analisaremos alguns dos argumentos de ordem espiritual na tentativa de defesa da já combatida soberania eclesiástica sobre o *Poder Temporal*, observando também de que modo estes se articulam com o contexto da centralização do poder em torno da figura régia em Portugal.

Palavras-chave: Baixa Idade Média, Portugal, Teoria Política, Álvaro Pelayo, *Speculum Regum*, Poder Espiritual e Poder Temporal.

Introdução

Álvaro Pelayo esteve profundamente ligado às questões de seu tempo. Tal colocação consta como uma máxima bastante recorrente em boa parte da historiografia dedicada especificamente ao frei galego². Entretanto, podemos dizer que a mesma tem o seu fundo de embasamento,

¹ Aluno do 6º período de graduação do curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Paraná. Esta pesquisa é orientada pela Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes. Link do Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=H8069553>

² E aqui destacamos especialmente os trabalhos desenvolvidos por José Antônio de C. R. de Souza, Armênia Maria de Souza e Moraes Barbosa.

principalmente se nos pautarmos no fato de Álvaro Pelayo haver se detido longamente nos grandes debates que moveram a primeira metade do século XIV – a saber, dentre outros mais, a centralização do poder real e a disputa Sacerdócio/Império, temas estes que nos debruçaremos ao longo deste trabalho – e formulado sua teoria política como reflexo, ou, em resposta a eles.

Em trabalho anterior, tivemos a oportunidade de analisar o Cisma do Ocidente (1378-1417) sob o foco da política pendular do soberano D. Fernando I de Portugal (1367-1383) tendo em vista assim, as relações políticas que envolvem as esferas espiritual e temporal do poder (GIRARDI, 2012). Agora, recuamos nosso foco analítico para aproximadamente quarenta anos antes dos eventos tratados anteriormente, a fim de explorarmos melhor as causas que desencadearam a série de querelas e comoções que movimentaram o final do século XIV e início do XV, bem como melhor explorar este período transitório do Medievo para a Modernidade. Sendo assim, temos como evento principal a se desenrolar dentro da Cristandade latina o chamado *Exílio de Avignon* (1309-1377), compreendido pela ausência da Cúria Pontifícia da cidade de Roma e sua consequente instalação em Avignon, França, culminando na sujeição da Cúria à coroa dos francos³.

³ O *Exílio de Avignon* compreende o período de cerca de setenta anos (1309-1378) em que a Cúria Pontifícia esteve ausente da Cidade Eterna, causada por sua transferência à cidade francesa de Avignon, de forma que o Papado mantivesse-se sob a tutela dos soberanos franceses, além de dar fim às suas pretensões de concretizar a chamada Teocracia Pontifícia. Embora o acontecimento possa ser encarado como um período de completo desastre para a Igreja, Avignon se tornou um importante centro cultural, ponto de parada nas rotas que perpassavam a Cristan-

Tal acontecimento é importante por marcar a ascensão dos poderes régios em paralelo aos últimos suspiros dos sonhos pontifícios de um primado de carácter político sobre os reinos do Ocidente, o qual encontrou durante muito tempo seu sustento em teorias elaboradas por grandes doutos da Igreja. Neste sentido, podemos mencionar o duelo que se desenvolveu no próprio interior da Instituição, evocando nomes como o de Marsílio de Pádua, Guilherme de Ockham – de tantos outros –, que atuaram como vorazes críticos das ideias contidas na *teocracia pontifícia*; e em contrapartida, evocam-se aqueles que se empenharam na construção de defesas e ofensivas a esses críticos, observando-se aqui Egídio Romano, Tiago de Viterbo e, *Álvaro Pelayo*. Centramos assim nossos esforços neste último, eminente frei galego e bispo de Silves (Portugal), que veio a ter importante destaque no cenário ibérico – sobretudo português – por meio de seus posicionamentos políticos veiculados através de seus escritos, os quais tomaremos como fonte primária o *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum* – 1341-1344), obra esta em que o frei deixa muito bem clara a sua concepção de supremacia do *Sacerdotium* sobre o *Imperium* ou, de maneira mais sintética, do poder espiritual sobre o temporal. Desta forma, rapidamente introduziremos o contexto em que autor e obra estão inseridos, para no momento seguinte, analisarmos detidamente as premissas contidas na fonte, dedicada a Afonso XI, o Justiceiro, rei de Castela, mas que pode responder à situação de indisposição do bispo para com o soberano português D. Afonso IV, o Bravo.

dade latina; por consequência, desenvolveu-se ali uma grande e opulenta corte, com um aparato administrativo/burocrático tão desenvolvido quanto aquele outrora encontrado em Roma (KNOWLES & OBOLENSKI, 1976).

Álvaro Pelayo em seu tempo

Nascido por volta do ano de 1270, sendo quase impossível precisar a data por escassez de dados, sabe-se com certeza da procedência galega de frei Álvaro – mais especificamente de San Juan Del Salnés, Cambados, Província de Pontevedra, pertencente à arquidiocese de Santiago de Compostela. Outro dado de valor é que fora filho bastardo do nobre D. Payo Gómez Chariño, importante almirante da corte castelhana, além de ser considerado como um dos maiores trovadores galegos do século XIII. Por tal posição prestigiosa de seu pai, Álvaro conseguiu ter sua educação garantida em meio à corte de D. Sancho IV, rei de Castela (1284-1295) a quem muito dedicou seu afeto e sempre deveu suas gratidões e elogios – estendidos por conseguinte a Alfonso XI, futuro rei (1325-1350) (SOUZA, A. M., 2011; SOUZA, J. A., 2010, 2011).

Para além de sua educação em tal corte,

“[...] em virtude de sua origem bastarda, Álvaro deve ter sido destinado à carreira sacerdotal e, com grande probabilidade de certeza, podemos supor que terá frequentado a renomada escola catedralícia de Compostela, tendo aí recebido uma formação cultural básica e filosófico-teológica bem sólidas a fim de poder exercer a contento seu ministério. [...]” (SOUZA, A. M, 2011: 190).

Fora um “cosmopolita”, nas palavras de Armênia Maria de Souza (SOUZA, A. M, 2011: 190) e podemos atestar tal colocação pela caminhada descrita tanto por esta autora, como por José Antônio de Souza

(SOUZA, J. A., 2004). Álvaro viveu na Itália, onde cursou Direito na Universidade de Bolonha, possivelmente persuadido por parentes próximos que almejavam sua ascensão na hierarquia eclesiástica – tendo em vista que a Igreja do século XIII estava sendo governada em grande parte por Papas cuja formação era intelectual, destacando-se pela série de juristas: o que atrelava a Igreja mais às ações políticas do que pastorais; esteve em Assis como frade da Ordem Menor de São Francisco, e em seguida na corte papal de Avignon, atuando como penitenciário do Papa João XXII e finalmente, ocupou o bispado da diocese de Silves, em Portugal (atualmente diocese de Faro, no Algarve, sul do país), também eleito para esta função pelo Papa João XXII. Por meio destas informações, podemos perceber o arcabouço intelectual adquirido por Álvaro Pelayo, elemento este que dará forma e sustento ao seu trabalho, reforçando assim a primeira frase que citamos ao início de nosso texto: “esteve profundamente ligado às questões de seu tempo”.

Desta ligação com o seu tempo surgiu o conjunto maior de sua obra, composto por três grandes títulos, a saber: *De Statu et Planctu Ecclesiae* (1330-1332); *Speculum Regum* (1341-1344); *Collyrium Fidei Aduersus Haereses* (não há uma data precisa para sua redação, mas sabe-se que é posterior ao ano de 1344). Somando-se a estas, Pelayo redigiu outros três escritos menores: *Comentário ao Evangelho de São Mateus*, *Comentário sobre os Quatro Livros de Sentenças* e *Sermão sobre a Visão Beatífica* (BARBOSA, 1972: 15-19). Na trilogia principal, fica-se clara a atenção do autor para com a Cristandade, sobretudo a Igreja, salientando seus problemas (que foram representados principalmente pelas heresias, por conseguinte, elencadas no *Collyrium Fidei...*) e dando-lhes soluções, estas

que perpassam além do mais, pelo conjunto de sua obra. Em seu *Speculum Regum*⁴ encontramos uma boa lapidação de sua teoria política, vista primeiramente no *Statu et Planctu Ecclesiae*, dadas às revisões e acréscimos feitos pelo autor. No que tange a atribuições, é interessante mencionar o fato de que esta obra recebe a marca de “primeira obra de filosofia política redigida em Portugal”, o que por si só, atraí nossos interesses e foco de atenção.

Muito embora à época da redação do *Speculum Regum* as lutas entre o poder espiritual e temporal já estivessem frias e relegadas às brumas do tempo (BARBOSA, 1972), a composição de sua obra denota a força que tais teorias apresentam, sobretudo quando os motivos que impulsionam a sua criação já foram superados – ou seja, o embate entre Papado e Sacro-Império Romano Germânico que por séculos se arrastou até a vitória da Instituição religiosa no século XII. Porém, estas discussões ainda encontram importância por estarem situadas num momento crucial para a forja das bases do Estado moderno, bem como de sua subsequente consolidação, sobretudo se levarmos em conta a expansão da figura régia que mais tarde, culminaria o absolutismo. As relações de poder no reino de Portugal testemunham muito bem a favor de tal prerrogativa afinal, assis-

⁴ O gênero dos *Espelhos de Reis*, ao qual se insere nossa fonte, corresponde aos tratados doutrinários que objetivavam a instrução de príncipes ao exercício do bom governo através de modelos teóricos de conduta pautados em exemplos cristãos de virtude e ética. Tais tratados baseavam-se na autoridade dos grandes autores pagãos da Antiguidade e nos textos bíblicos, assim bem como nos grandes pensadores medievais. Características como “bom legislador”, “justo” e “protetor da Cristandade” eram bastante evocadas, apontando e em alguns momentos para a contenção da figura régia, objetivo de alguns membros do clero ao redigirem suas obras (DIEHL & VERÍSSIMO, 2011).

timos à elevação cada vez maior da figura do rei dentro do cenário político, centralizando em torno de si e de sua autoridade todas as funções administrativas, burocráticas, legislativas, dentre outras do reino – ou seja, um momento impar na História da Idade Média⁵.

Assim sendo, dois fenômenos poderão ser registrados aqui, dentre inúmeros presentes e de destaque no panorama recortado, e que terão relações entre si no que tange à nossa pesquisa: a já mencionada centralização do poder nas mãos do rei (projeto que em Portugal fora iniciado basicamente com Afonso III, levado a cabo com D. Dinis e aprimorado com Afonso IV), e o fim da premissa de Teocracia Pontifícia, frente à sujeição da Cúria de Roma ao reino francês, liderado no período por Filipe, o Belo (1268-1314), e a posterior transferência desta para a cidade francesa de Avignon.

Neste sentido, Oliveira Marques em *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* oferece justamente um panorama demasiado detalhado do reino de Portugal em seus vários aspectos (econômico, político, social, religioso...), dentro do marco cronológico de 1320 a 1470. A escolha deste período por sua parte faz jus à crise que acometeu toda a Cristandade latina, caracterizada pela trindade *fome, guerra e peste* – o reino peninsular não escapou. Muitas mudanças o afetaram, projetando-o de maneira mais incisiva no palco europeu, impulsionando-o à expansão comercial, ou transformando a própria sociedade trinitária, transformação esta onde destacamos principalmente a Nobreza e o Clero por pertencerem ao meio que tratamos: a centralização do poder levou à uma renovação da Nobreza (a

⁵ Tal fenômeno da centralização do poder ocorre em vários outros reinos da Cristandade latina, senão ao mesmo tempo, de forma semelhante.

exceção de alguns pequenos fidalgos), e o Clero encontrou dificuldades para se adaptar às novas transformações, burocratizando-se, e secularizando-se, fazendo cada vez mais parte da vida profana (MARQUES, 1986: 279-280).

Mesmo que tenha havido focos de resistência por parte de estruturas medievais mais obsoletas, o predomínio das novas, destacando-se a de governo, centralizado e sob as rédeas do rei, sobressaiu-se como denota o surgimento de uma legislação geral, da instituição do beneplácito régio, da nacionalização de dioceses e ordens militares e, também muito importante, a nova tributação estipulada pela Coroa, que não respeitava privilégio algum, caindo sobre nobres e clérigos, no que fica muito bem exposto pelo trecho a seguir:

“[...] o Rei e a burocracia da Coroa invadiam as prerrogativas dos senhores, interferiam nas suas terras, sobrepunham-lhes uma doutrina, uma autoridade e um centralismo que violavam todos os seus direitos e tradições. Até na guerra as novas invenções e estratégias retiravam gradualmente força e significado à cavalaria, ao castelo e a combate individual.” (MARQUES, 1986: 279).

Esta questão é interessante por nos conduzir à querela que se desenvolveu entre Álvaro Pelayo e o soberano português D. Afonso IV. Para uma breve descrição de D. Afonso e seu reinado, combinamos tanto as palavras de Marques na obra citada acima quanto o escrito de Armindo de Souza, 1325-1480, em *História de Portugal: A Monarquia Feudal*. D. Afonso IV ascende ao trono em 1325, sucedendo D. Dinis (1261-1325), com quem travou luta anos antes. Parte da nobreza lhe prestou auxílio em tal contenda, sobretudo como revanche às suas medidas centralizadoras,

sendo retribuída por um tempo pelo novo rei, que chegou a ser o soberano feudal modelo – até se fortalecer e retomar as medidas centralizadoras do pai. A paz na Península foi um marco no seu reinado, salvo um curto intervalo de 1336-1339 quando veio novo conflito com Castela, resultado de más bodas entre a filha de D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela, além da oportunidade da nobreza castelhana, descontente com seu rei, apoiar o soberano português. A Cruzada contra os muçulmanos feita logo após a guerra veio a cimentar a amizade com o vizinho castelhano, que atacado, solicitou ajuda de toda a Cristandade e especificamente, dos reinos próximos, no que foi atendido por D. Afonso IV em pessoa; deste movimento militar podemos destacar a Batalha do Salado (1340) por meio da qual, mais tarde, recebeu o epíteto de *o Bravo*.

A guerra com Castela (1336-1339) empreendida por D. Afonso IV levou a uma sobretaxação e até mesmo ao confisco dos bens eclesiásticos, especialmente aos de Silves, local para onde Álvaro Pais fora designado pelo Papa João XXII, anos antes. Tomando o fato como injusto, Pelayo redige uma carta endereçada ao soberano (possivelmente entre 1336-1337) tratando do matrimônio do infante com D. Constança, bem como se justificando pelo seu não comparecimento nas Cortes, a qual fora convidado por carta real. Na mesma Álvaro censura duramente o rei português tanto pela guerra contra Castela, que causava malefícios a muitas gentes, quanto por fazê-las às custas de bens eclesiásticos, destinados a socorrer os pobres e necessitados. Uma segunda carta, mantinha os mesmos tons, além de exortar o fato de o rei ter cobrado impostos arbitrários da Igreja de Silves, sem antes ter pedido a autorização da Santa Sé e por consequin-

te, ter violado a imunidade eclesiástica e desrespeitado a jurisdição episcopal.

Segundo as palavras de José Antônio de C. R. de Souza,

“[...] não cremos que os desentendimentos ocorridos entre o bispo de Silves e o monarca lusitano tenham apenas sido fruto de episódios circunstanciais. Na verdade, acreditamos que o motivo principal residiu basicamente na política centralizadora adotada por D. Afonso IV, seguindo as pegadas de seu pai, D. Dinis (1279-1325), e de seu avô, Afonso III (1248-1279), os quais, devido ao peso econômico e político do clero, tomaram proporcionalmente muito mais medidas contra o mesmo, do que em relação à nobreza, visto que os eclesiásticos, seculares ou regulares, impediam os soberanos de alcançarem seus propósitos aliados à burguesia. Aliás, pensamos ainda que não foi despropositadamente que João XXII, político experiente, nomeou D. Álvaro para o bispado de Silves.” (SOUZA, J. A. C., 2010: p. 85-86).

Em vista ao trecho recortado acima, observa-se que o soberano português tinha ciência da trajetória do Bispo de Silves, sobretudo, de sua ativa participação na luta empreendida anos antes entre João XXII e Luís IV⁶. Como Souza nos sugere, eis então um bom motivo para que se fosse prestada atenção ao frei, que por meio de suas atitudes poderia minar a política centralizadora que estava sendo empreendida. Em contrapartida, também vemos o apoio que lhe fora prestado ao pelo Papa que, ao mesmo

⁶ Luta esta travada por conta da questão sucessório do Sacro-Império Romano Germânico. Para mais dados sobre esta questão, conferir *As relações de poder na Idade Média Tardia* de José Antônio de C. R. de Souza, página 11 e seguintes.

tempo, queria ter presente em Portugal uma pessoa com pulso firme e devotada aos interesses da Igreja para coibir as ações das autoridades laicas que estavam a serviço da Coroa, principalmente em questões que pertenciam estritamente à esfera espiritual; ninguém mais conveniente, para tal encargo, do que um especialista em *Utroque Iure* e douto em tantos outros assuntos. Dito tudo isso, podemos tratar um pouco mais das ideias contidas no *Speculum Regum* e também das discussões de Morais Barbosa, tendo sempre como base a relação *Sacerdotium-Imperium*, no pensamento de Álvaro Pelayo.

O *Speculum Regum* e a Teoria Política de Álvaro Pelayo

O plano político é bastante abordado no início de nossa fonte devido ao momento em que fora redigida – vivia-se a euforia da vitória conquistada na Batalha do Salado (1340). Com o passar do tempo, o nível ético torna-se cada vez mais relevante em oposição ao político, acabando por dominar completamente sua parte final, como podemos observar pela intensa abordagem das virtudes (BARBOSA, 1972: 31-33). O *Espelho dos Reis* também é pobre no que tange à eclesiologia: tudo o que temos são referências dispersas ao longo de suas páginas, através das quais podemos deduzir o pensamento de Álvaro sobre o assunto. Assim sendo, observamos que a Igreja é a comunidade dos cristãos, vivos e mortos, onde Cristo é sua cabeça e seu chefe – de modo resumido, uma comunidade mística de salvação, onde no plano terreno o Papa é seu vigário uni-

versal e chefe maior do conjunto da Cristandade⁷. Podemos até dizer que está dotado da *Plenitudo Potestatis*. Como muitos autores medievais, vemos a recorrência à *Teoria dos Dois Gládios*, elabora séculos antes pelo Papa Gelásio I (seu pontificado foi de 492 a 496), presente também na obra de Álvaro Pelayo; como defensor da causa curialista, observa-se a atribuição de ambos os gládios – o temporal e o espiritual – ao Sumo Pontífice, pois outrora Cristo atribuíra o mesmo a São Pedro e esse, por consequência, a seus sucessores direitos, os Papas.

Com base nesta premissa, e de acordo com a doutrina da *Translatio imperii* (que ainda no *De Statu et Planctu Ecclesiae*, Álvaro tenta refutar as asserções no opúsculo de Marsílio de Pádua, intitulado *Sobre a translação do Império* (SOUZA, 2010: 238)), o Papa é a origem e causa eficiente do poder temporal, assunto muito caro para o frei galego. Graças ao Pontífice, se originou o Império Ocidental e também o poder imperial do imperador – e por consequência, não cumprindo suas prerrogativas, o Papa tem o direito de julgá-lo e destituí-lo do poder; já o contrário não pode acontecer: a jurisdição do Papa vem de Deus e não do homem, sendo assim, a autoridade temporal não tem o direito de julgar o Pontífice (Álvaro Pelayo deixa claro que seu poder também provém de Deus, mas recebe-o por meio do Papa). No caso do Imperador, este é tido como *minister Ecclesiae et Papatus*, ou seja, advogado, defensor e protetor da fé católica e da Igre-

⁷ Para não fugirmos em demasia de nova pesquisa, vale salientar apenas dois aspectos muito pertinentes levantados por José Antônio de Souza acerca das teorias opositoras de Marsílio de Pádua: 1 – Cristo não deixou nenhum chefe para a Igreja e São Pedro não teve nem exerceu nenhuma autoridade sobre os demais Apóstolos; 2 – Todos os sacerdotes, inclusive o papa, possuem autoridade igual (SOUZA, J. A., 2008: 281).

ja de forma geral, e do Sumo Pontífice e do Papado em particular, tendo como obrigação defender a fé cristã de todos os males e adversários.

Em linhas gerais, esta é a clara distinção entre um poder e outro, bem como a determinação de que o *poder temporal* está submisso ao *poder espiritual*.

“Álvaro Pais, estabelece, pois, duas ordens diferentes na vida humana: uma diz respeito à sua salvação eterna, e está supremamente confiada aos sacerdotes; a outra refere-se aos assuntos de ordem temporal, e o chefe supremo, nesta ordem de valores, é o Rei. O problema torna-se bem mais complexo, no entanto. Os próprios interesses temporais só são válidos enquanto contribuem para a total realização do homem. Deste modo, e porque o ser humano só se realiza completamente na beatitude eterna, mediante a visão directa de Deus, coloca-se o temporal em função do espiritual, a vida terrena em função da celeste e, como consequência ultima, o príncipe deve submeter-se em grande parte ao Papa e o Imperium ao Sacerdotium.” (BARBOSA, 1972: 147).

Entretanto, as explanações do Bispo de Silves tornam-se mais aprofundadas à medida em que desenvolve seu texto, justificando os motivos pelos quais atribui tal distinção. Ao rei (quando mencionamos tal titulação, nos referimos aos soberanos temporais de maneira geral – e nisso inclui-se o Imperador) cabem inúmeras tarefas, todas elas de ordem civil – nesta esfera, como bem deixa claro Pelayo, seu poder é ilimitado e inquestionável, conforme própria atribuição de Deus, mesmo que o soberano seja um tirano.

Então, cumpre ao mandato da autoridade secular julgar as causas que são levadas a seu tribunal, aplicando-lhes a lei alicerçada na Justiça, legislar e ratificar leis para todos os setores da sociedade, bem como fazer com que as mesmas sejam cumpridas. Também lhe é devido ensinar seus

súditos a serem virtuosos, bons cumpridores da lei – resultado pedagógico proveniente de sua própria boa conduta, guiada pela graça das virtudes cardeais; propiciar aos mesmos os meios para que obtenham o necessário para viver bem; manter a unidade política do reino e a paz entre seus súditos, assim como assegurar a ordem pública interna e as defesas do território contra ameaças estrangeiras. É interessante o papel da *ética* na obra de Pelayo – Barbosa sempre ressaltará o todo orgânico que a temática *política*, *ética* e *metafísica* formam no *Speculum Regum*. Por isso, conselhos como agir sempre com retidão, governando primeiramente a si e depois aos súditos, deixando de se conduzir pelas paixões, serão recorrentes e estarão perfeitamente imbricados ao compromisso político (PAIS, 1956: 93-133; SOUZA, J. A. C., 2010: 240-241). O poder temporal é espiritualizado por Pelayo tanto pela ética que permeia o rei (que deve portar as virtudes) como pela natureza espiritual de sua meta última governamental, que é a Bem-Aventurança (BARBOSA, 1972: 240-241).

Podemos então observar que embora Álvaro Pelayo pregue a supremacia do poder espiritual sobre o temporal, o primeiro jamais tem por intento neutralizar o poder do segundo (assim como o inverso também é válido). O fato principal é que ao longo de toda a Idade Média, *Sacerdotium* e *Imperium* necessitaram sempre um do outro para legitimar sua soberania, muito embora os choques provenientes dessa legitimação tenham desenvolvido inúmeros trabalhos em defesa de uma ou outra instituição e, quando não envoltos por debates teóricos, houveram embates com muito sangue envolvido.

O que vemos então com o frei galego é a transformação do poder secular no braço da Igreja, que toma às vezes de cabeça, dentre duma me-

táfora a qual a Cristandade assume as a forma de corpo. Em vista que esse braço se pluraliza em múltiplos reis, o Papa acaba por ter seu poder estendido a todo o século, muito embora sua intromissão na esfera temporal seja tida como infratória e passível de incorrer no pecado, da mesma forma como um rei pode cair em tal infração:

“No tocante aos clérigos, ainda que tenham cometido um delito meramente secular, o monarca não tem o direito de coagi-los a comparecer ao seu tribunal, tanto porque gozam de foro próprio, quanto apenas lhe compete julgar os leigos e, pela mesma razão, não deve proferir sobre causas de natureza espiritual, porque estas são exclusivamente da alçada dos bispos, dos arcebispos e do papa⁸.” (SOUZA, 2010: 280).

O que vemos, portanto, não é a subjugação das esferas, muito embora a autonomia temporal seja limitada em vista das delimitações impostas pelo poder espiritual, mas sim, a criação de uma esfera de poder onde o temporal se alia ao espiritual. Álvaro Pelayo então visa estabelecer um sistema explicativo demonstrando a relação entre as duas instâncias de poder, sistema esse onde os dois gládios se harmonizam e se auxiliam, tendo em vista o governo da *Ecclesia* e, um fim último, o bem-comum para posteriormente, todos os cristãos ingressarem no Reino Eterno.

Vemos, portanto, Álvaro Pelayo concordando com a premissa de que o Imperador, neste caso, é o senhor do mundo, mas faz a ressalva de que ele o é dentro de sua própria esfera de competência. Ao receber do Papa o gládio temporal, o faz sob a promessa de defender e servir a Igreja, bem como zelar pela Cristandade (lembrando também do fato de que todo

⁸ No *Speculum Regum*, I, p. 104-106, Álvaro diz que nos assuntos de natureza civil, deve-se ouvir mais os príncipes do que os clérigos.

clérigo está impedido de portar armas, a exceção daqueles que compõe as Ordens Militares). Também podemos lembrar das funções últimas de cada esfera – a das autoridades laicas, prover a boa vivência do homem na terra; quanto a das espirituais, que conduzi-las à Bem Aventurança – estando a última hierarquicamente acima da primeira.

Conclusão

Ao analisarmos os trabalhos de alguns dos autores que se dedicam a História Medieval portuguesa e especialmente a um recorte cronológico semelhante ao nosso, observamos claramente a opinião de que os séculos XIV e XV são responsáveis por intensas transformações na Cristandade latina, transformações estas que forjarão os pilares para o que conhecemos como “Era Moderna”. Almejamos com este trabalho, além de clarificar e levantar pontos importantes sobre a teoria política de Álvaro Pelayo, compreender este período ímpar da história que antecede, e que ao mesmo tempo, tornam-se o ponto de partida para eventos de grande magnitude vindouros. Voltando mais uma vez ao pensamento do Bispo de Silves, se observarmos bem suas palavras, veremos a temática da unidade como um assunto recorrente em sua obra:

“Paz é unidade. Discórdia é divisão – logo, multiplicidade. O caminho do múltiplo para o uno manifesta-se, a um tempo, como imposição metafísica, ética e política. A unidade é inerente ao espírito; a multiplicidade é própria da matéria. Daí a submissão da matéria ao espírito, do corpo à alma, do reino do mundo ao reino eterno, do Imperium ao Sacerdotium. Daí também que – a um nível ético – o príncipe deva viver de acordo com as virtudes, proporcionando aos súbditos condições para uma vida igualmente virtuosa, já que só assim eles atingirão a bem-aventurança celeste. Aí está também a ra-

zão última de ser do próprio Estado, enquanto sociedade cujos membros estão em processo para Deus.” (BARBOSA, 1972: 284).

Observamos que, para além das questões de supremacia de um poder sobre outro, Álvaro sempre buscava pregar a unidade, tentando, por meio de suas teorias, formar um todo que tivesse o poder de manter a coesão e estabilidade da *Societas christiana*, pois outro caminho seria a crise e o fim certo da sociedade como os mesmos conheciam. Podemos encontrar justificativa para a obra de Álvaro Pelayo em algumas reflexões fornecidas por Jacques Le Goff.

Diz-nos o medievalista francês que a Igreja prestava grande ajuda aos reis, sacralizando o poder real e fazendo com que todos fossem obrigados a submeter-se a sua esfera de poder – quem a ela resistisse, ***resistia à ordem desejada por Deus***. Mas, em contra partida e de forma ambígua, esta fazia uso do rei para controlar seus guerreiros, atribuindo à realeza a função de braço secular, executando as ordens da classe sacerdotal em seu lugar, esquivando-se da força física, da violência e derramamento de sangue que, como já dissemos anteriormente, era proibido para a ordem religiosa. Destaca-se também para esta realeza, sua função de governar e reger o povo de Deus em equidade e justiça, em velar pela paz e pela concórdia. Aqueles príncipes deviam proteger as igrejas, os servidores de Deus, as viúvas e os órfãos e todos os outros pobres e indigentes; esboçam-se assim os *espelhos de príncipe* em que os bispos manipulam⁹ os

⁹ Le Goff coloca este termo, “manipulam”, em sua obra; entretanto, achamos mais conveniente usar a palavra “instruíam”, por não conter uma carga pejorativa em seu significado, tendo em vista que em vários casos, os autores redigiam tais

príncipes, desde Luís, o Piedoso, até, no século XIII, São Luís, que se esforça por ser o rei-modelo, tanto no plano moral quando no espiritual (LE GOFF, 1984: 27-28).

De tudo o que foi dito, precisamos nos deter principalmente na seguinte expressão: “resistia à ordem desejada por Deus”. Essa ordem era justamente o que propunha Álvaro Pelayo escalando hierarquicamente as esferas de poder, compondo seu sistema de governança visando o equilíbrio da Cristandade. Barbosa irá sintetizar muito bem tal ideia, partindo também das explanações do Bispo de Silves, dizendo que “[...] Igreja e Estado são dois polos solidários de um corpo unitário, de natureza político-religiosa: a Cristandade” e que “[...] temos ser a Igreja, fundamentalmente, uma comunidade, a qual, mesmo quando representada em exclusivo pelo papa, age como um todo, e como um todo adora a Deus e lhe presta acção de graças em todos os momentos.” (BARBOSA, 1972: 298).

Como dito anteriormente, o embate de séculos entre *Imperium* e *Sacerdotium* havia-se a muito findado, culminando com uma aparente vitória que conferiu ao Papado quase um século de supremacia sobre a Cristandade, indo do pontificado de Inocêncio III (que se iniciou em 1193) ao término do de Bonifácio VIII (1303), fazendo com que a Instituição, além do mais, saísse dele fortalecida (KNOWLES & OBOLENSKI, 1976: 10-12). Porém, com a série de querelas que envolveram Filipe, o Belo, de França e o Papa Bonifácio VIII, o monumento teocrático eclesiástico ruíra, a ponto de, por quase setenta anos, a Cúria Pontifícia ficar sujeita aos mandos e desmandos dos soberanos franceses. Tal fato marca o

obras objetivando o bem do reino e cumprindo suas funções como evangelizadores.

progresso da centralização do poder nas mãos dos soberanos dos vários reinos da Cristandade latina e, consigo, trás outras consequências ao clero, como a formação cada vez mais próxima de uma igreja nacional. Em paralelo a isso temos uma Guerra dos Cem Anos (1337-1353 – data canônica, embora o conflito tenha se desenvolvido de maneira intermitente) que, para além do que se imaginava, dividiria a Europa em dois blocos conflitantes entre si. Como agravante a tal situação, surgiria o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417) que abalaria severamente o pilar moral desta sociedade – a própria Igreja – dando existência a não apenas um Papa, mas sim, dois, chegando a um terceiro no século XV (GIRARDI, 2012). Bicefalia. A Cristandade havia se transformado num monstro e o caos se instalado; o maior temor desta sociedade se concretizara.

Fora contra isso que Álvaro Pelayo e outros teóricos lutaram. Embora discordantes em várias ocasiões, todos buscavam a manutenção da ordem existente, defendendo os preceitos que julgavam como melhores e justos. Para concluir, gostaríamos de ressaltar que juntamente às premissas ditas acima, sempre houvera um fim último por trás desta ordem e do bem governar pregados, o qual Álvaro Pelayo deixa muito bem claro em seu *Speculum Regum*: conduzir os homens ao Reino de Deus e à Bem-Aventurança Eterna. Para isso, deveriam os soberanos espirituais e temporais bem conduzi-los em sua passagem temporária pelo reino terreno o que consequentemente envolvia a necessidade de estar a Cristandade unida e em paz, para que melhor pudesse auxiliar no bem estar dos filhos de Deus na Terra.

Referências Bibliográficas

Fontes:

PAIS, Álvaro. **O Espelho dos Reis (Speculum Regum)**. Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955.

PAIS, Álvaro. **O Espelho dos Reis (Speculum Regum)**. Vol. II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1963.

Bibliografia:

ALMEIDA, Cybele Crossetti. **Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X**, in: Anos 90, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS: 16 (2002): 13-36.

ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal** (ed. De Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967, 4 vol.

BARBOSA, João Morais. **A teoria política de Álvaro Pais no "Specvlvm Regvm"**: esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972.

BERRIEL, Marcelo Santiago. **Cristão e súdito**: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383-1450). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação, História Social, 2007, pp. 77-85.

DIEHL, Rafael Mesquita; SANTANA, Eliane Veríssimo. "Vincere vitia et se ipsum virtus est morum – as virtudes como instrumentos políticos nos espelhos de príncipe de Egídio Romano e Álvaro Pelayo. In: **V Congresso Internacional de História**, 2011, Maringá. Anais do V Congresso Internacional de História, 2011.

FERNANDES, Fátima Regina. O Conceito de Império no Pensamento Político Tardo-Medieval. In: LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Orgs.). **Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____, A recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. In **História: Questões & Debates**, n. 41, Curitiba, Editora UFPR, 2004, pp. 73-83.

_____, Poder e sociedade na Península Ibérica Medieval. In **Humanas**, n. 10, Curitiba, Editora UFPR, 2001, pp. 123-133.

_____, O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In **Mosaico**, vol. IV, nº1, 2011.

FILHO, Flávio Ferreira Paes. **A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (séculos XIII-XIV)**. Tese (Doutorado). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Doutorado em História Medieval e do Renascimento, 2008.

GIRARDI, Leonardo. “A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383).” In: **Cadernos de Clio / PET História UFPR**, nº3, Curitiba, 2012, pp. 45-69.

KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja: a Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II.

MARQUES, A. H. de Oliveira, **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV**. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

PALÁCIOS MARTIN, B., “El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los *espejos de príncipes*” (1250-1350). In: **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**, XXI Semana de Estudios Medievales, Estella, 1994, Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

RIBEIRO, Daniel Valle. **Igreja e Estado na Idade Média**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

SOUZA, Armênia Maria de. “A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV).” In **Dimensões**, vol. 26, 2011, p. 189-215.

SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: A Monarquia Feudal** (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOUZA, José A. de C. R. de. **As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min. e Guilherme de Ockham O. Min**. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

_____, As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais. In: **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**. 2008.

_____, Um fillo de Gómez Chariño: Álvaro Pais; traxectoria e promoción al episcopado. In **Revista Galega do Ensino, Santiago de Compostela**, nº44, 2004, p.177-197.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CONSTRUINDO A HELENIZAÇÃO: INTERAÇÕES CULTURAIS ENTRE GRECO-MACEDÔNIOS E AUTÓCTONES NAS OBRAS DE DROYSEN, JOUGUET E MOMIGLIANO.

Thiago do Amaral Biazotto¹

Resumo: O objetivo deste artigo é feitura de uma discussão teórica do modelo normativo de cultura denominado helenização a partir de três obras magnas: *Alexandre: o grande*, de Johann Gustav Droysen (1808-1884), *El imperialismo macedonico y la helenización del oriente*, de Pierre Jouguet (1869-1949), e *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization*, de Arnaldo Momigliano (1908-1987), sendo esta última fundamental no sentido de criticar e limitar a tese de uma helenização absoluta do Oriente a partir das conquistas de Alexandre Magno. Longe de se constituir num conceito estanque, portanto, a helenização possui traços e enunciações que estão em consonância com as épocas em que é formulada, fazendo da reflexão dos porquês de estas diferenças um salutar exercício de pensamento histórico.

Palavras-chave: Helenização; Helenismo; Modelos normativos de cultura; J. G. Droysen; P. Jouguet; A. Momigliano.

Mundo Antigo e modelos normativos modernos: Helenização e Acul-turação

Quando repousamos nossos olhos sobre os saltérios *Alexandre: o grande*, de Johann Gustav Droysen (1808-1884), lançado originalmente em 1833, *El imperialismo macedonico y la helenización del oriente*, de

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, com pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. Contato através do e-mail: thiago_a_b@yahoo.com.br.

Pierre Jouguet (1869-1949), cujo ano de publicação original é 1926, e *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization*, de Arnaldo Momigliano (1908-1987), que veio a lume em 1975, com o objetivo de avaliarmos como se dão as relações culturais entre os grego-macedônios e autóctones, nessas obras, durante o período Helenístico – compreendido desde as conquistas de Alexandre Magno (356 – 323 a.C.) até a morte da rainha egípcia Cleópatra (69-30 a.C.), data que encerra a Dinastia Ptolomaica (HÜBSCHER, 2010: 48) – é patente discutirmos o conceito de helenização, presente nos três alfarrábios supracitados. Este conceito, embora se refira a sociedades e culturas pretéritas, é de origem moderna e, portanto, possui data e local de nascimento definidos: durante o século XIX, no contexto de unificação do Estado alemão – sob o espectro da Prússia - e reporta-nos aos escritos do historiador Johann Gustav Droysen (FUNARI & GRILLO, 2012: 2).

Como ocorre com quase todos os conceitos das ditas ciências humanas, encontrar uma definição peremptória do vocábulo helenização é tarefa hercúlea. Como *parti pris*, neste artigo adota-se a seguinte formulação, a cargo de Rachel Mairs e extraída do *The Encyclopedia of Ancient History*, organizada pela Universidade de Oxford:

Helenização refere-se à propagação da cultura grega e sua adoção por povos não-gregos. O termo é mais comumente usado referindo-se ao período após Alexandre, o Grande. (...) Noções modernas de “Helenização” podem envolver todos os tipos de comportamento cultural, do uso da língua à adoção de vestimentas gregas e de sua cultura intelectual. Um lugar ou grupo de pessoas podem ser descri-

tos como “sendo helenizados” como receptores passivos de influência cultural (MAIRS, 2011: 1-2)²

Portanto, a helenização tem como tese magna a difusão da cultura greco-macedônia sobre o Mundo Antigo e as populações autóctones que, por seu turno, aceitaram de bom grado os ditames culturais de seus conquistadores. Este processo de helenização seria exprimido e atestado pelo fato de os locais aprenderam o grego *koiné* – uma vertente do grego clássico –, adotarem a cultura material trazida desde a Hélade e, em larga medida, emularem os costumes e atitudes – tidos por superiores por certa histografia – dos seguidores de Alexandre. Aos autóctones, destarte, era facultada a habilidade de tornarem-se gregos, mediante esta emulação.

Por se tratar de um conceito moderno, a helenização foi erigida tendo como ponto de partida outro princípio, o de aculturação. Não obstante ter sido definida de modo mais sistemático por antropólogos americanos na década de 1930 – como R. Redfield, R. Linton e M. Herskovits, compiladores do *Memorandum for the study of acculturation*, que será esmiuçado mais a diante - a aculturação tem seus matizes enraizados no século XIX. Nela, tem-se como premissa teórica que as sociedades marcham em

² Todas as traduções presentes neste artigo foram feitas pelo seu autor. Os trechos no original serão colocados nas notas de rodapé. “Hellenization refers to the spread of Greek culture and its adoption by non-Greek peoples. The term is most commonly used with reference to the period after Alexander the Great(...) Modern notions of “Hellenization” can encompass all kinds of cultural behavior, from language use, to the adoption of Greek forms of dress, to intellectual culture. A place or a group of people may be described as having “been hellenized,” as passive recipients of cultural influence (MAIRS, 2011: 1-2)”

direção a um todo estável e homogêneo, num processo segundo o qual as classes tidas como subalternas emulam e assimilam, de maneira axiomática, os preceitos culturais de seus superiores, de maneira a se admitir que os sujeitos sociais que não se enquadram neste processo sofrem de algum tipo de desvio. (FUNARI & GRILLO, 2012: 1-2) Estabelece-se, assim, toda uma série de oposições binárias entre superior/inferior, colonizador/colonizado e civilizado/ bárbaro, que – em longo prazo e por meio dos processos de aculturação - tendem a ser superadas, uma vez que as práticas culturais tidas como mais excelsas exultariam de forma irrefragável, eliminando tais binarismos. Deste modo, chegar-se-ia à homogeneidade social, exprimida pelos três pilares do Estado Nacional moderno: uma terra, um povo, um idioma, preceitos oriundos do século XIX. (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 3).

Ciente de todo o debate epistemológico e conceitual em torno da aculturação, a Social Science Research Council (EUA), nomeou um comitê para discutir este conceito. De forma a sistematizar e divulgar as ilações obtidas naqueles encontros e, ademais, resumir como fora norteadas a ideia de aculturação presente nas pesquisas até aquela data, foi publicado em 1936 o *Memorandum for the study of acculturation*, a cargo de R. Redfield, R. Linton e M. Herskovits. De maneira esquemática, a aculturação é definida da seguinte maneira nesse texto:

Aculturação compreende aqueles fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos com diferentes culturas entram em contato contínuo de primeira mão, com alterações posteriores nos padrões

culturais originais de um ou de ambos os grupos (REDFIELD, LINTON & HERSKOVITS: 1936: 149).³

Desta definição, chega-se ao seguinte entendimento quanto às resultantes oriundas do contato de grupos de diferentes práticas culturais: “aceitação”, segundo a qual o processo de aculturação faz com que uma maior porção de uma cultura se sobreponha à outra, ocasionando a perda de grande parte da herança cultural da segunda. Isto se dá com consentimento dos membros do grupo tido como aculturado, e, como resultado, chega-se a uma assimilação não apenas de os padrões de comportamento, mas de valores internos da cultura. Também se pode chegar à “adaptação”, na qual os traços originais e estrangeiros são combinados de modo harmônico, promovendo um mosaico histórico, com uma reformulação dos padrões das duas culturas em um todo concordante, salutar para os indivíduos envolvidos, com a remissão de atitudes mais ou menos conflitantes. Por fim, tem-se a “reação”, em que, por conta da opressão do estrangeiro, ou por causa dos resultados imprevistos na aceitação de seus traços, surgem movimentos contra-aculturativos, que desejam manter as raízes culturais autóctones, ora como compensação para uma inferioridade imposta ou assumida, ora como um movimento de exaltação das práticas culturais nativas, por meio de um retorno às antigas condições pré-aculturativas. (REDFIELD, LINTON & HERSKOVITS: 1936: 152)

³ No original: “Acculturation comprehends those phenomena which result when groups of individuals having different cultures comes into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original cultural patterns of either or both groups” (REDFIELD, LINTON & HERSKOVITS: 1936: 149)

Demonstradas, mesmo que em linhas gerais, as teses centrais da helenização e da aculturação, pode-se afirmar que seus pontos de contato dão-se da seguinte forma: se na aculturação apregoa-se, entre outros que o inferior busca emular seu superior, a helenização toma de assalto este tropo e aplica-o ao Mundo Antigo, brandindo os greco-macedônios como arautos da cultura, da ciência, da sobriedade e do pensamento crítico e, por conseguinte, superiores aos seus combatentes vindos dos rincões orientais. Ao conquistarem as inermes terras asiáticas, fariam com que os autóctones passassem a emular de modo acrítico suas ações, assimilando de forma passiva as práticas culturais carregadas pelos exércitos de Alexandre. Desta maneira, após suas conquistas, não haveria mais egípcios, persas, indianos ou judeus: haveria apenas greco-macedônios. E a helenização seria a responsável por esta transformação.

Tais linhas teóricas, outrossim, têm sido duramente criticadas desde a segunda metade do século XX, fruto de reivindicações de grupos socialistas, anarquistas, feministas, comunistas e libertários diversos que, cada qual a seu modo, desafiaram as pérfidas dicotomias que se consubstanciavam em cisões da estirpe de civilizado/bárbaro, superior/inferior e acultrador/aculturado. A respeitável capilaridade de tais grupos acabou por influenciar a teoria social, propondo modelos de interpretação cultural mais matizados e fluídos, atentando às diversidades encontradas no interior de quaisquer agrupamentos humanos, sejam relativos à etnia, à sexualidade, à condição econômica ou às práticas culturais, entre muitos outros (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 2-4). Estas críticas aos modelos normativos de cultura, naturalmente, atingiram a aculturação e a helenização.

No que concerne à aculturação, afirma-se que este conceito está impregnado de noções que visam à alegação de uma notável superioridade europeia, da passagem da cultura autóctone à estrangeira como marco de progresso inefável, num jogo em que a gramática cultural é em absoluto comandada pelo *status* de civilizado, branco, sóbrio, heterossexual e austero do conquistador, seja ele um *gentleman* britânico ou - num processo análogo que usa dos acontecimentos do passado como roteiro para as ações do presente – um destemido combatente do exército de Alexandre. A aculturação, em suma, propugna “um programa no decorrer do qual o indivíduo ou a sociedade se aproximasse do modelo ocidental” e que “realiza um corte artificial (e carregado de duvidosa ideologia) que separa as sociedades ditas ‘primitivas’ e as sociedades propriamente ‘históricas’” (WATCHEL, 1995: 113 e 122).

No que diz respeito à helenização, declara-se que este modelo normativo de cultura foi forjado com o objetivo definido de lastrear os feitos das potências europeias imperialistas dos séculos XIX e XX (FUNARI, 2004: 7). Advoga-se também ser um conceito por demais excludente, posto que ignora as influências dos povos autóctones para a edificação cultural do período Helenístico (MAIRS, 2011: 5), limitando todos os complexos processos de interação cultural na Antiguidade a uma estreita e rígida passagem de uma civilização inferior à outra superior (FUNARI & GRILLO, 2012: 7), em consonância com o moderno imperialismo europeu que enxergava as conquistas de Alexandre como marcos de avanço e progresso, da mesma forma que apreciava seus atos de colonização e intervenção política e econômica nas terras africanas e asiáticas. Como resumem Funari e Garraffoni: "Todos os princípios normativos por detrás

de conceitos como helenização e romanização foram aplicadas ao Mundo Antigo em projetos imperiais modernos" (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 4).⁴.

Foi dito no início deste artigo, que não existe consenso quanto a uma definição cabal do conceito de helenização. Tal se dá, entre outros, em virtude das múltiplas formas como este modelo normativo de cultura tem sido trabalhado ao longo do tempo. Nas próximas sessões, seguindo esta linha mestra, veremos três momentos distintos nos quais a helenização foi formulada: nos escritos de Droysen, no contexto de unificação do Estado Alemão durante o século XIX, nas páginas de Jouguet, na primeira metade do século XX e, portanto, no coração da ação imperialista francesa e, por último, nos trabalhos de Momigliano, responsável por propugnar uma visão mais matizada do quadro cultural do Mundo Helenístico, criticando e limitando a tese de uma helenização absoluta do Oriente a partir das conquistas de Alexandre Magno, em relação harmoniosa com a teoria social do seu tempo, que assistia à criação de termos conceituais como creolização, hibridismo e mestiçagem. Tentar-se-á, deste modo, fazer uma breve resenha histórica dos usos do vocábulo helenização, desde seu enunciado como um triunfo cultural grego até os tempos hodiernos nos quais, como bem notou Peter Burke: "Os historiadores da Antiguidade (...) estão se interessando cada vez mais pelo processo de "helenização", que estão começando a ver menos como uma simples imposição da cultura

⁴ No original: "All the normative tenets behind such concepts as Hellenisation and Romanisation were applied to the ancient world in modern imperial projects" (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 4).

grega (...) e mais em termos de interação entre centro e periferia” (BURKE, 2003: 20).

A Helenização em Droysen, Jouguet e Momigliano: uma história em três tempos

Johann Gustav Droysen nasceu em Treptow, na Pomerânia, a 6 de julho de 1808. Desde cedo, demonstrou grande interesse pela Antiguidade Clássica, aprendendo rapidamente grego e latim. Em 1826, ingressa na Universidade de Berlin, tomando aulas de filologia clássica de August Boeckh, e, pouco depois, se inicia na severa disciplina da epigrafia, se ocupando de decifrar inscrições em moedas e papiros. Grande influência nos escritos do prussiano foi a carreira fulgurante de Napoleão, que fez toda a Europa repensar o poder do indivíduo e de seus atos, bem como o papel do conquistador na Antiguidade e na modernidade, de forma a considerar que o francês seguia a nobre linhagem que tinha em César e no próprio Alexandre seus mais ilustres representantes. (MÉCHIN, 2010: 17-18). Em 1829, o erudito fica órfão, sendo acolhido por uma família de ricos banqueiros de Berlin, os Mendelssohn. No seio de tal abastada linhagem, travou contado com alguns dos maiores luminares da ciência germânica do século XIX, como Alexander Von Humboldt e Georg Hegel, de quem passou a ser admirador confesso. Em 1831, Droysen termina seu doutorado de título *On the Kingdom of the Lagids under Ptolemaus IV Philomethor* (SOUTHARD, 1994: 11) e começa, ademais, suas atividades políticas, propondo a unificação da Alemanha sob as austeras rédeas prussianas, fato que – de acordo com algumas correntes – é precípua pra en-

tendimento de suas elocuições acerca do período helenístico (CUSTÓDIO, 2006: 236, FUNARI & GRILLO, 2012: 2.). Em 1833, por fim, Droysen lança seu *magnum opus*: *Geschichte Alexanders des Grossen*. Sob sua pena e escrita com as indeléveis tintas de sua colossal erudição, essa obra inaugura o termo erudito Helenismo na era moderna, para se referir à cultura greco-macedônia que triunfou, assim como as armas das falanges alexandrinas, por sobre as indomáveis hordas asiáticas. Já na página 37 de sua biografia sobre o conquistador, Droysen disserta da seguinte maneira acerca dos porquês do êxito dos greco-macedônios sobre seus pugnadores persas, numa escaramuça que, ademais, findou o conflito perpétuo a que os povos do Oriente e do Ocidente estavam condenados:

Alexandre, os encerrou (os conflitos entre Oriente e Ocidente) ao aniquilar o império dos persas, ao conquistar todo o território situado entre o deserto africano e a Índia, ao afirmar a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos asiáticos. Enfim, ao gerar o helenismo. Seu nome assinala o fim de uma época e o começo de uma nova (DROYSEN, 2010: 37).

O Helenismo – esta semente cultural que floresceu sobre os campos de batalha calcinados pela marcha dos soldados de Alexandre – é razão magna da vitória e, sobretudo, da consolidação das conquistas dos greco-macedônios. Os valores culturais trazidos desde a Hélade até a Ásia foram, *pari passu*, se fundindo com as práticas locais, até afirmarem seu caráter racional e democrático, constituindo-se no grande monumento aos triunfos do herói da Macedônia: a civilização helênica:

A alma asiática é, de maneira geral, mais ativa, mais uniforme e mais limitada que a alma ocidental. Era impossível fazer *tabula*

rasa dos seus preconceitos e costumes, bem como da individualidade profunda dos povos orientais. O trabalho de assimilação só podia se efetuar lentamente, por etapas sucessivas (...). O que triunfou sobre o Oriente, em última instância, não foram os *gregos*, mas a *civilização helênica*. Por esse fato, ela se investiu de uma importância primordial. Os elementos dessa civilização (...) eram o racionalismo e a autonomia democrática (DROYSEN, 2010: 330. Grifos no original)

As conquistas militares dos exércitos greco-macedônios promoveram auspícios para os conquistados: em virtude de sua proeminência cultural, o advento de Alexandre não lançou aos sobrepujados – e aos próprios helenos - a mão de ferro típica dos conquistadores asiáticos, mas representou a chegada de uma nova e esplendorosa cultura (DROYSEN, 2010: 473). O êxito do helenismo no Oriente, portanto, fez a razão exultar, de forma tal que Bosworth (2006:5) alega ser este um regime, no entender de Droysen, pautado por ilustração cultural e princípios políticos, responsáveis primeiro por conquistar e depois civilizar o mundo, num processo que deveria ser repetido na era moderna. As ações monumentais de Alexandre Magno e seus seguidores deveriam servir de admoestação aos prussianos de seu tempo, a quem era reservado o dever de unificar o Estado Alemão. A Macedônia é travestida como a Prússia da Antiguidade. Como asseveram Funari e Grillo:

O período helenístico foi de caráter formativo, no qual se verificou o estabelecimento de um Estado unitário, prefigurando, de certa maneira, o processo de reunificação da Alemanha de seus dias, situação que facilitava a aceitação da figura de Alexandre como inaugurador de uma nova era baseada em princípios culturais e políticos que conduziam a um mundo civilizado. (FUNARI & GRILLO, 2012: 2).

Neste cenário de Império Helenístico – coeso graças à obra de Alexandre – surge o conceito de “helenização”, ou seja, a adoção acrítica dos apanágios culturais helênicos pelos vencidos, que se enraizou de forma profunda na historiografia subsequente (ALCOCK, 1994: 171). A primeira menção do vocábulo helenização dá-se na seguinte passagem

Nada podia contribuir tanto para a helenização dos povos quanto habituar a juventude persa aos regulamentos militares macedônicos, acolhê-los em pé de igualdade no seio do exército imperial e insuflar-lhe um espírito militar que desempenhava nele o papel do espírito nacional, de modo que o império unificado engendrasse um novo patriotismo (DROYSEN, 2010: 448-9).

A mensagem de Droysen é clara: a helenização dá-se primeiro nas fileiras do exército. As campanhas militares dos greco-macedônios no Oriente promoveram a incorporação de grupos de soldados vencidos em suas fileiras, como forma de fomentar seu regimento para os futuros embates. Ao entrarem em contato com a sobriedade moral, a rigorosa disciplina e a superioridade bélica inerentes aos campeões de Alexandre, os asiáticos passariam a notar – e a incorporar – os hábitos que regiam a vida nos campos de batalha dos conquistadores gregos. Ao tomarem ciência do quanto tais costumes eram salutareis, passariam de bom grado a adotá-los. A helenização nasce do exército, grupo mais egrégio dentro do quadro social helenístico, responsável por disseminar os eminentes valores culturais greco-macedônios sobre as longínquas paragens asiáticas.

As analogias entre a helenização como meio de disseminação cultural e o desejo de repetir este processo na era moderna – com o alvorecer

do Estado Alemão colorido pelas cores vivas de grandeza cultural e da pujança dos agrupamentos militares da Prússia – são nítidos. Se a helenização promoveu a coesão cultural entre os auspiciosos valores greco-macedônios e a brutalidade das hordas asiáticas, o triunfo dos ditames culturais prussianos deveriam capitanear esta nova potência germânica rumo ao destino de legisladores da era Moderna. Como assevera Southard: “A análise de Droysen do presente alemão e seu esboço do futuro alemão influenciou categoricamente em sua pesquisa concorrente sobre História da Grécia Antiga.” (SOUTHARD, 1994: 19) ⁵.

O conceito de Helenização que nasce com Droysen se tornou deveras popular e toda uma série de alfarrábios foi escrita tendo nas letras do erudito prussiano sua influência. O tomo *El imperialismo macedonico y la helenización del oriente*, de Pierre Jouguet, é exemplo lapidar. Jouguet nasceu em 1869, foi estudante na Escola Francesa de Atenas (1894-1897), obteve o título de Doutor em Letras (1911), pela Universidade de Lile, tornando-se professor desta mesma instituição, até 1920, e também responsável pela fundação de seu instituto de papirologia. No mesmo ano, ingressa nas incensadas cátedras da Sorbonne, tornando-se seu professor até 1928. Também digno de nota foi sua ocupação como Presidente da Sociedade Real Egípcia de Papirologia e sua amizade com Fuad I (1868-1936), sultão e posteriormente Rei do Egito, sendo bem sucedido em sua carreira – tal como descrito em seu obituário – “respeitando a ordem dos

⁵ “Droysen’s analysis of the German present and his sketching of the German future drew heavily on his concurrent research into ancient Greek history.” (SOUTHARD, 1994: 19)

valores humanos e científicos na pesquisa pela verdade” (PEREMANS, 1950: 1577)⁶.

Publicado em 1926, *El imperialismo macedonico y la helenización del oriente* carrega em suas mais de cinco centenas de páginas um forte verniz imperialista europeu moderno impregnado na análise das conquistas de Alexandre Magno. Jouguet defende que os greco-macedônios lograram êxito em sua empreitada muito mais em função de sua capacidade intelectual e cultural do que por seu arsenal bélico: “(...) A dinastia triunfou. Mas não deve a vitória apenas a suas armas e suas concessões, pois não haveria podido vencer se o helenismo não tivesse penetrado em todo o país (JOUQUET, 1927: 425)⁷. Este helenismo – entendido como os valores culturais da Grécia clássica, representados principalmente pela vida em núcleos urbanos – promoveu aquilo que o historiador francês chama de “helenização do Oriente”: a adoção acrítica dos costumes gregos pelos autóctones. Esta helenização promoveu à luz interpretativa do colonialismo europeu dos séculos XIX e XX avanços incontestáveis para as planícies asiáticas, atestados pela fundação de cidades, florescimento econômico, aumento do poderio militar, entre outros. Para Jouguet, a helenização é acontecimento dado e indiscutível, pois não haveria sentido numa eventual recusa por parte dos nativos dos ditames culturais estrangeiros, tidos por superiores. Sendo assim, o imperialismo macedônio se distingue de seus pares orientais (JOUQUET, 1927: 6) por fundamentar-se na dissemi-

⁶ “(...) respectant l’ordre des valeurs humaines et scientifiques à La recherche de La vérité”. (PEREMANS, 1950: 1577)

⁷ “(...) La dinastia ha triunfado. Pero no debe la Victoria solamente a sus armas y a sus concesiones, pues acaso no habría podido vencer si el helenismo no hubiera penetrado en todo el país” (JOUQUET, 1927: 425)”.

nação de valores intelectuais em detrimento à opressão militar. Este imperialismo levou a cabo muito mais que escravidão e selvageria. Produziu – inversamente ao que se poderia supor – a civilização. O imperialismo macedônio e a helenização do Oriente, assim, se consubstanciam no nascimento de uma nova civilização, fruto de uma suposta superioridade técnica dos gregos. Quaisquer associações, portanto, entre os traços culturais helênicos e locais seriam deletérias para os primeiros:

Se o helenismo tivesse concentrado mais suas forças, acaso poderia assegurar-se de uma existência ao menos tão duradoura e mais vigorosa; organizado mais estritamente, acaso teria se difundido menos pelo mundo e teria se defendido melhor do que teve de influência do Oriente, que foi deletério para seu verdadeiro espírito. (JOUQUET, 1927: 151).⁸

As teses de Jouguet, de uma inconcussa helenização do Oriente como consequência da sóbria e excelsa cultura grega, têm sido criticadas de forma ríspida, por conter em seu edifício teórico alicerces moldados em consonância com o moderno discurso imperialista europeu, que, por mais que dilapidasse e espoliasse os continentes asiático e africano, alegava ilustrar essas paragens, levando até elas o avanço e o progresso. Como pontua Funari: “As analogias entre o imperialismo francês e o macedônico seguramente não estavam longe das preocupações de Jouguet” (FUNARI, 2003: 40).

⁸ “Si el helenismo hubiera concentrado más sus fuerzas, acaso habría podido asegurarse una existencia al menos tan duradera y más vigorosa; organizado más estrechamente, acaso se hubiera difundido menos por el Mundo y se hubiera defendido mejor de lo que en la influencia del Oriente fué deletéreo para su verdadero espíritu.” (JOUQUET, 1927: 151).

A publicação de *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization*, por Arnaldo Momigliano, promoveu extraordinária mudança nos estudos acerca do Mundo Helenístico. Lançados no ano de 1975 – reunindo conferências proferidas em maio de 1973, em Cambrigde, e em fevereiro e março de 1974, no Bryan Mawr College (HÜSBCHER, 2010: 8) - os escritos de Momigliano foram de precípua importância para a renovação dos estudos helenísticos, ao desdizer a tese de uma helenização absoluta dos povos com os quais os greco-macedônios tiveram contato. Nascido em Caraglio, na região do Piemonte, no norte da Itália, Momigliano inicia seus estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Torino, sob a tutela de outro baluarte da erudição italiana: Gaetano De Sanctis. Em 1936, foi apontado para a cátedra da História Romana para esta Universidade, cargo do qual foi afastado em 1938, em consequência das leis raciais do governo de Mussolini, que afetaram o erudito italiano de ascendência judia.

Formulação básica do erudito piemontês diz respeito à “descoberta” de novos povos pelos gregos desde a expansão de Alexandre, o que teria fomentado uma intensa curiosidade sobre tais agrupamentos, concorrendo para que os conquistadores passassem a avaliar seus traços culturais cotejando-os com o dos nativos, assimilando, rejeitando e adaptando as singularidades que encontravam em seu caminho. Nascia, desta forma, o conceito de *Alien Wisdom*: a “sabedoria bárbara” que os greco-macedônios descobriam em suas conquistas, passando a adotar alguns saberes e práticas dos novos povos a seu bel prazer. (MOMIGLIANO, 1991: 10)

O quadro cultural da civilização helenística, para Momigliano, era bastante heterogêneo, de forma que seus alicerces não são políticos ou

econômicos, mas, sim, culturais (HÜBSCHER, 2010: 48). A helenização, portanto, não se traduz numa propagação da cultura grega pelo Mundo Antigo que fez com que os autóctones a adotassem e se “tornassem” gregos. A helenização tem limites – geográficos e culturais – e as respostas dos locais aos avanços greco-macedônios foram diversas e heterogêneas. A adoção, em maior ou menor escala, de costumes gregos não representava uma assimilação axiomática de uma cultura superior, mas, sim, estratégias das populações locais como forma de reação ao advento dos exércitos de Alexandre, adotando da cultura estrangeira apenas aquilo que melhor os aprouvesse e, ademais, adaptando-a a seus próprios esquemas, vendo os apanágios culturais helenísticos de acordo com sua própria cosmovisão. Ao contrário de uma helenização comandada pelos portadores do helenismo, Momigliano propõe relações culturais multifacetadas que são dirigidas por todos os atores envolvidos no prosclínio cultural da civilização helenística. Como defende o próprio:

“A civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e, sobretudo na consciência de si mesmos. (...) Isso significou que judeus, romanos, egípcios fenícios, babilônios e até indianos (...) se inseriram na literatura grega com suas próprias colaborações (...). No panteão grego foram admitidos mais deuses estrangeiros do que em qualquer época desde a pré-história (...). Era um sincretismo assimétrico que foi particularmente bem sucedido na Itália (Etrúria e Roma), deixou sua marca em Cartago, na Síria e no Egito, foi mal sucedido na Judéia, bastante insignificante na Mesopotâmia e afetou pelo menos a iconografia senão a essência da religião indiana por meio da arte gândara. A noção de um saber bárbaro conquistou estabilidade e aceitação entre aqueles que consideravam gregos” (MOMIGLIANO, 1991: 13-14).

Sendo Momigliano um douto que, como afirma Finley, estabelecia em suas formulações relações “(...) entre as ideias e a realidade social, entre o tópico que estava sendo examinado e sua historiografia, entre o Mundo Antigo e o moderno, inclusive o nosso (...)” (FINLEY, 1989: 76-7), parece ser plausível afirmar que o erudito italiano tenha sofrido ascensão dos movimentos sociais modernos, mencionados no início deste artigo, que propunham modelos de interpretação cultural mais matizados e plurais. Também é de bom tom lembrar as perseguições políticas e raciais sofridas pelo catedrático italiano durante os anos de Mussolini, que o levaram a buscar exílio na Inglaterra (HÜBSCHER, 2010: 6). Todo esse quadro social e pessoal pode ter contribuído para que Momigliano refutasse - ou limitasse - a hipótese da helenização do Oriente como consequência primeira das conquistas militares de Alexandre. Embora não atacasse abertamente os primeiros postulantes do conceito de helenização, sua tese que os contatos culturais entre greco-macedônios e autóctones resultaram em muito mais que o triunfo do gênio grego tornou-se sobremodo influente nas pesquisas hodiernas sobre o Mundo Helenístico, cada vez mais atentas às inflexões culturais dos nativos na construção de seu quadro social e nos subtratos políticos na edificação de seus saberes.

Considerações finais

Este artigo objetivou fazer, mesmo que de modo introdutório, uma discussão teórica sobre o modelo normativo de cultura denominado helenização, usando das obras lapidares de Droysen, Jouguet e Momigliano como estudo de caso. Viu-se como o conceito de helenização possui apa-

nágios que estão na dependência da época em que é formulado: seja como a enunciação do nascimento de uma era marcada pela magnitude cultural dos seguidores de Alexandre – em nítidas analogias com a formação do Estado Alemão -, seja como o triunfo cultural grego a civilizar as indistintas hordas asiáticas, em consonância com os intentos imperialistas franceses dos séculos XIX e XX, seja como mais uma das múltiplas vias de interação cultural na Antiguidade, da mesma forma que se apregoa o multiculturalismo dos tempos contemporâneos, este conceito está longe de possuir ideias plasmadas e definições cabais. Investigar quais são as raízes ideológicas e os substratos políticos que sustentam conceitos modernos aplicados à Antiguidade parece ser uma das mais fulcrais ocupações do historiador que se debruça sobre o Mundo Antigo, conforme defende Silva:

Talvez caiba à História da Antiguidade, de modo geral, hoje, uma percepção maior acerca de suas apropriações, acerca do papel que desempenhou e desempenha em relação às construções identitárias, às reivindicações políticas, enfim, aos mais distintos jogos discursivos (SILVA, 2007: 32).

Já se sabe que a História em geral e a História Antiga em particular estão longe de se constituir em esforços neutros, em ciências aprisionadas numa “torre de marfim”, mas, sim, em áreas marcadas por atitudes francamente políticas, conforme proposto por Bernal (2005: 9). Assim sendo, parece ser de bom tom voltarmos nossa atenção às formas como diversos discursos sobre a Antiguidade foram articulados de maneira a sustentar posturas e modelos normativos do presente. Cabe a nós, estudiosos do Mundo Antigo, que não nos esqueçamos que, da mesma forma que des-

construímos a produção historiográfica que nos antecedeu, tal procedimento pode e deve ser aplicada à nossa própria, sob a pena de reproduzirmos um fantasioso “campo neutro e apolítico dentro do qual os estudos clássicos pudessem funcionar” (HINGLEY, 2010: 92-3). Espere-se que este objetivo tenha sido atingido com este artigo.

Referências bibliográficas

ALCOCK, S. “Breaking up the Hellenistic world: survey and society” in MORRIS, I. **Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies**. New York: Cambridge University Press, pp. 171- 190, 1994

BERNAL, M. “A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia” In: **Textos Didáticos – Repensando o Mundo Antigo**. IFCH/UNICAMP. n.º 49 – abril, pp. 13-31, 2005

BOSWORTH, A. “Alexander the Great and the creating of the Hellenistic age”. In: BUGH, G. (ed.) **The Cambridge companion to the Hellenistic world**. Cambridge University Press, pp 9-27, 2006.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

CUSTÓDIO, P. **Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração**. São Paulo: Annablume, 2006.

DROYSEN, J. **Alexandre: o grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FINLEY, M. “A tradição histórica: os *Contributi* de Arnaldo Momigliano” in **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, pp. 75-87, 1989.

FUNARI, P. P. A. **A Arqueologia Clássica e a construção da Antigüidade**. História e-História, pp. 1-7, 07/09/2004, 2004

_____. **Antigüidade Clássica: a História e a Cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____, GARRAFFONI, R. **Discussing acculturation as an interpretive model: Romanisation as a case-study**. São Paulo: MASP, 2012, Manuscrito inédito usado com autorização dos autores.

_____, GRILLO, J. **Os conceitos de “helenização” e de “romanização” e a construção de uma Antiguidade Clássica.** Manuscrito inédito usado com autorização dos autores. 2012

HINGLEY, R. **O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha.** São Paulo: Annablume, 2010.

HÜBSCHER, B. **Arnaldo Momigliano:** História da historiografia e do mundo antigo. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JOUGUET, P. **El imperialismo macedonico y la helenizacion del oriente.** Barcelona: Cervantes, 1927.

MAIRS, R. “Hellenization” in BAGNALL, R., BRUDERSEN, K., CHAMPION, C., ERSKINE, A. HUEBNER, S. (orgs.) **The Encyclopedia of Ancient History**, Oxford University Press, 2011.

MÉCHIN, B. “História e poesia” in DROYSEN, J. **Alexandre: o grande.** Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 15-31, 2010.

MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

PEREMANS, W. “Pierre Jouguet (1869-1949). In **Revue belge de philologie et d’histoire.** Tome 28, fasc 3-4, pp. 1576-1577. 1950.

REDFIELD, R., LINTON, R., HERSKOVITS, M. “Memorandum for the study of acculturation”, **American Anthropologist**, New Series, Vol. 38, No. 1 Jan. – Mar, 149-152, 1936.

SILVA, G. **História Antiga e usos do passado:** um estudo das apropriações sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume-Fapesp, 2007.

SOUTHARD, R. **Droysen and the Prussian School of History.** Kentucky University Press, 1994.

WACHTEL, N. “A Aculturação” in LE GOFF, J. & NORA, P. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, pp. 113-128, 1995.

DO LADO DE CÁ DO RIO URUGUAI: PRÁTICAS NOMINATIVAS E INSERÇÃO SOCIAL DE INDÍGENAS EM RIO PARDO (RS, 1758-1765)¹

*Alysson de Ávila Costa*²

Resumo: Este artigo estuda as práticas de nomeação de índios oriundos das reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões, através de registros batismais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, no atual território do Rio Grande do Sul, entre 1758 e 1765. O levantamento sistemático das informações contidas em tais registros permitiu verificar certas peculiaridades dessa população na escolha dos nomes de seus batizando, fazendo com que o resultado dessa pesquisa contrastasse com levantamentos semelhantes para outras populações da América portuguesa colonial. Parte-se disso para se pensar a relação entre portugueses, espanhóis e índios e suas práticas sociais, religiosas e culturais em meados do século XVIII.

Palavras-chave: Registros paroquiais, indígenas, onomástica, História do Brasil, História da América.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar, analisar e discutir as práticas nominativas de indígenas oriundos dos Sete Povos das Missões em meados de 1750, tentando apreender como o nome escolhido no ato do batismo pode ser a porta de entrada para se pensar a inserção deste segmento social no mundo Ibero-americano.

¹ Esta pesquisa é fruto de uma bolsa de Iniciação Científica UFPR/TN.

² Aluno do 6º período da graduação de História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A presente pesquisa é orientada pelo Prof.^a Dr.^a Martha Hameister. Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/5593484122965018>.

Para isso, utilizou-se os registros paroquiais de batismo desta população: um livro de batismo exclusivo para indígenas, que abrange o período de 1758 a 1765 e que contem pelo menos 363 registros³. Com base nesta documentação foram feitos os seguintes procedimentos: a) levantou-se de forma sistemática os nomes contidos nos registros; b) identificou-se os nomes mais frequentes para esta população para cada agrupados por sexo; c) quantificou-se os resultados e produziram-se quadros e representações gráficas para tais quantificações d) compararam-se os resultados obtidos com outros levantamentos e estudos já realizados e) da análise desses resultados específicos para a localidade e comparados às outras levantaram-se novas questões.

Para empreender uma análise da documentação e do levantamento realizado perpassaremos os seguintes temas: a) o contexto de formação das reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões; b) as querelas decorrentes das disputas territoriais entre portugueses e espanhóis que geraram, entre outros, acordos como o Tratado de Madri (1750), que tiveram um impacto direto sobre a região estudada; c) a produção da documentação paroquial decorrente dos ritos católicos praticados no contexto colonial, legislados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (DA VIDE, 1707); d) e o estudo das práticas de nomeação (onomástica) na literatura acadêmica.

Os resultados obtidos sugerem, além da necessidade de aprofundamento das questões levantadas pelo trabalho, uma relação entre as práticas

³ Este número contabiliza o total de registros possíveis de serem levantados, levando em conta o estado de conservação da documentação, que se apresenta bastante danificada em algumas partes.

nominativas dos indígenas reduzidos e sua cristianização, levando em conta a influência jesuítica à qual estavam submetidos.

Os Sete Povos das Missões

Os Sete Povos das Missões foram reduções jesuítas fundadas entre 1682 e 1706 (ARAÚJO, 1986), que ocuparam o oeste do atual território do Rio Grande do Sul e abrigavam os índios Tape da região. Foram elas: Santo João, Santo Ângelo (ou Santo Anjo), São Borja, São Miguel, São Lourenço, São Nicolau e São Luis. Tais reduções faziam parte do método de colonização espanhol e integravam um conjunto maior de missões dos jesuítas, os Trinta Povos das Missões. A colonização dos povos indígenas fazia parte do projeto colonizador empreendido pelas coroas ibéricas, que tinham em seu cerne, também, um viés espiritual de catequizar e trazer para o seio da cristandade os povos a serem descobertos no Novo Mundo. Por este motivo, indígenas eram administrados ou congregados em reduções, onde recebiam os sacramentos católicos e assim reproduziam, pelo menos em parte, as práticas religiosas dos colonizados ibéricos.

Estas reduções estavam inseridas em um quadro político e territorial mais amplo e complexo, que inclui a Bacia do Prata, na qual se situava a Colônia de Sacramento. Teoricamente em território espanhol, às margens do Rio da Prata, foi fundada em 1680 pelo português Manuel Lobo, então governador da Capitania do Rio de Janeiro. Começava um longo período de disputas territoriais, no campo de batalha e no campo diplomático. Acompanhamos em Araújo (2004) os seguidos cercos espanhóis a Sacramento – cercos estes que resultavam na queda do forte em mãos espanho-

las, mas que pelo jogo político entre os reis ibéricos retornavam aos portugueses.

Para dar fim a décadas (1680-1750) de contendas e beligerância em torno de Sacramento, as coroas ibéricas assinam em 1750 o Tratado de Madri, que propõe uma nova divisão territorial entre Espanha e Portugal na América, próxima aos atuais contornos do país. Além de acordarem o *uti possidetis*, premissa pela qual cada uma das coroas ficariam com o território já ocupado – dando larga vantagem à Portugal, que avançava indevidamente por uma vasta extensão territorial (ARAÚJO, 1986) –, estabeleceram a permuta entre a Colônia de Sacramento e a região das missões jesuíticas à margem esquerda do Rio Uruguai: a primeira passaria definitivamente aos espanhóis, enquanto a segunda se tornaria território português.

A fim de por em prática o acordo, que modificaria a fronteira oeste do território luso, destacamentos espanhóis (comandados por Francisco Graell) e portugueses (sob comando de Gomes Freire de Andrada) marcharam, a partir de 1754, para a região missioneira, para demarcarem o sul da divisão territorial do tratado. Encontraram a resistência de jesuítas e indígenas, que não aceitavam nem o domínio português⁴, nem a saída da região. O resultado da resistência ficou conhecida na historiografia como “Guerra Guaranítica” (GOLIN, 1998), na qual padeceram centenas de índios entre 1754 e 1758, além de portugueses e espanhóis.

⁴ Vale lembrar que as gerações anteriores dos índios reduzidos em 1750 já tinham guerreado com as bandeiras paulistas e foram obrigados a deixar este território por volta de 1630, tornando a ocupa-lo novamente 50 anos depois.

Registros paroquiais

É neste contexto que tem início em 1758 os registros batismais de indígenas das reduções jesuíticas espanholas, agora em território e sob jurisdição portuguesa, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Os registros vem atender o imposto pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documento publicado em 1707 por Sebastião Da Vide, para regulamentar a vida religiosa na América portuguesa. Os registros batismais seriam feitos segundo ordena tal documento:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte (DA VIDE, 1707, Título XX, § 71)⁵

Temos, portanto, um conjunto de informações básicas nos registros batismais, entre eles a data do evento, os nomes dos envolvidos na cerimônia (batizando, pais e padrinhos), suas origens e situação matrimonial. É comum, porém, que as informações contidas em cada registro variem em quantidade e qualidade tendo em vista fatores difíceis de mensurar, mas entre eles vigoram a posição social dos agentes envolvidos.

De modo geral, esse tipo de documentação é largamente utilizado por alguns pesquisadores brasileiros, como João Frago (UFRJ), Sérgio Nadalin (UFPR), Ana Silvia Scott (UNISINOS) e Martha Hameister (UFPR). Para citar trabalhos recentes em nível de graduação e pós-graduação em História poderíamos citar a recente monografia de Nathan Camilo (UNISINOS, 2011) e o mestrado de Rachel Marques (mestrado, UFPR,

⁵ Ortografia atualizada.

2011). Faz-se ainda alusão à tradição historiográfica francesa da qual descendem os estudos e pesquisadores citados, dando destaque a publicação de Dupâquier (1984).

Para Fragoso (2004) a documentação gerada pelos ritos da fé católica é hoje um dos principais, se não um dos únicos documentos para a história social para alguns lugares e períodos do Rio de Janeiro setecentista. Podemos sugerir a mesma assertiva para algumas populações do Brasil colonial, como os indígenas presentes nos registros paroquiais estudados, entendendo estes registros como uma fonte em potencial para dizer da vida e da morte dessas pessoas. É isso que faz, por exemplo, Nadalin em “História e demografia: elementos para um diálogo” (2004), partindo majoritariamente da documentação paroquial de batismo, casamento e óbito, para acompanhar a vida de um casal da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba entre 1772 e 1844.

Para a sociedade colonial do século XVIII o nome é importante, é elemento de inserção e aproximação: o nome cristão recebido no ato do batismo insere o inocente não só à comunidade espiritual da fé católica, como também na comunidade material e familiar que o cerca; além disso, o nome pode ser um patrimônio familiar que deve ser preservado, transmitido e perpetuado (HAMEISTER, 2008), dando ao nome um valor imaterial intrínseco.

Sendo assim, tendo em vista a importância do nome na comunidade luso-americana e suas possibilidades para a pesquisa histórica é que se propõe um estudo no qual ele é o principal objeto. Partindo das premissas de que o nome é escolhido e não imposto e que este nome carrega em si algum significado, tentaremos apreender o que as práticas nominativas

dos indígenas de Rio Pardo, outrora das missões jesuíticas, revelam acerca da inserção dessa população na sociedade que a cerca.

Apresentação dos resultados

Foram levantados 363 registros, sendo 136 registros para batizados do sexo masculino, 142 do sexo feminino e 85 registros cujo sexo e nomes não foram possíveis de se apreender na documentação, tendo em vista seu estado físico. Este levantamento gerou uma lista de 280 nomes – 137 masculinos e 143 femininos⁶ - dispostos nos quadros a seguir.

Quadro 1: Nomes masculinos por ordem alfabética e suas respectivas frequências

Nome	Frequência	Nome	Frequência	Nome	Frequência
Agostinho	3	Euzebio	1	Martinho	1
Alexandre	2	Faustino	1	Miguel	18
Anacleto	2	Francisco	10	Miguel Ariunde	1
Anastácio	1	Gabriel	1	Nicolau	3
André	1	Jeronimo	1	Panthaleão	1
Antônio	12	Ignácio	14	Patrício	1
Bernardino	2	Ignácio Xavier	1	Pedro	7
Carlos	2	Inocencio	1	Phelipe	3
Chrisanto	3	Jacinto	1	Raphael	1
Christovão	5	Joaquim	1	Roque	2
Diogo	3	João	9	Santiago	1
Dionizio	1	Jozé	4	Sebastião	1
Domingos	2	Lázaro	1	Simão	1
Donato	1	Leonardo	2	Teixeira	1

⁶ Existem dois registros de gêmeos, ou seja, dois batizando em um único registro, o que gera a diferença de 2 entre a quantidade de nomes e a quantidade de registros.

Eugenio	1	Lourenço	1	Thomaz	1
Eustaquio	1	Luiz	2	Timóteo	1

Fonte: 2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765). Disponível em:
www.familysearch.org

Quadro 2: Nomes femininos por ordem alfabética e suas respectivas frequências

Nome	Frequência	Nome	Frequência	Nome	Frequência
Agostinha	3	Clara	1	Maria Paschoela	3
Anastácia	2	Donata	1	Maria Roza	4
Ângela	1	Dorothea	1	Martha	1
Angelica	1	Ignácia	7	Martinha	1
Anna	6	Izabel	2	Michaela	2
Anna Maria	1	Jacobe	1	Petronilla	1
Antônia	4	Joanna	2	Plácida	1
Apolônia	1	Juliana	3	Quitéria	1
Bárbara	2	Liberata	1	Roza	1
Basilissa	1	Lizarda	1	Salomé	1
Belchiora	1	Lourença	2	Simphoroza	1
Bernardina	2	Lucrecia	1	Thereza	2
Bibiana	1	Magdalena	4	Úrsula	1
Catharina	3	Maria	59	Vitória	2
Cecilia	2	Maria Cleophas	1		
Celestina	1	Maria Magdalena	2		

Fonte: 2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765). Disponível em:
www.familysearch.org

Esses dois quadros contém todos os nomes levantados e as respectivas frequências em que aparecem, incluindo nomes compostos como Ignácio Xavier e Maria Magdalena, que serão agrupados daqui para frente pelo primeiro nome (prenome) para fins estatísticos. Um rol dos nomes mais escolhidos ficaria, então, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3: Os cinco nomes mais escolhidos para cada sexo.

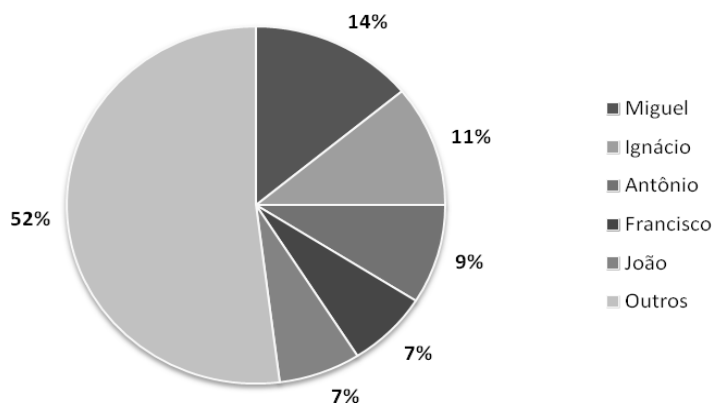
Nomes masculinos	Frequência	Nomes femininos	Frequência
Miguel	19	Maria	69
Ignácio	15	Anna	7
Antônio	12	Ignácia	7
Francisco	10	Antônia	4
João	9	Magdalena	4

Fonte: 2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765). Disponível em:
www.familysearch.org

O quadro acima mostra a frequência absoluta dos cinco nomes mais escolhidos para cada sexo. Para a população masculina de batizando temos, em ordem decrescente, Miguel, Ignácio, Antônio, Francisco e João, com 19, 15, 12, 10 e 9 registros cada um, respectivamente; para a população feminina temos Maria, Anna, Ignácia, Antônia e Magdalena, com 69, 7, 7, 4 e 4 registros cada uma, respectivamente. Abaixo, as ilustrações mostram as frequências relativas, dentro de todo conjunto de nomes.

A ilustração 1 mostra que o nome Miguel, presente em 19 registros, representa 14% das escolhas para o sexo masculino; Ignácio, presente em 15 registros, 11%; Antônio, 9%; Francisco, 7%; João 7%; e os demais nomes, que não estão entre os cinco mais escolhidos, representam pouco mais da metade das escolhas, 52%. A ilustração 2 4 mostra que Maria, presente em 69 registros, representa 48% das escolhas na pia batismal para o sexo feminino; Ignácia e Anna, presentes em 7 registros cada, representam, cada um, 5%; Antônia e Magdalena, com 4 registros cada, representam 3% das escolhas cada um; por fim, os demais nomes representam 36% das escolhas para o sexo feminino.

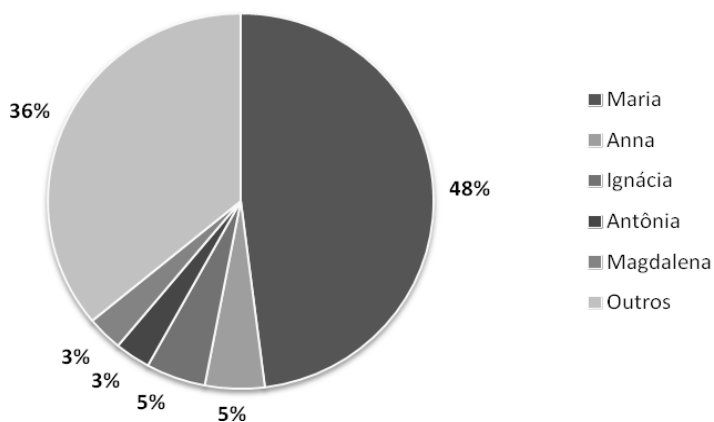
Ilustração 1: A proporção dos cinco nomes masculinos mais escolhidos.



Fonte: 2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765). Disponível em:

www.familysearch.org

Ilustração 2: A proporção dos cinco nomes femininos mais escolhidos.



Fonte: 2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765). Disponível em:

www.familysearch.org

Entre generalizações e peculiaridades

Os estudos dos nomes, ou onomástica, para os domínios portugueses revelam algumas especificidades: primeiro, que o leque de nomes para serem dados era bastante reduzido; outra característica é a grande quantidade de homônimos na sociedade luso-americana. Essas duas informações são apresentadas tanto por Nadalin (2004), como por Hameister (2006; 2008). Não cabe discutir se um decorre do outro ou vice-versa, mas verificamos neste estudo essas duas características. A grande quantidade de homônimos é evidenciada pela grande repetição de Maria como escolha para o sexo feminino, congregando 48% da população feminina. Além disso, 64% dos nomes femininos são distribuídos entre os cinco nomes mais escolhidos, evidenciando, também, a repetição de escolhas. Para o caso dos nomes masculinos, o mesmo fenômeno é observado, com alguma diferença em relação aos nomes femininos: os cinco nomes mais escolhidos somam 48% do total de nomes escolhidos.

Um levantamento bibliográfico dentre os pesquisadores que trabalham com o nome pôde fornecer algumas listas dos nomes mais escolhidos para outros lugares e tempos da América portuguesa. Nadalin (2004) apresenta um rol dos nomes mais comuns para meninos e meninas em Curitiba no século XVIII. Também o fazem Scott e Camilo (2011) para Porto Alegre e, mais recentemente, Marques (2011) para Rio Grande. Os resultados obtidos por estes pesquisadores podem ser sintetizados na tabela abaixo.

Quadro 4: Os cinco nomes mais escolhidos para cada sexo em outros locais da América portuguesa.

Curitiba, século XVIII.		Porto Alegre. 1772 - 1810.		Rio Grande, 1750 - 1755.	
Nomes masculinos	Nomes femininos	Nomes masculinos	Nomes femininos	Nomes masculinos	Nomes femininos
Manoel	Maria	José	Maria	José	Maria
Francisco	Anna	Manoel	Anna	Manoel	Anna
José	Francisca	Antônio	Joaquina	Antônio	Rosa
Antônio	Izabel	João	Francisca	João	Antônia
João	Gertrudes	Francisco	Rita	Francisco	Francisca
Fonte: Nadalin (2004)		Fonte: Scott & Camillo (2011)		Fonte: Marques (2011)	

Os resultados apresentados anteriormente sobre os nomes mais escolhidos pela população indígena estudada mostram alguma variação em comparação com os apresentados pela bibliografia sobre o tema. Os nomes masculinos apresentam uma variação significativa, já que pelos dados levantados por este estudo Miguel e Ignácio são os dois nomes mais escolhidos, em desacordo com todos os outros estudos apresentados logo acima: no estudo de Nadalin (2004) são Manoel e Francisco; para Scott (2011), José e Manuel; e para Marques (2011) também José e Manoel. Contudo, Antônio, Francisco e João, que neste estudo ocupam da terceira a quinta colocação entre os nomes mais escolhidos, também aparecem em posições de destaque em outros levantamentos, sendo este um ponto de aproximação, enquanto o anterior mostra uma clara divergência.

No caso dos nomes femininos, a comparação com outros estudos mostra resultados muito semelhantes e muito diferentes ao mesmo tempo. Os resultados desta pesquisa estão em concordância com os apresentados

por todos os outros estudos mencionados, onde Maria e Ana são os nomes mais escolhidos para as meninas. Contudo o levantamento feito na documentação de Rio Pardo mostra peculiaridades: dividindo a segunda posição com Ana, temos Ignácia, cujo correspondente masculino também é o segundo nome mais escolhido para a população masculina, e que não ocupa posição de destaque em nenhum outro estudo; e dividindo a quarta e quinta posição temos Antônia, que também não recebe destaque em outros estudos, somente no de Marques (2011), onde ocupa a quarta posição, e Magdalena – nome raramente visto em registros batismais, figura nesta documentação como um dos nomes mais escolhidos.

É importante lembrar que Ignácio (ou Inácio) é um nome muito significativo para a Ordem Jesuíta, pois é este o nome do fundador e importante líder da ordem: Inácio de Loyola, que fundou a Ordem no século XVI (MULLET, 1984). É notável que tanto as versões masculina e feminina do nome são encontradas entre as mais escolhidas, ao passo que os outros estudos apresentados não os identificam como um nome muito recorrente. É importante destacar que estes outros estudos mencionados trabalham com a América portuguesa no século XVIII, e que quase nenhuma comunidade, vila ou freguesia estudada tinha contato intenso com jesuítas, ou seja, justamente o oposto do que acontecia com os indígenas das reduções espanholas, reduções estas que foram fundadas e mantidas por jesuítas.

Conclusões

Ressalta-se o papel ativo da população indígena dos Sete Povos das Missões em se fazer presente na documentação paroquial de Rio Pardo a

partir de 1758, momento subsequente à Guerra Guaranítica, na qual o território missioneiro passou a ser português sem, contudo, dar fim à questão territorial entre portugueses e espanhóis. Dentre as opções dos indígenas estavam a permanência no território, o retorno para a margem direita do Rio Uruguai, como já acontecera no século XVII com seus antepassados, ou perder-se nos matos da região. Temos, assim, acesso apenas a uma (provavelmente pequena) parcela dos índios reduzidos pelos jesuítas: a que permaneceu. Mas o que as práticas nominativas revelam é significativo: a adoção e reprodução das práticas católicas desenvolvidas quando sob tutela jesuítica, a adoção de prenomes dentro de um rol comum aos colonizadores ibéricos e mais especificamente adoção de prenomes que sugerem uma grande influência da tutela jesuítica exercida sobre essas populações indígenas.

Mas ao mesmo tempo que sugerimos a ação desses atores sociais em inserir-se na comunidade luso-americana, eminentemente católica, que os cercavam, podemos levantar problemas. Ao meu ver, um dos mais fortes é refletir sobre o grau de coerção e violência em que esse processo de inserção se deu. Devemos tratar, portanto, nem de não vitimizar a população nativa, nem de idealizar um frutífero contato entre autóctones e colonizadores. Não que o contato não tenha sido profícuo em termos políticos, militares e sociais, para indígenas e portugueses ou espanhóis, mas há um tanto de complexidade nessas relações entre os diversos agentes sociais do Brasil meridional setecentista que não couberam neste estudo.

Bibliografia

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os jesuítas dos 7 Povos**. Porto Alegre: Ed. Vozes, 1986.

CAMILO, Nathan. **“Feliz o homem que deixa um bom nome”**: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porte Alegre (1772-1810), São Leopoldo: UNISINOS, 2011 (monografia).

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DUPÂQUIER, Jacques et al. (orgs.). **Le prénom, mode et histoire**. Les entretiens de Malher 1980. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. In: **Revista Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 74-106.

GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998.

HAMEISTER, Martha. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFPR, 2006 (tese de doutorado).

_____. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). In:DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar (Org). **Temas setecentistas: governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

MARQUES, Rachel. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011 (dissertação de mestrado).

MULLET, Michael. **A contra-reforma**. Lisboa: Gradiva, 1984.

NADALIN, Sérgio. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi & CAMILO, Nathan. "Todos os Nomes Das práticas de nomeação lusobrasileiras". In: **V Jornada de Estudos Genealógicos**: genealogia luso-brasileira. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2011. (comunicação).

EMBATES HISTORIOGRÁFICOS NA ANTIGUIDADE TARDIA: RELEVÂNCIAS SOBRE OS CONCEITOS DE IDENTIDADE, ETNOGÊNESE E TRADITIONSKERN.

Marlon Citon¹

RESUMO: Este trabalho tem como proposta analisar os embates historiográficos constituídos na formação de três conceitos: *Identidade*, *Etnogênese* e *Traditionskern*, sobre o período temporal da *Antiguidade Tardia*, em especial aos embates entre a Universidade de Viena e Toronto. Como parte de um artigo de análise historiográfica, buscamos, de forma sucinta e objetiva, apresentar e problematizar diversas concepções constituídas por autores e linhas interpretativas, apontando determinados embates epistemológicos na formação de terminadas perspectivas. Concerne-se, assim, numa interpretação do historiador frente ao cenário historiográfico de tais trabalhos acadêmicos, nas referentes inclusões e exclusões de obras e autores. Dentro do viés da legitimação historiográfica, tais conceitos referem-se a importantes instrumentais para pensar o contexto do período e fundamentar ideias, tornando-os importantes em uma análise ampla.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, Historiografia, Identidade, Etnogênese, *Traditionskern*.

Introdução

O conhecimento histórico, decorrente da análise interpretativa do pesquisador, é resultante da conjuntura temporal, social e pessoal em que este está inserido. Neste pré-âmbito, podemos delimitar conceitos que seriam importantes para fomentar uma pesquisa histórica em determinados campos historiográficos. Na *Antiguidade Tardia*, perspectivas sobre os conceitos de *Identidade* e *Etnogênese*, decorrendo na noção de *Traditi-*

¹ Graduando em História, Universidade Federal do Paraná. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos.

onskern, mostram-se relevantes na investigação histórica: como ocorriam as relações entre populações de diferentes origens e suas representações nas fontes, juntamente com a historiografia constituída sobre. Tais nominativos indicam a necessidade de qualificações e concepções de conceitos que refletiriam o respectivo período de forma concernente, evitando o anacronismo.

Para introduzir este trabalho utilizamos de aporias clássicas referentes ao ofício do historiador, muito presentes e importantes ao assunto que desenvolveremos nas próximas páginas, buscando apontar o objeto de forma sucinta dentro de uma metodologia específica, em especial, na constituição de conceitos.

De forma sintética e rápida, pretendemos introduzir tais noções para o melhor entendimento de conceitos, constituídos pela historiografia, não sujeitando de forma total as interpretações apresentadas pelos autores, intento impossível de ser cumprido em apenas um artigo². Frente ao tipo de análise proposta e interpretativa dos autores, esse trabalho possui concepções próprias, pela inclusão e exclusão de obras, autores e linhas historiográficas, já que decorre em escolhas em sua fundamentação. Assim, abrimos espaço para possíveis diferentes noções e constante revisão de concepções aqui expostas, não colocando opiniões pessoais sobre cada

² Frente a abstinência de outros conceitos importantes para a constituição da discussão historiográfica, apontamos a impossibilidade de trabalhar com uma conjuntura metodológica maior, que não abrangeria de forma condizente em um trabalho que possui uma estruturação sintética e específica. Assim, apresentaremos, ao longo do trabalho, uma bibliografia que poderá ser consultada para maiores informações de conceitos, contexto e obras na perspectiva histórica sugerida acima.

linha historiográfica, fato que diminuiria a amplitude de exame do historiador. Tal conteúdo possui nível de dificuldade elevado para fazer sua análise, já que as interpretações diferenciam-se através de conceitos bem localizados e por discussões historiográficas intensas.

Duas escolas, muitos historiadores.

Ao longo do decorrer do século XX, a constituição historiográfica acerca das relações entre o "Mundo Bárbaro" e o "Mundo Romano" foi relevante para pensarmos os conceitos de *Identidade*, *Etnogênese* e *Gens*.³ São termos os quais promovem diferenciações metodológicas entre autores, decorrentes de variadas conjunturas de suas formações acadêmicas e intelectuais. O desenvolvimento conceitual referente à área tornou-se importante pela conjuntura apresentadas pelas fontes, contexto de mudanças

³ As concepções de *Identidade* são basilares dentro de uma compreensão do embate historiográfico aqui apresentado, o qual possui a impossibilidade de conceitualização de forma sintética devido a complexidade de tal. De modo mais geral, o conceito é discutido devido a fundamentação de cada perspectiva, ponto que é ressaltado no decorrer desse trabalho. *Etnogênese* concerne a ação recorrente de relações entre diferentes populações étnicas durante as movimentações nos séculos IV, V e VI. Já no caso da *Gens*, tem a conotação de uma família ou população. Refere-se a um fenômeno muito importante na constituição de político/social da *Antiguidade Tardia*, os vínculos que pessoas possuíam no desenvolvimento de um clã ou grupo nobiliárquico. Possui outra interpretação por ser utilizado desde a época da *República Romana* e *Principado* para considerar determinadas famílias influentes de Roma. Assim, apontamos para a mudança de denotação do conceito frente às mudanças temporais as fontes, o que é apresentado pela historiografia, e referente uso por Historiadores Tardo-Antigos e Medievalistas. Wolfram aponta que *Gens* refere a uma comunidade com origem biológica comum, sendo *Gentes* uma perspectiva da mistura de diversas etnias, em caráter polissêmico. (Cf. WOLFRAM. P.5)

entre um mundo político/institucional Romano para um Romano/Bárbaro. Pensar interações contextuais já elenca a concepção clássica de Arnaldo Momigliano, de relações diretas entre povos⁴. No caso da *Antiguidade Tardia*, entendemos que concerne a um período de *transição* e *transformação*, em que conceitos e vocábulos utilizados pelas fontes podem ter significados diferentes, referentes a uma nova perspectiva do período⁵. Assim, examinar as fontes torna-se algo complexo, decorrente de diversas análises e formação de interpretações. Tentando localizar a discussão, mesmo de forma sintética, podemos apontar duas linhas basilares para o desenvolvimento de trabalhos. Por um lado, historiadores da “Escola” de Viena, tendo vínculos estreitos com uma herança alemã na teoria da história e historiografia. Por outro lado, a “Escola” de Toronto aponta para interpretações questionadoras de determinadas perspectivas elencadas pela historiografia clássica e de língua alemã, relevantes com concepções de críticas elencadas pela antropologia “instrumentalista” dos anos 1950. Além de tais simplificações frente complexidade do assunto, pesquisado-

⁴ Momigliano possui obra vasta sobre a Grécia Antiga, Cristianismo e Império Romano. Suas referências apontam para trabalhos sobre historiografia e análise de especificidades do período temporal. Sobre a concepção de interação, sua obra *Alien Wisdom : The Limits of Hellenization* aponta como referencial, demonstrando relações entre populações que estariam presentes na Grécia de Alexandre Magno. Interessante registro, pois Nietzsche denotou, em seu trabalho *A Filosofia na Época trágica dos Gregos*, as relações que filósofos teriam de outras regiões e perspectivas na formatação da Escola Jônica e Eleata. O que pode trazer concepções similares em alguns pontos.

⁵ Para considerações gerais sobre a *Antiguidade Tardia*, dentro das noções de *transformação* e *transição*, apontamos o referênte trabalho: FRIGHETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano – Bárbaras numa época de Transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

res fora de vínculos estão presentes ao longo do mundo, principalmente na Europa e Estados Unidos, caso de Gillett, Kulikowski, Woods, Heather, entre outros⁶.

“Escola” de Viena

O historiador mais importante na constituição de uma interpretação problemática inicial concerne a Reinhard Wenskus. Em *Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes*, trabalho clássico para a conceitualização da *Etnogênese* (*Stammesbildung*), *Etnografia e Traditionskern*, Wenskus apresenta a “etnogenidade” como transmissora de tradições étnicas na formação de uma identidade em uma população⁷, interpretação que a formação étnica e política pautam-se em elites nobres como formadoras de uma identidade, uma única *Gens* frente às diversas *Gentes*. Notamos, desse modo, a construção de ideias estáticas, modeladas na diferenciação territorial, em elites nobiliárquicas, denotando uma diferenciação biológica de populações⁸. Suas concepções indicam a

⁶ Existe ampla historiografia sobre o tema, muitos autores e muitas interpretações. Entendendo as limitações desse trabalho, indicamos que não referenciamos de modo total nesse artigo, mas quais estão mais presentes dentro do ambiente dos embates historiográficos da Universidade de Viena.

⁷ Nesse caso, *Identidade* tem uma conotação mais ampla, além de simples manifestação de traços culturais, mas representação política/social, referenciando uma população.

⁸ A obra de Wenskus é problemática para fazer análises, já que não existem traduções dos originais em língua alemã, muito menos acesso longe de núcleos especializados. Assim, as proposições apresentadas aqui remetem, principalmente, aos trabalhos de Walter Pohl: *Ethnicity, Theory, and Tradition: A Response and Strategies of Distinction. The construction of Ethnic Communities, 300-800*; juntamente com outras perspectivas apresentadas por Gillett e Bowlus.

formação de um paradigma dentro da historiografia, por ser uma teoria conceitual amplamente desenvolvida em língua alemã, além de extremamente discutida. Ele foi um dos pesquisadores que formaram a ideia geral de *Etnogênese*, indicando propostas de como certas populações surgiram, muitas vezes apontando características Germânicas provenientes da Idade do Ferro em tal função (C.f. BOWLUS, P. 243)⁹. A concepção de Wenskus resulta na noção de *Traditionskern*¹⁰, a nobreza como um núcleo de tradição, formadora de uma identidade étnica frente a hordas de guerreiros de diversas origens, não esboçando uma heterogeneidade identitária presente nesses povos ou a tentativa de identificação dos mesmos através de características étnicas, mas pela especificidade de uma *Gens*. Importante apontarmos a noção militar como ponto chave para a concepção de *Etnogênese* e *Identidade* de Wenskus, já que resulta na ideia de *Traditionskern* na perspectiva de legitimação de tais guerreiros não apenas por um passado mítico, mas pela vitória em batalha¹¹. Referente ao contexto de forma-

⁹ *Etnogenesis: The Tyranny of a Concept*. Artigo inserido na edição organizada por Gillett presente na bibliografia.

¹⁰ Gillett define a origem da concepção: “This theory of the origins of ethnic groups (ethnogenesis) centres on the concept of a binding core of tradition (*Traditionskern*) either embodied in an aristocratic elite which 'bears' the group's identity-giving traditions, or transmitted by less tangible 'ethnic discourses'. The theory is essentially philological (in the original sense of the word) in approach but framed with reference to contemporary thought in the social sciences. *Traditionskern* theory posits the replication of group identity through the subscription by members to a mythic narrative of the group's past (the 'core of tradition'), focused on the divine descent of its rulers.” (GILLETT, 2002)

¹¹ “Vitória militar” releva ao próprio conceito romano de *Vitória*, além de representação religiosa. No caso dos povos bárbaros, sua origem militar e desenvolvi-

ção de sua obra remonta-nos ao Nacionalismo de emeados do século XX, relevando noções enquadradas com o recorte temporal, social e político em que o pesquisador estava inserido¹². Em si, Wenskus ajudou a popularizar o termo *Gens* e *Tradionskern*, resultando em diferentes interpretações de sua obra por parte de historiadores atuais¹³.

Outra obra importante é *Die Goten*¹⁴ de Herwig Wolfram, a qual representa uma noção de *Etnogênese* parecida com a de Wenskus e mais aceita no cenário historiográfico, delimitando linhagens nobiliárquicas e, conseqüentemente, uma formação identitária como formadora de identidade. *Traditionskern* é um conceito muito importante para Wolfram, já que a noção de identidade relaciona-se com as linhagens nobres e autoridade sobre uma população específica, o que ele desenvolveu muito bem em sua análise sobre os Godos. Porém, atualmente, é muito criticada por

mento político, a *Vitória* representava o objetivo de tais populações em sua formação lógica social e política.

¹² Como apontado por Gillett, o desenvolvimento de teorias etnográficas, resultante nos conceitos de *Etnogênese* e *Traditionskern* é decorrente do avanço do Nacionalismo. Em oposição, houve a criação de uma antropologia “instrumentalista” nos Estados Unidos pelos anos 1950 que possuía como objetivo identificar a “etnicidade” de forma social e culturalmente construída. Wenskus é identificado, muitas vezes, como um “racialista”, o que releva para uma interpretação contrária por historiadores com vínculos relacionados a tal perspectiva. Tais noções denotam a interpretação pessoal de Gillett.

¹³ Esse ponto é bastante problemático, pois dependente a interpretação de sua obra há discordâncias na legitimação de pontos específicos frente a *Etnogênese/Etnologia* e o *Gens*. Murray considera Wenskus como uma interpretação ideológica para a “*Teoria da Etnogênese*”, mas não biologicista apenas.

¹⁴ Obra lançada inicialmente em 1979 em Alemão sobre o título *Die Goten und ihre Geschichte*, é disponível com uma tradução em inglês desde 1988, denominado *History of the Goths*.

determinados núcleos acadêmicos, sendo acusada de “densamente elitista e enraizada em tradição autoritária”¹⁵.

Contudo, é notório o desenvolvimento de modelos interpretativos sobre perspectivas de autores ao longo dos embates historiográficos, diminuindo a problemática dos conteúdos apresentadas em obras extensas¹⁶. No caso de Wenskus e Wolfram não é diferente, a aplicabilidade de suas interpretações restringe-se ao tipo de metodologia e concepções dos historiadores atuais nesse campo, o que possui generalizações significativas sobre seus trabalhos. Wenskus é apontado como biologicista ou ideológico, dependente a interpretação, porém o acesso a sua obra é bastante restrito, colocando em questão a veracidade interpretativa¹⁷. Wolfram é muito mais lembrado pela aplicabilidade contextual de sua obra, na perspectiva de *Traditionskern*, do que um pesquisador problemático na formação historiográfica, o que é bastante reducionista. Ele faz exercício da crítica,

¹⁵ Alexander Murray aponta como uma concepção enraizada na historiografia alemã, desde tempos anteriores a Wenskus com a “lordship theory”, o que resultaria na homogeneização das *Gentes* e formação da Teoria da *Traditionskern*. (Cf. MURRAY; 2002)

¹⁶ “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado.” (Nineteen Eighty – Four. ORWELL). Essa frase é aplicada não apenas no âmbito político/social/econômico, mas no cenário historiográfico, nas escolhas e legitimidades de discussões e omissões de interpretações.

¹⁷ Murray possui um capítulo de livro bastante interessante sobre Wenskus, nele aponta o uso e do termo genérico *Stamm*, concernente ao *Gens*. Em sua interpretação sobre o autor austríaco, denota o uso da concepção de *Traditionskern* na formação de conhecimento etnográfico. Considera como concepções idealistas e não biologicistas, pois Wenskus teria fundamentado sua concepção frente os ideais nacionalistas, como já apontado na “lordship theory” na nota 14. Para maiores informações verificar em o capítulo: *Reinhard Wenskus on ‘Ethnogenesis’, Ethnicity, and the Origin of the Franks*, presente no livro editorado por Gillett.

além de um levantamento bibliográfico na introdução de seu livro *Die Goten*, apontando que a aplicabilidade de estudos filológicos e historio-
gráficos sobre os povos bárbaros estão relacionados, respectivamente,
com o Romantismo Francês e os Historicismo Alemão¹⁸. O autor denota
que essas perspectivas interpretativas utilizavam-se do conceito de *Gens*
na legitimação de ideias biologicistas, a busca por uma vitalidade Germâ-
nica em um remoto passado tribal dos povos bárbaros, os quais formaram
as identidades nacionais modernas. O exercício da crítica por Wolfram
não é apenas rejeitar interpretações, mas utilizar de concepções válidas
para sua análise metodológica¹⁹.

A perspectiva de Wolfram acima é apresentada após a crítica às
concepções biologiscistas, denotando que a problemática do conceito de
Gens, na “etnogenidade” presente em determinadas populações bárbaras.
Porém, a unidade e constituição de características comuns entre indiví-
duos de diferentes ascendências implica ao exército, ao combate sobre a
autoridade de líder, uma nobreza nobiliárquica específica, no comando

¹⁸ Wolfram aponta o trabalho filológico de Johann Christoph Gottsched e a im-
portância de Michael Schmidt na constituição da *migratio gentium* em consonân-
cia com o *Volkerwanderung*. O uso do conceito de *Gens* por Schmidt é importan-
te na constituição do conceito, na relação com significados distintos.

¹⁹ “Words such as *gens*, *genus*/γενος, *genealogia*, and *natio*, refer to a community
of biological descent. The tribal sagas, however, equate *people* with *army* and
thus remain true historical reality. In addition, the sources attest the polyethnic
character of *gentes*. These *gentes* never comprise all potencial members of a *gens*
but instead always mixed. Therefore their formation is not a matter of common
descent but one of political decision. Initially this implies not much more than the
ability to unite and keep together the multitribal groups that make up any barbari-
an army.” (WOLFRAM, 1990)

bélico. Assim, o conceito de *Traditionskern* torna-se referencial em sua obra.

No decorrer do desenvolvimento de novas ideias no âmbito da *Antiguidade Tardia e Início da Idade Média*²⁰, diferentes proposições sobre os conceitos de *Etnogênese*, *Gens* e *Traditionskern* foram concebidos. A Universidade de Viena é palco de formação de novas concepções concernentes ao tema, problematizações metodológicas sobre o que seriam fontes de estudos e seus usos são frequentes. Pensar atualmente as noções introduzidas inicialmente por Wenskus e Wolfram necessita indicar Walter Pohl, como um “herdeiro” de Wolfram, já que foi orientado por este. Pohl denota a abstenção da “bipolarização” de confiabilidade das fontes, considerando extratos e tradição oral como legítimos, fato que seria considerado inadequado por alguns historiadores. A análise de textos “literários” seria importante na opinião do autor, já que suas formações tiveram uma finalidade em um contexto específico, além de ampliar os horizontes na interpretação do que formaria uma identidade étnica. Pohl aponta que o conceito de *Etnogênese* é maleável, longe de uma estaticidade apontada pela “Escola” de Toronto. No caso do conceito de *Traditionskern*, Pohl utiliza-o, porém seu uso restringe-se a uma concepção específica, a problematização do mesmo na aplicabilidade em análise de fontes. A discussão sobre a utilização do conceito é recorrente no âmbito acadêmico, já que determinadas perspectivas sempre estão em discussão e não identi-

²⁰ O uso de determinada nomenclatura é relativa ao pesquisador e suas apropriações metodológicas. Assim, para não excluirmos aqueles que usam um determinado conceito, preferimos citar ambos, fato que não indica parcialidade por parte do autor.

cariam de forma complacente os fenômenos decorrentes do contexto específico, mas de forma parcial²¹.

Pohl denota que a *Etnogênese* ocorria na transmissão de características étnicas de forma *espontânea* com o contato de uma população com outras. O núcleo étnico, formador de uma identidade pautada na nobreza, aponta-nos a fragilidade na raiz identitária, pois o tronco familiar, muitas vezes, não possuiria mais de três ou quatro gerações. Assim, a formação de uma tradição identitária representaria uma construção necessária à legitimidade de uma linhagem de poder. (C.f. POHL, 1997) Como apontado por Wolfram, a legitimidade de uma determinada família nobre pautava-se em cultos de Heróis e Deuses em uma remota origem, mesmo não havendo provas de tais afirmações²². Modificações nessas sociedades foram decorrentes desde as denominadas “migrações” (*Völkerwanderung*) da Escandinávia aos assentamentos posteriores, saindo de constituições tribais políticas/sociais bastante simples para poderes complexos pautados em certas famílias nobres. Em si, a apropriação de nominativos étnicos estavam muito mais relacionados a designações genéricas propostas pelos Romanos do que indicando de forma complacente a heterogeneidade das populações “bárbaras”, decorrente do processo de *etnogênese*. Devemos notar que a Etnografia é um conhecimento Romano e Grego, uma *interpretatio romana*, e como recorrente do trabalho do historiador, a parcialidade é notória em uma análise específica, na dificuldade de uso de fontes

²¹ Pohl continua a tradição historiografia de Wolfram, o qual já apontava para problemáticas de conceitos. Nesse caso, o historiador austríaco está em combate, dentro dos embates, caso que Wolfram não estava tão inserido.

²² Wolfram apresenta de forma interessante sua perspectiva na introdução de seu livro *Geschichte der Goten*, utilizamos, aqui, de sua tradução.

restritas e limitadas a interpretações romanas²³. Desse modo, a *origo gentes* torna-se o modo, a busca, do tipo de concepção para fundamentar um tipo de população, sua história, através de uma construção romana de *história*.

A continuidade no uso do conceito de *Traditionskern* apresenta a problematização a uma possível perspectiva anacrônica do mesmo, remontando ao período Nazista no desenvolvimento do século XX, embates diretos ao uso de conceitos na análise histórica por causa dessa possível relação com teorias ideológicas²⁴. Murray, por exemplo, compara a concepção de *etnogênese* e formação de poder político de Wenskus, Wolfram e Pohl de modo similar, apresentando de forma ideológica e não apenas biológica. A legitimação de um regime político através da história, de interpretações, não é algo novo nas discussões acadêmicas e no embate

²³ A problemática das fontes é bastante apontada nesse âmbito específico do conhecimento acadêmico. Kulikowski e Wolfram apontam esse problema no *capítulo M. Nation versus Army: A Necessary Contrast?* No livro organizado por Gillett.

²⁴ A diferenciação entre de Escolas Historiográficas tende a ser equivocada na maioria das vezes. Temos, por exemplo, diferenciações dicotômicas feitas para identificações de determinados pensamentos que não condizem com oposições em todas as áreas de desenvolvimento do saber científico. Assim, apresentando a dificuldade de análise das discussões nesse âmbito do conhecimento acadêmico, a diferenciação aqui apresentada possui noção de tal problemática, sendo aplicada apenas para melhor entendimento em um trabalho com perspectiva de análise sintética e não completa de conhecimentos historiográficos. Porém, com a análise mais aprofundada desse contexto de embate historiográfico percebemos que as querelas entre autores são muito mais complexas do que discordâncias de determinados conceitos. Fazemos essa ressalva, pois esse trabalho demonstra de forma extremamente sintética concepções muito mais complexas e que merecem um tratamento mais cuidadoso. Abrimos, assim, para possíveis trabalhos futuros nessas áreas.

entre Pohl e Murray, o qual ocorre atualmente, torna-se bem nítida a problemática que os estudos sobre as populações bárbaras e os referentes processos que ocorriam no período histórico do século IV-VI.

Porém, o embate constitui de diversas formas: o uso metodológico de fontes e estudos antropológicos, por exemplo, estão no centro dessa problemática do cenário historiográfico. Pohl utiliza-se de Bourdieu e Fredrik Barth em diversas de análises, o que coloca diferentes noções etnográficas apontadas por Wenskus. Murray aponta Pohl como um continuador de uma perspectiva desse historiador austríaco em conjunto com Wolfram, o qual não produziria nenhuma nova abordagem metodológica.

Pohl, na utilização de *Traditionskern*, aponta a mudança recorrente que o conceito apresentou juntamente com o desenvolvimento de uma historiografia. Mesmo sendo aplicado por autores, relacionados com o regime Nazista em Alemanha e Áustria, ou pelo menos aquisição desses regimes políticos de ideias apresentadas por eles, a aplicabilidade de um conceito muda frente ao exercício da crítica. Interessante notarmos como o autor refere ao trabalho de Otto Höfler na admissão de uma perspectiva ideológica do conceito de *Traditionskern*, tornando-o elitista e tendo origens no autoritarismo. A obra de Höfler é nitidamente relacionada com a concepção Nacional Socialista Alemã, dentro do projeto cultural *Ahnenerbe*²⁵, na busca pelas origens dos mitos e autenticidade deles para a formação da nação alemã. Porém, Pohl aponta algumas características que

²⁵ “To assume that the Germanic past had any bearing on these people means sharing the ideological assumption of the Germanic character of the early medieval kingdoms first proposed by scholars such as Otto Höfler in Nazi Germany. Moreover, a possibly royal *Traditionskern* as an agent of ethnicity is a deeply elitist concept rooted in an authoritarian ideology.” (POHL, 2002)

Wenskus utilizaria pautado em tal historiador austríaco, porém, submentendo-o a crítica de ideias²⁶. Em si, análise torna-se muito complexa, já que diversos fatores e conceitos são analisados quando dentro de perspectivas específicas²⁷.

A decorrente distinção dos conceitos proposta por Pohl frente as críticas de historiadores da “Escola” de Toronto dispõem como ocorrem as discussões historiográficas sobre o respectivo tema atualmente. A aplicabilidade de conceitos, metodologias, origens de interpretações são características presentes no exercício de críticas dos autores apresentados acima.

“Escola” de Toronto

Para pensar a oposição às concepções clássicas formuladas pela “Escola” de Viena, temos que remeter à Universidade de Toronto. Possui como iniciador de estudos na área a obra primeira de Walter Goffart, *The Narrators of Barbarian History*. Como já denotado anteriormente, Toronto possui relevâncias como diferentes conceitos antropológicos, relevando a crítica a perspectivas “ideologias/biológicas”, apontando para noções culturais/sociais, interações de poder, etc. No caso de Goffart, sua obra critica o conceito de *Traditionskern* por considerar Wolfram um continuador de uma historiografia anterior a Wenskus, em uma legitimação ideológica já presente na historiografia de língua alemã. Outro argumento é

²⁶ A diferenciação entre Höfler e Wenskus concerne em o primeiro ter noções tipicamente ideológicas e o segundo biologicistas.

²⁷ O acesso e análise da Obra de Höfler é bastante problemática, assim utilizamos a perspectiva de Pohl na referente análise, fonte: POHL, W. *Ethnicity, Theory, and Tradition: A Response*.

elencado por ser uma teoria externa a análise das fontes, não problematizando de forma complacente para elencar hipóteses na formação de interpretações sobre o contexto histórico do período. Goffart apresenta uma análise de fontes diferenciada, por entrar muito em estudos que referenciam obras narrativas, como Jordanes, Beda e Paulo diácono, problematizando sua veracidade. O caso de tais narrativas é o que elenca um passado mítico na formação de etnias, mas sua consideração é que pensar a *Traditionskern* seria algo desarticulado com o conteúdo da fonte em si, pois não proviriam tantas articulações para a formação de uma teoria. Para Goffart, os elementos de origem nas narrativas são isolados apenas como legitimador de uma origem, na formação de narrativas de tais populações. Sua análise não considera fontes orais como legítimas, pensando-as de forma, muitas vezes, “desconstrutiva”.

Alexander Callander Murray, continuador de uma concepção crítica desenvolvida inicialmente por Goffart, possui trabalhos mais pesados contrários à concepção da Universidade de Viena. Murray considera que o conceito polissêmico de etnogênese de Wenskus é baseado na ideia de origem da cultura germânica legitimada e sacralizada pelos ritos, mitos, nomes e genealogia²⁸. O modo como Wenskus se apoiaria em uma antro-

²⁸ “He (Wenskus) is not particularly sympathetic to Roman influence where questions of Germanic initiative, identity, and continuity are at stake. His book however is not principally about ethnic developments in the successor kingdoms but about processes which he argues were under way long before the encounter with Rome, never mind the creation of kingdoms in the western provinces. The image of the patient, elevating efforts of Roman genius (as espoused at n. 24 below) does not really fit his views. Wenskus still lays the foundation for most of what Pohl says in *Strategies of Distinction* (as at n. 1).” (MURRAY, 2002)

pologia do século XIX fez Murray indicar alguns pontos como relevantes na continuidade do austríaco em uma historiografia anterior²⁹. Para Murray, Pohl não acrescenta nada nas interpretações de Wenskus, por ser um pesquisador que continua com a defesa deste e apresentar um conceito de *Tradionskern* próximo.

Como crítica a esses historiadores de Toronto, Pohl aponta que o entendimento deles sobre a historiografia alemã está mais ligado a reflexões políticas atuais que sobre o período histórico das fontes. Na consideração contrária a uma teoria de forma crítica, sem pensar as mudanças nas noções conceituais, sempre legitimando o discurso contrário a uma teoria através de pensamentos políticos.³⁰ Para Pohl, Murray ignora diversos casos apresentados nas fontes, o uso de simbologia romana, possibilidade de legitimação por mitos, interesses na origem desses povos, etc. No caso de Wenskus, seu trabalho indica uma quebra no paradigma da historiogra-

²⁹ “Wenskus was no innovator as far as biological interpretations of early European history were concerned. A general historiographical perspective suggests different reasons for the popularity of his ideas. It is correct, I think, to point out that Wenskus's work came at the end of an historiographical development, not the beginning, encapsulating and systematizing half a century of scholarly revisionism in the areas of ethnology and Germanic antiquity. The work he produced is massive, drawing-often eclectically on philology, prehistory (archaeology), history, and social science; historians who know of it only by reputation may be surprised to learn that it begins with the palaeolithic.” (MURRAY, 2002)

³⁰ “Murray happily ignores all this to put me back in line; his verdict has been clear from the start. In the language of myth, Otto Hofler went out to Germany where he met a monster, Heinrich Himmler, and then he begat Reinhard Wenskus, who begot Herwig Wolfram, who begot Walter Pohl. Apart from this one, I do not at all object to a reconstruction of scientific genealogies. No doubt the study of early medieval ethnicity is one of the fields that has always been most pervaded by ideology and partisan scholarship.” (POHL, 2002)

fia de língua alemã, por apresentar objetivamente sua concepção longe de viés político apresentado anteriormente na historiografia. Pohl diferencia Höfler de Wenskus através de conceitos diferentes por cada autor, como na consolidação de poder em suas formas iniciais. Como Goffart e nem Murray apontam o uso de fontes orais, Pohl denota a fragilidade das críticas não apenas frente o desconhecimento dos autores, mas a não análise própria das fontes e implicações contextuais³¹.

Outros Historiadores

Entre outros historiadores que entram de alguma forma no conflito maior, podemos citar quatro. Em primeiro, Gillett, como um dos pesquisadores que possuem mais interesse nos embates historiográficos, aponta para o desenvolvimento de sua pesquisa por um viés alternativo. Para ele, utilizar o conceito de *Traditionskern* somente, ou fazer críticas desenfreadas, não são soluções para um melhor entendimento do período em pauta, mas pensar as fontes entendendo as sutilezas com documentos menores sobre narrativas basilares, muito utilizadas pela “Escola” de Toronto. Gillett é um pesquisador que aceita certas críticas apresentadas por Murray, principalmente ao que concerne a etnografia, mas admite alguns pontos de Viena, não desconsiderando que é possível fundamentar a concepção de

³¹ “Where more recent contributions have been taken into account, the main interest seems less to debate current views in their context, than to look for single statements that one could then expose as proof that the author is a die-hard, 1940s-style Germanophile. Typical of this method is how Murray picks, out of a fifty-four-page paper, a single sentence about the origin myth of the Lombards to conclude that my whole argument is based on the concepts of nineteenth-century *germanische Altertumskunde*.” (POHL, 2002)

Traditionskern e Identidade com fontes menores. Seu foco são as fontes e problemática, em suma. (C.f. GILLET, 2002)

Outro historiador concerne a Kulikowski, o qual apresenta ideias diferentes a esse tipo de metodologia, evitando um tipo de “Ceticismo Epistemológico” ou até mesmo uma problematização historiográfica maior, mas que seria possível estudar os povos bárbaros de forma ativa pelas fontes escritas, interpretativamente. (C.f. KULIKOWSKI, 2002) Tal pesquisador considera que muitas discussões sobre tais conceitos tiram a importância que a própria análise das fontes teriam³², pois devido a poucos recursos, uma teoria maior não teria legitimidade como explicativa, nem fundamentação.

Bowlus possui uma discussão relevante acerca dos embates historiográficos, sua perspectiva está na crítica de como tais conceitos são utilizáveis apenas no contexto Godo, objeto mais importante devido às publicações em língua inglesa por Wolfram, Heather e Amory. Bowlus pesquisou outras tribos germânicas, como os Bávaros e considerou que tais perspectivas não entrariam como autênticas na análise de tais microcosmos. Historiograficamente, o autor discute a parte teórica da etnogênese, o que o aproxima em diversos pontos da perspectiva de Toronto. (C.f. BOWLUS, 2002).

Conclusões Parciais

Através da referida análise apresentada nesse trabalho, podemos perceber que as maiorias das discussões em pauta concernem ao entendi-

³² “though our sources distort barbarian reality, we can get behind their words to discover what barbarian collectivities were really like.” (KULIKOWSKI. 2002).

mento de determinados conceitos por parte da historiografia. Wenkus, além de ser considerado um pesquisador na área, apresenta-se como própria fonte, devido aos seus estudos e caráter ímpar na formação paradigmática do conhecimento da área da *Antiguidade Tardia*. Frente às discussões historiográficas, os embates estão localizam-se dentro e fora dos conceitos, em ideias que remetem tanto uma base teórica quando conjuntural do período histórico em debate, em que podemos providenciar um melhor entendimento da área em análise. Os embates entre as “Escolas” de Viena e Toronto, além de historiadores sem vínculos são sólidos a linhas interpretativas, demonstram como a referida área possui discussões pesadas e intensas, denotando movimento dentro do campo historiográfico. Interessante como as discussões, no desenvolvimento de respostas a trabalhos específicos e concepções, remontam a poucas ocasiões na história, tornando o conhecimento mais produtivo.

Bibliografia:

FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia**: Roma e as Monarquias Romano – Bárbaras numa época de Transformações (Séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

GILLET, A. (Ed). **On Barbarian Identity**; Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2002.

GILLET, A. Ethnogenesis: A Contested Model of Early Medieval Europe. In: **History Compass** 4. Oxford, Blackwell. p. 1-20. 2006.

GOETZ, H.W., JARNUT, J.; POHL, W. (Eds.). **Regna and Gentes**: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of Roman World. Leiden-Boston: Brill, 2003.

GOFFART. W. **The Narrators of Barbarian History -A.D. 550-800 - Jordanes-Gregory of Tours-Bede And Paul the Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1988.

MOMIGLIANO. A. **Alien Wisdom: The Limits of Hellenization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MURRAY. A. C. (Ed.) **After Rome's Fall: Narrators and Sources of Early Medieval History.** Toronto: University of Toronto Press, 1998.

POHL, W; REIMITZ, H. **Strategies of Distinction.** The construction of Ethnic Communities, 300-800. Leiden-Boston-Köln: Brill, 1997.

WOLFRAM, H. **History of the Goths.** Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1990.

GÊNERO, MASCULINIDADES E ALCOOLISMO: BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Zulemar Augusta Girotto Savian¹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar, em uma perspectiva das relações de gênero, os discursos masculinos vinculados ao consumo de álcool no Brasil, no início do século XX. Através de pesquisa bibliográfica e da análise de propagandas de cerveja da época, busca-se compreender a relação entre a definição de masculinidade e o consumo de bebida alcoólica, e como foi possível a emergência das cervejarias brasileiras em um momento em que o consumo alcoólico passava a ser considerado um problema social e de saúde pública, sob o controle do Estado e do saber médico. O intenso debate sobre a questão do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, posto naquele momento, fez com que os fabricantes de cerveja investissem em um novo significado de consumo, distante daquele condenado, na busca do consumidor, em particular, o masculino, das classes mais abastadas. As imagens projetadas nas propagandas estabelecem um perfil idealizado de masculinidade vinculado à elite do sudeste brasileiro, distinto daquele relacionado às classes mais pobres urbanas e vinculado a problemas sociais.

Palavras – chave: alcoolismo, masculinidades, gênero

Introdução

O tema do alcoolismo, em uma análise de gênero, permite analisar o amplo debate realizado a respeito do assunto no início do século XX e a movimentação dos vários setores da sociedade brasileira, em particular do Estado e da medicina higienista, com o mercado cervejeiro, na influência

¹ Aluna da Universidade do Sagrado Coração – Bauru.

sobre o controle ou estímulo do consumo de álcool no mercado brasileiro daquele período.

Destaca Carneiro (1994, p. 157) que “*a droga como um objeto claro e definido nunca existiu (...) A droga sempre foi um conceito antes de tudo moral*”. E é com base nesse valor moral que as sociedades moldam-se de diversas formas.

Com base nessas considerações, a presente pesquisa tem como objetivo analisar, em uma perspectiva das relações de gênero, os discursos masculinos vinculados ao consumo de álcool no Brasil, no início do século XX. Através de pesquisa bibliográfica e da análise de propagandas de cerveja da época, busca-se compreender a relação entre a definição de masculinidade e o consumo de bebida alcoólica, e como foi possível a emergência das cervejarias brasileiras em um momento em que o consumo alcoólico passava a ser considerado um problema social e de saúde pública, sob o controle do Estado e do saber médico.

Inicialmente, conceitua-se gênero como uma categoria de análise que reivindica para si o território específico na explicação da desigualdade entre o feminino e o masculino. É necessário defini-lo para se compreender os padrões de masculinidades estabelecidos no início do século passado, a partir da sua relação com o consumo de bebida alcoólica. Delineia-se um breve parecer sobre a trajetória de gênero enquanto categoria de análise, que se coloca a partir dos anos oitenta e se firma, no Brasil, na virada do século XIX, e seu vínculo com o uso de um amplo leque de fontes e temas pautados pela Escola dos Annales, Teoria crítica marxista, pós-modernismo, dentre outros, em uma análise interdisciplinaridade. A partir da reflexão do gênero como categoria de estudo, pode-se perceber a cons-

trução de várias concepções de masculinidade agregadas aos discursos alcoolistas do início do século XX.

Essas redefinições ocorrem em conjunto às mudanças que ocorrem nas cidades brasileiras a partir do controle do tempo e da monetarização do trabalho, processo que já estava em curso desde o século XIX. A formação de novas classes sociais refletiu na diversificação de vários padrões de masculinidades, construídos a partir das diferenças étnicas e de nacionalidade. Analisa-se as imagens de masculinidade identificadas naquele momento a partir de sua relação com o consumo de álcool e a sua relação com os discursos médicos, pautados na teoria da degenerescência, e as políticas públicas e medidas de controle e tratamento adotadas.

No mesmo período em que se fixavam discursos políticos e médicos que condenavam o consumo em excesso de álcool, em particular da aguardente, vinculando-o à degeneração mental, identifica-se o fortalecimento de uma indústria cervejeira que incentivou, com veemência, o consumo da bebida alcoólica, por meio de ampla difusão de propagandas destinadas a estimular o consumo de cerveja e a conquistar um determinado perfil de consumidor. Pautada na teoria da Eugenia, a associação do álcool à doença degenerativa estava relacionada pelo discurso médico e político às classes mais pobres, enquanto a indústria cervejeira incentivava o consumo controlado da cerveja a grupos das classes médias e altas urbanas.

Posteriormente, foca-se no desenvolvimento do mercado nacional de bebidas alcoólicas do período. Diferente da aguardente, que desde o Brasil Colônia já era uma bebida altamente difundida em todo o território nacional, as cervejarias cresceram principalmente com a imigração, sendo

responsável pela importação de mão de obra técnica para o fabrico da cerveja no sudeste brasileiro.

Por fim, analisa-se sete propagandas de época da cervejaria Brahma, divulgadas pelo próprio fabricante, entre as quais estão a cerveja Brahma Chopp, cerveja Supimpa, cerveja Teutônia e a cerveja escura Malzbier. Verifica-se nos anúncios e no direcionamento das mensagens, no uso das cores e nas expressões faciais das imagens, a construção de um perfil idealizado de consumidor, em especial o masculino, cujo ato de beber é vinculado com o seu papel social e a sua sociabilidade na região urbana brasileira em maior desenvolvimento industrial e econômico do período.

O Estudo do Gênero

Inicia-se essa reflexão com a discussão sobre as questões de gênero, conceituando-o enquanto uma categoria útil não apenas à história das mulheres, mas também a outros sujeitos históricos. O gênero pode lançar luz sobre a história das mulheres, assim como a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si, e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais (FILHO, 2005).

Os debates voltados à mulher surgiram por volta dos anos sessenta. Com a influência dos movimentos feministas, pesquisadores colocaram em pauta o papel das mulheres na História, procurando compreender as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles. Segundo Feitosa (2005) essas discussões feministas vieram

acompanhadas de uma reelaboração dos princípios teóricos das Ciências Humanas, até então pouco atentos às experiências femininas.

Entretanto, o processo de emergência da categoria gênero deu-se apenas nas últimas décadas do século XX. Com o pressuposto de reintegrar as mulheres à sua história, num primeiro momento as pesquisas priorizaram o tema do trabalho feminino fabril, para depois recuperarem a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos, de modo que as imagens de passividade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar foram questionadas, descortinando esferas de influência e recuperando os testemunhos femininos. Segundo Matos (1998), os estudos de gênero ampliaram e diversificaram os temas abordados, focalizando diferentes tempos e espaços históricos.

As análises de gênero debruçaram-se sobre um novo leque de fontes e novas concepções teóricas para a produção do conhecimento histórico e acadêmico, pautados na discussão da Nova História, na teoria crítica marxista, no pós-modernismo, em uma análise interdisciplinar (PEDRO, 2005).

Esses estudos incorporaram, mesmo que tardiamente, a questão da violência e do alcoolismo numa perspectiva histórica, aprofundando as investigações sobre o imaginário feminino e masculino. Para que isso fosse possível alargou-se o conceito de documento histórico, com a utilização, além dos tradicionais escritos oficiais, também da música, da literatura, da imprensa, do cinema e dos documentos arqueológicos, entre outros, para “*trazer para a História as experiências e os olhares femininos*” (FEITOSA, 2005 p. 26).

O gênero, enquanto categoria de análise, tem o objetivo de propor uma transformação nos paradigmas do conhecimento histórico tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. Para Scott (1989), ao lado das noções de classe e etnia, o gênero assinala o interesse da historiografia em um contexto que inclua os discursos dos oprimidos, dos silenciados, das feminilidades e masculinidades, numa análise do sentido e da natureza destas considerações.

Em face da quantidade de abordagens existentes, o gênero reivindica para si um território específico para explicar a desigualdade entre mulheres e homens. Como nova categoria de análise, o gênero procura dialogar com outras ciências existentes, tal como a Sociologia e a Antropologia, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de história das mulheres (PEDRO, 2005). A interdisciplinaridade, segundo Matos (1998), possibilita a análise de manifestações passadas da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, destacando-se que o meio social e as experiências sociais são historicamente construídos.

A produção historiográfica sobre o gênero ampliou-se e diversificou-se nos últimos anos. Os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, em movimentos sociais e políticos e no universo do trabalho, adquiriram notoriedade e abriram novos espaços na produção acadêmica, num primeiro momento para os estudos vinculados à feminilidade e depois para os “men’s studies”, focados também na masculinidade. Segundo Botton (2007), mesmo com o crescimento da produção historiográfica sobre o gênero nas últimas duas décadas do século XX, ainda são poucos os trabalhos que analisam temas como a mascu-

linidade ou a homossexualidade, deixando de estudar a pluralidade dos femininos e masculinos e suas intrigantes construções.

Os estudos de gênero estão inseridos no processo de reorganização a certas tendências da historiografia contemporânea, que questiona a concepção de História como uma evolução linear e progressiva do tempo, vinculada a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Essa nova perspectiva rompe com a segmentação entre passado e presente. Segundo Matos (1998), contribuem para a ampliação do objeto do conhecimento histórico e levam à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades.

Por fim, os estudos de gênero focalizam a multiplicidade das durações que convivem entre si arraigadas na trama histórica. Dessa forma, as nuances, tendências e movimentos passam a ocupar a atenção dos historiadores, principalmente no final do século XX e início do XXI, no lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas.

Nesse sentido é importante observar que as diferenças sexuais, enquanto construções culturais, linguísticas e históricas, incluem relações de poder não localizadas exclusivamente em um ponto fixo, mas presentes na trama histórica. Para Scott (1989), entender o gênero significa perceber que o mesmo é então uma construção social e não biologicamente definida a partir do nascimento dos seres.

Em relação às definições de masculinidade no início do século XX, no Brasil, considera-se que existiu, ao mesmo tempo, um discurso médico e político, repleto de vozes masculinas, que condenava o consumo de álcool, vinculando-o à degeneração nas classes pobres das cidades, e, em contrapartida, identifica-se o discurso da indústria cervejeira que buscava

consumidores e procurava incentivar o consumo da cerveja, através dos anúncios vinculados à classe média e alta urbana. A partir dessa reflexão, a proposta desta pesquisa é justamente compreender, através das propagandas de cerveja, como se deu a construção desse novo perfil de masculinidade e sua relação com o consumo de bebidas alcoólicas e o alcoolismo.

Discursos Masculinos e Alcoolismo

As masculinidades não podem ser estudadas nem entendidas por si só; diversas outras estruturas e instituições sociais devem ser levadas em conta nos estudos sobre os masculinos, como a etnia, a classe social, a nacionalidade, a geração, a temporalidade, a territorialidade, entre diversos fatores relevantes. Segundo Botton (2007), deve-se fugir de qualquer acusação etnocêntrica ou reducionista ao se estudar esse assunto.

A partir da multiplicidade do olhar sobre as masculinidades, encontra-se um terreno fértil para abordagens históricas e interdisciplinares no campo dos estudos masculinos. As masculinidades são configurações práticas das relações de gênero, da mesma forma como estão perpassadas pelas relações de classe social (BOTTON, 2007).

Proponho entendê-las no início do século XX, na região sudeste do Brasil e vinculadas à questão do alcoolismo na égide da sociedade burguesa, onde os novos padrões de tempo e trabalho, além de moldarem o comportamento dos indivíduos, contribuíram para a construção de novas identidades, tanto para o feminino quanto para o masculino.

Segundo Cunha (1986), no começo do século passado as noções de tempo e trabalho se consolidavam com mais intensidade, em particular no

sudeste brasileiro. As antigas vilas do Brasil Colônia, como São Paulo, receberam grande concentração de gente em função da monetarização do trabalho, processo que já estava em curso desde o século XIX. A nova forma de trabalho assalariado engendrou mecanismos de controle para garantir sua funcionalidade ao novo patamar da cidade.

Na última década do século XIX foram consideráveis as mudanças das cidades brasileiras, principalmente na região sudeste. A modernização, unida à grande migração urbana, deu início a um novo tipo de cidade, radicalmente diferente da antiga vila brasileira. Em 1890 as cidades já tinham chaminés de fábricas e um movimento mais intenso de circulação de mercadorias (CUNHA, 1986).

A expansão da cidade foi acompanhada pelo rápido crescimento dos serviços urbanos e o proletariado industrial e os demais contingentes populares foram afastados para os bairros cada vez mais distantes. Separam-se o público do privado e consolidou-se um padrão de privacidade familiar, regras, higiene e moralidade.

Segundo Alvim (1998), a configuração do espaço urbano foi o palco das novas relações sociais: primeiro, de produção, em que o assalariamento substituiu a escravidão com base no falso princípio da igualdade entre os indivíduos; segundo, da desigualdade social, com a criação de espaços diferentes para classes desiguais, que consequentemente fomentariam percepções de diferentes masculinidades e feminilidades.

Com a nova organização da cidade a burguesia industrial urbana influenciou na criação de novos conceitos de masculino e feminino, na construção de uma imagem do bom trabalhador associada à família e à

moral. Segundo Rago (2009), foi necessário o controle do tempo do trabalhador para discipliná-lo às suas funções de proletariado fabril.

Para Cunha, a monetarização das relações de trabalho garantiu uma mão de obra “de baixo custo” aos patrões, e criou, nas cidades, um espaço de concentração de enorme contingente humano de despossuídos, que resistia às margens da sociedade do trabalho:

“Além do desafio de disciplinar estas multidões, com o controle do tempo e do trabalho, havia também uma ameaça a ser esconjurada, e que residia às margens da sociedade do trabalho, corporificada nas figuras dos vadios, dos jogadores, das prostitutas e seus cafetões, dos ladrões, de todos os tipos de desordeiros contidos na população urbana” (CUNHA, 1986, p. 25).

Acentua-se a diversidade social da cidade nesse período, com ricos, pobres, classes médias urbanas, fazendeiros industriais, banqueiros, comerciantes, proletários e uma grande massa popular que necessitou se adequar às novas relações de tempo e de trabalho e ao novo modelo moral da família nuclear e higienizada.

Esse conjunto de mudanças caracterizou, além da diversidade social urbana, a existência de quatro padrões principais de masculinidade que estavam atrelados às engrenagens sociais e a construção de gênero do Ocidente. Connell (1995 apud Costa, 1998) identifica como primeiro padrão a masculinidade *hegemônica*, ligada à legitimidade do patriarcado, que garantia a dominação dos homens e a subordinação das mulheres; é o padrão convencionado pela burguesia elitista.

No segundo padrão, a masculinidade *subordinada*, Connell (1995 apud Costa, 1998), o caracterizaria como a dominação e a subordinação

entre grupos de homens da época, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais.

O terceiro padrão de masculino estaria representado na masculinidade *cumplíce*, que se definiu pela conexão com o projeto da masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação do ideal burguês. Teriam sido cúmplices, pois perceberam e desfrutaram de vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente essa posição. Geralmente está relacionada a indivíduos das classes médias urbanas.

E, por ultimo, Connell define um quarto padrão de masculino, representado na masculinidade *marginalizada*, que teria sido próprio das relações entre grupos étnicos, dominantes e subordinados, estes representados pelas classes menosprezadas das cidades, de condição social com menor renda, dos moradores de cortiços e pobres urbanos.

Para Neves (2004), a masculinidade hegemônica exerceu efeito controlador na sociedade brasileira do início do século XX e implicou discursos sobre dominação e ascendência social, atribuídos aos homens como “privilégio potencial”.

O padrão de masculino hegemônico construiu um discurso que atribuiu aos homens o privilégio potencial de dominação e ascendência social. Para Almeida (1996), o patriarcado foi uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica definiu a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. As diferentes faces do masculino foram marcadas por assimetrias como heterossexual/homossexual e hierarquias de mais e menos masculino.

Os padrões masculinos são importantes, pois estão ligados ao contexto alcoolista brasileiro dos primeiros anos do século XX, visto que

existiam discursos masculinos específicos que defendiam ou condenavam o consumo em excesso de álcool. Quando estudados, os padrões masculinos remetem a questões como a identificação de seus discursos alcoolistas e a esfera social a qual se encontravam.

O valor atribuído ao consumo excessivo do álcool, assim como os significados de femininos ou de masculinos, segundo Neves (2004), estão relacionados com as atitudes, normas, modos de classificação e concepções do momento histórico em que são construídos. O uso em excesso das bebidas alcoólicas, para esse autor, corresponde diretamente ao comportamento culturalmente constituído pelos indivíduos em sociedade.

Cada sociedade estabelece os momentos de beber e os diferentes significados atribuídos a esse ato. Na sociedade brasileira do início do século XX, os significados culturais ligadas ao consumo do álcool, no tangente ao gênero, estavam relacionadas com uma forma de controle social (NEVES, 2004). Os dois principais padrões masculinos que Connell (1995 apud Costa 1998) salienta como característicos do período são a masculinidade hegemônica e a marginalizada, responsáveis por discursos expressivos sobre a questão do alcoolismo.

Na nova cidade que se formava delinearam-se diferentes significados à alcoolização, relacionados com as novas classes sociais que se organizavam. Para Savian (2010), nos locais de condição social menos abastada, dos bairros de proletários aos cortiços povoados por ex-escravos, o alcoolismo foi atrelado principalmente ao consumo de aguardente, por seu baixo custo e por sua popularização desde o Brasil Colônia. Nos ricos bairros burgueses localizados em áreas mais nobres da cidade, e nos bairros de uma classe média ascendente, o vínculo com a bebida alcóolica

estava mais para o consumo de vinho e posteriormente da cerveja. Enfatiza Andrade (2007) que no final do século XIX, além da produção de vinho e da aguardente, instalavam-se no Brasil duas grandes cervejarias, a Brahma, desde 1888, no Rio de Janeiro, e a Antarctica, desde 1889, em São Paulo.

Até o final do século XIX o problema que o excesso do consumo de bebidas alcoólicas poderia gerar nas relações de trabalho não despertava interesse, pois não havia o mesmo rigor de controle de tempo e de trabalho que passou a ser necessário para legitimar a nova configuração da cidade burguesa capitalista.

Para Oliveira (2004), o padrão masculino hegemônico definiu os momentos socialmente aceitos para a alcoolização. Alimentados pelo slogan da medicina higienista “*mente sã num corpo sã*”, o consumo do álcool no espaço público das cidades não foi incentivado pelo discurso médico e político, visto que o consumo de bebidas alcoólicas deveria relacionar-se à socialização e não ao alcoolismo. Se um homem fosse apanhado embebedando-se sozinho, era chamado de alcoólatra. Já o fato de beber em grupo era visto como parte da sociabilidade e de maneira alguma relacionado com o problema do alcoolismo (NEVES, 2004).

O problema do consumo do álcool em excesso ligava-se, segundo Engel (2009), à alienação social. As famílias internavam homens e mulheres em hospícios, quando descoberto que a pessoa sofria do mal do alcoolismo, pois, sendo alcoólatra, essa pessoa deveria ser retirada do seio social e estar reclusa para tratamento.

A prescrição médica dos hospícios em relação aos alcoólatras é característica nos laudos médicos, como nesse trecho: “(...) não encontrando

um meio de se adaptar a sociedade, acham no suicídio uma saída; outros, num suicídio lento, lançando-se ao abuso do álcool, disfarçam na embriaguez as ideias tristes (...)” (CUNHA, 1986, p. 52-3).

Aliado ao progresso da modernidade, às novas formas de trabalho urbano e à disciplinarização do trabalhador, a cidade revelou sérios problemas sociais vinculados ao consumo excessivo de álcool. Fez-se necessário a consolidação de um saber médico higienista, apoiado pelo discurso masculino hegemônico, pelas teorias eugênicas e pelo poder médico, como instituição voltada à assistência dos “enfermos da razão”, para vincular o alcoolismo à doença social e mental.

Segundo Cunha (1986), a medicina higienista, aliada a todo um conjunto de instituições, não mediu esforços em direção a edificação de uma cidade considerada higiênica, “livre da peste e do perigo”, que conseguisse reproduzir em seu interior uma imagem ideal vitoriosa da ordem burguesa. A medicina social, higienista, autorizada por seu caráter científico tendeu a *“construir um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbanas”* (CUNHA, 1986, p. 35).

A teoria da Eugenia idealizava o controle social através de um embranquecimento da população brasileira, com perseguição, em especial, àqueles considerados genética e moralmente propensos à degeneração, como os negros, mestiços, prostitutas, homossexuais, alcoólatras e portadores de deficiências físicas ou mentais.

Para Miskolci (2006), o discurso da medicina higienista, aliado a Eugenia, remeteu a um projeto político-social apoiado em sua suposta cientificidade para justificar e implantar práticas sociais de controle no

início do século XX. Em 25 de janeiro de 1918 foi criada a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira organização do tipo na América Latina a apoiar a Teoria da Eugenia. Entre seus sócios estavam médicos influentes como Renato Kehl e o Dr. Mancorvo Filho, e entre seus admiradores figuravam intelectuais como Monteiro Lobato.

A associação do alcoolismo às classes mais pobres urbanas, realizada pelos adeptos da Eugenia, reforçava o necessário controle dessa população e o seu enquadramento ao novo perfil de trabalhador exigido no interior da nova ordem social. Santos e Verani (2010) consideram que a medicina higienista, aliada aos conceitos eugenistas, tenha se preocupado com os danos que o uso abusivo de bebidas alcoólicas pudesse causar no organismo como um todo, de problemas gastrointestinais, renais ou insuficiência hepática, mas principalmente com os danos sociais. Para os autores, o foco principal da psiquiatria era os distúrbios mentais e morais tidos como anormalidades sociais.

Sob a influência da Teoria Eugênica, a medicina higienista levou à internação, em hospitais psiquiátricos, pessoas consideradas socialmente doentes. Segundo Miskolci (2006), fomentou-se procedimentos de perseguição e controle da população mais pobre que não se ajustou ao padrão de comportamento e trabalho imposto pela ordem burguesa, problemas que, na verdade, só poderiam ser resolvidos por meio de transformações econômicas e sociais profundas.

As técnicas mais conhecidas de “aprimoramento da raça” foram adotadas pelos adeptos da eugenia mendeliana: as esterilizações, a segregação sexual compulsória, a eutanásia, o vínculo da influência do álcool com a degenerescência, isto é, seriam alcoólatras filhos de pais alcoóla-

tras, e o vínculo da homossexualidade à doença mental (MISKOLCI, 2006).

Os médicos adeptos da Eugenia também difundiram modelos evolucionistas para justificar que a diferença entre os sexos confirmava uma estrutura natural na delimitação das relações sociais. Combateram a difusão e o consumo em excesso do álcool como medida de profilaxia social (JUNIOR e LOVISOLO, 2003).

Segundo Soihet (2009), a medicina social eugênica assegurava como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem era caracterizado por sua força física, natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.

O alcoolismo feminino também despontou nesse contexto, Santos e Verani (2010) analisam que pela ótica da medicina higienista as mulheres que se alcoolizavam, mesmo dentro dos lares, descumpriam seu papel de ponto de equilíbrio moral e emocional da família e faltavam com o seu dever de mãe. Segundo os parâmetros médicos vigentes, a fragilidade do organismo feminino diante do álcool representava um perigo na concepção de filhos que geneticamente herdariam a “tara alcoólica”.

A forte tendência do “mal do alcoolismo” pode ser vista no discurso do médico higienista Cunha Cruz:

(...) é digno de atenção o número que indica a proporção de mulheres com perturbações mentais, devidas ao alcoolismo, em nossos hospícios e colônias. A proporção é tão grande que difícil é encontrar igual em estatísticas, mesmo nos países mais alcoolizados –

nós, pelo menos, não conhecemos igual. (CUNHA CRUZ, 1906, p.14 apud SANTOS; VERANI, 2010, p. 406).

Destacam Santos e Verani (2010) que o fator hereditário delimitaria uma pré-disposição que levaria ao excesso do álcool. Dessa forma, o hábito de beber apenas moderada e socialmente se transformaria em uma moléstia na qual o costume se tornaria uma necessidade orgânica. A medicina higiênica, aliada à teoria da Eugenia, colocaria a obsessão pelo álcool como doença degenerativa, capaz de levar a pessoa a cometer atos insanos e descontrolados e a apresentar comportamentos condenáveis do ponto de vista da sociedade da época.

O alcoolismo também estava presente com frequência no contexto da época, e com relação ao homem pobre, representante do padrão masculino marginalizado, Soheib (2009) enfatiza que o homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de assumir o papel de mantenedor da família previsto na ideologia dominante e tampouco o papel de dominador, típico do padrão hegemônico. Na medida em que a prática de vida do homem pobre revelava uma situação bem diferente daquela idealizada pela hegemonia, o álcool era visto como válvula de escape aos problemas e solução para a insegurança que muitas vezes os acometia.

Analisa a autora que a violência doméstica decorrente do alcoolismo surgia da incapacidade desse homem pobre de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, como o caso apresentado abaixo:

Constata-se que à medida que Marcolino (o marido) mergulhava na bebida, era rejeitado cada vez mais pela sociedade e, por isso, tinha necessidade de se reassegurar de sua autoridade junto à família. O que fazia tentando obrigar Arminda (a esposa) a atitudes extrava-

gantes, como a prática de atos sexuais na frente dos filhos. Espancando-a, também buscava demonstrar que no interior do seu lar ele deveria afigurar-se como todo poderoso (SOHEIB, 2009, p. 372).

Além dos discursos da medicina higienista pautados na Eugenia, existiram outras vozes masculinas, principalmente na esfera da política, que se remetiam ao tema, numa tentativa de influenciarem o controle e a distribuição de bebidas para se reduzir o consumo excessivo de álcool.

Encontra-se em Marques (2007) um desses discursos políticos. Juvenal Lamartine, deputado eleito pelo Rio Grande do Norte, propôs a resolução do que via como problema nacional da época. Em uma sessão de 1917 sugeriu aumentar em três vezes o valor do imposto que incidia sobre a aguardente e o vinho de consumo popular, conclamando seus colegas a legislarem em favor da população:

Nada temos feito até agora no sentido da defesa da nossa população contra o alcoolismo (...) enfraquecida nos seus elementos componentes, nos seus alicerces fundamentais, e cuja principal causa devemos ir buscar no abuso do álcool o grande número de desequilibrados que enchem os hospitais, a tuberculose que devasta a nossa população operária, as moléstias do fígado, dos rins, o envelhecimento prematuro das artérias tão frequente no Brasil são, na sua maioria, efeitos de uma só causa: o álcool. (LAMARTINE, 1917, Diário do Congresso Nacional, apud, MARQUES, 2007, p.45).

Lamartine legislava a favor da proibição em todo o território nacional, da importação e da fabricação de qualquer bebida com teor alcoólico superior a 2%, o que eliminaria do mercado todas as bebidas destiladas, especialmente a aguardente, o que para ele (como adepto da temperança) era o grande mau das massas urbanas mais pobres.

Foi da criação de Lamartine um projeto de lei que propunha que se uma pessoa, independente da etnia ou classe social, fosse encontrada bêbada na rua, seria recolhida à prisão pelo prazo de dez dias, além de ser multada em 200\$000 (duzentos mil réis). Reincidentes pagariam o dobro. E no caso do embriagado ser funcionário público a situação se agravaria ele poderia ser demitido, a bem da moralidade pública, e ficaria impossibilitado de exercer função no Estado por dez anos (MARQUES, 2007).

Mesmo que Lamartine vivesse fosse um representante do padrão masculino elitista, moralmente aceito pela sociedade então vigente, suas propostas implicariam em uma reviravolta no mercado externo e interno da produção de bebidas alcoólicas brasileira. Quase todos os seus projetos relacionados à proibição do consumo de álcool, segundo Marques (2007), não foram aprovados, mas tiveram uma repercussão de grande importância na imprensa da época, em jornais como *O Jornal do Brasil* e *O Diário do País*.

A análise de os projetos de lei como os do deputado Lamartine ou das teorias da Eugenia e da medicina higienista possibilita considerar como era construído o pensamento médico e político da época, que passa a considerar o consumo em excesso do álcool como problema social.

Enquanto esses fortes discursos políticos e médicos veiculavam oposição ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, agregando-o à degeneração mental e ao consumo massivo da aguardente pela população mais pobre, de outro lado vê-se a consolidação da indústria cervejeira que, necessitada de consumidores, investia em fortes campanhas para incentivar o consumo dessa bebida alcoólica, em particular os das classes médias e altas urbanas. O objetivo da indústria cervejeira era simples: a difusão do

consumo da cerveja para uma parcela específica da população, a elite. Analisa-se a seguir os conteúdos das propagandas veiculadas por cervejarias nacionais do período e as relações de gênero nelas apresentadas.

O Gênero e a Indústria Cervejeira

A cidade de São Paulo de 1872 é um pequeno entreposto comercial e centro de negócios onde os escravos passavam com latas de excrementos das latrinas das casas senhoriais para despejar nos rios, a água era buscada nos chafarizes e na qual ainda não existia o bonde puxado por burros (ROLNICK, 1983, p. 111 apud CUNHA, 1986).

Sua população subiu de 30 mil pessoas, em 1872, para 357.324 mil, em 1910. Esse crescimento acelerado teve como fundamento a rápida industrialização e a imigração massiva que transformou a pacata vila em uma espécie de “super cidade”, repleta de línguas e culturas diferentes e sobretudo povoada por imigrantes europeus (CUNHA, 1986).

A partir de 1850 a imigração brasileira cresceu em larga escala pela drástica situação em que a Europa se encontrava. O processo de transformação para uma economia capitalista promoveu a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. As altas taxas de impostos para a propriedade dificultaram o pequeno proprietário europeu de efetuar empréstimos e ocasionaram seu endividamento. Havia a oferta de produtos a preços inferiores no mercado e a transformação da mão de obra rural em mão de obra industrial na Europa. Como causas da imigração Alvim (1998) relaciona o alto crescimento demográfico europeu, a falta de empregos e a miséria, aliados ao imaginário positivo sobre a América.

De 1830 a 1930 o processo de imigração para o Brasil teve em seus primeiros cinquenta anos uma política de traslado voltada para a ocupação e o povoamento de extensas regiões, em particular no sul do Brasil. Segundo Foot e Leonardo (1982), nos últimos cinquenta anos do processo houve interesse dos cafeicultores paulistas por mão de obra farta e barata para suas plantações, sobretudo a partir de 1884, visto que a abolição da escravidão era eminente.

Desde meados do século XIX o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura de café quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava. Segundo Rago (2009), entre 1880 a 1930 entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes. Um terço deles de italianos, 1 milhão de portugueses, 560 mil espanhóis, mais de 112 mil alemães, 108 mil russos e 79 mil australianos.

A história da imigração brasileira está diretamente ligada à produção de bebidas alcoólicas do início do século passado. Além de suprir a necessidade de mão de obra para o campo, forneceu profissionais técnicos para a cidade, especializados em profissões pouco conhecidas como o manejo das bebidas alcoólicas, exclusivo a uma pequena parcela de trabalhadores dos engenhos de cana-de-açúcar na produção da aguardente. Tem-se registro em propagandas de periódicos da época, como o Almanack Laemmert (1900), que as primeiras cervejarias em território nacional foram fundadas por imigrantes europeus, principalmente alemães. Foram esses imigrantes que trouxeram os mestres cervejeiros munidos da técnica para fabricação nacional da cerveja (SAVIAN, 2010).

A aguardente era a bebida alcoólica mais consumida em território brasileiro desde o Brasil Colônia. Sua produção estava intimamente ligada à escravidão e boa parte circulava entre a exportação e o comércio inter-provincial. Segundo Andrade (2007), no do Rio de Janeiro, no final do século XIX, havia 253 alambiques funcionando, dos quais 155 ficavam na cidade litorânea de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Por se tratar de uma bebida altamente difundida entre a população de renda mais baixa, a propaganda em torno da aguardente tornou-se negativa no início do século passado, justamente porque nesse período os ideais eugênicos de degeneração da raça e o gosto por produtos e modas que vinha da Europa influenciavam as classes mais abastadas das cidades em ascensão. Com a imigração a partir da década de 40 do século XIX houve uma variação nessa hegemonia e um desenvolvimento urbano no fabrico e consumo da cerveja nas principais cidades. É de se observar que num primeiro momento esse público consumidor era formado, em sua maioria, por uma classe média ascendente das cidades em expansão (SAVIAN, 2010).

O Almanak Laemmert, (analisado por Savian, 2010) periódico publicado no Rio de Janeiro entre de 1844 até 1912 pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, registrou mais de vinte produtores de cerveja só em 1888. Boa parte dos produtores de cerveja, segundo os dados do Almanak, era de origem estrangeira e dos exemplos das novas fábricas cervejeiras pode-se citar as três mais conhecidas da época: 1ª) A cervejaria Henrique Leiden e Cia, que fundou a Imperial Fábrica de Cerveja Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. 2ª) A Cervejaria Brahma, fundada em 1888, também na cidade do Rio de Janeiro, por um imigrante suíço, Joseph Villiger,

que crescia abruptamente e se fundia com outras empresas. Já em 1904 sua produção de chope em tonéis chega a seis milhões de litros e a distribuição conta com nove depósitos situados no centro. 3ª) A Cervejaria Antarctica, com fundação na cidade de São Paulo, por Antonio e Helena Zerrenner, imigrantes alemães que a transformaram em uma companhia com sessenta e um acionistas já em 1889 e sua capacidade de produção era de quarenta mil hectolitros/ano.

O aumento do numero de fábricas cervejeiras intensificou a divulgação de anúncios publicitários com apelos específicos a um público consumidor urbano: homens e profissionais liberais como advogados, professores, jornalistas, capitalistas e comerciantes médios.

Da mesma forma que cresciam os anúncios cervejeiros, crescia um discurso médico eugenista agregado ao padrão de masculinidade hegemônico, que pregava o controle dos elementos considerados degenerados e perturbadores da ordem social, tendo como foco os negros, os mestiços, as prostitutas e os alcoólatras, entre outros (ALMEIDA, 1996). Os ideais eugenistas e patriarcais podem ter influenciado anúncios de algumas cervejarias. Como veremos a seguir não se encontra nas propagandas de época versões de padrões considerados marginalizados, negros(as), mestiços(as) ou elementos considerados inapropriados pelo discurso masculino hegemônico.

Todos os folders que seguem foram retirados do site da cervejaria Brahma e da Casa do Folder. Eram propagandas dirigidas ao público brasileiro, segundo o próprio fabricante, por volta das primeiras décadas do século passado. A linguagem publicitária é carregada de ideologias, além da preocupação com os aspectos comerciais do produto. Todas as propa-

gandas estão em consonância com o contexto histórico do início do século XX brasileiro ao qual se inseriam.

Na análise dos anúncios nota-se que há predominância de imagens de homens da cor de pele branca, com características de pessoas de meia idade, com trajes limpos e cabelos curtos, que expressam um estereótipo específico de homem patriarcal burguês almejado socialmente no início do século XX.

O sorriso na face dos homens e mulheres expressa a satisfação que sugere o consumo da cerveja Brahma. Nas figuras 1, 2, 4, 5, 6 e 7, o copo com a cerveja tem destaque especial. Representado pela cor amarela específica da cerveja clara, está sobreposto em fundos azuis ou brancos que o destacam no folder chamando sua atenção. Pode-se associar o tom amarelo da cerveja ao ouro, à riqueza, ao esplendor, à iluminação solar e à vida nova (CIPOLLA, 2012).

Outro fato de importância na análise das propagandas é a ausência de pessoas vinculadas a padrões considerados “perturbadores” pela nova ordem social burguesa. Nelas não aparecem mestiços (as), negros (as), indígenas ou mulheres com trajes sensuais; em todas as imagens são representadas pessoas que expressavam a legitimidade hegemônica burguesa, industrial, fabril do sudeste brasileiro e isto denota que o marketing cervejeiro estava focado nesse público específico.

Os folders sugerem às pessoas da época o prazer e a sociabilidade do consumo desse produto, como indicam os slogans da Figura 1: “O melhor da Festa!” ou na Figura 4: “Ao Prazer!” ou ainda na Figura 5: “É seu prazer”.

Na figura 3, o folder da cerveja Malzbier da Brahma coloca a propriedade nutricional desse produto como complemento às refeições. A cerveja escura foi considerada um produto mais leve, portanto, de consumo apropriado pelo público feminino e a ele mais intensamente direcionado.



Figura 1: Anúncio dos anos 30. Cerveja Brahma.
Disponível em: www.brahma.com.br



Figura 2: Anúncio dos anos 30 Cerveja Brahma
Disponível em: www.brahma.com.br



Figura 3: Anúncio dos anos 30. Cerveja Malzbier.
Disponível em:
www.casadofolder.com.br



Figura 4: Anúncio dos anos 30 Cerveja Brahma
Disponível em: www.brahma.com.br



Figura 5: Anúncio dos anos 30 Cerveja Teutônia
Disponível em: www.brahma.com.br



Figura 6: Anúncio dos anos 30 Cerveja Supimpa
Disponível em: www.brahma.com.br



Figura 7: Anuncio de 1918 da Cerveja Brahma

Disponível em: www.brahma.com.br

Além de folders como o da Figura 3, encontramos anúncios em jornais de época como *O Jornal A Província de São Paulo* (hoje o Estadão), que sugeria a difusão da cerveja preta como benefício à saúde para as mães que amamentavam seus bebês. A cerveja preta, nesse período, começa a ser representada como fonte necessária para uma vida mais saudável para as donas de casa que habitavam as cidades (MARQUES, 2007).

É interessante observar como estas propagandas divulgavam uma imagem de prazer ou saúde associada ao consumo da cerveja, em contraposição ao discurso médico e político, que caracterizava o consumo do álcool como um passo para o alcoolismo, como ressaltado anteriormente.

No que tange as relações de gênero, verifica-se na análise das figuras que a divisão dos públicos consumidores reforçava a ideia difundida pela medicina social eugênica, que assegurava como características femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre

as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, pública, racional e a um forte desempenho sexual.

Com base nessas considerações, percebe-se que o ideal de homem da elite do sudeste brasileiro era aquele de pele branca e possivelmente representante de um padrão masculino convencionalizado, relacionado ao prazer de beber cerveja em anunciadas festas, na descontração da esfera pública.

Com relação às mulheres, observa-se que também são brancas e possuem características de uma classe social mais elevada, com roupas finas, penteados, batom e unhas em tons avermelhados difundidos pela moda burguesa urbana da época. Para ela o consumo da cerveja estava vinculado à privacidade do lar. Encontra-se em anúncios de periódicos da época, que a associação entre saúde e ingestão da cerveja escura, na hora das refeições, influenciaria no bem estar físico feminino e na boa lactação de sua prole. Não houve vínculo ao prazer, às festas e à liberdade como nos anúncios voltados ao público consumidor masculino.

Pode-se confirmar que a diferença entre homens e mulheres expressa nas imagens das propagandas foi algo que contribuiu, juntamente com os demais elementos sociais, para a confirmação de parâmetros de comportamento feminino e masculino da elite do sudeste brasileiro, e de sua relação de poder sobre outros grupos sociais, em particular das classes populares do início do século XX.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que houve um intenso debate sobre a questão do alcoolismo no início do século passado. Ao inseri-lo na categoria de análise de gênero, constata-se que existiram diferentes pontos de vista masculinos, médicos, políticos, sobre o consumo excessivo do álcool, que influenciaram na criação de padrões elitistas de consumo para homens e mulheres da cidade urbana brasileira, nos primeiros anos do século XX.

Por um lado existiam os discursos políticos e médicos que veiculavam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ao consumo da aguardente pela população mais pobre. De outro lado consolidava-se a criação de uma indústria cervejeira, necessitada de consumidores, que incentivava o consumo da cerveja, e não media esforços para conquistar cada vez mais consumidores das classes médias e altas urbanas. A alternativa encontrada diante dessa situação conflituosa foi relacionar o consumo da cerveja ao espaço harmônico da sociabilidade, da diversão e da responsabilidade na moderação de seu consumo.

Através da análise das propagandas de cerveja conclui-se que existiram construções culturais, linguísticas e históricas de padrões de comportamento vinculadas ao consumo de cerveja, direcionadas, em particular, para o homem branco das classes médias e altas do sudeste paulista, no início do século XX, em uma clara distinção ao consumo da aguardente, particularmente relacionada ao vício, à desordem e ao desajuste social do homem pobre.

Não se pode afirmar que esses conceitos preconizados como hegemônicos pela elite branca do sudeste brasileiro eram os únicos, pois, desta forma, negaríamos toda a história dos embates sociais das populações

mais pobres, dos negros, dos índios, das mulheres e dos excluídos de maneira geral.

Devemos, pois, nos preocupar em localizar esses conceitos conforme sua época e os grupos sociais em que foram construídos. Faz-se necessário outras pesquisas que apresentem um panorama das opiniões dos diversos grupos envolvidos com a questão do alcoolismo, a fim de ampliar os olhares e as memórias sobre essa questão da história do Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal, **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, nº 95, 1996, p. 161-190. Disponível em: <<http://site.miguelvaledalmeida.net>> acesso: 10/04/2012.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo__In: SEVCENKO Nicolau (org) **História da Vida Privada no Brasil 3 – Republica da Belle Époque à Era do Rádio**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 217-287

ANDRADE, Eduardo La Regina. **Pinga ou Cachaça**, 2007. Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/>> acesso: 28/05/2012.

BETTI, M. L. **Casa do Poster**, 2012. Disponível em: <<http://www.casadoposter.com.br>> acesso: 15/04/2012.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As Masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica, **Revista Vernáculo**, nº 19 e 20, 2007, p. 109-120. ISSN 1677-0196. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/view/20548/13731>> acesso: 10/04/2012

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Xamã, 1994, p. 157.

CIPOLLA, Marcelo Brandão (tradução). **Sinais e Símbolos: guia ilustrado das origens e dos significados**, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, 351 p.

COSTA, Rosely Gomes. De Clonagens e de Paternidades: as encruzilhadas do gênero, **Cadernos Pagu** (*online*), vol. 11, 1998, p. 157-199. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/39>> acesso: 10/04/2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Junquery, a história de um asilo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 21-53.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade__In PRIORE, Mary Del (org) **História das Mulheres no Brasil**, 3 edição, São Paulo: Contexto, 2009, p. 323-359.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Amor e Sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia**, São Paulo: Annablume, FAPESP, 2005, 165 p.

FILHO, Amílcar Torrrão. Uma Questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam, **Cadernos Pagu** (*online*), vol. 24, 2005, p. 127-152. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> acesso: 10/04/2012.

FOOT, F e LEONARD, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**, São Paulo: Global, 1982, p. 109-127.

JUNIOR, E. G. e LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e Continuidades do Movimento Higienista no Brasil do século XX, **Revista Brasileira de Ciência e Esporte** (*online*), vol. 25, nº 1, set. 2003, p. 41-54. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/>> acesso: 28/05/2012.

LAEMMERT, Eduard e Heinrich. Almanak Laemmert 1844-1889, **Biblioteca Nacional Digital**, Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/periodico>> acesso: 28/04/2012.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Cerveja e aguardente sob o foco da temperança no Brasil no início do século XX, **Revista Eletrônica de História do Brasil** (*online*), Juiz de Fora, vol. 9, nº 1, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rehb.ufjf.br>> acesso: 28/04/2012.

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea, **Cadernos Pagu** (*online*), vol. 11, 1998, p. 67-75. Disponível em: <<http://www.paguunicamp.br/node/39>> acesso: 10/04/2012.

MISKOLCI, Richard. A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina__In: Stepan N L (org) **Coleção História e Saúde** (*online*), Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006, 228 p. ISBN: 85-89697-05-3. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> acesso: 28/04/2012.

NEVES, Delma Pessanha. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? **Cadernos de Saúde Pública** (*online*), Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, jan. – fev. 2004, p. 7-36. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/02.pdf>> acesso: 10/04/2012.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**, Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004, 347 p. Disponível em:

<<http://www.books.google.com.br>> acessado: 05/03/2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, **Revista História** (*online*), São Paulo, v. 24, nº 1, 2005, p. 77-98. ISSN 0101-9074. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> acessado: 05/03/2012.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade__ In PRIORE, Mary Del (org) **História das Mulheres no Brasil**, 3 edição, São Paulo: Contexto, 2009, p. 581-605.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e Medicina Psiquiátrica no Brasil do início do século XX, **Revista História, Ciência e Saúde** (*online*), Manguinhos, v. 17, supl. 2, dez. 2010, p. 401-420. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf> acessado: 10/04/2012.

SAVIAN, Zulemar Augusta Giroto. Alcoolismo na sociedade brasileira no início do século XX__In: *III Simpósio Internacional de Linguagens Educativas: Educação Mídia e Cultura*, **Anais...** Bauru: USC, mar. 2010, 401 p. Disponível em: <<http://www.usc.br/biblioteca/>> acesso: 15/03/2012.

SCOTT, Joan. **Gender: Na Useful Category of Historical Analyses: gender and the politics of History**, New York: Columbia University Press, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano__ In PRIORE, Mary Del (org) **História das Mulheres no Brasil**, 3 edição, São Paulo: Contexto, 2009, p. 363-399.

ISÓCRATES E O IDEAL PAN-HELÊNICO: UM DISCURSO DE UNIÃO NO SÉCULO IV A.C.

Luciane Felisbino¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo pensar a questão da identidade grega durante o século IV a.C., através de um dos discursos escritos por Isócrates, o *Panegírico*. Partindo da questão da independência política das *póleis*, procuro entender quais então seriam os elementos agregadores destes grupos, tentando perceber a partir de Isócrates, as relações entre as cidades gregas, principalmente Atenas e Esparta, e também entre elas e os persas.

Palavras-chave: Grécia Clássica, identidade grega, hegemonia ateniense, pan-helenismo, inimigo persa, *póleis* gregas.

Introdução

Quando se fala sobre a Grécia Antiga uma das primeiras coisas que nos vem à mente é seu sistema de organização: as *póleis*, mais comumente chamadas de cidades-estado, que podem ser definidas como comunidades humanas compostas pelos cidadãos (*politai*), sendo cada *polis* um sistema de governo autônomo, com suas próprias leis. (MOSSÉ, 2004, p.240). Além disso, a bipolarização sempre comentada sobre duas das maiores cidades – Atenas e Esparta – ajuda-nos a perceber o grau de autonomia deste sistema, uma vez que cada uma destas possuía, já no século V a.C., uma forma própria de governo – sendo a primeira uma cidade democrática

¹ Graduanda do 6º período de História - Licenciatura e Bacharelado da UFPR, orientada pelo Prof. Dr. Renan Frighetto. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4631940Y3>.

e a segunda oligárquica. A partir disso, podemos nos perguntar em que medida existiria uma identidade comum a estes grupos que se organizavam de formas independentes e em que elementos esta se pautaria.

Primeiramente, faz-se necessário definir o que entendemos por identidade. Partiremos da conceituação de Jean-Pierre Warnier que a define como “o conjunto dos repertórios de ação, de língua e de cultura que permitem a uma pessoa reconhecer a sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele.” (WARNIER, 2003, p. 16-17). Além disso, o autor comenta que a *identificação*² seria contextual e flutuante, e que no quadro da globalização da cultura, que ocorre em nossos dias, um mesmo indivíduo poderia assumir identificações múltiplas. (WARNIER, 2003, p. 17). Podemos pensar, todavia, que não apenas na atualidade, mas também na antiguidade, seria possível que uma mesma pessoa possuísse múltiplas identificações. Assim, compreendemos que no interior da Atenas do século IV a.C. poderia haver grupos antagonistas – oligarcas e democratas – com suas vinculações próprias, que em uma perspectiva diferenciada não deixariam de ser atenienses, pertencendo a uma forma de identificação comum. Desta mesma maneira, pensamos que as *póleis* gregas poderiam estar unidas por uma identidade comum, mesmo que esta possa ser contextual e flutuante.

François Hartog em seu livro *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* trata a questão da alteridade, demonstrando como o historiador do século V a.C. construiu uma imagem do que seriam os gregos na contraposição com o *outro* (HARTOG, 1999), costumeira-

² Termo que o autor prefere à identidade.

mente visto pelos gregos como bárbaros, dentre os quais se destacam os persas. No entanto, se o maior contato que tiveram com outros povos durante o século V a.C., em especial com os persas durante as Guerras Médicas, possibilitaria aos gregos compreenderem-se como um grupo coeso, possuidor de características culturais comuns, diferentes daqueles a quem denominavam bárbaros; o que se seguiu até o domínio dos macedônios, Filipe II e Alexandre, no século posterior, foram as desavenças políticas que ajudariam a desagregar e levar ao enfraquecimento das *póleis* gregas.

Surgiriam, então, no século IV a.C. pensadores como Isócrates, que tinham o intuito de restabelecer a concórdia entre os gregos, para que estes em seguida se voltassem contra os persas, que continuavam a intervir em seus assuntos. (MOSSÉ, 2004, p.220-221). Assim, o objetivo deste artigo é pensar a questão da unidade e identidade grega a partir de um discurso de Isócrates, o *Panegírico*, escrito em 380 a.C., seis anos após ser instaurada a *Paz do Rei*, através dessas conceituações; procurando os elementos que segundo Isócrates estabeleceriam relações entre os gregos, formando entre eles laços identitários, e pensando nesta contraposição, feita pelo autor, com o *outro* persa.

Mas para entendermos melhor as questões referentes ao período, precisamos recuar aos acontecimentos do século anterior, principalmente os que dizem respeito a *polis* de Atenas e suas relações com os persas e as demais *póleis* gregas, para compreender as motivações do retórico ateniense em suas colocações.

As guerras do século V a.C.

Podemos dizer que o século V a.C. foi marcado por guerras e desavenças – tanto externas quanto internas. No âmbito externo, destacam-se as chamadas Guerras Médicas, que eternizariam os persas como opositor grego por excelência. Após a vitória grega na Primeira Guerra Médica (491-490 a.C.), os atenienses, muito devido a Temístocles, reforçaram sua frota naval e fortificaram e transformaram o Pireu em porto, pois acreditavam na possibilidade de uma nova guerra. É interessante notar que a própria democracia parece ter sido estimulada pela vitória grega, e o temor dos atenienses era que caso os persas ganhassem uma nova guerra, estes lhes impusessem o governo do ex-tirano Hípias – que estava em contato com a corte persa (JONES, 1997. p.10-13). As Guerras Médicas acabariam por trazer à cidade de Atenas certa evolução interna, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento naval, quanto ao alargamento político ocasionado por ele, uma vez que os marinheiros eram recrutados entre os cidadãos mais pobres, que não tinham recursos para adquirir a panóplia hoplítica³ (MOSSÉ, 2004, p.198). Além disso, logo após a vitória sobre os persas, a Liga de Delos seria formada, em 478 a.C. – as cidades gregas passariam a ter como *hégemon* a *polis* de Atenas, e partiriam sob seu comando em auxílio a cidades ainda dominadas pelos persas na Ásia e Egito.

Devido ao papel que assume, Atenas se fortalece ainda mais e passa a predominar sobre as demais cidades, o que levou vários estudiosos afirmarem que a Liga de Delos transformara-se em um Império (*arkhé*) Ate-

³ Indumentária de guerra, composta por espada, elmo, etc.

niense (JONES, 1997. p.240). Este poder ateniense viria a causar preocupações para outras *póleis*, em especial Esparta; e logo se iniciaria um período de guerras entre os próprios gregos, encabeçadas pelas cidades de Atenas – à frente da Liga de Delos – e Esparta – que formaria a Liga do Peloponeso. A Guerra entre os Gregos também seria caracterizada por um confronto ideológico entre democratas e oligarcas (MOSSÉ, 2004. p.124), os primeiros representados pelos atenienses e os subsequentes pelos espartanos – embora houvesse grupos de diferentes orientações dentro de cada uma destas *póleis*. Além disso, a ameaça persa não havia sido completamente superada, uma vez que os espartanos foram por vezes financiados por estes durante a guerra contra os atenienses e seus aliados – fato que será lembrado por Isócrates em seu discurso, para reforçar a ideia de que os espartanos não seriam tão bons *hégemon* como os atenienses (ISÓCRATES, p. 232-233). No entanto, até mesmo os atenienses, de orientação oligárquica, firmaram aliança com os persas para que estes deixassem de apoiar os espartanos, em troca os oficiais atenienses derrubaram a democracia em Atenas, embora tenham conseguido se manter no poder apenas por um curto período de tempo, sendo a democracia restabelecida.

Assim, a Atenas do século IV a.C. era herdeira de todos estes acontecimentos, suas últimas batalhas ocorreriam durante o início deste século, tendo sido a guerra interrompida devido à *Paz do Rei*, acordo que seria firmado em 386 com o intuito de por fim às desavenças tanto entre as *póleis* gregas, quanto entre elas e a Pérsia (JONES, 1997. p.44-45). Desta forma, apesar de Atenas ter conseguido restabelecer, de certa forma, sua hegemonia no Egeu (entre 378 e 356 a.C.) e o Pireu e continuar sendo seu centro de trocas, a cidade não teria mais o poder de outrora. Além disso,

as *póleis*, já enfraquecidas pelas guerras, continuavam desunidas e vulneráveis a ataques externos.

A identidade grega no século IV a.C.

É também no século IV a.C. que surge o pan-helenismo, que como já foi comentado, tem por objetivo propor uma aliança entre as *póleis* a fim de uni-las contra o perigo bárbaro – uma vez que o sentimento de pertencimento a uma mesma cultura teria sido reforçado com o contato e a contraposição aos persas, além da necessidade de se por um fim às guerras que enfraqueciam as *póleis*. Esse sentimento de pertencimento seria reforçado também por fatores como a língua⁴ – a *koiné* tendia a substituir dialetos locais – e festividades nos santuários pan-helênicos, onde discursos, como o *Panegírico*, seriam proclamados incitando a novas alianças gregas. (MOSSÉ, 2004, p.220-221).

O retórico ateniense Isócrates (436-338 a.C.) sendo contemporâneo à Guerra do Peloponeso e aos conflitos remanescentes com os persas, perceberia o desgaste que as guerras internas ocasionavam às cidades, que beneficiariam somente aos bárbaros. Assim, a oposição entre os gregos e persas parecem fortalecer-se na obra de Isócrates, uma vez que mesmo depois das Guerras Médicas terem findado, estes continuavam a estender seus braços nos assuntos gregos. Até mesmo a paz interna havia sido conseguida através de um acordo entre gregos e persas:

⁴ Elemento que segundo Warnier estaria no centro dos fenômenos de identidade (WARNIER, 2003, p.16).

“Se verá então que limitamos o império do Rei, impusemos a ele alguns tributos e o impedimos de utilizar o mar; mas agora é o Rei que governa os assuntos dos gregos, que ordena o que cada um deve fazer e só o falta impor governantes às cidades. Pois, fora isto, o que lhe falta fazer? Não foi senhor da guerra, dirigiu a paz e se fez árbitro dos assuntos presentes?”⁵

Neste trecho, além da insatisfação com o fato do Grande Rei estar “governando os assuntos dos gregos”, Isócrates compara este momento presente, no qual os espartanos estabelecem-se como o *hégemon*, e um momento passado, no qual os atenienses encontravam-se nesta posição, e ao contrário dos primeiros, impunham limites aos persas, não deixando que os bárbaros os governassem. Assim, retomando os feitos passados da cidade, o retórico traz uma contraposição entre as duas *póleis*, para demonstrar que Atenas é quem deveria liderar os gregos em uma guerra contra o real inimigo, os persas, devido a todas suas antigas ações valorosas – citando desde a primazia que tiveram nas colonizações em outras regiões, que abriria caminho para que outras cidades fizessem o mesmo (ISÓCRATES, p. 208-209), até as vitórias gregas sobre os persas sob o comando ateniense (ISÓCRATES, p. 218).

Como expõe Laura Sancho Rocher esta discussão, sobre qual cidade seria a mais preparada para levar os gregos a uma campanha contra a Pérsia, tomaria ainda mais ares políticos devido à oposição que faz à oli-

⁵ Tradução livre. “Se verá que entonces limitamos el imperio del Rey, le impusimos algunos tributos y le impedimos utilizar el mar; pero ahora es el Rey quien gobierna los asuntos de los griegos, ordena lo que debe hacer cada uno y sólo le falta imponer gobernadores en las ciudades. Pues, salvo esto, ¿qué le queda por hacer? ¿No fue señor de la guerra, dirigió la paz y se hizo árbitro de los asuntos presentes?” (ISÓCRATES, p. 232)

garquia espartana, pois esta, por ser um governo exercido por uma minoria, seria um exercício ilegal, apolítico e violento (ROCHER, 2002, p.236); ao passo que defenderia a democracia ateniense como uma das únicas capazes de representar “a autonomia política e os regimes constitucionais dos gregos, frente ao despotismo que representam os bárbaros.”⁶ No entanto, Isócrates fala que não quer depor contra os espartanos, sendo seu intuito convencer o público do direito que os atenienses teriam de ser o *hégemon*.

Apesar desta contraposição que o retórico grego faz, entre as duas *póleis*, ele afirma:

“Sempre, nossos antepassados e dos lacedemônios, estiveram rivalizando entre si, mas naqueles tempos não os agradava competir, senão pelas coisas mais belas, na crença de que não eram inimigos, mas antagonistas; não serviam ao bárbaro para escravizar a Grécia, mas teriam o mesmo parecer sobre a salvação comum e disputavam qual dos dois seria seu autor.”⁷

Se a situação contemporânea a Isócrates era de guerras e disputas entre as *póleis*, era exatamente contra isto que o autor se posicionava. Assim, ele remonta novamente ao passado para demonstrar que as duas

⁶ Tradução livre. “la autonomía política y los regímenes constitucionales de los griegos frente al despotismo que representan los bárbaros” (ROCHER, 2002, p.235).

⁷ Tradução livre. “Siempre nuestros antepasados y los lacedemonios estuvieran rivalizando entre sí, pero en aquellos tiempos no les agradaba competir sino por las cosas más bellas, en la creencia de que no eran enemigos, sino antagonistas; no servían al bárbaro para esclavizar a Grecia, sino que tenían el mismo parecer sobre la salvación común y disputaban cuál de los dos sería su autor.” (ISÓCRATES, p. 221)

cidades, Atenas e Esparta, não eram inimigas, mas apenas antagonistas na disputa entre qual delas levaria a liberdade aos gregos que se viam escravizados pelos persas. Na construção isocrática, a luta contra os persas nas Guerras Médicas também ganha ares de competição entre as duas *póleis*, que tentavam demonstrar o seu valor, sendo que para ele os espartanos tentavam igualar-se aos atenienses (ISÓCRATES, p. 223-224), sempre descritos como melhores que os primeiros – mesmo quando estes são descritos de forma positiva.

Entretanto, apesar de Isócrates primar pela colaboração entre as cidades contra o poderio persa, não podemos esquecer-nos das acusações que faz aos espartanos, de que estes estariam servindo aos interesses dos bárbaros (ROCHER, 2002, p. 234). Para o retórico ateniense parece perdoável que as *póleis* menores tenham se entregado ao poder do Grande Rei para que pudessem de alguma forma obter a salvação, mas reprova a atitude espartana pois seria “preferível para as cidades importantes desaparecer entre os homens ao ver-se na escravidão.”⁸ Tudo isso deporiam a favor dos atenienses na primazia pela função de *hégemon* no entender deste retórico.

Mas, se por um lado Isócrates defende que os atenienses deveriam liderar os gregos, por outro não deixa de reconhecer a importância dos espartanos, tanto no que diz respeito aos antigos feitos, quanto para uma futura empreitada militar. Sendo a guerra interna entendida, por ele, como o maior mal de seu período; o autor declara que o único bem que se poderia tirar dela seria a experiência obtida, e instiga os gregos a levarem a

⁸ Tradução livre. “preferible para las ciudades importantes desaparecer de entre los hombres antes que verse en esclavitud” (ISÓCRATES, p. 224-225).

guerra para fora de seu território, voltando-se contra os bárbaros – os persas (ISÓCRATES, p. 246). Assim, a guerra assumia um caráter ambíguo, pois se por um lado representava o mal, pela desestabilização e desagregação que causava no interior do mundo grego, por outro poderia ser um elemento de união e estabilização – caso voltassem suas forças contra o inimigo comum, os persas. Além disso, como demonstra Yvon Garlan, “a guerra socializada pode revestir-se positivamente de todos os valores de que a elite cívica se reclama” (GARLAN, 1994, p.51).

O desequilíbrio econômico e social causado devido aos ataques aos territórios gregos (GARLAN, 1994, p.55), aparece também como uma preocupação de Isócrates, uma vez que este comenta que

“o território que cada povo adquiriu não é auto-suficiente, mas carece de algumas coisas e tem excedente de outras, e como é muito difícil encontrar um lugar para vender algumas e importar outras, nossa cidade também ajudava nestas dificuldades; pois estabeleceu como um mercado no meio da Grécia, o Pireu.”⁹

Mesmo destacando a importância dos atenienses e a centralidade do porto do Pireu, o retórico mostra que essa desunião interferiria nas questões de abastecimento das cidades, como um todo, pois devido ao território que possuem, precisariam umas das outras para conseguir os produtos que lhes faltavam. Sobre as questões econômicas, Claude Mossé nos lembra da importância da terra no mundo grego, no qual a própria questão de

⁹ Tradução livre. “el territorio que ha adquirido cada pueblo no es autosuficiente, sino que carece de unas cosas y tiene excedentes de otras, y como es muy difícil encontrar un lugar donde vender unas e importar otras, nuestra ciudad también ayudaba en estas dificultades; pues estableció como un mercado en medio de Grecia, el Pireo” (ISÓCRATES, p. 210).

cidadania ligava-se a ela, mas ressalta que no geral o solo grego não era muito fértil – com exceção da região do Peloponeso e das colônias do Ocidente – sendo necessárias importações de cereais do Egito, Cirenaica ou do Ponto Euxino (MOSSÉ, 1994, p.26). Assim, os conflitos entre os gregos além de devastarem seus campos, interferia neste sistema comercial dificultando a obtenção dos produtos dos quais careciam.

É interessante notar também o lugar no qual Isócrates coloca sua cidade, quando diz

“nossa cidade também ajudava nestas dificuldades”¹⁰, está reforçando certo caráter de benfeitora da *polis* ateniense. Diversas vezes durante a obra ele destaca situações que, para além de colocarem a cidade de Atenas em uma posição mais elevada frente as demais, demonstram a existência de laços de reciprocidade ligando-a às demais *póleis* a esta – que lhes trouxe não apenas os produtos dos quais necessitavam, mas também as libertou dos males da falta de governo e/ou da tirania, e serviu como modelo quer por sua primazia no estabelecimento das leis, quer na colonização de outras regiões (ISÓCRATES, p. 208-209).

Chega até mesmo a remeter a uma época mítica em que os atenienses teriam socorrido os filhos de Hércules, os quais dariam origem aos espartanos, o que evidenciaria que estes estariam em débito com os primeiros, enfatizando que “nenhuma tradição existe na qual os estrangeiros dominem os autóctones, nem os beneficiados a seus beneficentes, nem os

¹⁰ Tradução livre. “nuestra ciudad también ayudaba en estas dificultades”

suplicantes àqueles que os acolheram.”¹¹ Mais uma vez, Atenas encontra-se na posição da bem-feitora, e como tal, deveria assumir o papel de *hégemon*, pois não faria sentido para ele que Esparta, como devedora, se encontrasse nesta posição.

Tomemos emprestado da antropologia o conceito de reciprocidade, como o apresenta Maurice Godelier, para tentar pensar estas relações entre as *póleis* gregas, pois no discurso de Isócrates, Atenas aparece sempre na posição de bem-feitora, daquela que ofereceu alguma dádiva, mas que ainda espera pela retribuição desta. Segundo Godelier, as relações sociais e hierárquicas seriam organizadas a partir dessas prerrogativas básicas da reciprocidade – dar, receber e retribuir (GODELIER, 2001). Assim, pode-se compreender a ênfase do autor nos feitos atenienses que beneficiaram a outras *póleis*, em especial Esparta; pois colocá-la como a distribuidora das dádivas no mundo grego, tanto a colocava em uma posição hierárquica superior às demais cidades, quanto demonstrava os laços que elas tinham entre si, caracterizando-as como um grupo.

Dentre todas as supostas dádivas atenienses que Isócrates comenta em sua obra, é importante apontar para a questão da educação, associada à filosofia e à oratória.

“Nossa cidade superou tanto aos demais homens em pensamento e oratória que seus discípulos chegaram a serem mestres de outros, e conseguiram que o nome de gregos não se aplique a raça, mas à in-

¹¹ Tradução livre. ninguna tradición existe que de los foráneos dominen a los autóctonos, ni los beneficiados a sus bienhechores, ni los suplicantes a quienes les acogieron” (ISÓCRATES, p. 216).

teligência, q que se chame de gregos mais aos participantes de nos-
sa educação que os de nosso mesmo sangue.”¹²

Neste trecho pode-se perceber a relevância atribuída pelo retórico à questão da educação, uma vez que ele coloca como elemento fundamental para a identificação deste grupo, não a questão da raça ou sangue, mas a formação cultural. Pretendendo apropriar-se da antiga linha educativa da *paidéia*, sua retórica estaria ligada aos valores morais da aristocracia e às questões políticas (CAMBIANO, 1994, p.101). Jaeger o liga a uma herança de pensamento ao qual pertencem Péricles e Tucídides, que atribuiriam aos atenienses uma tendência à alta cultura do espírito; além disso, segundo o autor, ao atribuir à sua cidade a fundação da cultura, dava a ela um caráter de coletividade que o contraporía às ideias de Platão. (JAEGER, 2001, p.1065-1066). Afirma que “Isócrates quer salientar aqui a cultura geral, em oposição a um determinado dogma ou método de conhecimento, tal como os platônicos o exigiam” (JAEGER, 2001, p. 1065), seria então a retórica que melhor plasmariam as exigências políticas e éticas da época, convertendo-as em um patrimônio universal (JAEGER, 2001, p.1067).

Assim, podemos pensar que esta cultura geral, que segundo Isócrates originara-se em Atenas e fora levada a outras partes, seria mais um elemento agregador dentro do mundo grego, que serviria também para diferenciá-los dos demais povos, vistos como bárbaros. Além disso, abri-

¹² Tradução livre. “Nuestra ciudad aventajó tanto a los demás hombres en el pensamiento y oratoria que sus discípulos han llegado a ser maestros de otros, y ha conseguido que el nombre de griegos se aplique no a la raza, sino a la inteligencia, y que se llame griegos más a los partícipes de nuestra educación que a los de nuestra misma sangre” (ISÓCRATES, p. 212-213).

ria precedentes para colocar no seu interior grupos antes vistos como bárbaros – o que acontecerá com os macedônios, descritos como bárbaros no *Panegírico*, mas que são colocados como herdeiros da cultura grega em *Filipe*.

No *Panegírico*, Isócrates esforça-se para demonstrar as virtudes gregas em contraposição com os vícios e falhas de seus inimigos persas, colocando-os como inferiores e covardes, a quem não teriam motivos para temer (ISÓCRATES, p. 238-240). Mas a maior contraposição cultural seja talvez a questão da liberdade grega com a escravidão atribuída aos bárbaros, afirma:

“E aqueles deles que gozam de maior estima nunca viveram em igualdade nem em sociedade com outros nem com o estado, e passam toda a sua vida injuriando uns e escravos de outros, como homens que corrompem inteiramente suas naturezas, afeminam seus corpos por causa da riqueza e tem seus espíritos humilhados e pusilânimes pela monarquia.”¹³

Nesta passagem o autor demonstra que até mesmo os melhores dentre os bárbaros nunca teriam vivido em “igualdade e sociedade” – prerrogativas gregas – e estariam corrompidos por seus vícios. Neste caso, a monarquia assume sua face negativa, representando tudo o que Isócrates se colocava contra – como expõe Rocher, a falta de justiça, a arbitrariedade e a tirania de um ou poucos (ROCHER, 2002, p.243). E por estes moti-

¹³ Tradução livre “Y quienes de ellos gozan de la mayor estimación nunca vivieron en igualdad ni en sociedad con otros ni con el estado, y pasan toda su vida injuriando a unos y esclavos de otros, como hombres que corrompen enteramente sus naturalezas, afeminan sus cuerpos a causa da riqueza y tienen sus espíritus humillados y pusilánimes por la monarquía” (ISÓCRATES, p. 240).

vos afirma que os bárbaros seriam mais educados para a escravidão que os escravos gregos (ISÓCRATES, p.240). O homem grego em contraposição seria livre, pois devido ao seu sistema político não se submetia as ordens de um rei, mas formariam no interior da cidade uma *politéia*, na qual os cidadãos possuíam também participação nas decisões da vida pública. (MOSSÉ, 2004, p.241)

Após toda essa reflexão, podemos compreender que Isócrates, tendo vivido durante um período de guerras internas e sofrido os males destas, procure meios de sanar este mal, propondo a união entre as *póleis*, e se o meio que encontra de agregá-las seria uma guerra comum contra um inimigo maior, ou como ele colocaria, o inimigo verdadeiro, isso se deve também a tradição que após as Guerras Médicas perpetuaria os persas como tal, e também ao fato destes ainda intervirem nos assuntos internos ao ambiente grego. Desta forma, necessidade de Isócrates de ressaltar os elementos comuns que ligavam as *póleis* pode ser entendido como fruto das guerras que ocorriam no período, dos efeitos negativos que estas traziam às cidades-estado. Desta forma, a constituição de uma identidade comum poderia contribuir para o término destes conflitos, mesmo que isso significasse a investida contra um inimigo comum – o *outro* persa.

Além disso, é importante pensar que durante todo o discurso elaborado no *Panegírico*, o autor, mesmo primando pela superioridade ateniense, procura sempre encontrar elementos que demonstrem a ligação existente entre as *póleis*, passando por fatores econômicos, políticos, culturais, etc., dando grande ênfase nas relações que se fizeram entre elas desde os tempos antigos. Assim, podemos concluir que mesmo as cidades

gregas apresentando um quadro político independente, possuindo até mesmo sistemas de governo diferentes entre si, as relações entre as *póleis* as inseriam dentro de um conjunto maior, o qual compartilhava características culturais, podendo-se ressaltar a questão da importância da liberdade e igualdade política, e que era de alguma maneira interdependente.

Bibliografia

CAMBIANO, G. Tornar-se Homem. In: VERNANT, J.-P. **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994. p. 75-101.

GIORDANI, M.C. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes Ltda, 1972.

GARLAN, Y. O homem e a Guerra. In: VERNANT, J.-P. **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994. p.47-73.

GODELIER, M. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. 1.

HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte:UFMG, 1999. p.229-271.

ISÓCRATES. **Discursos I**. Editorial Gredos. p.199-250.

JAEGER, W. **Paideia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p.1060-1110.

JONES, P. V. (org). **O Mundo de Atenas**: Uma Introdução à Cultura Clássica Ateniense. Martins Fontes: São Paulo, 1997.

MOSSÉ, C.; RAMALHETE, C., TELLES, A. **Dicionário da Civilização Grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MOSSÉ, C. O Homem e a Economia. In: VERNANT, J.-P. **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994. p.23-45.

ROCHER, Laura Sancho. Las fronteras de la política. La vida política amenazada según Isócrates y Demóstenes. In: **Gerión**, Madrid. v.20, n.1, 2002. p. 231-253.

WANIER, J.-P. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2003.

“LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ”: O MEDIEVO NA OBRA DE J.R.R. TOLKIEN

Andrey Augusto Ribeiro dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo tem como intenção demonstrar os primeiros passos da minha pesquisa monográfica, na qual pretendo me debruçar sobre os aspectos medievais presentes nas obras do autor J.R.R. Tolkien. Devido a todo o apelo que estas possuem frente ao grande público, consideramos que se mostram como objetos válidos de estudo das representações da Idade Média no mundo contemporâneo. Assim, apresentarei meus questionamentos e avanços na pesquisa até o momento, com a intenção de demonstrar como o autor, sendo um homem do século XX, poderia ter utilizado o Medievalismo como refúgio à dura realidade de sua época. Além de tentar explicar o que o grande sucesso destas obras pode nos dizer sobre a relação entre o grande público e sua representação de Idade Média.

Palavras-chave: Idade Média e Contemporaneidade; Literatura e História; Meios de entretenimento e História.

Introdução

A Idade Média é um período histórico ainda hoje, pelo menos frente ao grande público, muito representado pelos dois clichês comumente associados a esta época e que especialistas na área tem provado há muito tempo não serem verdadeiros. Por um lado, a imagem de Idade Média

¹ Graduando do 7º período em História e Bolsista PET História - UFS. Integrante do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievalismo (Núcleo Nordeste). É orientado pelo Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievalismo (Núcleo Nordeste). E-mail para contato: andrey_long@hotmail.com.

violenta e sombria, por outro a romântica. (ALVARO, B.G.; PRATA, R.C., 2012, p.10)

Um preconceito que perdurou por muito tempo baseado no que foi construído pelo Renascentismo e difundido pelo Iluminismo. Ou seja, um medievo de atraso, escuridão, violência e dominação religiosa. Podemos atestar esta visão, por exemplo, na alcunha “Idade das Trevas” ou quando alguém taxa alguma atitude ultrapassada ou violenta de medieval. A outra representação associada a este período foi a difundida pelos românticos do século XIX. Aquela de uma Idade Média fantasiosa e povoada por cavaleiros honrosos em armaduras reluzentes, belos bosques e donzelas inocentes e apaixonadas.

É justamente a essas duas construções que os meios de entretenimento, área onde podemos perceber bem a predominância destas duas visões, sempre recorrerão, conseguindo, na maioria das vezes, uma fonte rentável de lucro. Desta maneira, mesmo com os medievalistas tentando mostrar que o medievo não foi o que é representado nos dois clichês apresentados acima, esta é a Idade Média que costumamos ver em filmes, músicas, séries de TV, jogos e livros de sucesso que tratam sobre o tema para o grande público. Entre os produtos de sucesso em destaque no momento, um dos que mais chama atenção, é o conjunto de obras que narra a estória da Terra Média.

Escrita pelo autor John Ronald Reuel Tolkien, ou J.R.R. Tolkien, esta narrativa épica, cujos tons nos remetem ao medievo, tem em *O Senhor dos Anéis* a sua mais conhecida série. Sua adaptação ao cinema em uma trilogia de filmes dirigida por Peter Jackson foi um grande sucesso chegando a igualar o número de Oscar de filmes famosos como *Titanic*. A

obra chama a atenção por estar em alta desde o lançamento dos livros, há 58 anos, e por ter reunido uma grande legião de fãs pelo mundo todo.

Devido à amplitude do seu sucesso ela tem grande influência em outros ramos de entretenimento, além de um grande apelo perante o público. Exemplo disto foi o lançamento em 2012 de *O Hobbit – Uma Jornada Inesperada*, primeiro filme de uma trilogia que adaptará mais uma obra de Tolkien e que teve grande impacto junto ao público antes e depois da sua estreia. Mais uma vez, a Terra Média encontra-se nas pautas do momento e observamos, por sua vez, novamente a possibilidade de inferir-se que, também, nesta obra tolkiana a Idade Média serve como pano de fundo para sua construção, unida a várias outras influências.

Levando em consideração toda uma reconhecível aproximação representativa do mundo medieval nestas obras e o seu sucesso, é que pensei em iniciar esta pesquisa sobre o impacto que “O Senhor dos Anéis” teve, e ainda tem, sobre o ramo do entretenimento e o público em geral e de como ele revela o modo que um homem do séc. XX lida com o Medieval. Para isso é preciso, antes de tudo, que estudemos a vida do autor que construiu esta obra, para que possamos, assim, começar a tentar definir o motivo ou motivos para sua escolha por uma ambientação medieval nas suas obras.

O autor

Segundo Michael White na obra intitulada *J.R.R. Tolkien, o senhor da fantasia*, John Ronald Reuel Tolkien nasceu na cidade de Bloemfontein, África do Sul em 1892. Seu pai, Arthur Reuel Tolkien, trabalhava para o Lloyds Bank, e atraído pelas riquezas minerais sul-africanas conseguiu

ser transferido para lá, onde vem a se casar com Mabel Suffield. Porém, Arthur Tolkien contrai a febre reumática, que agravada pelo clima sul-africano o leva a óbito em 1895, deixando o filho com poucas recordações dele e fazendo com que a família tenha de voltar a morar definitivamente na Inglaterra numa má situação financeira.

Assim, os Tolkien vão morar numa casa de campo em Sarehole. Esta região deixa uma grande marca no escritor, que poderia estar expressa em suas obras nas verdes paisagens do Condado. Devido a morte de sua mãe por conta de diabetes, em 1904, tem sua educação confiada ao padre Francis Xavier Morgan que zelará pelos estudos de John levando-o a ingressar na Universidade de Oxford, inicialmente estudando Antiguidade clássica, porém, seu interesse e aptidão em filologia o levaram ao curso de Letras e Literatura inglesas, onde achou sua vocação no estudos graduando-se em 1915 com um *First*, nota mais alta do exame.

Quando estoura a Primeira Guerra Mundial, Tolkien se alista só após sua conclusão de graduação, incorporando-se ao 11º batalhão do Lancashire Fusiliers como segundo-tenente. Participou na batalha do Somme, na França em 1916, que ficou conhecida pelo grande desperdício de vidas, devido a um erro de estratégia. Ao contrair a febre das trincheiras, ele retorna a Inglaterra onde passa mais de dezoito meses, praticamente todo o resto do período de guerra, entre melhoras e recaídas. (WHITE, 2013, p. 80)

Nesta época começam a germinar as primeiras sementes de *O Silmarillion*, obra que encarna o desejo de Tolkien de criar uma mitologia inglesa, que para ele “...não tinha um conjunto significativo de lendas escritas que formassem uma mitologia completa”(WHITE, 2013, p.82),

baseada principalmente em mitos nórdicos e valores cristãos. Mais um trauma da guerra é a perda de amigos de infância, Rob Gilson e G. B. Smith, companheiros e co-fundadores do *Tea Club and Barrovian Society*, clube de leitura da época colegial de Tolkien, perecem na guerra deixando apenas Christopher Wiseman e Tolkien como remanescentes. Com o fim do conflito, depois de trabalhar como linguista no *The New English Dictionary* e como professor no Departamento de Letras da Universidade de Leeds, consegue a cadeira de Inglês Antigo em Oxford, já em 1925.

Tolkien se mostra um exímio professor, tendo uma boa reputação na academia, e participa de alguns grupos de leitura que teriam grande influência nas suas obras. Inicialmente o *The Coalbiters*, que tratava sobre as sagas islandesas, e depois o *The Inklings*, que segundo as paredes do pub favorito onde o grupo se encontrava: “...reuniam-se aqui para beber cerveja e discutir, entre outras coisas, os livros que estavam escrevendo.” (WHITE, 2013, p. 124). Nessas reuniões, onde ele e outros acadêmicos compartilhavam e discutiam suas obras, trabalhou sua habilidade como contista, foi então que começou a tecer *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*, que viriam a se tornar suas duas principais obras.

O Hobbit foi o livro que lançou Tolkien ao sucesso. A ideia para escrever a estória nasceu de uma anotação feita durante uma correção de provas, que dizia “...num buraco no chão vivia um hobbit” (WHITE, 2013, p. 21) e depois foi desenvolvida na forma de contos noturnos para seus filhos. Foi publicado em Londres, no ano de 1937, e nos EUA em 1938, tendo sucessivas edições. A obra fez tanto sucesso nos dois países que a editora pediu mais escritos sobre hobbits, Tolkien ofereceu *O Silmarillion* e outros escritos que ele já tinha, porém, não era o que a editora

queria. Assim ele se compromete a preparar uma nova estória, a qual dedicou treze anos da sua vida escrevendo e que nomeou *O Senhor dos Anéis*.

Ele a escreveu principalmente durante os anos da Segunda Guerra Mundial, com sucessivos períodos de pausas e aceleramentos na escrita. Devido ao seu excessivo perfeccionismo, a narrativa só foi concluída em 1949. Após ter sérios problemas quanto a viabilidade de lançamento, o grande impasse era o desejo teimoso de Tolkien para que o lançamento fosse feito junto a *O Silmarillion* e sem a divisão do livro que possuía mais de meio milhão de palavras, o que era uma jogada muito cara e perigosa para as editoras na época. Com o passar do tempo ele teve que reconsiderar sua posição e ceder, lançando a obra em três volumes entre 1954 e 1955, que foi muito bem recebida pelo público.

Em 1968, com a chegada conturbada do livro aos EUA, *O Senhor dos Anéis* já tinha mais de três milhões de exemplares vendidos e a vida de Tolkien havia mudado devido ao sucesso. Uma enxurrada de cartas de fãs invadia sua casa frequentemente, ele recebia ligações de pessoas no meio da madrugada que não levavam em conta a diferença de fuso horário, em um episódio alguns fãs chegaram até a acampar no gramado em frente a sua casa na esperança de vê-lo (WHITE, 2013, p. 208). O professor ficou muito feliz com o carinho dos fãs, mas começou a se sentir desconfortável com esse assédio e teve inclusive que mudar de endereço e tirar seu número da agenda telefônica.

Após o sucesso dos primeiros lançamentos, foi-lhe possibilitada a publicação de *O Silmarillion*, porém, seu perfeccionismo e o desânimo causado tanto pelo envelhecimento quanto pela morte de sua esposa Edith

Tolkien, falecida em 1971, o levaram a não concluí-lo antes da sua morte em 1973, aos 81 anos de idade. Seu filho, Christopher Tolkien, foi o responsável pela organização, edição e publicação de seus escritos póstumos e é o atual detentor dos direitos sobre a obra do professor.

Os primeiros passos na pesquisa

Inicialmente, a escolha que precisa ser feita é quanto a que fonte utilizar, já que para quem quer pesquisar a obra de Tolkien há dois tipos de documento. O primeiro são os livros, escritos pelo próprio autor. O segundo seriam os filmes, que por terem sido lançados muito tempo após a morte de Tolkien, além de estarem presentes em outro contexto histórico, estariam sujeitos a possuir diferenças relacionadas a adaptação das páginas para as telas. Até o presente momento escolhi trabalhar com os livros já que estes se configuram como fontes mais vinculadas ao autor do que os filmes.

Um aspecto que chama a atenção na narrativa é o papel dos “orientais”, descritos como homens de pele escura vindos do leste e que lutam ao lado de Sauron, senhor do escuro e vilão em *O Senhor dos Anéis*. Eles possuem uma história de ódio com os habitantes da Terra Média devido a uma traição numa guerra passada contra o primeiro senhor do escuro, Morgoth.

Levando em conta o desejo de Tolkien de montar uma mitologia inglesa, as paisagens nas quais se desenrolam a história corresponderiam ao noroeste da Europa, fato atestado pelo próprio autor (WHITE, 2013, p. 189), esse leste fictício do qual vinham estes “orientais” poderia ser um

paralelo ao Oriente real e as suas disputas com o Ocidente, ocorridas durante a Idade média. Outras teorias apontam que poderia ser uma menção ao leste socialista, porém, seguindo os mapas da Terra Média e sabendo da inspiração desta geopolítica, pelo menos geograficamente, esta hipótese não procederia.

Porém, uma obra deste tamanho está sempre sujeita a todo o tipo de interpretações, assim, no decorrer da pesquisa me deparei também com hipóteses de um possível viés racista na narrativa, que pediriam um aprofundamento maior de estudo, o qual eu não possuo agora já que esta pesquisa ainda se encontra em seu início. Segundo matérias, como algumas encontradas no blog Legio Victrix, este traço estaria bem representado na decadência dos númenorianos, homens de uma raça superior na estória, causada pela miscigenação com homens de raças inferiores e também na imagem dos elfos, raça antiga, superior, bela e sábia de cabelos longos e pele clara, que supostamente representaria o homem europeu.

O tempo histórico em que Tolkien estava inserido, junto a sua biografia, pode nos trazer um entendimento melhor sobre alguns aspectos de sua obra. Apesar das negações sustentadas por ele, paralelos indicam vários aspectos da sua vida refletidos na estória e nos personagens da Terra Média.

Como vimos anteriormente, Tolkien era uma espécie de ludita que teve de enfrentar os horrores do séc. XX, uma época onde as esperanças depositadas na tecnologia e nos ideais da Revolução Francesa foram destruídas devido, principalmente, a violência das duas Grandes Guerras. Estes acontecimentos teriam deixado em Tolkien grandes traumas resultantes, por exemplo, na perda da fé do autor no progresso e na tecnologia,

o que o fez desenvolver uma aversão ao progresso, traço muito forte da sua época. (WHITE, 2013, p. 143)

Essa perda de fé estaria representada na obra em vários pontos. Primeiramente, poderíamos falar dos Orcs que se constituem numa raça deformada e decaída, supostamente descendentes de elfos corrompidos, que possuem uma ambição descontrolada por máquinas e coisas engenhosas. Eles sempre são mostrados como os inimigos dos homens ao lado do senhor do escuro, Sauron. Representariam expansão do progresso empreendida pelo Homem, que foi motivo para muitos dos conflitos do séc. XX, como a Primeira Guerra Mundial, na qual, como ressaltamos, o autor participou como combatente, assim como, a sede de progresso e a tecnologia que ele tanto repudiava após todas as suas experiências de vida. (WHITE, 2013, p.193)

Outro traço que simbolizaria ainda essa repulsa seria o papel da natureza nas suas obras, esta que no mundo real estava sendo engolida pelas máquinas sem ter como se defender. Na obra, ela é representada principalmente pelos Ents, ou pastores de árvores, e pelas águias que podem repreender, repudiar e reagir as ações de outros seres com que não concordem, se mostrando como uma grande ajuda na luta contra os exércitos inimigos.

Não podemos nos esquecer de um dos personagens principais, o hobbit Frodo, que sempre foi apontado como um reflexo de Tolkien. O modo de vida dos hobbits representava o estilo de vida predileto do escritor, calmo e aconchegante, num local verde e tranquilo chamado de Condado, lugar este que é apontado como um paralelo a zona rural de Sareho-

le em que a família Tolkien morou por um tempo e que trazia boas lembranças a sua memória.

A viagem de Frodo com a missão de destruir o anel, com todos os traumas, perigos e paisagens desoladas que o personagem tem de enfrentar, seriam um reflexo da experiência traumática do escritor nas trincheiras da Primeira Guerra, estando estas talvez expostas em trechos como este, onde poderia estar expressa a realidade de uma trincheira, onde os soldados tinham que dividir espaço com cadáveres muitas vezes já em estado avançado de putrefação:

“Nas poças, quando as velas estão acesas. Jazem em todas as poças, rostos pálidos, nas profundezas das águas escuras. Eu os vi: rostos repugnantes e maus, e rostos nobres e tristes. Muitos rostos altivos e belos, e ervas em seus cabelos prateados. Mas todos nojentos, podres, todos mortos.” (TOLKIEN, 2001, p. 659)

Outra questão típica do séc. XX abordada na obra é a verdadeira função da ciência e como esta deve ser utilizada. Este aspecto fica bem evidente em dois personagens que acabam se tornando antagônicos, os magos Gandalf e Saruman. Os dois são seres superiores e sábios, porém, Saruman que acreditava que só um grande poder poderia vencer o mal acaba fazendo o papel do corrompido, ao contrário de Gandalf. Este acredita que a forma de afastar o mal da Terra Média se encontra em meio às pessoas e as pequenas ações.

Poderíamos dizer com isso, que Tolkien estaria mostrando sua ideia sobre o que acreditava ser o verdadeiro uso da ciência, também baseado nas suas experiências particulares. No caso, o modo como os avanços tecnológicos, que eram tão esperados como ajuda, acabaram sendo utili-

zados como armas nos conflitos que o escritor assistiu no decorrer de sua vida.

Após todos estes possíveis paralelos, eu diria que Tolkien, como um homem do séc. XX que presenciou os dois maiores eventos bélicos da história da humanidade, teria utilizado a Idade Média como um refúgio a sua realidade e ao trauma deixado tanto nele quanto nas pessoas que viveram este momento.

Deste modo, voltamos mais uma vez a imagem inocente da Idade Média como motivo de sucesso deste período frente ao grande público. A fuga de uma realidade, onde o tão comentado vazio contemporâneo encontra saída numa representação de Medievo povoada por magos, guerreiros, grandes guerras e florestas habitadas por seres fantásticos. Esta representação ainda é uma grande cartada para a indústria do entretenimento, o que justificaria o sucesso prolongado de *O Senhor dos Anéis* junto a tantas outras obras, filmes e séries com temática parecida.

Conclusão Parcial

Este trabalho ainda está em fase inicial. Como maior dificuldade encontrada, eu apontaria o difícil acesso a estudos acadêmicos sobre a obra de Tolkien, fato que pode ser justificado pelo receio que reinou por muito tempo na academia de estudar os produtos dos gêneros de ficção científica e fantasia, onde as obras tolkianas se encaixam, classificando-as como subgênero literário.

A própria literatura de Tolkien foi classificada como vazia frente a crítica marxista. Esta dizia que o grande sucesso de vendas era uma prova

da falta de qualidade literária e a classificava como representante da literatura escapista que procurava evitar o engajamento político e a análise social. Porém, acredito que com a expansão dos temas a qual a História estuda, a obra de Tolkien está cada vez mais sendo explorada por acadêmicos.

Lenita Maria Rimoli Esteves, professora do departamento de linguística da Universidade de São Paulo (USP) e tradutora para português dos volumes de *O Senhor dos Anéis* e *O Hobbit*, em entrevista feita a Revista Brathair, quando perguntada sobre a tendência a desconsideração da obra de Tolkien e da literatura fantástica como objeto de estudo pela academia no Brasil e em todo o mundo afirma que:

[...] Hoje em dia, é perfeitamente aceitável você fazer uma pesquisa sobre novelas, músicas bregas ou qualquer outra produção de nossa cultura, justamente porque qualquer objeto de uma cultura merece (e deveria) ser estudado. Aliás, acho que faz mais sentido estudar o que é consumido pelas massas do que pesquisar um escritor que é lido por meia dúzia de cultos especialistas. (2005, p. 152)

Tanto pela sua qualidade, sua construção é quase impecável, quanto pelo fato de fazer tanto sucesso com o público, só o interesse que as pessoas mostram por narrativas deste tipo já se enquadraria como um motivo para estudo tanto na área em que estou quanto numa possível pesquisa sobre a receptividade da obra, além, é claro, do fato de ter feito pessoas que não tinham o hábito da leitura começarem a ler, apesar do grande volume das obras, o mundo criado por Tolkien se configura como um objeto legítimo de pesquisa.

Concluindo, considero que esta iniciativa de pesquisar tal temática está de acordo com toda uma nova tendência e preocupação da História

das representações. Além disso, é uma pertinente possibilidade para estudar a maneira como o homem ocidental contemporâneo lida com um passado, aparentemente, tão distante e que desde o chamado renascimento tem sido legado apenas a um período entre a Antiguidade Clássica e a chamada Modernidade.

Referências Bibliográficas:

ALVARO, B.G.; PRATA, R.C. As ideias não correspondem aos fatos: Luzes sobre a Idade Média. **Gnarus: Revista de História**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.10-15, nov. 2012. Disponível em: <http://issuu.com/gnarusrevistadehistoria/docs/gnarus1>

CARPENTER, Humphrey; TOLKIEN, Cristopher. **As cartas de J.R.R. Tolkien**. Curitiba: Arte e Letra Editora, 2006.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ESTEVES, Lenita Maria Rimoli. Tolkien e a literatura Celto-Germânica. Entrevista realizada por CAMPOS, Luciana de; LANGER, Johnni. **Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos**, v. 5, n. 1, p. 151-154, 2005. Disponível em: http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/tolkien_e_a_literatura_celto.pdf

MACEDO, José Rivair. Introdução - Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem. In: ____; MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MONTEIRO, Maria do Rosário. O Senhor dos anéis: Mitos, História e Fantasia. **Revista História**, ano XXIV, Série III, p. 53-55, jan. 2003. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/rmonteiro/pdf/LOTR_rmonteiro.pdf

TOLKIEN, J.R.R. **O Hobbit**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

____. **O Senhor dos Anéis**. Volume único. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

____. **O Silmarillion**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WHITE, Michael. **J.R.R. Tolkien: O Senhor da fantasia**. Rio de Janeiro: Dark-side Books, 2013.

Referências virtuais:

SANTOS, A.A.R. **A Idade Média Midiática.** Disponível em: <http://www.infonet.com.br/educacao//ler.asp?id=135720>. Acesso em: 23 de Fevereiro de 2013.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext Acesso em: 24 de Agosto de 2013

O Senhor dos Anéis e a Ariosofia. Disponível em: <http://legio-victrix.blogspot.com.br/2012/12/o-senhor-dos-aneis-e-ariosofia.html>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2013.

Tolkien: Mestre da Terra Média. Disponível em: <http://legio-victrix.blogspot.com.br/2012/12/tolkien-mestre-da-terra-media.html>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2013.

Tolkien e Idade Média. Disponível em: <http://www.valinor.com.br/7206/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2012.

“MAS, AFINAL, O QUE É LIBERDADE?”: O ESPETÁCULO *LIBERDADE LIBERDADE* (1965) E A RESISTÊNCIA CULTURAL AO REGIME MILITAR

*Mariana Rodrigues Rosell*¹

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica realizada pela autora com financiamento CNPq entre 2011 e 2012. Trabalhamos a partir da tese de que a resistência civil ao regime militar brasileiro se deu em várias frentes e de diversas formas. Assim, baseamo-nos na hipótese de que há elementos na peça *Liberdade Liberdade* que permitem pensá-la na chave do frentismo cultural, forma pela qual o Partido Comunista optou na resistência ao regime militar. Identificamos alguns pontos na construção do texto e no conjunto da encenação que colaboram para pensar *Liberdade Liberdade* como uma precursora da resistência cultural aliancista empreendida pelo PCB e por parte da ala liberal.

Palavras-chave: Teatro Brasileiro; Regime Militar; Resistência Cultural; Grupo Opinião, *Liberdade Liberdade*;

Em 1965 foi encenada a primeira montagem de *Liberdade Liberdade*, produzida pelos dois grupos teatrais brasileiros mais representativos à época, Opinião e Teatro de Arena de São Paulo. Nesse momento, o Brasil, já sob o regime militar, assistia a um paulatino cerceamento da liberdade. Ainda que somente em 1968 as artes fossem fortemente atingidas pela censura e o AI-5 trouxesse o fim das liberdades individuais, a discussão cujo tema principal era a liberdade já estava dada. Como se verá no decorrer deste texto, a peça em

¹ Aluna de graduação em História (9º semestre – 5º ano) da Universidade de São Paulo (DH/FFLCH/USP). Orientanda do Prof. Dr. Marcos Napolitano. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8056929819718959>.

questão desempenhou papel fundamental no primeiro movimento de resistência cultural ao regime.

A pesquisa consistiu em analisar o conjunto da peça na intenção de observar elementos que pudessem mostrar sua inserção num contexto aliancista de resistência cultural ao regime militar, posto em prática pelo Partido Comunista Brasileiro e uma parte da ala liberal. Assim, o estudo sobre *Liberdade Liberdade* baseou-se na abordagem historiográfica revisionista da resistência aos governos militares para pensar essa peça como importante manifestação cultural do aliancismo que se estabeleceria algum tempo depois de sua estreia, ainda nos primeiros anos após o golpe.

Resistência civil ao regime militar e o papel do Grupo Opinião

Ao tratarmos da resistência civil ao regime militar é preciso que tenhamos em mente a necessidade de matizar a construção da memória hegemônica acerca dela. Construiu-se, ao longo dos anos, a ideia de que os opositores civis aos militares resistiram como um bloco uno e com os mesmos meios e fins. O golpe de 1964 apresentou novos obstáculos ao projeto de atuação de uma frente única de esquerda e, por isso, o entendimento de uma resistência homogênea precisa ser relativizado, pois esta foi, na verdade, bastante heterogênea. Assim, é possível e necessário que se pense a atuação da resistência ao regime em chaves diversas. Trabalhando na chave da resistência democrática cultural, podemos identificar quatro grupos distintos: 1) comunistas, 2) liberais, 3) contracultura e 4) nova esquerda (NAPOLITANO, 2011). Cabe, para este trabalho, nos atermos aos dois primeiros segmentos, localizando *Liberdade Liberdade* na intersecção de sua resistência e conside-

rando que o público desse teatro foi, em sua quase totalidade, de classe média².

O golpe de 1964 não se deu somente pela atuação das forças militares. Sabe-se que grande parte da sociedade civil não só o apoiou como também ajudou, das mais diversas formas, a sustentar o regime por ele implantado. Daí grande parte da historiografia sobre o período ter passado a discutir recentemente o caráter do golpe – alguns também do próprio regime –, considerando-o civil-militar. Um episódio bastante significativo nesse sentido é a “Marcha da família com Deus pela liberdade”³, que não foi o único, mas acabou por se tornar o mais conhecido evento organizado por civis em defesa de propósitos que os militares também defenderiam ao chegarem ao poder. Além disso, parte da ala liberal, entenda-se aqui, os políticos, apoiara o golpe intencionando, na verdade, aproximar-se do governo quando os militares devolvessem o poder às mãos dos civis. Esse foi o caso, por exemplo, de

² A busca pela ampliação do público teatral para além da classe média esteve presente em projetos culturais mesmo antes do golpe de 1964. O CPC foi o principal núcleo articulador desse projeto e, em grande parte, há uma continuidade do mesmo na atuação do Grupo Opinião. No entanto, ainda que a tenha intensificado, o golpe introduziu novas dificuldades à realização desse projeto em virtude da “vigilância do regime autoritário”, por exemplo (NAPOLITANO, 2001). Vigilância esta que também notava que o público de *Liberdade Liberdade* era composto pela classe média, o que, às vezes, favorecia sua liberação. Em um laudo censório de 1969 (constante do processo de censura da peça, disponível no Arquivo Nacional do Distrito Federal), consta que a encenação se dirigia a “uma plateia adulta e bem formada [...] a qual é selecionada pelo próprio ingresso à sala do espetáculo (custo e ambiente), fazendo com que não atinja a massa menos instruída.”

³ Apesar de o nome sugerir, não se trata de uma marcha especificamente, mas sim de um conjunto de manifestações organizadas pelos setores civis (políticos, damas da alta sociedade, representantes da Igreja) na quinzena que antecedeu o golpe de 31 de março de 1964.

Carlos Lacerda. A não concretização desse projeto foi um dos elementos que levaram ao rompimento do pacto de apoio entre parte da ala liberal e os governantes militares.

A imprensa, principal voz dessa ala, desempenhou papel crucial nos primeiros dias após o golpe e nos primeiros anos do regime, apoiando os militares através da publicação, sobretudo, de editoriais favoráveis a eles. O processo que levou ao esquecimento desse apoio e construiu uma imagem da imprensa como grande vítima da censura e paladina da resistência se deu por inúmeros fatores relacionados à constituição da memória hegemônica brasileira, que pauta os discursos não acadêmicos e, algumas vezes, é respaldada pela própria historiografia.

O que se intenta apontar aqui é que muito do que se fala, sobretudo fora do ambiente acadêmico, sobre o regime militar brasileiro baseia-se, principalmente, nas memórias dos coetâneos do período e isso ocorre por muitos motivos, entre eles, a dificuldade de acesso a documentos. Não cabe, no entanto, tratar disso mais detidamente agora. O importante é ressaltar que, diferentemente do que se costumou pensar, os liberais, principalmente na figura da imprensa e de políticos, foram apoiadores do golpe em nome do restabelecimento de uma ordem (dita) ameaçada, e, em princípio, viam no regime militar instituído a melhor via para atingir seu fim, qual seja, a manutenção de uma ordem democrática.

Quanto às esquerdas, é fundamental ter em mente que o desencadeamento do autoritarismo impulsionaria a fragmentação dos militantes do Partido Comunista, gerando as várias dissidências que ingressariam na luta armada. Assim, paulatinamente, as divergências na forma de enxergar a situação política e a discussão acerca de qual o melhor meio para se enfrentar o regime

militar, bem como as diferentes propostas para o momento em que o governo ditatorial fosse deposto, fizeram com que a resistência de esquerda se desse de forma heterogênea, manifestando a heterogeneidade intrínseca mesmo ao partido. Daí surgirem as tantas organizações armadas, de certa forma, em oposição à esquerda que permaneceu fiel ao PCB, chamada tradicional, e defendeu as determinações da Resolução de Maio de 1965⁴, que definiu a resistência democrática através do frentismo cultural como principal linha de atuação do partido.

Em relação à classe artística, é necessário apontar que, em sua grande maioria, ela custou a crer que o regime imposto pelo golpe seria duradouro. Em virtude, sobretudo, da certa liberdade no exercício das artes (até o AI-5), tal grupo – que nunca foi homogêneo – demorou mais de um ano para perceber que os militares se pretendiam perpetuar no governo. Denis de Moraes, na biografia que escreveu sobre Vianinha, diz que:

A crença de que o autoritarismo teria limitado poder de vôo era animada, em círculos da intelectualidade, pela constatação de que o setor menos golpeado pelo regime militar, até ali [inícios de 1965], fora a cultura. (MORAES, 2000: 190)

O Grupo Opinião fora formado por artistas de diversos segmentos advindos dos comitês culturais do CPC – Centro Popular de Cultura –, que havia sido posto na ilegalidade pelos militares após o golpe como meio de cortar

⁴ A resolução do Comitê Central do PCB reiterava a definição do partido pela “nova política” (determinada em 1958), optando, portanto, pela “prudência, [...] reorganização dos quadros, [...] acúmulo de forças, [...] *unidade das oposições*, [...] *luta política (ou seja, não armada) contra o regime*.” (NAPOLITANO, op. cit.: 30. Grifo nosso.). Ou seja, a partir dela, a fragmentação do PCB intensificou-se, determinando a implementação da luta armada pelos dissidentes, que discordavam dessas determinações.

definitivamente os vínculos entre a classe artística mobilizada e as classes populares. Uma de suas figuras centrais foi o próprio Vianinha, que, antes de fazer parte dos quadros do CPC, havia integrado também o Teatro de Arena de São Paulo e é um dos principais nomes do teatro político e da esquerda artística brasileiros⁵. A intenção do grupo era a de constituir um foco de resistência pelo viés teatral. Nesse sentido, desempenhou papel crucial: “Grupo carioca que centraliza, nos anos 1960, o teatro de protesto e de resistência...” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE TEATRO, 2010). Já em 1964 estrearia seu primeiro espetáculo, o famoso show *Opinião*, que, utilizando uma fórmula parecida com a que seria empregada no ano seguinte em *Liberdade Liberdade* (texto mesclado a canções), ficaria conhecido como a primeira manifestação de resistência cultural ao regime militar.

O ano de 1965 é um marco na aliança que se deu entre liberais e membros da esquerda tradicional na luta contra o regime militar. Em 27 de outubro desse ano foi editado o Ato Institucional Nº2 (AI-2) que, entre outras mudanças, extinguiu o pluripartidarismo vigente, instituindo o bipartidarismo autoritário entre situação e oposição que permaneceria até 1979. Este ato foi a gota d’água para que os liberais percebessem que o golpe e, posteriormente, o

⁵ O engajamento político de Vianinha e a influência deste na sua dramaturgia foi alvo, ao longo dos anos, tanto de críticas negativas como positivas. Um panorama destas críticas pode ser conferido em PATRIOTA, Rosângela. *Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 93-98. A autora afirma que a prioridade de Vianinha foi “trazer para o palco conflitos inerentes à realidade brasileira e entendendo a arte como instrumento de luta” (p. 98). De todo modo, essa junção entre sua atuação política e sua atuação artística faz de sua obra uma referência fundamental para se entender a atuação da esquerda no contexto de finais dos anos 1950 e 1960 antes do golpe e também da primeira década de regime militar.

regime que apoiaram não eram de caráter temporário e muito menos democrático. Em sua tese de livre-docência, Marcos Napolitano aponta que

as ilusões oportunistas [dos liberais] logo se perderiam com o Ato Institucional n.2 [...] os militares avisavam [com ele] as lideranças civis sequiosas para chegar ao Palácio do Planalto que eles tinham vindo para ficar. A intervenção “moderadora” e a “ditadura” saneadora, solicitada e autorizada pela direita civil de um sistema político em frangalhos, se afirmava com um projeto estratégico e de longo prazo, buscando meios para institucionalizar-se e permanecer no poder. (NAPO-
LITANO, op.cit.: 28)

Se o AI-2 ajudaria a intensificar as divergências internas acerca de qual a melhor forma de agir na luta contra a ditadura, em maio de 1965, a resolução da primeira reunião do Comitê Central do Partido Comunista após o golpe de 1964, já daria a orientação aliancista que o partido seguiria dali em diante. Assim, a despeito de todas as divergências existentes entre eles, a conjuntura política a partir de 1965 permitiu (e favoreceu) a aliança entre os comunistas que se mantiveram fieis à orientação do partido e parte dos liberais. Nesse contexto, o Grupo Opinião se uniria ao Teatro de Arena de São Paulo para produzir *Liberdade Liberdade*, que se tornaria, nesses primeiros anos, a grande manifestação da resistência aliancista⁶.

⁶ A resistência aliancista foi empreendida por uma parte da ala e pela esquerda ligada ao PCB. Baseada especialmente na atuação pelas artes e pela cultura, foi posta em prática por políticos, artistas e intelectuais ideologicamente liberais que, se desiludiram com o regime ao perceberem que este não pretendia ser transitório, mas, pelo contrário, buscava se legitimar e garantir a implementação de um projeto contínuo e de longo prazo; e por artistas e intelectuais orientados, sobretudo, pela defesa da via etapista para a realização da revolução brasileira e pela aliança de classes, defendidas

Uma figura muito importante para essa aliança e para a resistência cultural é o *intelectual*. Ainda em sua tese, Napolitano desenvolve esse apontamento:

Procuramos articular duas definições acerca do intelectual: uma ampla e sociocultural (criadores e mediadores culturais) e outra mais estrita, fundada na noção de engajamento. As duas noções se articulam, pois o reconhecimento público ou institucional das capacidades e expertises intelectuais (e artísticas) autoriza uma intervenção pública nas questões políticas, sobretudo em épocas marcadas pelo autoritarismo e pela violência política. Neste sentido, a tradição liberal (o intelectual como inteligência reflexiva e arauto da liberdade individual) e a tradição socialista (o intelectual como arauto da liberdade pública e crítico do sistema) podem se entrecruzar em determinadas circunstâncias históricas. (Idem, *ibidem*: 9 e 10).

Ou seja, o intelectual foi a figura chave dessa aliança, na medida em que através dele duas tradições políticas conseguiram articular-se e dialogar em nome da resistência a um inimigo comum: o regime militar brasileiro.

Em *Liberdade Liberdade*, é Paulo Autran quem exerce esse papel central. Daí sua seguinte afirmação:

Se o público compreendê-las [as palavras do texto], assimilá-las, amá-las, teremos lucrado nós, eles, e o País também. *Se isso não acontecer a culpa será principalmente minha*, mas pelo menos guardarei dentro de mim a consoladora ideia de que tentei. (AUTRAN *apud* FERNANDES; RANGEL, 1997: 15. Grifo nosso.)

pelo PCB desde 1958, e adeptos ao projeto nacional-popular. Daí que esta atuação seja conhecida como “frentismo cultural”. Cf. NAPOLITANO, 2011.

Nota-se que Paulo Autran compreende que grande parte da responsabilidade de comunicar ao público o alerta da peça cabia a ele. Como se verá mais adiante, a escolha de Autran se deu já pensando no potencial do ator nesse sentido.

O espetáculo *Liberdade Liberdade*: impacto na estreia e longevidade da discussão

Liberdade Liberdade estreou, não por acaso, em 21 de abril de 1965, no Teatro do Shopping Center de Copacabana, Rio de Janeiro, com texto de Millor Fernandes e Flávio Rangel (este também na direção). Com Paulo Autran, Oduvaldo Vianna Filho, Tereza Rachel e Nara Leão no elenco, a peça permaneceu em cartaz por cerca de dois meses e meio. A importância de *Liberdade Liberdade* na trajetória da resistência cultural ao regime militar instalado com o golpe em 1964 é destacada tanto no contato com as fontes primárias quanto na bibliografia especializada.

As fontes dão conta de que *Liberdade Liberdade* foi marco importante para o teatro brasileiro, sendo considerada a primeira peça do teatro de protesto. Yan Michalski⁷ publicou em 27 de abril de 1965 no *Jornal do Brasil*,

⁷ Yan Michalski chegou ao Brasil aos 12 anos, fugido da perseguição nazista. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro e em 1955 começou sua carreira teatral. Foi responsável pela coluna de teatro do *Jornal do Brasil* por 19 anos e escreveu muitos trabalhos importantes sobre o tema, como *O palco amordaçado* (1979) e *O teatro sob pressão: uma frente de resistência* (1989). Segundo depoimento de Johana Albuquerque, organizadora da Enciclopédia Itaú Cultural de Teatro, Michalski era, além da principal voz da crítica do teatro no Rio de Janeiro, amigo dos artistas envolvidos com a área, para quem era também um consultor. Ela diz que “Yan Michalski, de certo modo, representava a voz unânime a que todos do teatro carioca queriam ouvir.” (ALBUQUERQUE *apud* ENC. ITAÚ CULTURAL DE TEATRO, 2009). Assim, sua crítica está

texto cuja ênfase inicial se dava na crítica aos responsáveis pelo Grupo Opinião por não terem se preocupado em limitar a entrada do público à lotação máxima da arena, que acabou, no dia da estreia, com uma superlotação prejudicial ao pleno desenvolvimento da apresentação. O texto publicado no periódico *The New York Times*, em 25 de abril de 1965, caminha no mesmo sentido, dizendo que “o mais ambicioso dos espetáculos de protesto, transformou-se imediatamente num sucesso de público.” (ONIS, 1965. Tradução nossa.) Nele também se corrobora a informação de superlotação dada por Michalski; “A audiência de trezentas pessoas, que tinha pago o equivalente a um dólar e vinte e cinco centavos por pessoa para se sentar amontoada [...]” (Idem.)

Pelo processo de censura do texto, é possível notar, pelo menos, de 15 a 18 solicitações de liberação de montagem entre 1967-1969 e 1979-1985⁸. Ou seja, além da montagem do Grupo Opinião que passou por diversas cidades do país, ultrapassando os limites do eixo cultural Rio-São Paulo⁹, o texto de Rangel e Fernandes despertou interesse em grupos das mais diferentes cidades, amadores ou profissionais. Sendo quase todas as solicitações atendidas pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), ainda que possa

entre as principais fontes para o estudo do teatro brasileiro, na medida em que constituíram referência não só para o público, mas também para os artistas.

⁸ O número é aproximado em virtude da incompletude na documentação. As datas-limite que abrangem tais solicitações coincidem com períodos de relativa liberdade e flexibilização da censura sobre as artes, em virtude de nuances e divergências dentro da própria instituição militar acerca da melhor forma de conduzir o regime.

⁹ A montagem do Grupo Opinião que excursionou pelo país não contou com todo o elenco original. Ao que se pode observar, apenas Paulo Autran participou de encenações fora do Rio de Janeiro.

ter sido limitada por cortes e restrições etárias, entende-se que a discussão proposta por *Liberdade Liberdade* difundiu-se Brasil afora.

Sem dúvida que o fato de ter sido produzida por dois dos grupos teatrais mais importantes do Brasil naquele momento colaborou para o sucesso que a peça obteve. Esse momento único do qual *Liberdade Liberdade* faz parte dá sentido à discussão proposta pelos autores e introduzida pelos atores que, do palco, pretendiam levar o tema a grupos mais diversos de modo a difundir o debate.

O texto é composto por uma seleção de excertos que abrange um longo período, entre os séculos VI a.C. e XX d.C, mostrando como a questão da liberdade está posta nos mais diferentes contextos históricos, independente do regime político ou tipo de governo que se viva, do espaço onde esteja ou o grupo social do qual faça parte. Isso colabora para a compreensão de *Liberdade Liberdade* para além do momento de sua elaboração, reforçando uma ideia que contraria as proposições dos autores como se verá um pouco adiante no texto. A colagem, prática já recorrente à época, sobretudo nos Estados Unidos, foi constituída por excertos retirados de poemas, livros, discursos, peças de teatro, etc. abrangendo espaços também diversos: Grécia, Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, EUA, além do Brasil e da União Soviética, os quais foram acrescentados de trechos escritos por Millôr Fernandes especialmente para a peça. Outro importante elemento no conjunto do espetáculo era a canção popular.

A relação do texto com o repertório da peça mostrou-se bastante intrínseca. Luiz Giani, em sua dissertação de mestrado, diz que “todas as canções do repertório compõem, de forma sincrônica e entrelaçada com a narração, a ideia principal do espetáculo” (p. 284). As canções escolhidas funcionaram

como uma espécie de linha, costurando os assuntos a serem discutidos pela peça. A relação é tão fundamental que a crítica da época chegou a questionar a natureza de *Liberdade Liberdade*; se esta se tratava de uma peça teatral, de um show ou de um musical¹⁰. Essa discussão, a princípio, não é essencial para as questões desse trabalho; por isso, ressalto apenas que as canções desempenharam papel fundamental na produção do significado de *Liberdade Liberdade*.

Depoimentos dos envolvidos na peça à época sustentam que ela era produto desse contexto, tendo como principal objetivo alertar o público da situação que se vivia no país. Na edição do texto em livro, lançada já em 1965 pela Editora Civilização Brasileira, foram publicados pequenos comentários dos dois autores, nos quais se pode ler:

Tentamos fazer um espetáculo que servisse à *hora presente*, dominada, no Brasil, por uma mentalidade que, sejam quais sejam as suas qualidades ou boas intenções, é nitidamente borocochô. (FERNANDES *apud* FERNANDES;RANGEL, op.cit.: 11. Grifo nosso.)

É evidente que existe um motivo principal para este espetáculo *no momento em que vive o nosso País*. *Liberdade Liberdade* pretende reclamar, denunciar, protestar – mas sobretudo alertar. (RANGEL *apud* idem: 13. Grifo nosso.)

A insistência por parte dos autores na ideia de que *Liberdade Liberdade* seria uma peça datada foi grande, como se pode observar acima. No entanto, sua encenação se prolongou não só durante o regime militar, mas também

¹⁰ WOLFF, Fausto. *Liberdade Liberdade*. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 e 25 abril 1965.

ao longo das décadas seguintes, como se nota pela observação do processo de censura e pelas remontagens recentes.¹¹

***Liberdade Liberdade* e seu papel na resistência cultural democrática**

Sobre *Liberdade Liberdade*, ao fazer um balanço de seu conjunto, nota-se que seu discurso é aliancista. Quando pensamos que as primeiras vozes da resistência, sobretudo cultural, provém da ala liberal, não é de se estranhar que assim o seja. Se observarmos bem, os artistas e intelectuais envolvidos com a primeira montagem são, em maioria, liberais. Afora Oduvaldo Vianna Filho, que era ligado ao Partido Comunista, os demais envolvidos não tinham uma orientação política de esquerda. Millôr Fernandes, Tereza Rachel e Paulo Autran vinham de uma trajetória intelectual moderada, ainda que a posição do primeiro quase sempre tenha sido crítica e que seu contato com o teatro político tenha se iniciado antes de *Liberdade Liberdade* (com tradução de textos de Bertold Brecht). No mesmo sentido, Flávio Rangel vinha de uma trajetória artística ligada ao Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e se engajaria na esquerda – chegando a ser preso no episódio conhecido como “Os oito do Glória”¹² – somente após trabalhar com *Liberdade Liberdade*.

¹¹ Em 2005, após quarenta anos de sua primeira encenação, *Liberdade Liberdade* foi o texto escolhido para estrear o projeto Teatro nas Universidades, lembrando, coincidentemente ou não, um dos espaços em que mais teve sucesso durante o regime militar.

¹² Esse episódio consiste na prisão de oito intelectuais e artistas por realizarem um protesto no Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1965, durante a abertura da II Conferência Extraordinária Interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos). A motivação do protesto foi o fato de o regulamento da OEA não permitir a realização dessas atividades em países não democráticos. Como a conferência já estava marcada quando do golpe de 1964, o esforço de Castello Branco se deu no

Paulo Autran era um artista que, não estando formalmente ligado ao partido, podia transmitir a mensagem deste no espaço público sem o grande risco de perseguição que recaía sobre “cartas marcadas” para o governo, como Vianinha e, um pouco depois, Nara Leão. Além do mais, assim como Tereza Rachel (ainda que no caso dela essa questão tenha menor relevância), Autran era um ator conhecido e já consagrado, bem visto pela sociedade, sendo também esse fato um elemento positivo e agregador ao bom desempenho de público do espetáculo. Vianinha diria:

Flávio sugeriu que se convidasse Paulo Autran para o elenco, o que vinha ao encontro de um dos objetivos centrais do grupo – atrair outros segmentos teatrais para engrossarem a luta antiditatorial. Por seu talento e respeitabilidade artística, Autran reforçaria a unidade geral do *pensamento democrático*, o mesmo se verificando com as presenças de Tereza Rachel e Nara Leão. (SIQUEIRA, 1995: 192. Grifo nosso.)

Tempos depois, em 2002, Paulo Autran reafirmaria, enfaticamente, sua posição moderada. Ainda que a distância temporal e o recurso à memória possam interferir na visão do ator sobre sua atuação, é interessante observar sua posição. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, ele afirma:

Quando eu fazia *Liberdade Liberdade*, houve um momento em que eu pensei: se eu quero agir lógica e racionalmente, o que eu devo fazer agora é entrar para o Partido Comunista. Graças a Deus não entrei!

sentido de tentar legitimar o regime em caráter democrático. Oito intelectuais e artistas foram presos por aproveitarem esse espaço para denunciar que se vivia no Brasil um regime ditatorial: Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro (cineastas); Antônio Callado, Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves (jornalistas e escritores); Thiago Mello (poeta) e Flávio Rangel.

Porque eu sou uma pessoa tão pouco disciplinada que eu teria ficado muito infeliz, teria brigado muito e teria saído imediatamente do Partido Comunista. Nunca fui comunista! (AUTRAN, 2002)

Ele também afirmaria sobre *Liberdade Liberdade*, na mesma entrevista: “Embora o espetáculo não fosse comunista, absolutamente”. Ou seja, além de se mostrar categoricamente como não comunista, Autran reconhece que o espetáculo em si também não o era, ainda que alguns participantes – leia-se, especialmente, Vianinha – o fossem. Ainda nessa entrevista, ele reforçaria o que já havia dito em entrevistas anteriores acerca de sua posição política e da importância que *Liberdade Liberdade* teve para despertar-lhe a consciência política:

Até então [encenar *Liberdade Liberdade*], eu acreditava que eu era apolítico, ignorando que uma pessoa que diz: “eu sou apolítico” está tomando uma atitude política, não é? É a atitude mais burra, é a atitude da negação, é a atitude do *status quo*. Então, ser apolítico é ter uma atitude muito política também e negativa.

Nara Leão, desde o show *Opinião*, paulatinamente deixava de ser tida como a musa da Bossa Nova para ser identificada como a cantora de protesto por excelência. Tal tomada de postura política faria dela uma das “cartas marcadas” do regime e lhe renderia até uma ofensiva do governo, que ameaçou prendê-la e processá-la. Ameaça que só não se concretizou em virtude do forte apelo de grande parte da classe artística. Tudo isso, no entanto, não a associa necessariamente ao Partido Comunista. Da mesma forma, Oscar Castro Neves (diretor musical do espetáculo), que ainda era um nome da Bossa Nova, participou de *Liberdade Liberdade* justamente numa viagem feita ao

Brasil num intervalo de sua temporada nos Estados Unidos, que havia começado em 1962, após a apresentação no famoso concerto no Carnegie Hall ¹³.

Pensando o texto da peça, o que vemos é que seu discurso, de tão aliancista, recebeu críticas de ambos os extremos, à esquerda e à direita, provocadas pela crítica à União Soviética e a ausência de crítica a Cuba e China, respectivamente. Embora expresse críticas majoritariamente a regimes autoritários de direita (nazismo, franquismo, fascismo italiano e regime militar brasileiro), recaem críticas ao comunismo soviético e àquele visto, falsamente, como o mais liberal de todos os regimes, os Estados Unidos. Esta crítica se materializa através de ironias acerca da Estátua da Liberdade, narração do fuzilamento de um desertor do exército estadunidense da Segunda Guerra, lembrança da luta pelos direitos civis.

Da mesma forma, o Terror da Revolução Francesa faz-se presente através do episódio de julgamento de Danton e da apresentação da guilhotina aos franceses. Logo em seguida, faz-se uma exaltação da Declaração dos Direitos do Homem. Trata-se de um trecho de importância crucial para a hipótese que aqui se tenta provar, já que essa declaração tem base liberal. O texto também menciona a Declaração de Independência dos Estados Unidos e o famoso discurso de Abraham Lincoln durante a Guerra Civil Americana, ambos também de tom marcadamente liberal. Já quase ao final da peça, Paulo

¹³ Em 1962, a famosa sala de concertos Carnegie Hall, localizada em Nova Iorque, reuniu em um concerto os grandes nomes da Bossa Nova, que se tornava, então, muito conhecida nos Estados Unidos. Ainda que o concerto tenha ficado marcado por problemas técnicos, como falhas no som, ele serviu como ponto de partida na carreira internacional que muitos dos músicos que nele se apresentaram desenvolveriam a partir de então, como Tom Jobim e João Gilberto. Oscar Castro Neves participou do concerto e permanecera no exterior desde então.

Autran lê a Declaração Universal dos Direitos do Homem, reforçando ainda mais essa temática de defesa dos direitos e das liberdades individuais.

É possível notarmos, então, que a peça, normalmente associada à resistência cultural da esquerda traz, intrinsecamente, forte marca liberal, ao passo que constroi um ambiente crítico não só aos autoritarismos como também ao liberalismo carente de liberdade dos Estados Unidos. O ápice dessa crítica se dá num trecho que reúne crítica e ironia, as duas principais marcas da peça. Apesar de longa, a citação desse trecho é exemplar:

Mas afinal, o que é liberdade? Apesar de tudo o que já se disse e de tudo o que dissemos sobre a liberdade, muitos dos senhores ainda estão naturalmente convencidos que a liberdade não existe, que é uma figura mitológica criada pela pura imaginação do homem. Mas eu lhes garanto que a liberdade existe. Não só existe, como é feita de concreto e cobre e tem cem metros de altura. A liberdade foi doada aos americanos pelos franceses em 1866 porque naquela época os franceses estavam cheios de liberdade e os americanos não tinham nenhuma. Recebendo a liberdade dos franceses, os americanos a colocaram na ilha de Bedloe, na entrada do porto de Nova York (sic). Esta é a verdade indiscutível. Até agora a liberdade não penetrou no território americano. (FERNANDES; RANGEL, op. cit.: 51)

Um pouco antes no texto, os autores se aproveitaram de um problema técnico do teatro para reforçar o que suas declarações acerca da peça diziam, incentivando o público a tomar uma posição, sem, no entanto, perder de vista a ironia. Em virtude do ranger das cadeiras, Millôr Fernandes acrescentou de última hora uma observação ao texto da peça, a ser lida por Vianinha. Ela dizia:

E aqui, antes de continuar este espetáculo, é necessário que façamos uma advertência a todos e a cada um. Neste momento, achamos fundamental que cada um tome uma posição definida. Sem que cada um tome uma posição definida não é possível continuarmos. É fundamental que cada um tome uma posição, seja para a esquerda, seja para a direita. Admitimos mesmo que alguns tomem uma posição neutra, fiquem de braços cruzados. Mas é preciso que cada um, uma vez tomada sua posição, *fique nela!* Porque senão, companheiros, as cadeiras do teatro rangem muito e ninguém ouve nada. (Idem, ibidem: 29. Grifo no original.)

Em um único episódio, o texto narra o julgamento do poeta Joseph Borsky que, sendo poeta, trabalhava como tal nas horas vagas do emprego numa fábrica e em 1964 foi condenado a 5 anos num campo de trabalhos forçados por parasitismo social na União Soviética. O fato de a peça remeter a esse acontecimento gerou protestos e reclamações por parte de alguns membros da esquerda. A gravação do áudio da peça foi lançada em LP em 1966 e relançada em CD em 2002. A gravação foi editada e uma boa parte do áudio da encenação não consta; entre eles, o único trecho de crítica à Esquerda. Os mais extremados, à direita e à esquerda, sentiam-se ambos incomodados com o discurso da peça, que trazia em si as marcas que balizariam a resistência democrática aliancista, cujo setor e agentes principais seriam a cultura e os intelectuais, respectivamente. Alguns relatos garimpados da bibliografia são exemplares dessas insatisfações. É interessante apresentá-los a seguir.

Na biografia de Vianinha narra-se um episódio ocorrido na crítica de *O Globo*:

Geraldo Queiróz, de *O Globo*, acusou o roteiro de Flávio Rangel e Millor Fernandes de deixar entrever “um aspecto propositalmente sectário, que é mostrar a liberdade de um lado, ignorando-se tudo aquilo

que ela representa do outro”. Segundo Queiroz, fala-se muito no período nazista ou na guerra civil espanhola, “mas nada se diz da revolução comunista de Cuba, do Muro de Berlim e de outras vezes em que a liberdade foi torpemente violada, retirando aquilo que o espetáculo defende adiante, que são os direitos civis do homem”. (MORAES, op.cit.: 196)

Aqui, o jornalista captou bem a contradição intrínseca a um projeto de base aliancista. Ao mesmo tempo em que defende os direitos civis e as liberdades individuais (reivindicações liberais), e criticam-se regimes autoritários de direita, os autores se abstêm de criticar Cuba e China e de enfatizar a crítica às supressões à liberdade na União Soviética (prática afeita de parte da esquerda). Uma consideração, porém, é importante. No caso da referência à Guerra Civil Espanhola, coube críticas a ambos os lados como mostra o trecho a seguir:

Os fascistas exerceram o terror. [...] As greves eram punidas com sentença de morte. Mulheres de milicianos tinham os seios arrancados a faca. Prisioneiros eram banhados em petróleo e depois queimados. Mas também havia atrocidades do lado republicano. Freiras foram assassinadas por recusar propostas de casamento. [...] Vários padres foram queimados. As torturas não tinham fim. (FERNANDES; RANGEL, op. cit.: 74.)

Na biografia de Flávio Rangel, há exemplos tanto à esquerda como à direita:

a peça provocaria a ira dos reacionários. Numa prévia da onda de violência contra o teatro que se tornaria moda pouco depois, *Liberdade Liberdade* recebeu várias ameaças. Uma delas quase se concretizou, sendo frustrada apenas pelo alerta em que já estava o grupo Opinião, que havia pedido a proteção policial. (SIQUEIRA, op.cit.: 160)

Nesse trecho, José Rubens Siqueira se refere ao extremo ataque que seria sofrido pela peça por parte dos insatisfeitos à direita. Notícias da época dão conta de que o tumulto teria se iniciado após a manifestação de um senhor chamado Giani Pareto, industrial e comerciante, que se manifestara contra a ausência de críticas ao mundo comunista, referindo-se à peça como uma “farsa montada pelos comunistas para enganar a juventude”.¹⁴

À esquerda encontramos o seguinte exemplo:

A reação, no entanto, não veio apenas da “direita”. Um membro notório do Partido Comunista protestou, na plateia, contra a inclusão no espetáculo do atentado à liberdade sofrido pelo poeta Joseph Brodsky na União Soviética, provocando até uma reunião do comitê cultural do “partidão” para resolver a questão. Flávio e todos os envolvidos recusaram terminantemente essa “censura da esquerda”... (Idem, *ibidem*: 161)

O que se nota aqui é que mesmo por parte de uma ala da esquerda houve certo descontentamento com o resultado apresentado pelo Opinião, na medida em que a discussão da peça estava baseada já nos elementos constituintes do frentismo cultural determinado pelo PCB em 1958, e que seria reiterado em maio de 1965. Isso porque a opção pela aliança ampla, que abrangia também os liberais, acarretava na crítica a regimes de esquerda ao mesmo

¹⁴ A acusação de Giani Pareto aparece em reportagem intitulada “Protesto contra a peça ‘Liberdade Liberdade’ gerou tumulto no teatro”. O recorte de jornal com a referida reportagem consta do Acervo Nara Leão sob cuidados da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Não me foi possível encontrar as referências precisas de data e veículo da reportagem, contudo.

tempo em que acolhia para si a defesa de pautas historicamente embandeiradas pela ala liberal.

As questões acima apresentadas dialogam com a corrente historiográfica revisionista do regime militar que, entre outras proposições, aponta as diversas frentes da resistência civil. Apoiamo-nos na tese de resistência aliancista empreendida por comunistas e liberais e conjugamo-la com a análise de *Liberdade Liberdade* e a partir daí pudemos perceber que, mesmo antes do AI-2 e da resolução do Comitê Central do Partido Comunista, as bases da aliança futura já estavam lançadas. Marcos Napolitano diz que

a visão ampla e ecumênica do intelectual anti-autoritário como ator privilegiado da resistência ao regime militar recém implantado, permitiu que comunistas e liberais se unissem na defesa das “liberdades democráticas”, antes mesmo do Partido oficializar sua linha frentista e civilista de resistência, em maio de 1965. (NAPOLITANO, op. cit.: 49.)

Ou seja, tal aliança já estava, se não consolidada, pelos menos, claramente encaminhada.

O destaque e a importância de *Liberdade Liberdade* se dão na medida em que o teatro foi o primeiro a se levantar contra os militares. Edécio Mostaço afirma que “Dentre todos, o teatro foi o primeiro setor a se reorganizar e propiciar uma espécie de ‘modelo’ para a arte de resistência.” (MOSTAÇO, 1982: 76). Os espetáculos encenados nos primeiros anos do regime, como *Opinião* (1964), *Liberdade Liberdade* (1965), *Arena conta Zumbi* (1965) e

Arena conta Tiradentes (1967)¹⁵, beneficiaram-se da relativa¹⁶ liberdade conferida às artes antes do Ato Institucional Nº5 e iniciaram a voz cultural resistente que se estenderia, com nuances, até o final do regime militar. Napolitano diz ainda:

A área teatral foi uma das mais aguerridas na fase da primeira resistência cultural contra o regime, mobilizando atores, diretores e dramaturgos na luta “contra a censura e pela liberdade de expressão”. (Idem, *ibidem*: 62.)

Portanto, observamos que o importante papel de *Liberdade Liberdade* na resistência ao regime se dá não só por ser considerada a primeira peça do teatro de protesto e por ter se tornado “o carro-chefe do protesto pelo país afora” (MOSTAÇO, *op. cit.*: 80), mas também pelo papel central que o teatro desempenhou na resistência do frentismo cultural contra o regime militar, a censura e o cerceamento das liberdades. Napolitano acrescenta que

Em certo sentido, os artistas comunistas e seus *compagnons de route* foram bem sucedidos na defesa dos valores do nacional-popular, da *aliança de classes pela democracia*, na denúncia do autoritarismo e das mazelas do regime, sem falar na política de ocupação de espaços,

¹⁵ Os dois primeiros foram produzidos pelo Grupo Opinião e pelo Teatro de Arena e encenados pelo primeiro. Os dois últimos foram produzidos e encenados pelo Teatro de Arena de São Paulo.

¹⁶ A liberdade para as artes é relativa, pois, ainda que somente após o AI-5 a censura e a repressão recrudescessem sua atuação sobre esta área, durante os mais de quatro anos que separam o golpe deste ato, em nenhum momento artistas atuaram livremente. O veto à *Liberdade Liberdade* em todo o território nacional já em 1966 e a ameaça de agressões a atores que encenavam a peça em cidades do interior do país, entre outros acontecimentos, são exemplos disso. Cf., entre outros, NAPOLITANO, 2001.

mesmo enfrentando um duro debate na área cultural. (NAPOLITANO, op. cit.: 30. Grifo nosso.)

A resistência aliancista esteve expressa, então, nas muitas das principais vozes da resistência ao regime militar, sobretudo pelo viés da cultura, e obteve sucesso em sua atuação. Essa pesquisa mostrou que *Liberdade Liberdade* é paradigmática nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE TEATRO.

Disponível em www.itaucultural.org.br/teatro/ [Acesso em 23/12/2011]

GIANI, Luiz A. A música de protesto: d'O subdesenvolvido à canção do bicho e proezas de satanás (1962-1966). Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas: 1985.

MORAES, Denis de. Vianinha, cúmplice da paixão. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. “Seguindo a canção”: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959 – 1969). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

PATRIOTA, Rosângela. Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964 – 1969. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SIQUEIRA, José Rubens. Viver de teatro: uma biografia de Flávio Rangel. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

FONTES

AUTRAN, Paulo. Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 2002. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2Ype44mJo3U> [Acesso em 30/07/2012]

LIBERDADE LIBERDADE ou Seleção de textos de Flávio Rangel e Millôr Fernandes. Processo de Censura. Peças Teatrais. Teatro. Divisão de Censura de Divisões Públicas. Arquivo Nacional do Distrito Federal.

MICHALSKI, Yan. Liberdade Liberdade (I). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 abril 1965.

FERNANDES, Millôr; RANGEL, Flávio. Liberdade Liberdade. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ONIS, Juan de. New plays chide brazilian regime; Productions Temper Protest With Humor and Music. The New York Times, Nova Iorque, 25 abril 1965.

**“PARA LIVRAR DE TODO CATIVEIRO E
PERSEGUIÇÃO”: LIBERDADE DE ESCRAVOS
ATRAVÉS DE CARTAS DE ALFORRIA EM
LARANJEIRAS, SERGIPE (1843-1881)**

Luiz Paulo Santos Bezerra¹

Resumo: No presente texto, pretende-se fazer uma análise descritiva de um conjunto de cartas de alforria registradas nos Livros de Notas de Laranjeiras, Sergipe, durante os períodos de 1843 a 1881. Esses registros de liberdade nos fornecem dados importantes sobre os escravos e senhores que viveram na zona do Cotinguiba, mais precisamente em Laranjeiras, onde o seu desenvolvimento econômico foi de grande relevância para Sergipe. Os resultados encontrados nesta pesquisa são parciais, pois, para uma melhor compreensão será necessário ainda, um cruzamento de outras fontes como, os inventários e testamentos *post-mortem* da mesma localidade. Dialogamos ainda com vários autores que tratam do mesmo tema em outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, Cartas de alforria, Laranjeiras/SE.

Introdução:

É notório no Brasil o crescente número de historiadores que tratam de analisar variados tipos de fontes documentais para entender os proces-

¹ Graduando do 7º período de História da Universidade Federal do Sergipe. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/História/UFS). Orientando do Prof. Dr. Itamar de Freitas do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S3582708>

sos de liberdade dos escravos em diferentes regiões do país. Entre os muitos registros, as cartas de alforria se encontram como fundamentais para o desenvolvimento desses estudos. E apesar da historiografia da escravidão e do processo de manumissão ser bastante rica, em Sergipe há uma carência de trabalhos que se preocupem em analisar tal documentação cartorial. Assim, neste trabalho analisaremos um conjunto de cartas de alforrias que foram encontradas no Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.

Dentro de uma carta de alforria, o historiador poderá escolher o que se estudar, pois há várias possibilidades de análise deste material. Assim sendo, tentaremos mostrar como os escravos da região de Laranjeiras-SE estão representados, além de trazer outras características fundamentais para o entendimento das alforrias. São elas: o sexo dos escravos, o sexo dos senhores, a idade destes cativos, a tipologia das cartas e as denominações desses escravos nas cartas de alforrias.

O corpo documental utilizado na presente pesquisa é formado por 27 registros de cartas de liberdade encontrados nos Livros de Notas de Laranjeiras durante os respectivos períodos: 1843-45, 1859-60, 1871 e após este último período, somente encontramos os Livros referentes ao ano de 1881. Deste modo, o desenvolvimento da pesquisa está condicionado a uma considerável barreira: parte significativa da documentação não pode ser analisada devido à precariedade de sua conservação, logo, ela está vedada à análise. Por falta de alguns dados, ficamos impossibilitados de darmos algumas informações precisas, como a ocupação dos escravos e locais de residência dos seus senhores. É possível que, cruzando outras fontes, como os inventários e testamentos *post-mortem*, esses dados se complementem e nos ofereça uma maior precisão na pesquisa.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes, além da introdução e conclusão. No tópico intitulado *A região do Cotinguiba e a dinâmica da escravidão* vamos tratar em apresentar a região em que as cartas de alforrias foram outorgadas. E por último, em *O perfil das cartas de alforria em Laranjeiras* será analisado os principais aspectos encontrados nesse conjunto de documentação cartorial.

A região do Cotinguiba e a dinâmica da escravidão:

Situada na zona do Cotinguiba, dominada pela cultura da cana-de-açúcar devido à sua localização e por possuir uma terra propícia ao cultivo durante o período oitocentista, Laranjeiras surge como um dos principais centros políticos e econômicos da Província de Sergipe. Por tais características, essa região concentrou um grande contingente de mão-de-obra negra/escrava, moldando-se a uma sociedade de cunho agrário-escravocrata.

Utilizando diversas fontes, Luiz Mott (1986, p. 192) diz que em 1856 a população sergipana era de 134.124 pessoas. Deste total, 32.741 formavam o plantel de escravos. No mesmo período, Sergipe contava com aproximadamente 724 engenhos. Grande parte destes estava localizada na região do Cotinguiba, que contava com 402 engenhos. Esse número aumentou ainda mais com o passar dos anos. Estes dados econômicos e quantitativos dão o quadro maior para entendermos a dinâmica das alforrias em Laranjeiras. Comportando uma quantidade significativa de mão-de-obra escrava, é provável que as taxas de alforria também fossem altas.

Mas, analisando a tese de Sharyse Piroupe (2007), cujos estudos voltaram-se para a mesma região, percebemos que a autora chega a con-

clusão de que nessa zona canavieira, apesar de ter existido um considerável plantel de escravos, aquela quantidade não conseguiu dar conta de toda uma rotina diária necessária para a manutenção dos engenhos. Pensando assim, se falta mão-de-obra para o trabalho, as taxas de alforria também poderiam ser baixas². A região do Cotinguiba também não iria sentir o golpe do tráfico interprovincial, momento em que vários escravos de regiões diversas do país, principalmente do Norte/Nordeste, saíram para as fazendas de café no sul do Brasil. No auge desse novo negócio, a região foi importadora desses cativos e utilizou razoavelmente a mão-de-obra livre.

A carta de alforria foi um dos dispositivos legais em que os escravos poderiam se apoiar, caso tivessem uma “boa relação” para com o seu senhor. Pois, sabemos que antes da Lei Rio Branco, conhecida popularmente como a Lei do Ventre Livre, de 1871, não havia uma lei específica que permitisse ao cativo juntar seu pecúlio e comprar sua carta de alforria, exigindo assim do mesmo escravo um trabalho obediente, servindo anos a fio ao seu senhor. E por isso, talvez, essa relação entre ambas as partes fizesse com que demorasse décadas para que de alguma forma o ganho da liberdade se concretizasse. No entanto, vários escravos conseguiram antes mesmo da citada lei suas alforrias, através de várias estratégias, seja trabalhando nas ruas, recebendo doações de algumas instituições, via testamen-

² Infelizmente, as cartas de alforrias analisadas não forneceram indícios sobre este aspecto.

to, ou em ações de liberdade movidas contra os seus senhores³. Um caso típico dessa “boa relação” entre o senhor e seus escravos está na carta de alforria outorgada no Engenho Coqueiro em Laranjeiras no ano de 1860:

Digo eu João Pinto de Resendes senhor e possuidor que sou de uma mulata de nome senhoria, que tem vinte e cinco annos de idade que a estimo no valor de hum conto de réis, a qual mulata em obtenção aos *bons serviços prestados*, por minha morte deixo a forra sem condição alguma, sendo seu valor imputado na minha herança [...]⁴[grifo nosso].

Neste trecho da carta de alforria conferida pelo senhor Resendes a sua escrava mulatinha dentre os vários aspectos podemos destacar a frase “aos bons serviços prestados”. De acordo com os autores que com frequência estamos dialogando neste trabalho é comum encontrar essa frase nas cartas de alforrias, principalmente quando ela é “doada” por seu senhor. Talvez aqui, estamos diante de uma das possíveis estratégias desses donos de escravos para tentar assegurar por mais alguns anos o trabalho obediente de sua cativa, deixando claro que se o escravo trabalhar de forma obediente poderá, um dia, ser contemplado por seu dono e ganhar a tão sonhada liberdade. Vale ressaltar que estamos descrevendo um fato do início da segunda metade do século XIX, onde as brechas para se livrar do

³ O trabalho de Sidney Chalhoub em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* é revelador quanto às possibilidades dos escravos conseguir ganhar a liberdade através de ações legais movida contra os seus senhores.

⁴ Registro da carta de liberdade conferida por João Pinto de Resendes a sua escrava de nome senhoria mulata. AJES, caixa 250, fl. 95.

cativeiro eram bem pequenas, o que deixa o escravo a depender, ainda mais, dessa “boa relação” para com o seu senhor.

Segundo alguns autores, como Kátia Mattoso, Mary Karasch e Sidney Chalhoub, as mulheres foram as que mais receberam cartas de alforria. A resposta para isso talvez esteja nos seus baixos preços em comparação aos homens, os laços afetivos para com seus senhores, e por estarem às vezes em funções do lar, próximas de suas senhoras. Todos esses fatores podem ter facilitado os seus arranjos e consequentemente uma maior chance em obter a carta de alforria. Já os homens, por serem bem mais preferidos pela sua qualificação profissional, pedreiros, carpinteiro, mestre de açúcar, entre outros, tais especializações também podem ter dificultado o processo da alforria. Essa é uma suposição levantada por Mary Karasch em sua obra intitulada *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* publicada aqui no Brasil em 2000. Entretanto, sua suposição merece uma breve consideração.

De fato, essa suposição levantada há alguns anos tem sua lógica. Muitos dos senhores escravistas possuíam grandes contingentes de cativos masculinos, e inclusive, uma parcela considerável se especializavam em algum tipo de trabalho para aumentar os jornais dos seus donos, o que na verdade acontecia. Em contrapartida, os preços desses mesmos escravos sofriam um considerável aumento, o que poderia sim, dificultar a taxa de alforria. Mas, um outro fator interessante levantado por Sidney Chalhoub no livro *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas na corte*, revela que uma possível resposta para os altos índices da taxa de alforria entre as mulheres poderiam está ligada também ao fator descendência. Segundo o autor, as mulheres escravas tinham a preferência pela liberda-

de, pois os seus filhos já poderiam nascer livres, o que incidiria no rompimento indireto da escravidão. No entanto, tais características são peculiares a cada região.

O perfil das cartas de alforria em Laranjeiras:

Em Laranjeiras, alguns períodos foram de verdadeiro equilíbrio entre homens e mulheres quanto ao recebimento das alforrias. Um exemplo disso foi o resultado dado a partir da análise de 12 cartas para o período de 1843 a 1845. Neste caso, tanto os homens quanto as mulheres receberam os mesmos números de cartas de liberdade. Em dados gerais, vejamos as alforrias em Laranjeiras no século XIX:

QUADRO 1: Sexo dos escravos alforriados em Laranjeiras durante o século XIX

SEXO	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA
Homens	12	44,46%
Mulheres	15	55,54%
Total	27	100%

Fonte: AJES, Livro de Notas da região de Laranjeiras, nº geral: 250

Nesta amostra as mulheres representam (55,54%) do total, uma ligeira vantagem nas concessões em comparação aos escravos do sexo masculino (44,46%). Mesmo que esta diferença seja pequena, o resultado comprova o que outros autores já afirmaram: as mulheres foram as mais beneficiadas no quesito das cartas de alforria. E em Laranjeiras, até o momento, o que se observa é o mesmo em comparação a outras regiões do

Brasil. Lembrando que esse é um resultado elaborado exclusivamente a partir da análise de cartas de liberdade, podendo esses dados sofrer algumas alterações ao serem analisados outros documentos.

Quanto à idade, somente em 11 cartas tais características estiveram presentes, e aparentemente essas idades não ultrapassaram a casa dos 55 anos, quando o escravo ainda estava apto para o trabalho pesado nas lavouras de cana-de-açúcar. O que nos leva a perguntar: por quais motivos os senhores no ato da alforria não acrescentavam a idade desses futuros libertos? Segundo Mary Karasch (2000), os motivos utilizados pelos senhores para não colocar a idade desses escravos talvez seja explicado por esses representarem os inválidos e/ou por serem idosos. Essa leva de cativos poderia, para algumas famílias, talvez, gerar gastos extras. O escravo que outrora trouxera um bom lucro para os senhores de engenho, agora não mais tinha serventia⁵.

As leituras dessas cartas nos revelam um valioso indicio de quem concedia a liberdade aos escravos. Do total do material analisado na pesquisa, foram encontradas 16 alforrias em que os senhores estavam presentes. Já as senhoras participaram diretamente de 08 concessões. Nos documentos foram encontradas também 03 cartas de alforrias concedidas por casais. Inicialmente, o que chama a atenção é a participação da mulher que, de certa forma não foi inexpressiva, chegando ao total de (29,62%). Neste caso, não foi incluso o grupo das mulheres que alforriaram juntamente com os seus maridos. Acreditamos que nessa sociedade, moldada

⁵ Os textos das cartas de liberdade não dão acesso aos transcurso da vida desses escravos.

por traços masculinos, seguindo um modelo patriarcal, essas senhoras tiveram uma participação muito importante no ato da alforria dos cativos. Um exemplo disso é o registro da carta de liberdade conferida ao “mulato” de nome Gonçalo, por seu senhor Antônio José de Souza e sua mulher:

Dizemos nós marido e mulher, Antônio José de Souza e Dona Joanna Francisca do Sacramento que entre os mais bens que possuímos, he bem assim hum mulato de nome Gonçalo ao qual com a condição de nos acompanhar em quanto formos vivos, o forrarmos, [sic]gosará o dito mulato [...] obedecendo a condição da sua liberdade como de nascera de ventre livre[...]⁶

Entre os homens que passaram alforrias, já poderíamos esperar uma maior participação no ato de libertar os escravos em relação às mulheres, eles estiveram presentes em (59,25%) dos casos. No caso da profissão dos senhores, poucas foram as ocasiões em que tais ocupações apareceram, são eles, doutores, advogados, delegado, tenente, coronel e major, e em um único caso, há uma referência de uma madre.

A tipologia das cartas de alforria apresenta dados fundamentais para compreender traços da dinâmica interna da região analisada. Tais resultados informam, por exemplo, se o local oferecia condições para que os cativos obtivessem maiores chances de liberdade.

AJES. Carta de liberdade referente ao período de 1843-1845, nº geral: 250, 4º Livro de Notas do Tabelionato de Laranjeiras, fl. 128.

QUADRO 2: Modalidades das cartas de alforria passadas em Laranjeiras (séc. XIX)

MODALIDADES	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA
Condicionadas	10	37,04%
Incondicionadas	05	18,52%
Compradas	12	44,44%
Total	27	100%

Fonte: AJES, Livros de Notas da região de Laranjeiras, nº geral: 250.

Em geral, as cartas de alforria estão divididas em três grandes grupos: cartas condicionadas, incondicionadas e compradas. As cartas condicionadas e incondicionadas eram passadas de forma “gratuita”. No entanto, a carta condicionada não impedia que o escravo dependente a cláusulas restritivas pagasse pela mesma. Essa concessão de forma “gratuita” era geralmente colocada de maneira condicional, possuindo algumas disposições limitativas, impedindo o escravo de ganhar sua liberdade imediatamente. Esse é o caso do registro de liberdade da “mulatinha” de nome Maria por seu senhor José Araujo e sua mulher (não identificada):

Dizemos nós abaixo assinados, que somos senhores e possuidores de huma mulatinha de nome Maria com idade de dois meses e filha de nossa escrava Martha, e com a condição de nos acompanhar durante as nossas vidas, e daí em diante gosará de sua liberdade como que nascesse do ventre de sua mãe forra [...] ⁷

⁷ AJES. Carta de Liberdade referente ao período de 1843-1845, nº geral: 250, 4º Livro de Notas do Tabelionato de Laranjeiras, fl. 92

Esse tipo de alforria fazia com que o dito “liberto” servisse aos seus donos por muito tempo, constituindo mais uma estratégia de luta dos senhores pelo controle do escravo. De acordo com Fátima Novaes Pires (2006), o uso dessa estratégia era mais frequente em locais cujo poder econômico era mais razoável. Já Kátia Mattoso critica essa forma de alforria:

Será realmente ‘gratuita’, como gostam de escrever certos senhores, essa liberdade concedida sob a condição de o forro permanecer escravo enquanto vivos forem o senhor, ou seu filho, sua irmã ou qualquer dos outros membros da família? Na verdade, ela é paga muito caro [sic], é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação (MATTOSO, 1990, p. 184).

A revogação das cartas de alforria foi extinta em 1865, impossibilitando o uso dessa estratégia encontrada pelos senhores de fazer retornar ao cativeiro o escravo que já tivesse sido alforriado. Paralelo a essa modalidade, existiam ainda as cartas incondicionadas, onde os senhores deixavam bem claro que agiam de acordo com a “generosidade e a estrita equidade”. No entanto, não podemos colocar essas atitudes como atos benevolentes de donos de escravos. Esses senhores poderiam utilizar dessas estratégias para assegurar trabalhos gratuitos ou a pequenos custos, pensando também que muitas dessas conquistas eram adquiridas através de várias estratégias de lutas e negociações entre senhores e escravos. Sem contar que nessas cartas poderiam estar o contingente de escravos idosos e/ou inválidos.

Muitos escravos também conseguiram comprar suas alforrias em Laranjeiras. A maioria desses escravos que conseguia juntar um pecúlio deveria ter trabalhado muito em outras ocupações, além das suas obrigações nos engenhos de açúcar. Analisando algumas obras que retratam Sergipe, somente em uma foi citada o termo “escravo ao ganho ou de ganho”: *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*, de Sharyse Piroupo. Então, como os escravos sergipanos da região de Laranjeiras conseguiram juntar o dinheiro suficiente para comprar a própria alforria, ou a de seus familiares? É provável que esses escravos tivessem suas próprias roças, cedidas pelos senhores e em dias de descanso saíssem para vender nas feiras e em outras localidades.

O preço das alforrias no período abordado neste artigo nos dá um pequeno indício das quantias gastas pelos escravos para obter a liberdade. O menor valor encontrado de um escravo em Laranjeiras foi localizado no registro de liberdade do africano Bonifacio, que custou 500 mil réis e foi pago em moeda corrente. E o valor mais alto que foi visto até o momento está no registro de alforria passada para outro africano, de nome Guilherme no ano de 1859, tendo um pouco mais de trinta e cinco anos de idade, paga também em moeda corrente, e à vista o seu valor foi de 1 conto e 400 mil réis.

Algumas dessas cartas compradas foram obtidas através de pagamentos a prestação ou em “banda”, como vem escrita em alguns documentos. Como é o caso do “preto” Firmino de nação nagô, trinta e cinco

anos, que pagou por uma banda o *preço justo* de um conto de réis.⁸ Esse escravo só foi liberto por uma parte e a outra “banda” ficou sujeita à ex-mulher do seu antigo dono. Talvez, como pensou Sharyse Piroupo (2006), o escravo que conseguisse pagar ao menos, metade do valor de sua alforria, estaria numa situação melhor em relação a outro cativo. Pois, livrando-se em parte do cativo, servindo ao seu senhor não mais em período integral, o escravo teria mais tempo de cair ao ganho, e conseguir assim pagar a outra metade por um tempo mais curto, gozando da liberdade o mais rápido possível.

Várias foram as denominações escravas nas cartas de alforria encontrada nos Livros de Notas do Tabelionato de Laranjeiras nos oitocentos. Preto, nagô, africano, crioulo, entre outros. É importante salientar que na tabela abaixo, foram levadas em conta todas as denominações encontradas nas cartas de alforria, pois era comum que em uma única carta os libertadores (senhores) denominassem os escravos de maneiras diferentes, como no caso da *parda* Maria de Nazareth,

Digo eu abaixo assignado que entre os mais bens que possuo livres e desenbargados, he bem assim huma *mulatinha* de idade de trinta annos por nome de Maria de Nazareth, que me deu minha (ilegível) religiosa do Convento de sociedade de madre Joana Josefa de são Pedro [...] ⁹ [grifo nosso].

⁸ AJES. Essa carta foi resultado de uma partilha de bens que foi deixada pela Dona Francisca Maria de Jesus e Mello. O dito escravo comprou somente a metade de sua liberdade. Laranjeiras 1859, nº geral: 250, fl. 84.

⁹ Registro de carta de liberdade da *parda* Maria de Nazareth, a qual lhe foi conferida, por sua senhora madre Dona Antonia Maria Mercez no ano de 1844. AJES, Cx. 250, fls. 111-112.

Neste registro a mesma escrava Nazareth recebe duas denominações diferentes, *parda* e *mulatinha*. Apesar das duas designações a escrava foi forra como se de ventre livre tivesse nascido e sem nenhuma restrição. O quadro abaixo revelará as denominações encontradas nas cartas de liberdade de Laranjeiras nos oitocentos:

QUADRO 3: Denominações dos escravos alforriados em Laranjeiras (séc. XIX).

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA
Africano	02	6,66%
Crioulo	06	20%
Mulato	09	30%
Nagô	02	6,66%
Pardo	05	16,66%
Preto	03	10%
Cabra	01	3,34%
Não Consta	02	6,66%
Total	30	100%

Fonte: AJES, Livros de Notas da região de Laranjeiras, nº geral: 250.

No quadro acima, é possível ver que a denominação “mulato” está na maioria das cartas, seguida pelo termo “pardo”. Tal prática está bem representada pela historiografia brasileira. Kátia Mattoso, em sua obra *Ser escravo no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1982, e Mary Karasch em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, informam que os escravos nascidos no Brasil foram os mais beneficiados na hora da alforri-

a. Para tanto, em estudos referentes a outras regiões brasileiras, é possível perceber que os africanos também tiveram algumas oportunidades de conseguir a liberdade, sendo que entre eles, as mulheres tiveram uma relevante vantagem sobre os homens.

Conclusão

Portanto, no decorrer da pesquisa foi possível perceber, através da análise descritiva dessas cartas de alforrias, várias características fundamentais para o entendimento do processo de liberdade dos escravos na região de Laranjeiras nos oitocentos. Nas amostras, as mulheres levaram vantagem em relação aos homens quanto à concessão das alforrias; no total, elas receberam 15 concessões de liberdade. Quanto à participação dos senhores, já era esperada a presença maior do homem frente às concessões. Apesar da significativa participação feminina nessas concessões de liberdade. Em relação à idade dos escravos, somente em 11 cartas tal característica apareceu. No entanto, a média de idade desses cativos não ultrapassou a casa dos 55 anos.

Dessa forma, o escravo teve maiores possibilidades de comprar a sua própria liberdade, afirmação esta comprovada pelos dados obtidos na análise. Outra conclusão foi que os escravos denominados “mulatos” tiveram uma maior possibilidade de conseguir a alforria. Entre as 27 cartas colhidas, eles apareceram 09 vezes, cerca de 30% do total.

A liberdade por esse instrumento legal representou para os escravos uma “concessão” que se concretizou através de lutas, trabalhos e humilhações frente ao sistema escravocrata da época. A quantidade significativa de cartas de alforrias que foram condicionadas a cláusulas restritivas, im-

possibilitando a imediata liberdade dos escravos, comprova firmemente essa triste e dura realidade de tantos “pretos”, “nagôs”, “mulatos” e “crioulos” que viveram nos engenhos laranjeirenses do século XIX.

Fontes:

Arquivo Judiciário do estado de Sergipe:

AJES- Livro de Notas da freguesia de laranjeiras, Caixa:01, Acervo:01, Nº Geral: 250, Período: 1831-1917, Módulo: II.

Bibliografia:

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Salvador, 2007, (Tese de doutorado).

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silva H. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2º ed. (1º 1982) 1988.

MOTT, Luiz. **Sergipe Del Rey-população, economia e sociedade**. Aracaju, Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de Alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. **Revista Brasileira de História**, vol. 26, nº 52, São Paulo, 2006.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Além da Senzala: **Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**, São Paulo, (Dissertação de Mestrado).

QUESTÕES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E INTANGÍVEL NA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO CINE BELAS ARTES

*Pedro Beresin Schleder Ferreira*¹

Resumo: No início de 2011 o Cine Belas Artes, tradicional sala exibidora do chamado “cinema de arte” desde 1967, recebeu ameaça de fechamento. Parte da sociedade civil realizou diversas manifestações contra o fechamento do cinema, que tiveram como plano de ação o pedido de seu tombamento. O artigo propõe uma investigação tanto do valor do Cine Belas Artes como bem culturais da cidade, como da possibilidade de sua inclusão no acervo do Patrimônio Cultural de São Paulo, adentrando em debates referentes à prática patrimonial no ambiente urbano que o caso em questão suscita.

Palavras-chave: patrimônio cultural urbano, patrimônio imaterial, cinemas de rua.

Introdução

“Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. No entanto, **há uma relação entre ambos.**”

Ítalo Calvino, “As cidades invisíveis”.

¹ Pedro Beresin é aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade, São Paulo. O presente artigo foi redigido a partir da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida naquela faculdade em 2011, com bolsa do Núcleo de Pesquisa daquela instituição, sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Mendonça Pitta.

Em *As cidades invisíveis*, do escritor italiano Ítalo Calvino, Marco Pólo narra ao imperador Kublai Kahn a diversidade e vitalidade do urbano, observadas ao longo de suas campanhas pelo mundo. As andanças de Pólo, fragmentadas em diversos núcleos circunscritos ao Império, talvez sejam, entretanto, fruto de uma única expedição a uma única cidade. À maneira de um cientista, é possível que Pólo tenha dissecado esta cidade e revelada a Kahn apenas suas diversas camadas. Boa parte das cidades narradas tem suas principais características fundamentadas no intricado entre a materialidade e a realidade psicossocial. É o caso de *Irene*, cidade dividida entre a parte de cima e a de baixo, distintas pelo olhar de seus habitantes que perambulam pelas ruas mirando o céu ou as calçadas (CALVINO, 1993).

As cidades, ou as ordens da cidade, são-nos reveladas pela voz e vontade do experiente navegante. Este alerta o imperador que “não se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve”. Porém faz a ressalva: “no entanto, há uma relação entre ambos” (CALVINO, 1990, 59). O discurso sobre a cidade e sua vivência são filtrados pela subjetividade, portanto distintos do objeto a que se referem. No entanto, a experiência urbana é construída e dirigida por estas mesmas vivências e discursos. A mensagem de Pólo parece nos alertar quanto à aparência universal ou científica que os discursos costumam vestir-se, porém, distanciados desses artifícios, devemos reconhecê-los enquanto parte dialética, e não totalizante, da “realidade”. Realidade com aspas, pois nunca capturada por completo, sempre esquiva, em processo. Uma infinda sequência de totalidades que se justapõem e disputam a produção do espaço urbano.

Nossa trajetória de análise do caso Cine Belas Artes perpassa diversas camadas de compreensão do objeto, semelhantes às observadas nas expedições de Pólo. Foi preciso atacá-lo por diversos lados e utilizar diversos instrumentos a fim de lapidá-lo. Finalmente extraímos nossa questão fundamental: a valoração simbólica e afetiva no meio ambiente urbano e o desenvolvimento do pensar e construir a cidade a partir dessa camada da existência social.

Percebemos que dois grandes temas orbitavam o objeto. Eles mereceram análises distintas no decorrer do trabalho: as questões patrimoniais e a valoração social. Nossa opção foi analisá-los separadamente e buscar suas confluências ao final da pesquisa.

Julgamos que um dos principais conflitos presentes na questão da preservação do Cine Belas Artes está na simultânea inter-relação de seus aspectos, definidos pela teoria do Patrimônio Cultural (Chagas 2002; Fonseca, 1997), de valor material e imaterial. Dessa maneira a presente pesquisa visa aprofundar a compreensão do valor sociocultural do caso específico do Cine Belas Artes a fim de subsidiar discussões acerca de sua preservação e cooperar para o debate de maior amplitude sobre os critérios de atribuição de valor predominantes e novas formas de atuação para a preservação e conservação do Patrimônio Cultural no meio ambiente urbano.

A respeito das valorações materiais e imateriais presentes no caso em questão, procuramos compreender a relação do Cine Belas Artes com a vida na metrópole, através do fenômeno de *territorialização* (Carlos *apud* Veiga, 2005), ou seja, de demarcação social do território e constru-

ção de significados e valores², tanto em seus aspectos **objetivo** quanto **subjetivo**.

Ao primeiro aspecto concerne a análise do Cine Belas Artes como equipamento cultural da cidade, relevante na difusão de uma cultura cinematográfica específica e, junto com outros cinemas de rua, engendrador de uma *mancha cultural* (Magnani, 1987) importante para a vida de determinados grupos sociais em São Paulo. A fim de compreendê-lo, recorremos a estudos anteriores sobre o circuito de cinemas de rua da Av. Paulista (Stefani, 2003; Torres, 1996; Almeida, 1996) e às entrevistas com frequentadores do Cine Belas Artes realizadas por Fábio Ornelas (2011). Como bibliografia complementar, utilizamos autores que tratam da trajetória de desenvolvimento das centralidades culturais em São Paulo, como Frúgoli, 2000 e Santoro, 2004.

Quanto à análise subjetiva, valemo-nos de entrevistas por nós realizadas com integrantes do MBA (Movimento pelo Cine Belas Artes) e de entrevistas realizadas por Torres, 1996 e Ornelas, 2011. Como bibliografia complementar, utilizamos pensadores que tratam da relação de construção do significado e da identidade no espaço, como Meneses, 2006; Hall, 2006; Veiga, 2005; Magnani, 1987; e Arantes, 2006, entre outros.

É importante ressaltar que durante o processo de pesquisa, o autor envolveu-se diretamente em ações e discussões acerca da preservação do Cine Belas Artes ocorridas em São Paulo. Dessa maneira, para além da voz captada através das entrevistas, destaca-se como importante dado para a pesquisa a própria experiência do autor e sua vivência da cidade. As

²Adotamos o entendimento de que os valores culturais não imanam das coisas, mas são construções sociais (MENESES, 2006; ARANTES, 2006).

entrevistas, portanto, não se articulam enquanto dados quantitativos, mas primordialmente qualitativos e muitas vezes se aproximam dos posicionamentos do próprio autor.

Questões Patrimoniais

Antes de penetrar no embate com as problemáticas patrimoniais sugeridas pelo caso do Cine Belas Artes, se faz necessário o despir de certos conceitos, enrijecidos ao longo do tempo, associadas à disciplina. Tentaremos, para isso, desnaturalizar a noção de Patrimônio Cultural (Chagas, 2002), acompanhando algumas reflexões realizadas dentro desse campo teórico.

A primeira é a noção de perenidade, unicidade e universalidade atribuída à disciplina patrimonial e objetos tombados, que se aproximam da sacralidade de um museu (casa de memória e poder) à qual também se soma o valor da antiguidade *per se* (Chagas, 2002). Em oposição à essa adotamos a noção de que o Patrimônio Cultural é fruto da articulação de **discursos**, como todo fato social, sendo um construto cultural, portanto sujeito à transformação e à crítica assim como toda e qualquer forma de organização humana:

“[...] As considerações dos excluídos, das singularidades e o silêncio na atual escrita da História, é um fator que, juntamente com a percepção do patrimônio como fator cultural, tende a modificar este quadro, pois desvenda o existir não apenas de um patrimônio, mas de **patrimônios**, cada um dos quais referenciados em memórias específicas ou locais cujo valor tem que ser aferido por critérios múltiplos.” (*grifo nosso*) (Rodrigues, 1996: 13).

Qualquer coisa ou fenômeno do mundo é passível de valor patrimonial e de preservação, que são categorias e etapas distintas da disciplina. Dessa maneira temos um Patrimônio não só de categorias móveis, mas também dinâmico, pois parte das transformações sociais. A distinção que Halbwachs (1990) faz dos conceitos de História e Memória nos parece análoga às duas formas de patrimônio a que estamos nos referindo, conforme recuperadas por Nora (1993):

“A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (Nora, 1993: 09).

Este trecho nos conduz à outra face da prática patrimonial que nos interessa: a prática do patrimônio como projeto social. Uma acepção da disciplina que leve em conta as duas dimensões colocadas por Nora. Seguindo Antônio Arantes (2006), encontramos no patrimônio a potência de um discurso transformador:

“A temática do patrimônio quando associada, ao mesmo tempo, às noções de memória e futuro sugere não só uma relação entre memória social e projeto social, isto é, entre a memória social e a construção no presente das perspectivas futuras de uma formação sócio-territorial; sugere também que, de alguma forma, o patrimô-

nio histórico-cultural participa desta relação, da memória social com a construção das soluções dos problemas com os quais se confronta uma sociedade” (Arantes, 2006: 3).

O patrimônio para além de instrumento museográfico para a preservação da cultura erudita, constrói através da rememoração e da vivência as bases para um projeto social. Decide pela lembrança ou o esquecimento, que serão os possíveis pilares de sustentação para memórias transformadoras (Nora, 1993). Eis a importância da história vista a contrapelo assinada por Benjamin (*apud* Rouanet, 1987), pois a permanência das derrotas marca a permanência dos conflitos, enquanto o esquecimento tenderá a apagá-los. Uma das possíveis compreensões do fenômeno social de busca pela salvaguarda do Cine Belas Artes tange essa leitura, entendendo o cinema em questão como um espaço de resistência. Dessa maneira a disciplina patrimonial torna-se indissociável do Urbanismo e passa a ser compreendida como uma prática política.

A outra noção a ser deslocada diz respeito às categorias da materialidade e imaterialidade de um bem patrimonial. A cultura, em última instância, é um amálgama de símbolos, ritos e práticas, com diferentes formas de manifestação. A materialidade e a imaterialidade de uma cultura são duas faces indissociáveis de uma mesma moeda. Esta interdependência é raramente exaltada em casos de tombamento, embora muitas vezes seja contemplada, como no caso do Teatro Oficina e do Mercado Municipal de São Paulo, tombados pelo valor material (seguindo os tradicionais critérios da valoração arquitetônica), mas que tiveram usos sugeridos pelo órgão municipal (Conpresp) e estadual (Condephaat) responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural em São Paulo, usos estes que susten-

tam não só *lugares* e vivências na cidade, mas também sua memória coletiva. Dessa maneira, o discurso patrimonial expande-se do âmbito técnico para os diversos valores estabelecidos por outros grupos sociais.

Como definido por Argan (1992), o tratamento da cidade deve dar-se em duas vias: a função e o espaço visual, aquele trabalhado também por Lynch (2011), cuja origem é a imagem da cidade construída na interioridade de seus habitantes. Para Argan um *lugar* da cidade deve ser objeto de tratamento do urbanismo quando, como se fossem sobrepostos os mapas afetivos de todos os habitantes, este formar pontos de concentração afetiva, constituindo um *lugar* que transcende a vivência individual e passa a ser um *lugar social*. Essa observação equivale ao direito à memória e à cidade, apontados nas reivindicações sócias observadas no caso em questão³.

No caso do Cine Belas Artes, devido a uma suposta ausência de valor material de caráter técnico arquitetônico⁴, a contradição vem à tona. Comporta memória social e constitui importante *lugar* para a vida da cidade. O edifício aqui é valorado enquanto recipiente. Há grande recusa

³ Em entrevista realizada por nós, Jorge Rubies, ex-usuário do Cine Belas Artes, declara: “Mas de qualquer forma, o movimento em defesa do Cine Belas Artes é emblemático: hoje em dia, a cidade está nas mãos da especulação imobiliária - a preservação e a reabertura do Belas Artes significará uma vitória da cultura, da arte e de todos os valores humanos mais elevados sobre a ganância, a cobiça e esse poder brutal da especulação imobiliária.” (Jorge, 45 anos)

⁴ Segundo Fonseca, é notório que a prática dominante de ações de preservação de bens materiais no Brasil permanece pautada pelos valores de excepcionalidade das obras no que se refere ao seu valor artístico ou arquitetônico (FONSECA, 1997).

entre os técnicos na utilização do Instituto do Tombamento⁵ nesses casos, afirmando a restrita abrangência a objetos de valor artístico e excepcional da cultura brasileira, mais especificamente, a bens arquitetônicos e obras de arte. Surge a questão: deve-se abranger a atuação do instituto do tombamento ou criar novas ferramentas⁶?

O terceiro ponto a ser tratado acerca dos deslocamentos das noções do Patrimônio Cultural diz respeito aos limites da disciplina. Os órgãos de preservação do Patrimônio Cultural são agentes de produção do espaço urbano. Sua atuação, portanto é política (Arantes, 2006), e está estritamente ligada aos anseios da sociedade enquanto coletividade:

“A orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio cultural dependem, visceralmente, de nosso projeto de sociedade, do tipo de

⁵ Regido no Estado de São Paulo pelo Decreto Estadual nº 13.426, de 16/mar/1979, pautado no DL nº 25/37.

⁶ Um exemplo elucidativo dessa questão é o registro da Cachoeira do Iauaretê (AM), realizado pelo IPHAN em 2006. O valor reconhecido pelo IPHAN nesse local remete-se ao valor espiritual e mítico atribuído pelas tribos indígenas que vivem às redondezas da cachoeira. Nesse caso, a opção pelo Registro é coerente por não enrijecer o valor daquele espaço, pois se tratando de uma valoração de ordem espiritual e mítica, está sujeito á mudanças ao longo do tempo. Dessa maneira, o bem valorado é preservado através da chancela do IPHAN e mantém as atribuições materiais e imateriais do bem distintas para futura manutenção. Porém, no caso de uma disputa por essa propriedade, como ocorre comumente em meios ambientes urbanos como o de São Paulo, o Registro demonstra-se pouco eficiente para a garantia dos valores culturais preservados, pois não propicia o cerceamento de propriedade à maneira do instituto do tombamento. No caso do Cine Belas Artes, seriam necessárias para a preservação as qualidades de ambos os instrumentos, porém, da maneira como estão instituídos e regulamentados é impossível, uma vez que contraditórios no que se refere à qualidade e temporalidade do valor que cada instrumento contempla.

relações que desejamos instaurar entre os homens” (Meneses 1992: 194 *apud* Arantes, 2006).

Toda prática preservacionista está articulada com algum projeto de sociedade e cidade. No caso estudado, foi de ampla discussão se haveria pertinência na utilização do rígido instituto do tombamento para a salvaguarda do Belas Artes, como explicitado por Silvio Oksman (2011) em seu artigo “Patrimônio: Panaceia?”.

Pode-se pensar o Tombamento do Cine Belas Artes sob duas matrizes: o uso político do Tombamento e/ou da transformação das políticas patrimoniais e deu seu “projeto de sociedade”. Pela primeira poderíamos pensar que mesmo não garantindo as qualidades requisitadas pela sociedade para o bem em questão, a utilização do tombamento traria poder à sociedade civil, daria validade ao seu desejo:

“Se a memória social depende da narração para sua continuidade, a paisagem urbana também poderia contribuir a partir da memória do lugar que seria, para o filósofo (Aristóteles), a presença estabilizadora do *lugar* como um contendor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade (sic) intrínseca” (Castriota, 2009: 124).

O tombamento poderia ser entendido como um gesto político, que percebe o processo de preservação de maneira mais complexa, em longo prazo. No caso do Cine Belas Artes, possibilitaria à sociedade civil mobilizada realizar a articulação faltante entre o órgão patrimonial municipal (Conpresp) e as secretarias responsáveis pelo planejamento da cidade, ou que se formem estratégias extraoficiais para a preservação do Patrimônio

Cultural (à maneira da preservação realizada em 2004, que analisaremos mais adiante).

Dentre os órgãos públicos atuantes na cidade de São Paulo, talvez os responsáveis pelo Patrimônio Cultural (Conpresp e Condephaat) sejam os únicos onde é possível que qualquer cidadão abra um processo sem grandes barreiras burocráticas. Essa a nossa hipótese para o fato de casos, como o de nosso estudo, acabarem sendo direcionados aos órgãos patrimoniais e terem seu debate circunscrito a esse campo.

As questões de preservação, dizem respeito aos referidos órgãos públicos, porém esse tipo de ação não é específico a esses, havendo diversas possibilidades para que seja efetuado por outros segmentos do Estado que comportam instrumentos eficientes como a desapropriação, as PPP's (Parceria Público- Privado) e a elaboração e gestão dos Planos Diretores Estratégicos⁷. Por outro lado, essas políticas estão mais afastadas do cidadão comum, e normalmente comprometidas com agendas políticas pré-estabelecidas para as Secretárias Municipais.

⁷ Pode-se utilizar como exemplo o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei Municipal N° 13.430/2002), que determina as ZEPECs (Zonas Especiais de Preservação Cultural), que determinam regulamentação específica para determinados trechos urbanos, garantindo uma gestão mais apurada de áreas e bens com valor cultural atribuído pela sociedade de maneira mais flexível que o Instituto do Tombamento e sem a necessidade de onerar o Poder Público, como ocorre na desapropriação. A definição das ZEPECs também viabilizam a utilização de outros instrumentos previstos no PDE de São Paulo, que podem cooperar na negociação entre os interesses públicos e privado sobre a propriedade como o direito de preempção, a permuta de terrenos e a transferência de potencial construtivo. §No que tange às PPP's, a mitigação de impostos via Lei Rouanet (PROAC e PRONAC), tem grande potencial para a preservação de bens culturais, como já foi realizado no próprio Cine Belas Artes, que foi patrocinado pelo HSBC de 2004 até 2010.

Gostaríamos de sugerir uma reflexão sobre a questão sob o prisma da manutenção do cotidiano cidadão. Agir sobre o bem de forma diversa à que se tem feito com os vários bens tombados que permanecem alienados de uso ou que tem para sua inserção no meio urbano a solução genérica de centros culturais, muitas vezes incompatíveis com o entorno. Retomemos os exemplos do Teatro Oficina e do Mercado Central. A importância de seus usos para a preservação e vivência do bem com certeza se equipara à preservação material. Proteger o uso (e isso não significa tombá-lo, pois há outras maneiras para fazê-lo, como colocado a pouco) é garantir a manutenção de uma atividade de produção cultural e de um espaço identitário e constituinte de um grupo social da cidade.

A recuperação do Cine Belas Artes em 2004⁸, realizada pela produtora O2 Filmes junto à distribuidora Pandora Filmes, pode ser significada como uma ação de preservação material e imaterial do cinema independente dos instrumentos oficiais. O edifício então se encontrava em condições materiais inviáveis para desenvolver sua atividade. A reforma do edifício, realizada por Roberto Loeb, agiu sobre o material de acordo com sua valoração imaterial, ou seja, a nosso ver, não consiste em um processo de restauro arquitetônico, mas de restauro de uso, de urbanidade. Dessa forma o arquiteto sentiu-se livre para criar novos espaços de convivência (como o hall do segundo andar, a abertura para a Rua da Consolação e a lanchonete no térreo) assim como reconfigurar livremente as salas de exibição. Apesar da intervenção na fachada, a linguagem do modernismo quase purista de Palanti, foi respeitada (Sanches, 2011), apontando para o

⁸ O Estado de São Paulo. Caderno 2, publicado no dia 5 de abril de 2004.

respeito também ao valor erudito e histórico do bem. Note-se que essa ação conseguiu equilibrar o interesse financeiro e mercadológico dos entes envolvidos com a interpretação e respeito ao valor social atribuído para aquele espaço.

A ideia dessa recuperação era revitalizar aquele *lugar* tão caro à cidade de São Paulo. Por isso foi imprescindível a associação de Fernando Meirelles e André Sturm na direção das atividades do cinema. A recuperação tanto do caráter de programação que o cinema havia desenvolvido até os anos 90, assim como de suas atividades de teor cultural, garantiram, junto à recuperação das instalações, que aquele voltasse a ser um *lugar* da cidade. As movimentações ocorridas no começo de 2011, reunindo desde jovens até idosos, são a prova da eficiência desta ação de preservação, verdadeiramente efetiva não só na preservação da memória, mas também da vida na cidade, contemplando as duas esferas de valor que aqui lidamos: a memorial e a manutenção do *lugar*.

O *lugar* de cinema

Antes de iniciar a análise que prossegue cabe uma salvaguarda. Procuramos ao máximo nos esquivar de sentimentalismo e de julgamentos de valor. Não queremos provar o valor do Cine Belas Artes, que parece já bastante assentado, mas compreender os motivos que levaram seu caso a tal ponto de manifestação. Quais motivos levaram centenas de paulistanos a sair nas ruas, realizar passeatas, lotar o cinema em seu último mês de funcionamento, preencher extensas listas de abaixo assinado, e ainda organizar um movimento social organizado específico para o caso?

Grande parte da problemática desenrolada pelo caso do Cine Belas Artes diz respeito à decisão de que modelo e instrumentos seriam adequados à sua preservação. A dificuldade está concentrada, dentre outras, na ideia de preservação do uso. O uso, tradicionalmente no Urbanismo é tratado de forma restrita a seu caráter utilitário e funcional. Este conceito de uso esquadrinha as experiências da cidade, reduzindo-as a seu caráter quantitativo. Entre o lazer e o trabalho, há a vida de todos habitantes da cidade. Uma sala de cinema não é nem somente funcional, nem somente lazer, mas uma experiência coletiva e individual multifacetada.

Uma cartografia afetiva do Cine Belas Artes, que perpassa o discurso proferido por seus frequentadores durante o período que concerne ao último mês de funcionamento do cinema, seria nossa proposta para aprofundar a noção do uso e, conseqüentemente, do *lugar* Belas Artes, assim como para a constituição de um instrumento coerente para sua preservação. Pensamos à maneira da psicogeografia situacionista, em que a experiência surge como dado para o conhecimento do meio urbano (Jacques, 2003).

Por esse motivo procuramos compreender a relação do Cine Belas Artes com a vida na metrópole. Pensamos no fenômeno de *territorialização*, ou seja, de demarcação social do território, tanto em seus aspectos objetivo quanto subjetivo. Ao primeiro concerne a análise do Cine Belas Artes como um equipamento cultural da cidade, relevante na difusão de uma cultura cinematográfica específica e, junto com outros cinemas de rua, engendrador de uma mancha cultural (Magnani, 1987) importante para a vida de determinados grupos sociais em São Paulo.

Quanto à análise subjetiva, cremos ser necessário compreender o cinema como *lugar* presente na cartografia afetiva, imaginativa e cotidiana de grupos sociais da cidade, que por muito tempo apropriaram-se deste *espaço* e agora tratam de reivindicar sua salvaguarda.

Como introdução ao nosso universo conceitual abordamos a noção de *lugar* em oposição à de *espaço* de forma a aprofundar a relação entre sociedade e espaço físico. Segundo Ana Fani Carlos:

“Lugar é a porção do espaço apropriável para a vida (...) é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos. (...) A metrópole não é ‘lugar’, ela só pode ser vivida parcialmente” (Carlos *apud* Veiga, 2005: 44).

Um *espaço* está cercado de outros espaços. Um *lugar* está cercado de significados. A existência de um lugar depende de sua apropriação por um indivíduo ou grupo. Espaços são apenas as localidades, os endereços e constituições físicas da cidade. Lugares são espaços compreendidos na vida de seus habitantes.

Dessa forma podemos dizer que existe um *espaço* para todos: a cidade. Porém sobre esse mapa do espaço se sobrepõem milhares de outros mapas de *lugares*, constituídos pela afetividade do cotidiano de cada indivíduo. Cada um estabelece uma afetividade singular com a cidade e se apropria em seu cotidiano de elementos e de forma distintas do *espaço*. Agora imaginemos todos esses mapas da cidade sobrepostos:

“Se, por hipótese absurda, pudéssemos levantar e traduzir graficamente o sentido da cidade resultante da experiência inconsciente de

cada habitante e depois sobrepujásemos por transparência todos esses gráficos, obteríamos uma imagem muito semelhante à uma pintura de Jackson Pollock, por volta de 1950: uma espécie de mapa imenso, formado de linhas e pontos coloridos, um emaranhado inextricável de sinais, de traçados aparentemente arbitrários, de filamentos tortuosos, embaraçados, que mil vezes se cruzam, se interrompem, recomeçam e, depois de estranhas voltas, retornam ao ponto de onde partiram.” (Argan, 1990: 178)

Nesse mapa virtual seria possível imaginar que agregando os mais distintos trajetos há certos pontos de convergência, de adensamento. Podem dar-se por diversos motivos, podem delimitar-se de diversas formas. São esses, os *lugares* que transcendem a representatividade individual. O passeio da Av. Paulista e o bairro do Bexiga em São Paulo, são exemplos deste fenômeno. Magnani (1987) identifica que grande parte dessas significações urbanas está associada às práticas de lazer, pois constituem uma das grandes agregadoras da vida coletiva paulistana no espaço comum.

Veiga (2005) analisa que “o que caracteriza o lugar seria a vivência que dele se faz e o que define o homem seriam os lugares que compõem seu cotidiano”. Dessa forma entendemos que não há um caminho unívoco na determinação de *espaços* como *lugares*, mas bidirecional, onde indivíduo ou grupo dão identidade a um *espaço*, tornando-o *lugar*, ao passo que esse automaticamente passa a constituir parte da identidade desses atores. Há uma relação de ambivalência dialética entre sujeito-espaço, que vai muito além da fruição estética ou do uso. Como colocado por Carlos (*apud* Veiga, 2005), um *lugar* não é apenas conhecido, mas local de reconhecimento, de identificação.

Para entendermos a aplicação desses conceitos no caso do Cine Belas Artes, devemos entender e identificar os grupos sociais participantes.

Nossa hipótese inicial para a delimitação do referido grupo social, assim como colocado por Torres (1996), partiu da caracterização desse grupo como um público de consumo “intelectualizado”. Diversos depoimentos⁹ referem-se à qualidade e singularidade da programação deste cinema, desde seus primórdios, referida como “cinema de arte”, caracterizando-o como espaço de encontro de indivíduos que partilham um mesmo gosto.

André Pompéia Sturmn, programador do cinema até seu fechamento, em palestra proferida na Casa da Cidade no dia 17 de agosto de 2011, provavelmente alheio aos estudos até agora citados, revelou sua impressão sobre o público frequentador do cinema, identificando o que chamou de uma “cultura do Cine Belas Artes”. Conta que as pessoas iam para o Cine Belas Artes sem saber o que estava passando, pois identificavam seus gostos com a programação distinta do cinema, estabelecendo um elo de confiança e identidade bastante específicos. (Sturmn, 2011)

A formação do lugar

As reações contra o fechamento do Cine Belas Artes não nos deixam mentir. A pesquisa de Magnani (1987) referente à *territorialização* de São Paulo pelos diferentes grupos que constituem a cidade, é conveniente para o entendimento da relação entre as formas de sociabilidade e as delimitações do espaço urbano. Procurando entender a forma como essas relações dão-se no Centro de São Paulo, verificou que as unidades de

⁹ O referido discurso se faz presente nos depoimentos por nós recolhidos com os ex-usuários do cinema envolvidos nas movimentações sociais para sua preservação, Jorge Rubies e Afonso Junior em fevereiro de 2012, assim como nas entrevistas realizadas anteriormente por Torres (1996) e Ornelas (2011) com usuários do Cine Belas Artes.

análise eram definidas em função exclusiva de atividades de lazer e encontro, em oposição aos bairros, onde verificou-se a moradia e a vizinhança como referências primordiais (Magnani, 1987).

Cada grupo “marca” seu território não só com sua ocupação presencial e os signos que carregam os indivíduos, mas também com “sensíveis diferenças nos estilos de apropriação e uso do espaço” (Magnani, 1987). Espaços esses que atraem o usuário tanto para uma utilidade comum, como:

“(...) para encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças. É bom estar lá, rola um papo legal, fica-se sabendo das coisas... e é assim que a rede de sociabilidade vai sendo tecida.” (Magnani, 1987:2).

Aqui os frequentadores não se conhecem, mas se reconhecem como portadores de símbolos que remetem a valores diversos, gostos, orientações etc.

Há também *lugares* em que o fator determinante de apropriação é exercido predominantemente pelo componente espacial em detrimento do simbólico. São locais considerados ponto de referência para frequentadores portadores de identidades sociais diversas. O Cine Belas Artes enquanto ponto de encontro e referência da cultura cinematográfica intelectual da cidade é uma possibilidade, assim como parte de uma *mancha*¹⁰ maior representativa dessa mesma cultura.

¹⁰ O termo *mancha*, precisa Magnani, designa “uma área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual

Dessa forma podemos concluir parcialmente que parte da importância do Cine Belas Artes, manifesta em sua defesa, está diretamente relacionada com a particular atividade desenvolvida nesse *espaço*. Seu mote de abertura foi a criação de um circuito de programação paralela à hegemonia de Hollywood, presente em mais de 85% das salas de cinema de São Paulo (Stefani, 2007). Nos últimos anos, após a reforma, dedicou sua programação a filmes europeus e lançamentos nacionais, assim como mantinha um programa de cineclube, o tradicional *Noitão*, sessão extraordinária em que eram exibidos filmes ao longo da madrugada, e cursos de direção e roteiro. Além do mais era um dos grandes palcos da Mostra Internacional de Cinema, que tem nos cinemas de rua da Av. Paulista grande parte de sua atividade desenvolvida.

O circuito das salas de “cinema de arte” da Av. Paulista caracteriza-se como uma *mancha* urbana. Uma *mancha* que concentra 90% das poltronas destinadas à exibição do “cinema de arte” na cidade, agrupadas em seis salas localizadas no polígono formado pela Av. Paulista, Rua da Consolação e Rua Augusta. O Cine Belas Artes é um dos vértices dessa formação urbana (Stefani, 2007). Dessa forma, a nosso ver, o Cine Belas Artes possui características que transcendem uma sala de cinema, beirando, em interação com seus arredores, a configuração de um centro cultural.

O que querem os manifestantes com o pedido de salvaguarda? Querem a manutenção tanto de um espaço de identificação e ordenação afetiva do espaço urbano, como de um equipamento cultural notável no cená-

com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (Magnani, 1987:3)

rio do lazer urbano paulista. Querem exercer seu direito duplo à cidade, como definido por Argan (1992): da função como da imagem da cidade, de seu estreito relacionamento com o *espaço*, de seu *lugar*.

A delimitação de um *lugar* na cidade é um fenômeno social. Encontramos na conceituação de *lugar* nosso principal pilar de apoio teórico. Porém os delineamentos do conceito de *lugar/ territorialidade* encontrados na bibliografia são demasiadamente genéricos e pouco aprofundados, como descritos anteriormente.

A construção do *lugar*

Segue então uma tentativa de abordagem da constituição do *lugar* diretamente a partir do caso estudado. Sem a pretensão de elaborar um conceito universal, através de entrevistas e consultas a depoimentos recolhidos por outros autores, procuramos compreender qual a significação atribuída por seus ex-usuários e pelo movimento organizado para a sua salvaguarda.

Nossa estratégia partiu da análise da prática discursiva, tanto plural como subjetiva. Procuramos encontrar na fala de nossos entrevistados os momentos em que o particular, individual, transita ao comum, coletivo. No conjunto o fizemos buscando as constantes discursivas enunciadas pelos entrevistados. Nos particulares procuramos compreender os momentos em que o discurso apoia-se em questões de maior amplitude do que a experiência subjetiva ou que procura reforçar a própria experiência. Assim como proposto pela Internacional Situacionista (Jacques, 2003), buscamos cartografar a ambiência psíquica do Cine Belas Artes enquanto parte da

complexa e difusa trama dos sentidos produzidos no meio ambiente urbano.

A fim de organizar nossas hipóteses, foram distintos três filtros de análise, referentes a três hipóteses da construção do *lugar* Cine Belas Artes. São: a experiência do cinema, construção de identidade e ideia de cidade. As duas primeiras consideramos fundamentais para a concepção de *lugar* a que pretendemos esclarecer. A terceira também, porém de maneira distinta, na qual o Cine Belas Artes é feito sinédoque de um espectro de utopia urbana.

A partir dos depoimentos de ex-usuários, analisados a partir de Ornelas (2012) e de nossas entrevistas, pudemos perceber que grande parte das significações atribuídas ao cinema estão diretamente relacionadas com a experiência do cinema em si. A afetividade com a materialidade daquele espaço, daquele endereço, assim como suas memórias, compartilham estreitos laços com os filmes assistidos no local.

Por último, foi patente na análise dos discursos que para além da resolução do Caso do Cine Belas Artes e através dele, os entrevistados proferem um discurso sobre a cidade, revelando como a desejam e imaginam. É de grande valor aqui a distinção feita por Harvey (*apud* Haesbaert, 2011) entre *espaço de representação* e *espaço vivido*. O *espaço vivido* é aquele da experiência, seu discurso é restrito à esfera de locações específicas e suas relações com grupos e indivíduos. Já o *espaço de representação* é construído como suporte para uma reflexão mais ampla da cultura, ele representa alguma coisa. O desejo de permanência do Cine Belas Artes, a

nosso ver, representa e se relaciona com o desejo de uma radical transformação no processo de construção do ambiente urbano de São Paulo¹¹.

Bibliografia

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana in **Habitus**, Goiânia, n. 4, jan/jun 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1992.

CASTRIOTA, Leonardo Baci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. Ed. Annablume, São Paulo, 2009.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Cia das Letras, São Paulo, 1990.

CHAGAS, Mário e ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2002.

Entrevista com o membro do MBA (Movimento pelo Cine Belas Artes) Afonso Junior, abril, 2012.

Entrevista com o ex-usuário do Cine Belas Artes, Jorge Rubies, março, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Ed UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Ed. Palavra, Rio de Janeiro, 2003.

KUSTER, Eliane e PECHMAN, Robert. **Maldita rua**. Instituto de Pesquisa, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Ed. 70, São Paulo, 2011.

MAGNANI, José Guilherme. Da Periferia ao Centro: pedaços e Trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 35, 1987.

¹¹ “Questões para o patrimônio cultural de São Paulo: o caso do Cine Belas Artes”, 2012, Relatório final de Iniciação Científica. Pode ser encontrado na biblioteca Villanova Artigas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Escola da Cidade

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano in **Patrimônio: atualizando o debate**. IPHAN, São Paulo, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares in **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

ORNELAS, Fábio. **A esquina do cinema**. Documentário realizado para o trabalho de finalização de Pós-Graduação em Vídeo-Jornalismo na PUC-SP, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo: memória e história nas perspectivas de Pierre Nora**. PUC-SP, São Paulo, 2009.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Walter Benjamin: Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaios sobre literatura e histeria da cultura. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

Sítio da Cinemateca Brasileira: <http://www.cinemateca.gov.br/>

STEFANI, Eduardo Baider. **A geografia dos cinemas no lazer paulistano contemporâneo: redes e territorialidades dos cinemas de arte multiplex**. Tese de mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2003.

STURMN, André Pompéia. Conferência proferida na Casa da Cidade no dia 17/08/2011 no evento **Cidade, memória e cinemas de rua: o caso do Cine Belas Arte**.

TORRES, Lilian de Lucca. Programa de Paulista: lazer no Bexiga e na avenida Paulista com a rua da Consolação in TORRES, Lilian de Lucca e MAGANANI, José Guilherme. **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. Edusp, São Paulo, 1996.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **A materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano**. Teses de mestrado, UFMG, 2005.

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DAS MULHERES NA ANTIGUIDADE TARDIA: O CASO DAS DEVOTAS CRISTÃS

*João Carlos Furlani*¹

Resumo: Neste artigo, temos por objetivo refletir sobre a representação e as condições sociais em que se encontravam as mulheres entre o final do século III ao início do século V no Império Romano. Para tanto, discutiremos, num primeiro momento, o conceito de Antiguidade Tardia, bem como o contexto histórico da época; para, num segundo momento, analisarmos o papel desempenhado pelas mulheres cristãs na sociedade romana. Nesse sentido, acreditamos ser possível situar personagens femininas, que mesmo diante da repreensão atribuída às suas figuras, de certo modo, destacaram-se e tiveram voz em seu tempo.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Império Romano; Mulheres; Cristianismo; Condição social.

Introdução

A segunda metade do século III é, tradicionalmente, considerada como um momento de agudas transformações do Império Romano, produzindo-se com rapidez alterações de natureza econômica, religiosa e política, o que proporcionou o surgimento de conflitos sociais que termi-

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR) e do grupo de pesquisa em História de Roma da UFES. Atua na linha de pesquisa: “História social do Baixo Império Romano”, e no projeto “Cidade, corpo e poder no Império Romano”, sob orientação do prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Atualmente, desenvolve o subprojeto intitulado: “Pobreza, caridade e liderança feminina na Antiguidade Tardia: o diaconato de Olímpia em Constantinopla”. Contato: joao.furlani@gmail.com.

naram por desestabilizar o Estado. Tal mutação, além de gerar inquietações, acarretou diversas alterações na estrutura social do Império. Do ponto de vista religioso, intensificaram-se movimentos de desvalorização do mundo, com a irrupção de discussões cada vez mais acirradas. Por outro lado, novas visões de Estado, sociedade e religião emergiram, ao passo que papéis sociais tenderam a se modificar de modo mais ou menos rápido (Siqueira, 2010: 149-150). Esse período é amiúde identificado como o início da Antiguidade Tardia. Entretanto, as diversas mudanças supracitadas não ocorreram em um curto espaço de tempo como se costuma afirmar, pois há pelo menos um século já detectamos indícios de transformações que abrangem tanto a política quanto a religião, embora estas transformações tenham se tornado mais profundas nos séculos IV e V.

Inúmeros seriam os aspectos do século III a IV a serem estudados. No entanto, nos interessa destacar aqui questões relativas ao panorama social tardo-antigo. Desse modo, nosso objetivo principal, neste artigo, é refletir sobre a representação e as condições sociais em que se encontravam as mulheres entre o final do século III ao início do século V, no Império Romano, analisando o papel que desempenhavam na sociedade. Propomos-nos assim a analisar personagens que, mesmo diante da repressão que sofreram em virtude de serem mulheres, destacaram-se e tiveram voz em seu tempo. Nesse sentido, alguns conceitos acerca da História das Mulheres, como aqueles propostos por Michelle Perrot (1993), serviram de apoio à nossa pesquisa.

Perrot (1993) declara que as mulheres foram reprimidas por séculos, mas ressalta que sua história não é feita de violências e submissões. “O status de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sa-

bem resistir, existir, construir seus poderes” (Perrot, 1993: 166). De acordo com a autora, não podemos generalizar o *status* feminino, devemos compreendê-lo em suas variadas facetas e identidades. No entanto, compreender a identidade feminina como uma multiplicidade dinâmica de papéis sociais exige da análise historiográfica a visibilidade dos diversos contextos que possibilitaram a construção do lugar feminino ao longo do tempo (Caixeta, 2004).

Podemos perceber, ao analisarmos a História Social das Mulheres e a produção teórica sobre os estudos de gênero, que não existe um tipo único, mas representações variadas das mulheres em cada espaço-tempo. Muitas vezes essas distintas representações se articulam, assinalando uma identidade feminina contraditória, complexa e dinâmica, como a mulher no lar, no trabalho, nos contextos de sociabilidade, no exercício de sua sexualidade e de atividades religiosas (Condilo, 2009). Não nos prendendo aos diversos conceitos de identidade existentes, partimos do pressuposto de que a identidade feminina pode ser aquilo o que se diz e aquilo que se reconhece como características pertencentes às mulheres de determinado período.

A Antiguidade Tardia, um momento de mudanças

Compreender a condição social das mulheres na Antiguidade Tardia exige antes compreender o período a ser analisado, embora não possamos nos aprofundar aqui nesse assunto. No entanto, faz-se necessário dizer algumas palavras acerca do contexto histórico no qual viviam as mulheres que trataremos neste artigo.

Apoiando-nos no conceito proposto por Marrou (1979: 15), segundo o qual a Antiguidade Tardia “não somente é a última fase de um desenvolvimento contínuo: [mas] é uma outra Antiguidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através de cânones de épocas anteriores”. Podemos assim pensar em acontecimentos singulares que a distinguem bastante dos séculos anteriores ou posteriores, diferentemente da visão de decadência que ainda vigora nos manuais escolares. Na verdade, se nos prendermos a reflexões que envolvam o conceito de “decadência do Império Romano”, compreender as transformações, as condições sociais, políticas e culturais dessa época se tornará um processo complicado ou até mesmo impraticável, pois, inconscientemente, nosso olhar será condicionado pela ideia de um Império em ruínas, o que é um equívoco. Todavia, se analisarmos a fase final do Império livre dessas premissas, refletindo sobre, por exemplo, a cultura, a sociedade e a religiosidade que se esboçam de maneira original nesse período, será possível encontrarmos, na Antiguidade Tardia, notáveis realizações que marcaram tanto o Ocidente quanto o Oriente.

Como exemplo da originalidade da Antiguidade Tardia, podemos citar os argumentos de Marrou (1979), ao analisar a diferença entre os primeiros séculos do Império e os séculos IV e V. O autor evoca, entre os quatro séculos e meio que os separam, dois homens bem representativos do seu tempo, Cícero e Agostinho. No plano da cultura, recorda que as obras de Cícero eram transcritas, coluna a coluna, em longos retângulos de papiro ou de pergaminho, enrolados em cilindro, que se iam desenrolando à medida da necessidade da leitura, para em seguida os enrolar de

novo.² Já na Antiguidade Tardia, o *volumen* cedeu lugar ao *codex*, isto é, ao livro que ainda hoje utilizamos, formado de cadernos cosidos, e que permite edições de tamanhos consideráveis, como a *Cidade de Deus*, de Agostinho, em um tempo no qual cada vez mais se difundia a leitura em silêncio, o que contribuiu para a suplantação do primado, por tanto tempo incontestado, da oratória.

De acordo com Marrou (1979: 17-23), houve também uma “revolução do vestuário” durante a Antiguidade Tardia. A veste principal por dentro da toga, a túnica, passou a ter costuras continuadas e ser solidamente fixada ao corpo, sendo assim muito menos ampla que a antiga roupa. Em contrapartida, no período clássico, utilizava-se uma grande peça de tecido flexível, presa por um colchete ou fíbula e sem mangas. Bustamante (2007: 5) declara que tais mudanças não se limitaram à ordem plástica, mas ecoaram profundamente na atitude psicológica e até moral. Impôs-se então uma diferente definição do pudor, acompanhada de uma sublimação do erotismo.

É com base em elementos como esses que pouco a pouco percebemos a originalidade e riqueza do mundo tardo-antigo. Contudo, não podemos deixar de caracterizar esse período em suas variadas facetas.

De forma concisa, aceitando-se que as elites romanas dos séculos III a V não viveram aterradas ante uma perspectiva de calamidade, podemos reconhecer sua prosperidade e a confiança que tinham em si mesmas, pois acreditavam na eternidade do Império, mesmo ante a ameaça dos povos vizinhos. Do mesmo modo, como afirma Peter Brown (1972), no

² A este modo rolo de papiro se dava o nome de *volumen*.

Império do Ocidente a sociedade e a cultura eram dominadas por uma aristocracia senatorial cinco vezes mais rica, em média, do que os senadores do século I. As cidades do Império conheceram, na Antiguidade Tardia, uma fase de grande desenvolvimento, como vemos no caso de Antioquia e Constantinopla.³

A aristocracia da fase final do Império, contudo, já não era constituída de modo idêntico à dos séculos anteriores. Seus integrantes eram bem distintos dos antigos senadores da época do Principado. Dela participavam provinciais e membros provenientes das forças armadas. Dessa forma, uma das principais conquistas do século III manteve-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a promoção baseadas apenas no mérito.

As alterações na estrutura social verificadas na Antiguidade Tardia também afetaram a religião oficial e as sensibilidades espirituais da sociedade romana, acontecimento tido como uma das principais transformações do período.

Entramos aqui num terreno que já tinha seus precedentes: a relação entre o paganismo e o cristianismo. Sabemos que já nos três primeiros séculos da Era Cristã, o paganismo vinha sofrendo modificações em seus rituais, mas é no IV século que a situação se agrava para os pagãos devido aos confiscos, interdições de sacrifícios, proibição de consulta a oráculos e visitação a templos, ao lado da promulgação de leis restritivas aos seus cultos, como a de 356, na qual era proibido, sob pena de morte, celebrar

³ Sobre a cidade de Constantinopla, seu contexto, bem como a sua reforma e a da Igreja, mediante as críticas de João Crisóstomo, consultar os trabalhos de Gilvan Ventura da Silva: *Um bispo para além da crise: João Crisóstomo e a reforma da Igreja de Constantinopla* (2010) e *O sentido político da prédica cristão no Império Romano: João Crisóstomo e a reforma da Cidade Antiga* (2010a).

sacrifícios, adorar os ídolos ou mesmo entrar em seus templos. No entanto, é em 392, pelas mãos de Teodósio, responsável por promulgar uma lei que, aplicada com rigor, proibia qualquer ato do culto pagão, mesmo o executado no interior das residências, que o paganismo sofrerá um duro golpe. No entanto, devemos estar atentos para não acreditar acriticamente na eficácia da legislação, pois possuímos séculos de experiência de não cumprimento das leis imperiais, o que não significa que a legislação imperial fosse de todo inócua, mas sim que as crenças e práticas religiosas não se transformaram subitamente.

As mulheres romanas e suas “conquistas”

Como mencionamos em nossa breve descrição acerca da Antiguidade Tardia, as mudanças de cunho político, religioso, econômico e sociocultural ocorridas a partir do século III alteraram bastante o modo de vida da sociedade romana, incluindo o papel das mulheres.

Durante o período republicano, e mesmo posteriormente, Roma se caracterizava por seu sistema patriarcal, no qual os homens concentravam o poder, a propriedade, as decisões políticas e econômicas, escreviam as leis, ditavam normas e pregavam a moral. A mulher, por sua vez, era submetida a tais ordenações, movimentando-se dentro de casa, onde educava a prole e servia como agente de reprodução (Ciribelli, 2002: 263). Em função de tal caracterização, é comum pesquisadores generalizarem a condição social da mulher, atribuindo a elas um papel subalterno. No entanto, acreditamos que generalizar o *status* feminino na Antiguidade não é a forma mais correta de o estudarmos, pois assim estaríamos negligenciando fatos históricos, muitas vezes em prol de uma simplificação que

facilitaria resultados em uma dada pesquisa ou que reforçaria discursos absolutos de dominação masculina.

Mesmo na fase final da República, essa passividade atribuída às mulheres não ocorria em todos os casos. Alguns autores ressaltam que as mulheres se opuseram de variadas formas à opressão e ao poder masculino mesmo, na maior parte do tempo, estando confinadas ao espaço doméstico (Ciribelli, 2002: 263-264). Em determinado momento, Catão (Tito Lívio, *História Romana*. v. I.), acerca das atitudes das mulheres, alerta os políticos romanos: “Se elas tornarem-se iguais a vocês, elas o dominarão”. Achard (1995: 58) ressaltava que “apesar de não gozarem de direitos políticos, as romanas chegaram a conseguir a supressão de leis que as prejudicavam, como a Lei Ópia,⁴ a Lei Vocônia,⁵ entre outras”.

A supressão da Lei Ópia, que proibia o luxo nas vestimentas utilizadas pelas mulheres, foi justificada por meio da tradicional divisão entre os gêneros, que consistia em relacionar o homem à política e à guerra; e a mulher ao adorno e à beleza, sendo, portanto, habituais os enfeites utilizadas pelas mulheres. Já a posição contrária defendia que as mulheres deviam se submeter aos seus maridos, não se manifestar, se restringir ao ambiente doméstico, manter o decoro, a discrição e a simplicidade (Bustamante, 2007: 3). Todavia, mediante a posição contrária de alguns homens,

⁴ A Lei Ópia, adotada durante a II Guerra Púnica (218 - 201 a.C.), impunha uma série de restrições às mulheres romanas, dentre as quais se encontram: o limite à posse de quantidade de ouro pela e a proibição do luxo no vestir (Bustamante, 2007: 3).

⁵ A Lei Vocônia proibia a instituição de uma mulher como herdeira, embora fosse filha única, casada ou não. Proibia também legar às mulheres mais da metade do patrimônio.

bem como as manifestações públicas das aristocratas, ao final a lei Ópia foi revogada.

Não somente a supressão de leis contribuiu para as alterações na condição social das mulheres romanas, mas também mudanças no que concerne ao matrimônio. O casamento, ao longo da Roma Antiga, foi adquirindo novas concepções e modelos. Evocamos, como exemplo, o surgimento de uma nova modalidade de casamento jurídico, o *sine manus*, já que o *cum manus* caiu em desuso no final da República, como ressalta Gaio (I. 111). Esta modalidade era baseada na ideia de que a mulher, mesmo casando-se, permanecia sob a tutela de seu pai ou tutor. Diferentemente do *cum manus*, ela poderia dispor dos seus bens e até receber herança. Dessa forma, em caso de divórcio, a esposa receberia parte do dote, que antes era retido integralmente pelo marido, sendo também capaz de tomar decisões que antes não lhes eram permitidas devido à sua condição de dependência.

Como válvula de escape diante do poder masculino, muitas mulheres romanas não se dedicavam ao lar, fugiam ao dever da maternidade, opinavam em questões políticas e literárias, rompiam laços com seus familiares, tornavam-se prostitutas e apreciavam cultos estrangeiros, como o de Dionísios, Cibele, Ísis e Sérapis. Sua preferência por estes últimos deviam-se à acolhida e à iniciação que lhes eram oferecidas (Ciribelli, 2002: 265-269).⁶

⁶ O culto de Ísis pregava a igualdade dos sexos e a liberação para o amor. O que justifica as relações amorosas entre mulheres e poetas, como Cíntia e Propércio e Délia e Tibullo, que tinham se tornado adeptas ao culto (Achard, 1995: 62).

A condição social das devotas cristãs na Antiguidade Tardia

Como observamos acima, na fase final da República, as mulheres romanas obtiveram mudanças em sua condição social, por meio de concessões legais, por enfrentarem a situação que lhes era imposta e por alterações nas tradições. Ao chegarmos na Antiguidade Tardia, verificamos diversas outras transformações.

As mulheres tardo-antigas não podiam, como de costume, exercer participação na vida política, a menos que fossem membros da casa imperial. Tradicionalmente, se esperava das mulheres romanas que cultuassem as virtudes tradicionais da modéstia, castidade e devoção aos deuses e à família, devendo ser protegidas da exploração de sua fraqueza por tutores indignos (Siqueira, 2001: 4). Entretanto, elas não viviam isoladas em suas residências, estavam sempre fisicamente presentes, tanto na vida doméstica, como na vida pública.

As mulheres romanas, mesmo em finais da República, participavam de banquetes e reuniões sociais importantes. De modo diverso das gregas, tinham o direito de propriedade e podiam até mesmo fundar negócios e, futuramente mosteiros. Embora, como dito anteriormente, não pudessem votar ou ser eleitas, algumas inscrições encontradas na cidade de Pompeia mostram que as mulheres não se continham em apoiar seus candidatos aos cargos públicos, o que demonstra, em algum grau, sua notabilidade e influência social. Segundo Funari (2001: 104-107) “há mesmo indícios de que havia mulheres de posses que pagavam pelos serviços de prostíbulos”. Tais reflexões, consequentemente, nos levam a ponderar sobre a visão tradicional e estereotipada da figura feminina presa ao lar em Roma.

Apesar do esforço em constituir temas referentes às mulheres na Antiguidade Tardia, ainda sofremos com a limitação da documentação, já que poucas são as fontes escritas por mulheres às quais temos acesso. Por outro lado, existe uma abundância de fontes documentais que trazem um olhar dos homens sobre elas. E é com base nesse olhar masculino sobre as mulheres que podemos ter ideia também de seus defeitos, ou ao menos ponderar sobre o que os romanos consideravam como defeitos.

Muitos são os depoimentos que qualificam as mulheres como seres que falam muito e se preocupam demasiadamente com sua aparência, necessitando de auxílio para conter seus impulsos. Por outro lado, quando são cabíveis elogios a elas, mencionam que há mulheres boas, que são fiéis, modestas e competentes em sua vida doméstica e conseguem agir conforme os princípios morais (Siqueira, 2001: 4). Talvez, devido a esses “elogios” é que se costuma apontar um papel genérico para as mulheres romanas.

Siqueira (2001: 5) ressalta que algumas dessas questões foram confrontadas pelos cristãos. No entanto:

[...] o cristianismo, assim como outras religiões da mentalidade predominante, mantêm a mesma postura com relação à mulher. A reivindicação Cristã que os homens e mulheres são espiritualmente iguais não teve nenhuma consequência mais prática, assim como a reivindicação filosófica que as mulheres podem manifestar as mesmas virtudes como os homens.

Concordando com o trecho acima e numa tentativa de explicar os motivos para a permanência da postura masculina frente às mulheres, mesmo com o advento do cristianismo, Silva (2006: 306-307) declara que

há uma distinção entre o plano místico e o plano terreno. Portanto, “se no plano místico se pode pretender uma igualdade entre todos os homens, no plano terreno, hodierno, as mulheres, como herdeiras de Eva que são, devem se conformar com a sua posição secundária diante do homem”. Tal hipótese explica, em grande parte, a rígida atuação eclesiástica cristã, que dificultava a concessão de maior participação e visibilidade das mulheres nas cerimônias litúrgicas. No entanto, é a partir desse momento de redefinição do lugar ocupado pelas mulheres no âmbito eclesiástico que ocorre a ascensão das viúvas, virgens e diaconisas, dentro da *ekklesia*.

Nesse sentido, podemos dizer que, se o cristianismo não propôs, em absoluto, a igualdade entre os gêneros, ele porém abriu as portas para novas atividades, ou simplesmente modificou e utilizou as existentes, possibilitando às mulheres diferentes formas de prestar devoção à suas crenças, como, por exemplo, o movimento monástico.

Silva (2007: 63-64) ressalta que o monacato, que começou a se esboçar por volta de 270, porém expandindo-se mais fortemente nos séculos IV e V, concedeu mais oportunidades para certas mulheres exercerem a sua devoção fora do âmbito familiar, tendo como ponto de convergência os mosteiros, onde se encontravam virgens, devotas, viúvas e diaconisas, que deixavam seus lares a fim de viver reclusas. Essas mulheres tinham maior oportunidade de se diferenciar das tradicionais matronas romanas, pois se libertariam, parcialmente, do jugo masculino.

Siqueira (2001: 5), da mesma forma, declara que o cristianismo introduziu uma prática que, ao unir homem e mulher em um compromisso com Deus, podia suscitar o abandono dos deveres com a família e o Estado:

Pela primeira vez, algumas mulheres podiam rejeitar o casamento e a gravidez, e viver em casa com suas mães, ou em solidão, ou em uma comunidade de mulheres. A oração e estudo de Bíblia podiam deslocar os afazeres da vida doméstica, as mulheres sempre puderam participar em cultos religiosos e fazer oferecimentos aos deuses, podiam alcançar fama duradoura dedicando à Igreja e ao serviço de Deus.

Podemos dizer então que, por meio do cristianismo, algumas mulheres passaram de uma situação opaca para uma de emergente visibilidade, na qual o reconhecimento não era adquirido somente por seguir as virtudes propostas para uma vida doméstica, mas também por sua devoção ao culto cristão e por práticas do asceticismo. Essas mulheres, reconhecidas pela sua atuação em prol do cristianismo, também foram mencionadas nas fontes gregas e latinas, constantemente elogiadas por darem comida e vestirem os pobres, os salvarem da morte e nutrir profunda admiração por importantes figuras, como os bispos e os ascetas.

Em meio ao cenário de cristãs devotas e piedosas inseriam-se as viúvas. Consideradas modelos de devoção, formavam uma associação em suas comunidades, geralmente reunidas sob o comando de uma delas. Existiam ainda as virgens, que ocupavam um lugar privilegiado na *ekklesia*, pois apareciam após o clero, os monges e as crianças durante as procissões. Assim como as viúvas, as virgens não constituíam uma ordem, já que não ofereciam oblação e nem serviços litúrgicos (Berardino, 2002).

Além das viúvas e virgens, existiam, no Oriente, mulheres que eram ordenadas diaconisas. Em suma, eram elas responsáveis pelo apoio às catecúmenas e às novas cristãs, bem como pelos serviços litúrgicos. Além disso, podiam ser mensageiras; deviam estar presentes quando uma mulher vinha procurar um diácono ou o bispo; deveriam acolher mulheres

nas assembleias; prestar ajuda aos pobres e necessitados e zelar, assim como os diáconos, pela boa ordem nas reuniões. Contudo, a ação das diaconisas era limitada, pois não poderiam realizar as tarefas confiadas aos presbíteros e aos diáconos, consideradas de maior importância. Elas apenas assistiam os presbíteros na administração do batismo, por uma questão comportamental e de decência.

As aristocratas cristãs e sua influência social

Assim como descrito por Silva (2007: 86), em sua análise da *História Lausíaca*, Paládio menciona um conjunto de mulheres que, fazendo parte da elite, se notabilizaram pela admirável devoção à causa cristã. Um caso bem conhecido é o de Melânia, a Jovem, que, dentre suas ações caritativas, teria distribuído no Egito, em Antioquia e na Palestina grande quantidade de moedas de ouro. Teria ainda vendido suas posses na Espanha, Aquitânia, Tarragona e Gália, retendo apenas aquelas da Sicília, Campânia e África, cujos rendimentos reservou à manutenção dos conventos. Além disso, providenciou também a libertação de oito mil escravos.

Outro caso notável é o de Olímpia. Pertencente a uma família aristocrática de Constantinopla recém-enobrecida, filha de Seleuco, um *comites*, e supostamente descendente de Ablábio, ela é um excelente exemplo de mulheres que, na Antiguidade Tardia, obtiveram uma posição de destaque. Olímpia, órfã desde a infância, recebeu uma educação cristã, sob a supervisão da irmã do bispo Anfilóquio, Teodósia, integrante de um grupo de mulheres cristãs piedosas. Olímpia tornou-se viúva prematuramente, o que favoreceu sua adesão ao ascetismo cristão. Ela também foi benfeitora

do bispo Nectário, que a ordenou diaconisa da igreja de Constantinopla, como também partidária de João Crisóstomo, de quem foi amiga íntima.

Olímpia, em sua condição de patrocinadora de obras de caridade, teria doado à igreja dez mil quilos de ouro, vinte mil de prata, e todos os seus bens imóveis situados nas províncias da Trácia, Galácia, Capadócia Prima e Bitínia, mais as casas pertencentes a ela na Capital, e uma situada perto da catedral, chamada de “a casa de Olímpia”, juntamente com a casa da tribuna, com banheiros, e todos os edifícios perto dele, um moinho e uma casa localizada próximo aos banhos públicos de Constantinopla, além de outra, que era chamada de a “casa de Evandro”, assim como também todas as suas propriedades suburbanas (*Vita Olympiadis*).

Os casos de Melânia e Olímpia, evidentemente não são os únicos. Como ressalta Silva (2007: 86):

Paula, responsável pelo funcionamento de um mosteiro com 50 virgens na Palestina; Asela, uma virgem reconhecida como patrona de conventos e Melânia, a Antiga, fundadora de um mosteiro para mulheres em Jerusalém, cumprem, do mesmo modo, o papel de patronas veneráveis da Igreja.

Tais mulheres, frequentemente, estavam associadas a círculos aristocráticos do Império Romano, na condição de esposas, filhas ou viúvas de destacados membros da elite. Venéria, por exemplo, era esposa do *comites* Valovico. Melânia, a Antiga, era filha do ex-cônsul Marcelino, enquanto Olímpia é filha do ex-*comites* Seleuco. Na qualidade de detentoras de vastos patrimônios, elas se tornaram célebres por consumir toda a sua riqueza na conservação de igrejas, mosteiros e hospedarias e na assis-

tência prestada a monges, enfermos, prisioneiros, a bispos e nas celebrações do culto cristão (Silva, 2007: 86).

Considerações finais

Nossa tentativa, no momento, foi a de visualizar as mulheres romanas como sujeito social, bem como sua atuação com percursos próprios, agindo ou reagindo conforme os fatos históricos vão se construindo. No entanto, como ressaltamos, a despeito das inúmeras pesquisas, dissertações e teses, ainda sofremos com a escassez de fontes que nos dêem acesso ao pensamento das mulheres e não ao pensamento dos homens sobre elas. Sabemos da dificuldade em tratar de temas referentes ao feminino na Antiguidade. Muitas lacunas ainda necessitam ser preenchidas, pois é mediante discursos masculinos que o feminino é constantemente representado: nos mitos, na poesia, na história, nos romances, nos tratados médicos e filosóficos, na legislação, na iconografia, entre outros suportes (Siqueira, 2001: 2). Nessa imensidão documental destacam-se as imagens. Contudo elas não nos proporcionam uma visão direta das mulheres, mas sim a representação masculina sobre elas (Duby; Perrot, 1990: 8).

Desse modo, muitos historiadores, como Siqueira (2001: 2-3) e Funari (1995: 179-200) declaram que, para a construção de uma História das Mulheres na Antiguidade, é fundamental uma análise holística, interdisciplinar, que abarque os estudos sobre Literatura, Língua, Antropologia, Arqueologia, História da Arte, entre outras especialidades.

Analisando a relação das mulheres e a expansão do cristianismo, percebemos que o Império Romano passou por graduais transformações, incluindo as de caráter religioso. Nesse contexto, muitos romanos, busca-

ram consolo em suas crenças místicas. No entanto, a religião oficial já não lhes propiciava mais a paz de espírito que costumava oferecer, o que levou a um crescimento no número de adeptos de outras crenças, como o cristianismo (Funari, 2001: 131). Além das camadas inferiorizadas, o culto cristão começou a angariar adeptos também entre membros da aristocracia romana, a começar pelas mulheres da elite, marginalizadas nas religiões tradicionais, mas encontrando espaço na nova religião, marcando, então, um processo de assimilação entre o cristianismo e as mulheres.

Acreditamos que as mudanças sociais que ocorriam na vida das mulheres romanas é algo a se ponderar, pois é natural que, com o passar de séculos, o contato com novos povos e culturas, assimilações e tensões produziram alterações nos papéis sociais e na representação da figura feminina. Mesmo com a difusão do cristianismo, de modo geral, as mulheres permaneceram em caráter secundário dentro da Igreja. Entretanto, o cristianismo contribuiu para a redefinição do lugar feminino nas comunidades cristãs e no Império Romano. Como mencionamos, colocando-se a serviço da Igreja, as mulheres tinham a chance de abnegar o casamento e assim escapar do papel tradicional de mãe e de esposa; poderiam viver reclusas em mosteiros, praticar cultos e dedicar-se ao ascetismo, como diaconisas, virgens, viúva, monjas ou devotas, o que lhes permitiria certo reconhecimento.

Por fim, a representação e o papel feminino na Antiguidade Tardia são variáveis, pois se transformam dependendo das condições sociais em que os analisamos. Das escravas que cuidavam e amamentavam os recém-nascidos às matronas que desempenhavam seus papéis domésticos e cumpriam com as virtudes que se esperavam delas; das mulheres entregues à

prostituição às ascetas, todas essas mulheres tinham funções diferentes dentro da sociedade, e eram tratadas e vistas de acordo tais funções. Seus papéis e condições sociais poderiam diferenciar-se, porém, havia algo em comum entre elas: todas contribuíram, ao seu modo, para dinâmica da sociedade romana.

Referências

Documentação primária impressa

ANONIMOUS. Life of Olympias. In: CLARK, E. A. (Ed.). **Jerome, Chrysostom, and friends: essays and translations**. Lewiston: Edwin Mellen Press, 1979.

GAIO. **Commentarius Primus**. In: F. KNIEP (Ed.). **Gai institutionum commentarius primus**, Jena, 1911.

TITO LÍVIO. **História Romana**. v. I. São Paulo: Paumape, 1989.

Obras de apoio

ACHARD, G. **La femme a Rome**. Paris: PUF, 1995.

ALEXANDRE, Monique. Do anúncio do Reino à Igreja: papéis, ministérios, poderes femininos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente: a Antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1993. v.1, p. 511-548.

BERARDINO, A. **Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé**. Lisboa: Verbo, 1972.

BUSTAMANTE, R. M. da C.. Toaleta feminina na Antigüidade Tardia: entre imagem e escritos. **VII Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis: Mulheres, 2006. v.1, p. 1-8.

CAIXETA, J.; BARBATO, S.. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paideia**, Ribeirão Preto, vol. 14, nº 28, 2004.

CIRIBELLI, M. C.. Emancipação e liberação sexual das mulheres na República Romana (II e I séculos a.C.). **Phoînix**, Rio de Janeiro, ano 8, vol. 8, p. 259-278, 2002.

CONDILO, C. S. A identidade feminina na historiografia sobre as mulheres da Grécia Antiga. **Alétheia**, Porto Alegre, vol. 1, 2009.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: a Antiguidade. Porto: Afrontamento, 1993. v.1.

FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. **Cadernos Pagu**, 5, Campinas: IFCH/UNICAMP, p. 179-200, 1995.

_____. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

MARROU, H. I. **Decadência romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.

SILVA, Gilvan Ventura da. A redefinição do papel feminino na Igreja Primitiva: virgens, viúvas, diaconisas e monjas. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.) **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes, 2006.

_____. Ascetismo, Gênero e Poder no Baixo Império Romano: Paládio de Helenópolis e o status das Devotas Cristãs. **História**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 63-78, 2007.

_____. O sentido político da prédica cristã no Império Romano: João Crisóstomo e a reforma da cidade antiga. In: ARAÚJO, S. R. de.; ROSA, C. B. da; JOLY, Fábio D (Orgs.). **Intelectuais, poder e política na Roma Antiga**. Rio de Janeiro: NAU: FAPERJ, 2010a, p. 235-272.

_____. Um bispo para além da crise: João Crisóstomo e a reforma da Igreja de Constantinopla. **Phoînix**, Rio de Janeiro, ano 16, vol. 16, nº 1, p. 109-127, 2010.

SIQUEIRA, Silvia M. A.. Considerações sobre o tema mulher na Antiguidade. **Anais do IV Congresso Nacional de estudos Clássicos/XII Reunião da SBEC**, Ouro Preto, 2001.

_____. Reflexões sobre política e igreja no século IV: um olhar para as mulheres cristãs. **Dimensões**, Vitória, vol. 25, p. 148-163, 2010.

REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE BOLIVIANA EM *SOLEDAD*, DE BARTOLOMÉ MITRE¹

Mayra Vanessa Villca Troncozo²

Resumo: *Soledad* foi escrita pelo argentino Bartolomé Mitre (1821-1906) durante sua curta passagem pela Bolívia, entre 1846 e 1847. O romance apresenta uma clara dicotomia entre as representações da sociedade colonial e da nova sociedade independente. Neste artigo analisaremos essas representações criadas pelo autor para referir-se ao passado colonial e aos primeiros anos de história independente da Bolívia. Procuraremos demonstrar como Mitre, ao escrever *Soledad*, estava se posicionando politicamente e legitimando o projeto político do presidente José Ballivián.

Palavras-chave: Bartolomé Mitre, Bolívia, Literatura, Representações, Argentina.

Introdução

O historiador Bartolomé Mitre (1821-1906) é considerado um dos fundadores da historiografia argentina. As obras que o consagraram como historiador são *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina* e *Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*, ambas voltadas para o processo de independência na América do Sul. Bem antes de publicá-las, entretanto, o autor já mostrava interesse pelo tema. No romance *Soledad*, publicado em 1847, escrito quando tinha apenas 26 anos, indicava uma preocupação com a interpretação histórica sobre a

¹ O artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa de iniciação científica, financiada pela FAPESP, intitulada “História, Ficção e Representações da nação boliviana em *Soledad*, de Bartolomé Mitre”.

² Graduanda do curso de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

independência da Bolívia.³ Nesse romance, o viés histórico fica evidente nas representações⁴ que cria sobre a colônia e a independência. Ao construí-las, o autor buscou estabelecer uma ruptura clara entre passado e presente. Neste artigo pretendemos analisar as representações históricas sobre o passado colonial e sobre os primeiros anos de história independente no romance *Soledad*, de Bartolomé Mitre.

Bartolomé Mitre: ideias, exílio e produção

Antes de abordarmos as representações no romance de Mitre, apresentaremos mais detidamente sua trajetória como historiador e o contexto de produção de seu romance. Bartolomé Mitre (1821-1906) foi um general e político importante, sendo o “primeiro presidente, em 1862-68, de uma Argentina unificada, logo após o longo hiato provocado pela dissolu-

³ A relação entre história e literatura será desenvolvida utilizando a ideia de Nicolau Sevcenko, que afirma que “a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade de seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?” (1985:20). Como a metáfora indica, tentaremos estabelecer o diálogo entre o romance e o contexto no qual ele foi produzido para encontrar (ou não) tensões, ambiguidades e diferenças que aquela sociedade vivenciou.

⁴ Como utilizamos a ideia de representação, é importante entender o viés conceitual que tal termo carrega. A discussão sobre tal conceito é bastante ampla e não há um consenso sobre ela, não sendo possível esgotá-la nestas páginas. Dessa forma, nos deteremos na visão de Roger Chartier sobre tal questão. Para o autor, (1989: 184) a relação de representação pode ser “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga”. Entendemos assim que aquilo que é representado e sua representação, apesar de diferentes, não são totalmente separados. Assim, acreditamos que apesar de serem representações construídas por Mitre (considerando seus interesses e projetos), estas correspondem, de certa forma, a sociedade boliviana daquela época, ou seja, ao que se procurava representar.

ção do Estado revolucionário em 1820” (DONGHI, 1994: 199) ⁵. Como mencionado anteriormente, ele é considerado um dos principais historiadores de sua época. A obra *Soledad* foi escrita e publicada em 1847, durante seu exílio na Bolívia. Para entender o exílio de Mitre e também de outros intelectuais argentinos, é importante caracterizar o período da ditadura de Juan Manuel de Rosas, que perdurou de 1829 a 1852.

Nesse período, como governador da província de Buenos Aires, Rosas era o líder de uma federação entre as províncias argentinas. Seu poder era amplo, mantido por meio de violência e acordos entre os caudilhos das províncias. Ele também possuía apoio popular. A oposição ao governo de Rosas era feita, principalmente, pelos unitários, que foram amplamente perseguidos. Para Maria Ligia Prado (2004: 78), os unitários entendiam a ditadura de Rosas como “a encarnação do absolutismo, da arbitrariedade e da barbárie, a contrapartida, portanto, dos princípios liberais que defendiam”. Mitre era um dos vários opositores ao governo do caudilho Rosas, visto como um empecilho para a construção da unidade nacional.⁶

Bartolomé Mitre foi um historiador que construiu, por meio de suas obras historiográficas, algumas das – como afirma Nicolas Shumway -

⁵ Para saber mais sobre a trajetória política de Bartolomé Mitre ver o artigo citado.

⁶ A questão do significado do governo Rosas para a unidade nacional é controversa. Se por um lado alguns autores afirmam, como apontamos, que Rosas dificultou a unidade nacional, outros vão em diferente direção, afirmando que ele foi importante para esta unidade. Assim, segundo Jorge Myers (2007: 82-3), a subida de Juan Manuel de Rosas e do Partido Federal ao poder de Buenos Aires foi um caminho alternativo para reconstruir a unidade na região. Para este autor, Rosas conseguiu unificar os estados provinciais do Rio da Prata pela ditadura do Partido Federal em cada uma delas.

“ficções-diretrizes” da Argentina. Citaremos suas principais obras e buscaremos entender qual a visão de história que procurou construir. Em 1857, publicou uma coleção chamada *Galeria de Celebridades Argentinas*, que continha biografias de personagens que serviram à causa porteña, por meio da qual Buenos Aires, como centro do poder, se imporia sobre as demais províncias retirando suas autonomias. Segundo Shumway (2008: 251), a seleção feita por Mitre busca identificar os homens exemplares para a nação argentina. Esses indivíduos contribuíram, na maioria das vezes, para a causa defendida por Buenos Aires, ou seja, estava sendo construída uma história nacional baseada nos personagens da luta porteña. Podemos observar que Mitre procurou legitimar a posição de seu grupo, os liberais, ao afirmar a importância de seus personagens na história da Argentina.

Suas duas principais obras foram *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*, publicada em dois volumes em 1859, e *Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*, publicada em três volumes entre 1887 e 1890. Em ambas as obras, Mitre procura fundamentar-se em uma extensa e vasta documentação sobre o período. É importante observar a relação que ele estabelece entre personagens (como Belgrano e San Martín) e a independência (da Argentina e do continente sul-americano). Shumway (2008: 270) afirma que a premissa básica e polêmica da primeira obra é “que a história de Belgrano, um grande homem, e da ‘minoría esclarecida’ de Buenos Aires pudesse ser apresentada como uma história da independência argentina”. Fica claro que a história dos grandes homens é o que guia o trabalho de Mitre. Eles são o exemplo que a nação deveria seguir.

Essa visão já estava presente no romance *Soledad*, de 1847. O autor representa o período colonial por meio de vários personagens, que são caracterizados pela idade avançada, pelas ideias conservadoras e pelos atos tirânicos. Já a representação do período independente é caracterizada por personagens que defendem os ideais liberais e lutam pela consolidação da independência. Aprofundaremos a questão adiante, mas vale adiantar que, no romance, o personagem de Enrique, general do exército libertador, é representado como um exemplo de soldado e de cidadão da nova pátria. Aqui, assim como em suas obras historiográficas, o militar possui um papel importante na história nacional. No geral, Mitre procura construir uma história nacional boliviana marcada pela ruptura entre o passado colonial e o presente independente.

***Soledad*, de Mitre**

Para a realização da análise é imprescindível que se conheça minimamente o enredo do romance. Ele se passa em uma fazenda localizada próxima à cidade de La Paz. Ainda que escrito em 1847, está ambientado no período relativo ao verão de 1826, quando a independência da Bolívia já estava oficialmente declarada. Soledad, personagem que dá nome ao título do romance, é uma jovem loira e branca, que ao ficar órfã, é obrigada a aceitar um casamento por conveniência, realizando o último pedido da mãe, feito no leito de morte: casar-se com D. Ricardo Pérez, um homem muito mais velho do que ela e pertencente a uma tradicional família do país, que é contra as mudanças ocorridas durante o processo revolucionário do continente. Soledad sente-se sem liberdade e presa ao destino desse homem.

D. Manuel Alarcón e sua esposa são vizinhos e amigos próximos de D. Ricardo. Eles compartilham da mesma posição política do marido de Soledad e têm um sentimento de nostalgia pelo passado colonial. Cecília, filha dos Alarcón, é uma jovem que é seduzida e se apaixona pelo seu primo Eduardo. Este, vindo da cidade de La Paz e tendo viajado também pela Espanha, considera-se superior aos habitantes do seu país de origem. É um rapaz egoísta e com valores corrompidos.

Ao visitar a fazenda de Ricardo junto aos seus tios, se encanta com Soledad. Assim, tenta conquistá-la, mesmo esta já sendo casada. Enrique, primo de Soledad, é um jovem que foi lutar durante as batalhas de independência. Retorna após alguns anos - condecorado e ocupando a posição de capitão no exército libertador - para reencontrar a prima. Quando chega à fazenda, percebe as más intenções de Eduardo em relação a Soledad. Torna-se assim seu protetor. Enrique, durante o aniversário de Soledad, desmascara o rival. Nesse momento, Cecília confessa que está grávida e pede ajuda ao pai de seu filho, seu primo Eduardo. Este se nega a ajudá-la e ela, desesperada, tenta o suicídio. No entanto, Enrique a salva e responsabiliza Eduardo por tal fato. Cecília acaba perdendo seu filho. Devido a tais acontecimentos, Eduardo reflete sobre a situação ocorrida com Cecília. Ele decide enfrentar Enrique em um duelo de armas. O capitão aceita sem hesitar. No entanto, durante o duelo, Eduardo vira-se antes que Enrique e dispara contra o rival, sem feri-lo gravemente. Ao fim, Eduardo reflete sobre suas responsabilidades em relação a Cecília e decide casar-se com ela. Nesse ínterim, o marido de Soledad adoece e ela, como boa esposa, dedica-se totalmente a ele. Seu primo, Enrique, divide essa responsabilidade com ela. Assim, vendo os dois juntos, D. Ricardo decide aben-

coar a união do casal no leito de morte. O marido de Soledad falece e Enrique é convocado novamente ao campo de batalha. Depois de um ano, ele retorna e casa-se, finalmente, com Soledad.

O “velho” e o “novo”: representações da colônia e da independência

Realizando a leitura da obra, observamos que existe uma clara dicotomia presente no romance, também percebida por Fernando Unzueta (2006). De maneira geral, podemos dizer que a dicotomia estabelecida se refere às representações da sociedade colonial e da nova sociedade independente. Ela pode ser compreendida ao analisarmos as personagens que compõem tal obra. Assim, neste tópico, exploraremos de uma forma mais detalhada quais foram as representações que o autor criou para referir-se a esses períodos ao longo do romance.

Como mencionado anteriormente, o romance se passa no ano de 1826, quando a Independência já havia sido declarada.⁷ No entanto, devido à recente mudança, os conflitos internos e externos ainda não estavam solucionados. No romance, Mitre mostra a existência de conflitos afirmando:

Havia vencedores e vencidos; a nação estava dividida em dois grandes partidos que se distinguiam perfeitamente e as paixões estavam ainda vivas e palpitantes. (1847: 19)⁸

⁷ Foi na Assembleia de Chuquisaca, iniciada em 10 de julho de 1825, que ocorreu a discussão sobre a organização e a formulação da Declaração de Independência do Alto Peru. Tal declaração foi assinada por 48 representantes no dia 6 de agosto de 1825 (SALINAS, 1992: 340-6).

⁸ É necessário um esclarecimento sobre as citações referentes ao romance *Soleidad*. A versão utilizada nessa pesquisa é a que está disponível na Biblioteca Vir-

De certa forma, são esses dois “partidos” e suas paixões, que o autor busca retratar na obra. Ao tratar de “partido” está se referindo a forças políticas em torno da defesa da independência e da manutenção da condição colonial.

Iniciaremos nossa análise com a personagem que dá nome ao romance, Soledad. Sua imagem é comparada às pinturas, à poesia e finalmente, à criação divina. Percebemos como a figura da mulher é idealizada pelo autor. Os adjetivos utilizados por Mitre para descrevê-la são sempre positivos. Ela se veste sempre com cores claras (branco e azul). E o azul, cabe aqui lembrar, é considerado uma cor divina e ligada sobretudo à imagem da Virgem Maria (FREITAS, 2012:4).

Soledad é a representação da Pátria Nova. No trecho abaixo, após ter sido agredida fisicamente por Ricardo Pérez, seu marido, percebemos essa representação em forma de alegoria.

(...) ah! fazia anos que gemia sobre um leito de espinhos, mártir do sacrifício e do dever, (...) No entanto, aquele sofrimento constante não havia destruído a energia de sua alma e a medida que suas dores se multiplicavam, se revelava contra seu destino e tirava novas forças do seu próprio abatimento. (1847:7)

Mitre, ao narrar os pensamentos de Soledad sobre sua vida matrimonial, está, na verdade, caracterizando os sofrimentos impostos à colônia

tual Miguel de Cervantes, que não disponibiliza o arquivo para download. Dessa forma, as páginas citadas aqui correspondem especificamente à versão impressa do livro disponível no site. Todas as citações do romance foram traduzidas pela autora do artigo.

pela metrópole. Assim como Soledad vivia o casamento de conveniência como sacrifício e dever, a colônia também assim sofreu. O casamento de Soledad e Ricardo e a ligação entre América Latina/Bolívia e Espanha eram frutos de uma relação forçada, não espontânea, e o amor espontâneo de Soledad por Enrique - soldado que lutou nas guerras de independência - significam o verdadeiro amor à pátria. Apesar de viverem sob o peso da dominação (Soledad e a América/Bolívia), ambos tiveram forças para lutar contra tal opressão. Consideramos que em tal passagem Mitre procura revelar o surgimento do sentimento revolucionário já na própria colônia.

Enrique, primo de Soledad, é a representação do soldado e cidadão ideal da nova forma de governo. Mitre também descreve a aparência física de Enrique e por meio dos seus traços estabelece características totalmente positivas sobre o seu caráter. Ele tem uma beleza varonil, seus traços são severos mas expressam doçura. Pode ser considerado o modelo do homem romântico.

O personagem conquistou uma posição importante na hierarquia do exército libertador após participar das batalhas de Junín e Ayacucho, ambas decisivas para a derrota das forças realistas no continente. Podemos perceber que a militarização é um aspecto importante durante as guerras de independência. São esses militares, em sua maioria, que constituem as classes dirigentes no período pós-independência, tornando assim o soldado um modelo de cidadão (ENTIN, 2011: 188).

O principal representante do período colonial é o marido de Soledad, D. Ricardo Pérez. A descrição feita pelo autor nos ajuda a entender nossa afirmação.

Estava descuidadamente vestido, com um casaco preto abotoado até o pescoço, ao redor uma gravata da mesma cor negligentemente amarrada. (...) Sua pele amarela e seus olhos embaçados indicavam um temperamento bilioso, enquanto que seu nariz aquilino e proeminente parecia ser prova de um caráter violento e imperioso. (1847: 4)

Os adjetivos usados para descrever tal personagem são colocados, em sua maioria, de forma negativa. Por meio das características faciais, podemos perceber os traços de seu caráter. Ao contrário de sua esposa, suas vestes são negras, como se representassem o luto pela derrota das forças realistas frente ao exército patriota.

Outros personagens que também representam a forma de vida colonial são o casal D. Manuel Alarcón e D. Antonia de Alarcón, amigos de D. Ricardo Pérez. Mitre os situa no século XVIII, pela sua forma de falar e de vestir. Assim, sua idade avançada e seus modos são representações do “atraso”, que para o autor está ligado à época colonial. Tal imagem é reforçada por Mitre, pois revela que o casal é nostálgico pela época anterior.

Seguindo as dicotomias estabelecidas pelo autor, analisaremos o personagem de Eduardo, sobrinho do casal Alarcón. Tal personagem se opõe, no início, diretamente à figura de Enrique. O segundo é representado como um modelo a ser seguido, diferente do primeiro.

Mitre utiliza o personagem de Eduardo para representar um indivíduo que é naturalmente bom, mas que, no entanto, pode ser degenerado pela sociedade que o cerca. Lembremo-nos que Eduardo é aquele personagem que é corrompido, mas que acaba por ser corrigido ao fim da histó-

ria, ou seja, passa do lado do “mal” para o lado do “bem”. As figuras criadas pelo autor e seus significados são bastante estigmatizados. Assim, Mitre nos apresenta Eduardo,

O jovem que a acompanhava era notável por sua figura e seus modos distintos, ainda que algumas vezes um pouco afeminados. Sua cabeça estava cheia de cabelos pretos e encaracolados, e umas costeletas pretas e brilhantes, como um cinto de veludo, emolduravam admiravelmente suas nobres feições. Uns olhos grandes e negros, um nariz reto e bem formado, uma espaçosa frente e uma boca pequena, ainda que de lábios muito finos, unidos em torno de uma tez pálida, parecia anunciar uma inteligência clara, um temperamento nervoso e uma profunda dissimulação, uma alma vulnerável aos mais lastimosos desvios uma vez lançado no caminho do mal. (1847:9)

Eduardo é um personagem complexo, pois sua descrição não é totalmente positiva, mas também não o é tão negativa. Existe certo equilíbrio entre as palavras positivas e aquelas um tanto negativas. Mitre já nos alerta para a questão da corrupção do homem pela sociedade que o cerca. Em um primeiro momento, Eduardo representa um modelo que não deve ser seguido. Mitre atribui tal transformação negativa ao contato que o personagem teve com a sociedade europeia, mais especificamente, a sociedade espanhola.

Seus vícios eram o resultado de sua educação e da sociedade que o rodeava, mas seu coração havia sido formado para a virtude. Foi enviado muito pequeno por seus pais à Espanha, e voltou já jovem ao seu país, aonde se achou muito superior à juventude com quem entrou em contato. (1847: 16)

Para Mitre, o fato de ter nascido em solo americano significava que este tinha um caráter bom e um coração virtuoso. No entanto, ao ter contato com a educação colonial, tais virtudes foram eclipsadas pelas “sementes do mal”. A questão da virtude é um aspecto importante para se entender o regime republicano defendido por Mitre no romance. Para o autor, a virtude é uma característica essencial ao novo cidadão do Estado. Segundo José Antonio Aguilar Rivera, “la república perdura gracias a la *virtud*, definida como la capacidad de cada ciudadano para poner los intereses de la comunidad por encima de los suyos” (2002: 69). O bom cidadão, com valores republicanos, não devia se espelhar no comportamento de Eduardo.

Dessa forma, o triângulo amoroso se apresenta envolvendo Soledad, Eduardo e Enrique. A protagonista fica dividida entre esses dois personagens. O autor narra as ações de cada um: Eduardo continua tentando seduzir Soledad, ao contrário de Enrique, que não expõe seu amor por ela. O autor, de certa forma, nos mostra como um é virtuoso enquanto o outro é corrompido. Esse triângulo não representa somente qual pretendente Soledad deverá escolher. A relação é, na verdade, uma metáfora dos caminhos que a Pátria Nova (Soledad) tem como opção a seguir. De um lado, um caminho que priorize os interesses do novo governo e a consolidação de uma nova sociedade, republicana; de outro lado, um caminho ainda guiado pelos valores da metrópole espanhola, que formaram uma sociedade egoísta e corrompida.

O romance de Mitre nos revela que sua posição em relação a tais escolhas é otimista. O final de sua história une a pátria nova com o cidadão e soldado modelo, ou seja, com o “povo”. Com a morte e benção de

D. Ricardo Pérez, Soledad e Enrique se casam. Assim, o período colonial finalmente torna-se passado. Nesse momento, começa um futuro diferente para a nova nação. O autor é tão otimista que até o cidadão corrompido se regenera e se integra ao projeto de construção da pátria. Eduardo percebe, com a ajuda de Enrique, que estava agindo de forma errada e se corrige.

Representação do “novo”: legitimação de um projeto político

Ao analisarmos as representações dicotômicas criadas por Mitre entre a “nova” e a “velha” sociedade boliviana, pretendíamos mostrar como o autor buscou legitimar a primeira, positiva, contrapondo-a com a segunda, negativa. A questão principal é: qual a visão de história da independência boliviana que Mitre tentou construir? Quais foram os personagens eleitos para integrar a “galeria de celebridades” da história boliviana?

O episódio em que Eduardo e Ricardo discutem e deixam claras suas posições políticas sobre o contexto pós-independência nos revela quais são as características defendidas por Mitre para essa nova sociedade independente. Os personagens referem-se aos conflitos territoriais ainda existentes, mesmo após a independência já ter sido declarada. Bartolomé Mitre posiciona-se dessa forma:

Então, a Bolívia não era o que é hoje; uma nação homogênea, que não compreende e nem pode compreender outro sistema que o representativo republicano. (1847: 19)

O autor, além de recuperar o contexto do pós-independência e mostrar que naquele momento o republicanismo não era tão sólido na Bolívia, também estabelece uma relação com o contexto de produção da obra, ou

seja, o próprio momento em que escreve. Para Mitre, somente após o período da Confederação Peru-Boliviana (momento em que produz seu romance), e com o governo de Ballivián, pode-se dizer que a Bolívia tornou-se uma nação “homogênea” e com um regime republicano consolidado. Durante os primeiros anos de independência, o que existiu, conforme o autor, foram conflitos internos e externos durante grande parte do tempo.

Lembremos que a Independência do Baixo e Alto Peru foi conquistada após a Batalha de Ayacucho, em dezembro de 1824, em que os exércitos realistas foram derrotados pelo exército patriótico comandado pelo general Sucre. No entanto, isso ainda não significava que a região era independente (KLEIN, 2010: 164-165). A questão agora não estava mais no âmbito militar, e sim no político: a organização da nova região libertada. Sucre precisava lidar com três posições distintas: a primeira, que defendia a criação de uma região independente; a segunda, que se posicionava a favor da incorporação ao Peru; e, finalmente, a terceira que era se ligar à Argentina. Tais questões foram debatidas durante a Assembleia de Chuquisaca, iniciada em julho de 1825 (BASADRE, 1948: 80). Ao fim, em 6 de agosto de 1825, o partido dos separatistas venceu a votação e declarou a independência oficial da região. É importante frisar que tal acontecimento ocorreu também porque as assembleias do Peru e da Argentina aprovaram tal separação.

Após o término da guerra, a região, como era de se esperar, estava desolada. Nesse primeiro momento, Sucre foi eleito presidente da Bolívia (1826-1828). Devido ao quadro do pós-guerra e às forças opositoras, acabou deixando o cargo (KLEIN, 2010: 173-179). Assim, Santa Cruz ocupou o cargo de presidente da Bolívia, a partir de 1829. O governo de Santa

Cruz (1829-1839) é considerado pela historiografia como um governo, de certa maneira, estável, comparado com os anteriores, que tiveram uma duração muito curta. Realizou diversas transformações que possibilitaram uma recuperação do quadro do pós-guerra. Foi durante esse período que surgiu a Confederação Peru-Boliviana (1837-1839).

A Confederação constitui-se na integração política entre o Peru e a Bolívia (GUARDIA, 2007: 389). Santa Cruz havia sido presidente do Peru e já acalentava a ideia de unir os dois países. Tal união foi justificada pela antiga ligação existente entre essas regiões desde os tempos coloniais, e até mesmo antes. Outro motivo foi a questão da “anarquia” presente no Peru, que também poderia atingir a Bolívia, caso não fosse controlada. Santa Cruz exercia poderes ditatoriais sobre a Confederação. A oposição foi feita pela própria elite limenha por meio de periódicos, atacando a origem mestiça de Santa Cruz. Além disso, também houve oposição de países vizinhos, como Argentina e Chile. A Argentina atacou a Confederação pela região de Tarija, pertencente agora à segunda. Chile também declarou guerra à Confederação. Devido a tais circunstâncias, em 1839, a Confederação Peru-Boliviana foi derrotada pelas tropas chilenas.

Com o fim da Confederação, instaurou-se novamente um período de guerra, agora entre o Peru e a Bolívia. Tal conflito só chegou ao fim após a Batalha de Ingavi, em novembro de 1841, em que tropas peruanas e bolivianas se enfrentaram. Podemos afirmar que é a partir desse momento que a construção da identidade nacional boliviana começou a consolidar-se, pois foi necessário afirmar e contrapor sua identidade à peruana. Ao retornar à Bolívia após vencer tal batalha, Ballivián foi eleito presidente e governou de 1841 até 1847.

Por meio da fala de D. Ricardo Pérez, podemos perceber qual é a visão do autor sobre os primeiros anos de independência.

-Você diz que nós ganhamos nas mudanças que foram executadas? O que nós ganhamos? Passamos a ser escravos de outros tiranos maiores do que tínhamos antes, que dispõem de nossas vidas e propriedades a seus caprichos; ter direitos escritos no papel, sendo a vontade do caudilho a única que impera; entrar no caminho da desordem e da anarquia em vez do progresso e das melhorias, e por último ser nação soberana e independente somente para buscar querelas com nossos vizinhos! Vivemos no meio da desordem, da pobreza e do sangue. Para alcançar resultados semelhantes não se merecia imensos sacrifícios como foram feitos, assolando o país e sacrificando milhares de vítimas. (1847: 20)

Acredito que se possa afirmar que tal representação não seja exclusivamente da Bolívia. O processo ocorrido na Argentina, lugar de nascimento de Mitre, também pode ser visto nesse trecho. Talvez, por meio desse romance, Mitre não estivesse pensando somente no caso boliviano mas também refletisse sobre os acontecimentos que estavam em curso em seu país. O governo do caudilho Juan Manuel de Rosas (1829-1852) pode ter inspirado tal reflexão. Segundo Goldman e Salvatore (1998: 10), para Mitre o caudilhismo poderia contribuir de forma positiva para a formação da nação. No caso boliviano, o termo caudilho⁹ refere-se, provavelmente, ao idealizador da Confederação Peru-Boliviana, Santa Cruz, pois esse é o período que, segundo Mitre, representa a desordem e a anarquia. Apesar disso, como afirmado anteriormente, esta foi, segundo a bibliografia con-

⁹ O termo caudilho é entendido no romance no sentido clássico: “el caudillo era la expresión de la barbarie gaúcha, la que a su vez provenía de las condiciones del desierto, un espacio social donde la violencia se había convertido en forma de vida” (GOLDMAN, SALVATORE, 1998: 8).

sultada, uma época importante para chegar ao contexto retratado por Mitre: o de uma nação supostamente “homogênea” e “sem conflitos”.

A visão final sobre a independência é representada de uma forma ainda positiva. Nas palavras de Eduardo,

- Os males que você enumera são positivos, mas não é por isso que temos que acreditar que serão eternos. Já demos o primeiro passo, que era o mais difícil, e não devemos considerar a atual ordem das coisas senão como transitória. (1847: 20)

Assim, podemos notar que o autor entende que esse período conturbado do pós-independência não perdurará para sempre. O lado positivo de tantos conflitos era que finalmente o primeiro passo para a mudança tinha sido dado. Tinham-se passado os governos “caudilhescos”, conflitos fronteiriços e desordem, mas estas tinham sido, para Mitre, “etapas transitórias”. Ao final de tal processo, de acordo com suas expectativas, reinaria a ordem e um novo futuro brilharia para a América. Na Bolívia, esse futuro deveria começar com o governo de Ballivián.

Consultando a bibliografia, notamos que justamente no governo de Ballivián que foram realizadas algumas reformas, principalmente, no setor educativo, com a chamada “Reforma de Frías” (1845). Além disso, criaram-se escolas especiais para mulheres e promulgou-se o Código Militar (BASADRE, 1948: 304). Ainda foi em seu governo que o periódico *La Época* foi fundado por exilados argentinos.¹⁰ Ballivián teve apoio desses exilados, incluindo Mitre, que por meio do jornal celebravam tal governo (TORRICO, 2011: 102-103). Assim, podemos perceber que Mitre aderiu

¹⁰ Com a chegada de Juan Manuel de Rosas ao governo de Buenos Aires, vários intelectuais foram perseguidos e acabaram por exilar-se em países vizinhos.

ao projeto político do governo de Ballivián e expressou tal escolha também por meio da literatura. Seu romance nos mostra o embate político que estava presente nesse contexto e o que representava as possibilidades de escolha e rechaço pelos diferentes projetos políticos.

Considerações finais

Observamos que a visão de história de Mitre, em certa medida, já veio sendo construída e refletida pelo autor desde a sua juventude. Alguns aspectos do que Mitre entende por história estão presente em seu romance *Soledad*. Segundo Shumway, a história para Mitre “é um relato exemplar, um meio de modelar o futuro. Utiliza deliberadamente o passado para criar uma mitologia nacional, uma ficção-diretriz, cuja função primordial é justificar a Argentina que ele vislumbrava” (2008: 254). No caso boliviano, o autor, em menor escala, também procurou justificar e legitimar o projeto nacional a que tinha aderido, isto é, ao do governo de José Ballivián.

Para tanto, o historiador argentino utilizou-se do romance literário, acreditando que “o romance popularizaria nossa história lançando mão dos sucessos da conquista, da época colonial e das lembranças da guerra de independência” (MITRE, 1847: 2). *Soledad*, Eduardo, Enrique e D. Ricardo são personagens alegóricos que representavam para Mitre o período independente, a revolução e o período colonial. A construção destes estava baseada na visão de história que se pretendia construir do contexto pós-independência. O período colonial é retratado como algo antigo e atrasado. Já o período independente, referente ao governo de Ballivián, é o representante do novo e do moderno.

Com um romance com viés não só histórico, mas também didático e moralizante, Mitre contribuiu para a legitimação do projeto nacional que estava sendo construído por Ballivián e também, posteriormente, para que este integrasse à “galeria de celebridades” da história nacional da Bolívia.

Referências Bibliográficas

AGUILAR RIVERA, José Antonio. “Dos Conceptos de República”. In: AGUILAR, José Antonio y ROJAS, Rafael (coordinadores). **El republicanismo en Hispanoamérica**. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 69.

BASADRE, Jorge. **Chile, Perú y Bolivia independientes**. Barcelona – Buenos Aires: Salvat Editores, 1948.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

DONGHI, Túlio Halperin. Mitre e a formulação de uma história nacional para a Argentina. **Estud. av.**, São Paulo , v. 8, n. 20, abr. 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100020&lng=pt&nrm=iso>.

ENTIN, Gabriel. “Tulio Halperin Donghi y la revolución como exploración”. **Prismas** vol.15 no. 2 Bernal jul./dic. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/prismas/v15n2/v15n2a09.pdf>

FREITAS, Sicília Calado. “Sob o manto azul de Nossa Senhora: a cor nos ternos de catopés em Montes Claros”. **Pelas vias da dúvida**. 2º Encontro de Pesquisadores dos Programas de Pós-graduação em Artes do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://pelasviasdaduvida2.files.wordpress.com/2012/11/sicc3adlia-calado-freitas-sob-o-manto-azul-de-nossa-senhora-a-cor-nos-ternos-de-catopc3aas-em-montes-claros.pdf>

GOLDMAN, Noemí y SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GUARDIA, Amelia. “La idea confederacionista de Andrés de Santa Cruz: un proyecto de imaginación no compartido”. In: MC EVOY, Carmen y STUVEN,

Ana María (eds.) **La república peregrina: hombres de armas y letras em América del Sur**, 1880-1884. Lima: IEP-IFEA, 2007.

KLEIN, Herbert. “O fim da sociedade colonial e a criação de uma nação independente (séculos XVIII e XIX)”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Peru e Bolívia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. v. 4.

MESA, José de; GISBERT, Teresa; GISBERT, Carlos D. Mesa (org.). **História de Bolívia**. 7ª ed. Editorial Gisbert.

MITRE, Bartolomé. **Soledad**: novela original. Edición digital basada en la de Paz de Ayacucho, Imprenta de la Época, 1847.

MYERS, Jorge. “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)”. In: PAMPLONA, Marco Antonio; MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Região do Prata e Chile. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. v. 1.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América latina no século XIX**: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**: história de uma idéia. São Paulo; EDUSP: Editora UNB, 2008.

TORRICO, Percy Boris Brun. Representación de la nación boliviana en la prensa de la ciudad de la Paz (1829 - 1899). Quito, 2011, 403 p. Tesis (Doctorado em Historia). Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador.

UNZUETA, Fernando. *Soledad* o el romance nacional como folletín: proyectos nacionales y relaciones intertextuales. **Revista Iberoamericana**, Vol. LXXII, n. 214, Enero-Marzo 2006.

TRAJETÓRIA DE UM PATRÍCIO: CONHECENDO RIZKALLAH JORGE TAHAN E A CONSTRUÇÃO DE SEU PODER SIMBÓLICO

*Renata Geraissati*¹

Resumo: O artigo pretende reconstruir a trajetória de um expoente imigrante sírio-libanês² com ascendência armênia Rizkallah Jorge Tahan (1868-1949), tendo como foco a construção de seu poder simbólico dentro das comunidades que frequentou na cidade de São Paulo. Ao desembarcar no porto de Santos em 1895 fugiu da trajetória da maioria dos imigrantes desta nacionalidade que se tornavam mascates ao chegarem no Brasil. Rizkallah trabalhou com a fundição de cobre, algo que já fazia em sua terra natal. Após três anos na capital paulista inaugurou a Casa da Boia, balcão comercial baseado no comércio de elementos como “a boia sanitária” – o que permitiu seu enriquecimento e, o consequente investimento em uma série de obras nos centros “velho” e “novo” de São Paulo.

Palavras-chave: Rizkallah Jorge, Imigração, Sírio-Libanês, Armênio, Casa da Boia.

¹ Aluna do 8º semestre de Graduação Bacharelado/Licenciatura em História na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, contemplada com uma Bolsa de Iniciação Voluntária aprovada pela Comissão Curricular de História - C-CH/UNIFESP. Link do Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4365766J5>.

² O uso da expressão sírio-libanês se dá pelo fato de que até 1926 quando a República do Líbano foi criada, tanto Síria quanto Líbano estavam em um mesmo território, a grande Síria. Como Rizkallah Jorge veio ao Brasil em 1895, sua origem ainda era “turca”, pois ainda faziam parte do Império Turco-Otomano, depois da separação passaram a ser denominados sírio-libaneses. Segundo Gattaz, a imigração árabe, a rigor, engloba outras nacionalidades, como egípcios, palestinos, sauditas, iraquianos e outros, porém os libaneses respondem por cerca de 70% dos imigrantes árabes, no Brasil.

Introdução

A cidade de São Paulo é marcada pela presença de uma enorme diversidade, tanto na fisionomia dos paulistas, como na existência de bairros que são predominantemente habitados por determinadas etnias - como é o caso da Liberdade. Esta interação de diversas etnias é fruto de um processo migratório que trouxe a capital indivíduos das mais variadas partes do mundo. A maior parte da imigração ocorreu entre fins do século XIX e início do XX, momento em que o café já havia trazido uma série de riquezas a cidade de São Paulo e havia propiciado que ela se tornasse central no cenário político brasileiro.

O incentivo à imigração se deu por um projeto de branqueamento da nação, a autora Paula Beiguelman, destaca que antes mesmo da abolição foram criadas leis em São Paulo que incentivavam a imigração, tal como a lei nº 36 de 21 de fevereiro de 1881, que consignava um valor para o pagamento das passagens para os imigrantes. Portanto a abolição serviu apenas para intensificar este processo na medida em que fez com que os cafeicultores paulistas perdessem grande parte de sua força produtiva, o que os levou a realizarem a passagem do trabalho escravo para o livre. Esta transição, também explorada em termos capitalistas, promoveu incentivos à imigração, sobretudo na forma de colonato.



Figura 1 - Retrato Rizkallah Jorge. **Fonte:** Acervo da Casa da Boia.

Neste projeto de branqueamento da sociedade algumas etnias foram privilegiadas como mão-de-obra, especialmente os europeus. Os sírio-libaneses, principalmente por sua escolha pela atividade comercial não coincidiam com os projetos que a sociedade possuía para a imigração, que era suprir a falta de mão-de-obra, logo não resolveriam, “o problema do braço agrícola, não era conveniente ao país. A imigração síria está nestas condições e é preciso dizê-lo sem reservas, pois as ideias não se misturam com interesses e conveniências³”. Portanto, ao contrário do que se desejava, uma imigração rural, a imigração sírio-libanesa foi majoritariamente destinada a ambientes urbanos e formada principalmente por homens solteiros. Apesar de considerada uma imigração indesejável, diversos sírios libaneses vieram para a capital paulista e para o Brasil, fazendo com que nos anos 2000 uma pesquisa concluísse que havia aproximadamente 1 milhão de descendentes no Estado de São Paulo (Revista Veja São Paulo, 5 fev. 2003) e 10 milhões no Brasil (Revista da Folha, 23 out. 2001).

Dessa forma, fica clara a necessidade de produções acadêmicas que contribuam para o estudo do impacto destes imigrantes e que mostrem aspectos da cultura “árabe”, que possui uma enorme circularidade cultural com a cultura brasileira, algo que possibilitou que a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil escolhessem por permanecer aqui.

O artigo pretende analisar a afirmação no espaço de um imigrante sírio-libanês e a consolidação de seu poder simbólico. Trata-se de Rizkallah Jorge Tahan, que em sua trajetória, tanto profissional quanto pessoal, atuou intensamente no mercado imobiliário, no ramo da

³AMARÍLIO JÚNIOR. *As vantagens da imigração síria no Brasil*. Rio de Janeiro: Estab. Artes Gráficas, 1935, p.39.

construção civil salubre e higiênica e desempenhou uma série de atividades de urbanização na capital paulista. Portanto, o artigo visa entender suas formas de viver na cidade e suas redes sociais, enxergando o homem que construiu um papel “positivo” junto às comunidades que frequentou. Posto isto, convém frisar que o recorte temporal desta pesquisa abarcou os anos de 1895, data de seu estabelecimento no Brasil, mediante sua chegada a Santos, até o ano de sua morte, em 1949, em São Paulo.

Começamos conhecendo a trajetória de Rizkallah na capital e os aspectos que propiciaram com que este pudesse deixar diversas marcas na cidade.

Compreendendo Rizkallah Jorge Tahan: sua história de vida e a formação de sua identidade

Como tantos imigrantes, Rizkallah Jorge também migrou para São Paulo buscando melhorar sua vida. Ele almejava que sua vinda ao Brasil propiciasse uma melhora de condições sociais para sua família, já que era o arrimo desta. Porém não foi apenas a precária condição econômica que impulsionou a vinda de sírio-libaneses ao Brasil. Alguns fatores políticos e religiosos, também determinaram a saída de muitos destes homens. Durante o século XX o governo turco tomou medidas impopulares incitando que as religiões ficassem umas contra as outras, ocasionando em 1861 o massacre de muitos libaneses cristãos. Não se pode esquecer que entre estas comunidades a religião possui um papel central, estando presente nas mais variadas dimensões da vida, ultrapassando a natureza espiritual. A perseguição religiosa levou muitas famílias cristãs libanesas e sírias a

abandonar o Oriente e migrar. Porém, mais importante que os fatores que propulsionaram sua decisão de migrar estão os fatores que influenciaram sua vivência e permanência na capital. Sua trajetória de vida e a posição de destaque adquirida dão indícios destes fatores.



Figura 2 - Família de Rizkallah no Brasil, mostrando sua importância enquanto núcleo desta.

Fonte: Revista “Al-Kálimah”.

Nascido em 14 de maio de 1867 na cidade Aleppo, norte da atual Síria, Rizkallah Jorge perdeu sua mãe quando tinha oito meses. Seu pai tanto por ocasião do falecimento de sua esposa, quanto por um fator econômico (a grande concorrência na fundição de cobre, sua área de atuação, uma profissão muito comum na cidade de Aleppo), decidiu por se mudar para Homs, fazendo com que Rizkallah fosse criado até os cinco anos por sua avó paterna. (IN: “AL-Kálimah”) ⁴.

Em 1882 seu pai retornou a Aleppo e se casou novamente, levando o pequeno Rizkallah para morar consigo. Esta convivência com seu pai fez com que o mesmo aprendesse a técnica da fundição de cobre, elemento decisivo para o estabelecimento de seu comércio em São Paulo.

⁴ Biografia feita por Farés Dábague. (IN: “AL-Kálimah”) São Paulo, 25/08/1934. Dábague conta que para escrever a biografia teve como base os 15 anos de convivência com Rizkallah, período em que ficou sabendo de diversos fatos da vida deste.

Após a morte de seu pai e seu casamento, em 1895, com Zakie, filha de Mardo Naccache, um parente seu, Rizkallah se tornou o núcleo de sua família em Aleppo, sendo o responsável por sua manutenção. Com seu casamento, sua situação financeira se tornou ruim e as notícias sobre o enriquecimento na América fizeram-no decidir emigrar sem avisar nenhum de seus familiares, deixando-lhes apenas um bilhete para lerem depois que já tivesse partido. Com apenas seis meses de casado tomou um vapor até Trípoli e um vapor francês com direção ao Brasil, desembarcando no Porto de Santos e seguindo viagem com seus companheiros à cidade de São Paulo (IN: “AL-Kálimah”).

Sua trajetória na capital foi bastante singular. Ao contrário da maioria dos imigrantes de mesma procedência que chegavam à cidade e se envolviam com a comercialização de tecidos e outros objetos, tornando-se, assim, mascates, Rizkallah Jorge procurou uma profissão que se adequasse à atividade que exercia em sua terra natal: a fundição de cobre⁵. Isto mostra uma peculiaridade deste imigrante dentro do grupo de sírio-libaneses que imigraram ao Brasil, pois a grande maioria destes homens

⁵ As características da imigração de Rizkallah Jorge parecem bastante singulares, se analisadas em comparação com as características do processo migratório desta nacionalidade escritas em “Sírios e Libaneses e seu Descendentes na Sociedade Paulista”. Truzzi propõe que a decisão de migrar era tomada no seio familiar, esta se destinava a uma acumulação de capital que serviria para adquirir bens em sua terra de origem tendo assim um caráter temporário; por fim propõe que a maioria destes veio para ser mascate uma vez que é uma profissão que exige pouco investimento inicial. O caso de Rizkallah mostra que quando imigrou já era casado, portanto o padrão homens solteiros que são enviados pela família não se encaixa com seu caso e ao chegar a São Paulo este não se tornou mascate e, sim, trabalhou como funcionário em uma empresa. Com o dinheiro que acumulou neste período, não comprou propriedades em sua terra natal, mas adquiriu a Casa da Boia, trazendo, posteriormente, sua família ao Brasil., indicando possivelmente que sua migração não possuía um caráter temporário.

eram camponeses analfabetos, já este sabia ler, escrever⁶ e era um artesão bem posto em sua sociedade de origem, algo que era notado dentro da comunidade aqui fixada e que foi explorado por ele como fator de distinção social e de capitalização (BOURDIEU, 1992).

Após três anos no Brasil, Rizkallah Jorge, inaugurou seu primeiro empreendimento: uma fábrica de cobre, popularmente conhecida como Casa da Boia⁷, situada na Rua Florêncio de Abreu 123, considerado um dos empreendimentos mais antigos e tradicionais no comércio de metais da cidade de São Paulo (PONCIANO, 2007, p.88). Sua história na Casa da Boia será de muito sucesso. O local, existente até os dias de hoje, é um dos mais famosos exemplares do ecletismo arquitetônico na capital paulista e foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo em 1992, passando por um restauro em 2008. Originalmente, o andar térreo possuía funções comerciais e o pavimento superior servia de moradia ao proprietário (TIRAPELI, 2007, p.159), que ali permaneceu entre a virada dos séculos XIX e XX.

⁶ Existe uma outra versão quanto a esta informação no depoimento de sua nora Maria DermargosRizkallah no livro *Memória da Imigração*. Neste a depoente diz “Meu sogro era inteligente, não tinha estudo, não sabia nada, nem árabe nem francês, nem nada; ele veio para cá sem nada, aprendeu a falar o português depressa.” GREIBER, Betty Loeb; MALUF, Lina Saigh; MATTAR, Vera Cattini. **Memórias de Imigração: libaneses e sírios em São Paulo**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p. 419.

⁷ Atualmente todo o Acervo Pessoal de Rizkallah Jorge está situado neste local, em se tratando de acervo ainda não organizado segundo os procedimentos da arquivologia, não é possível informar com exatidão a localização das peças do arquivo. Informo, ainda, que o acervo poderá entrar em fase de organização em curto espaço de tempo, o que poderá auxiliar o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Com a inauguração de seu primeiro estabelecimento e por já estar em uma situação financeira estável Rizkallah pôde, ainda, no ano de 1898, trazer sua esposa ao Brasil e aqui teve seus três filhos, sendo: Jorge, o mais velho, Nacib, o do meio e Salim, o caçula. Em 1919,



Figura 3- Funcionários Trabalhando na Casa da Boia.

Fonte: Arquivo Casa da Boia.

mudou-se com a família para a mansão, na esquina da Avenida Paulista com a Rua Bela Cintra.

Deve-se destacar que quando Rizkallah Jorge chegou à capital, o ambiente paulista já havia passado por modificações que visavam sua modernização. Estas ocorriam desde o último quarto do século XIX, procurando tornar, de fato, a capital o centro regional, econômico e comercial de São Paulo, buscando responder às novas necessidades surgidas nesta sociedade moderna. Portanto, entre fins do XIX e início do século XX uma série de projetos foi pensada para o espaço urbano paulistano, tendo por objetivo cosmopolitanizar a capital. Todas as construções encomendadas por Rizkallah estavam localizadas nessas regiões que foram alvos destes projetos, e se situavam principalmente na região central que ainda era uma das mais valorizadas na cidade de São Paulo.

O autor Benedito Lima de Toledo em “Três cidades em um Século” propõe que as mudanças que a cidade sofreu foram de tal magnitude que

uma geração não reconhecia a cidade surgida uma geração depois. Para este autor, a cidade seria como um palimpsesto⁸, em que três cidades foram construídas e destruídas em um século. Em fins do XIX a cidade que existia guardava feições coloniais, com ruas estreitas e irregulares, algo que caracterizaria uma “mudy city”, porém com a chegada da ferrovia uma nova cidade surgiu e o local deixou de ser uma parada de tropeiros edificada com taipa de pilão, para virar uma cidade de tijolos, que, por fim, foi substituída pela cidade das indústrias, feita em concreto-armado, marcada pela altura.

Rizkallah Jorge soube aproveitar o momento em que florescia na capital paulista a atividade imobiliária e entre os anos 1925 e 1930, construiu pelo menos seis grandes imóveis na capital⁹. Estes edifícios erigidos lhe renderam uma representação social no tecido urbano da cidade, se tornando uma manifestação visual de seu poder e projetando seu nome entre seus pares. Eles mostravam que ele, mesmo tendo chegado a São Paulo com recursos financeiros escassos, conseguiu atingir fortuna. Portanto, suas atividades ligadas ao ramo da construção, contribuíram para seu objetivo de atingir reconhecimento nas sociedades em que frequentava. Todas essas construções estavam de acordo com os estilos arquitetônicos vigentes, esmaecendo a ideia recorrente na historiografia arquitetônica de que os imigrantes procuravam construir locais que lembrassem sua

⁸ Embora esta teoria não seja plenamente aceita na pesquisa, os marcos visuais e históricos da obra são imprescindíveis para o entendimento da cultura arquitetônico-urbanística dentro do recorte temporal.

⁹ Os edifícios Palacete São Jorge, Palacete Paraíso e 1928 Palacete Aleppo, na Rua Carlos de Souza Nazaré; um prédio no número 92,93, 157 na Rua Florêncio de Abreu; um prédio, no número 1003, da Rua 25 de Março.

pátria de origem por saudosismo ou necessidade de afirmação na sociedade brasileira.

Entre os anos de 1910 e 1940 foi proprietário da Garage Rouge na Rua Florêncio de Abreu, uma oficina de concertos mecânicos. Suas atividades comerciais não se esgotaram no comércio, ele também atuou importando cargas e alugando imóveis¹⁰.

Esta gama de atividades encontradas na trajetória de Rizkallah Jorge parece encontrar paralelo com a própria quantidade de comunidades estrangeiras com as quais manteve laços. Ele também contribuiu com comunidade armênia doando um terreno e dinheiro para a construção da Igreja Apostólica Armênia do Brasil, em 1938 (Folha de São Paulo, 20 de março de 1937), e novamente em 1949, uma vez que a antiga foi desapropriada pela prefeitura. No ano de 1921 ajudou a coletividade síria na construção do Hospital Sírio e contribuiu para a fundação do Clube Sírio Libanês. Doou para campanha de Solidariedade Contra a Lepra a verba necessária para a construção de um prédio destinado à obra comunitária e também o dinheiro para a construção do prédio principal do Clube Sírio, que tem seu nome gravado na fachada¹¹. Portanto fica evidente que Rizkallah Jorge foi importante também para os círculos sociais destas comunidades. O mesmo escreve em telegrama “A melhor filantropia é aquela que é feita, em primeiro lugar, aos familiares (IN: “AL-Kálimah”. Carta de 28/06/1934)”, se referindo ao fato de preferir ajudar a seus pares.

¹⁰ Recibos, contratos e notas fiscais do Acervo da Casa da Boia atestam estas atividades.

¹¹ O acervo da Casa da Boia contém recibos e cartas que se referem a estas doações.

Essa vivência entre sírios, armênios e libaneses é explicada por sua genealogia. Nascido em Aleppo na Grande Síria, região que durante o Império Otomano compreendia as regiões do Líbano, Síria, Jordânia, Israel e territórios da Palestina, Rizkallah Jorge era de família de origem armênia por isto o sobrenome Tahan. Esta origem tanto sírio-libanesa quanto armênia fez com que este transitasse no Brasil entre as duas comunidades¹².



Figura 4- Placa em homenagem a doação a Revista “Al- Kálimah”.

Fonte: Revista “Al- Kálimah”.

Percebeu-se que Rizkallah continuou conectado com a sua pátria devido alguns acontecimentos, dentre eles, seu retorno a Aleppo, em 1911, para uma viagem, quando doou o sino existente na Igreja dos Quarenta Mártires e a verba para a construção de uma torre; e novamente em 1921 quando foi realizado o casamento de seu filho Jorge com Maria Demargos, que lhe deram cinco netos. O imigrante também se ligava à região por meio da benemerência doando em 1916 ao prefeito de Aleppo, Bei Ghaleb Katraghássi 2500 francos, para que este distribuisse comida à população da cidade, que estava sofrendo com a Primeira Grande Guerra.

¹² Isto pode ser percebido em suas benemerências que iam desde doações a sua cidade na Síria, quanto a construção da Igreja São Jorge para a Comunidade Armênia.

Em 1934, doou a Associação “Al-Kálimah” mil libras otomanas e recebeu a medalha de mérito do Governo sírio.

Sua importância à pátria de origem se deu também no fato que entre os anos de 1920-1930 muitos dos imigrantes que fugiram dos massacres se hospedaram em sua casa enquanto não tinham condições de sobreviver na cidade.

Em fins da década de 20 seu filho Nagib se casou com Olga, filha de Taufik Casmie, tendo com ela dois filhos. No ano de 1928 recebeu o certificado de naturalização e realizou uma película mostrando a Casa da Boia¹³, sua família e suas obras, tais como o Palacete São Jorge. O filme, talvez seja uma tentativa de preservar seu legado para a comunidade em São Paulo.

Em 14 de junho de 1949 sua trajetória de sucesso na capital teve fim, o filantropo recebeu uma série de homenagens após sua morte das diversas instituições que colaborou, entre elas, o Orfanato Lar Sírio e a Igreja São Jorge (Estado de São Paulo, 21/06/1949; 19/06/1949). Ele foi enterrado no cemitério da Consolação, sendo seu túmulo mais um monumento que perpetua seu nome e legado. O túmulo possui inscrições em árabe que remetem a sua origem e demonstram sua religiosidade, bem como esculturas que representam a cidade de São Paulo, a indústria que



Figura 5 – Túmulo de Rizkallah.

Fonte: Eternity Art Blog.

¹³ O original deste documento se localiza no Acervo da Casa da Boia.

desenvolvia na cidade, além de motivos religiosos e a imagem da Igreja São Jorge¹⁴.

Seu poder simbólico e a atividade filantrópica

A filantropia desempenhada por Rizkallah Jorge, possivelmente foi o principal fator que contribuiu para afirmá-lo dentro das comunidades que frequentou e para a sua formação como uma figura mítica.

A atividade da benemérita possui uma centralidade nas famílias sírio-libanesas, funcionando como uma espécie de elo entre estas pessoas que passaram pelo processo migratório. No local onde estas famílias se estabelecem elas criam redes de ajuda mútua e de manutenção de costumes por meio das instituições filantrópicas. Um dos exemplos para entender o papel que a filantropia tem dentro desta comunidade é

o Orfanato Lar Sírio (SOUKEF, 2005), criado por uma comunidade de imigrantes vindos de Homs em 1923. O lar é mantido até os dias de hoje



Figura 6 - Capa da Edição Especial da Revista “Al- Kálimah”.

Fonte: Acervo Pessoal Casa da Boia.

¹⁴ Disponível em: <http://eternity-art.blogspot.com.br/2009/12/rizkallah-jorge-tahanian-arte-tumular.html> Acesso em: 04/02/2013.”

pela colônia sírio-libanesa de São Paulo. A história deste orfanato permite que se perceba em que grau a coletividade se une em torno de um propósito - formar um orfanato - mostrando que a história da imigração está intimamente ligada ao surgimento das instituições filantrópicas. O próprio Rizkallah Jorge Tahan foi um dos grandes colaboradores desta instituição. Pelo fato de ter realizado doações vultosas, foi-lhe feita uma homenagem, batizando uma das alas do orfanato com seu nome (Estado de São Paulo 25/12/1942).

Outro episódio que ajuda a dimensionar a importância desta questão se dá em torno de uma revista contida em seu acervo pessoal. A revista “Al-Kálimah”¹⁵ possibilita entender e interpretar o papel que a filantropia adquiriu na trajetória de Rizkallah. A revista síria é uma edição especial feita em sua homenagem, como uma forma de agradecimento por uma doação feita que possibilitou evitar sua falência. Em seu conteúdo consta toda a correspondência trocada entre ele e os redatores da revista para que a doação pudesse ser realizada. A reprodução de reportagens sobre como a doação repercutiu na região, bem como a correspondência a respeito da medalha de mérito concedida pelo Governo sírio a Rizkallah. O editor da revista também encomendou obras como poemas para homenageá-lo e uma biografia escrita, em 1934, por Fáres Dábague, presidente do Esporte Clube Sírio.

A revista mostra que por meio da benemerência, Rizkallah Jorge, foi reconhecido publicamente em sua cidade natal, recebendo uma medalha de mérito. Observa-se que por meio dos poemas encomendados pela

¹⁵ Tradução de Abdallah Mansur “O Verbo”.

homenagem da revista passou-se a existir uma espécie de adoração em torno da figura de Rizkallah. Por exemplo: “Alegra-te e regozija-te, ó Cidade de Alepo, a Branca, porque tu continuas a dar à luz a filhos devotados, que fazem subir o teu prestígio e elevam cada vez mais a tua posição (Revista “Al-Kálimah”)”.

Portanto, esta doação fez com que ele obtivesse uma posição de destaque tanto em sua comunidade natal quanto na sociedade em que vivia, pois podemos perceber que até em São Paulo a notícia de sua homenagem teve uma repercussão, tendo em vista que o presidente do Clube Sírio sentiu-se na obrigação de escrever uma biografia de Rizkallah.

Estes dois episódios de benemerência realizada por Rizkallah lhe propiciaram um poder simbólico. De acordo com as concepções de Durkheim as funções sociais exercidas pelos agentes tendem sempre a se transformar em funções políticas (BOURDIEU, 1992a, p.30). Em decorrência deste fato, os sistemas simbólicos passam a representar, também instrumentos de poder de legitimação da ordem vigente. Este poder cumpre ainda com uma função agregadora dentro de si, pois vemos que as comunidades tendem a se agregar ao redor de seus símbolos culturais.

Um dos exemplos que permite compreender o poder simbólico deste imigrante por meio de sua benemerência se dá na carta a seguir:

“SR. RIZKALLAH JORGE TAHAN

Tem uma cabeça alongada, a sua testa é larga, suas bochechas são planas, até o término do maxilar inferior e o seu queixo é bem acabado. E assim ela tem uma aparência perfeitamente proporcio-

nal no seu conjunto, suas feições são nítidas e a sua parte superior não é diferente, em tamanho, e inferior.

Tem dois olhos abertos com delicadeza, há em suas duas pupilas um brilho suave, que irradia mensagens de compaixão e carinho.

É como se você, ao olhar para o traçado de seu rosto e para o comprimento e a proporcionalidade que ele contém, tivesse a impressão de ver surgir na sua frente um daqueles capitalistas americanos, que foram chamados de reis, como "Ford", "Rockefeller", "Morgan" e outros. Pois, há em seu semblante muita semelhança com aqueles ricos, dos quais nos separa o Oceano Atlântico.

Sim, o Sr. Tahan em sua aparência é americano nos seus trajes, porém é árabe em seu íntimo e em seu sentimento. Se houver nele algum traço de moralidade americana seria o de ser um daqueles americanos filantropos, que doam dinheiro, generosamente, por amor à Humanidade e que não fazem distinção entre um povo e outro ao fazerem as suas doações, mas o que lhes interessa é ajudar todo necessitado, socorrer toda pessoa atingida pela desgraça e levar adiante todo projeto beneficente ou construtivo.

Se compararmos o Sr. Rizkallah aos donos das grandes fortunas do Novo Mundo e aos seus filantropos, não estaremos sendo exagerados, pois mesmo se a sua fortuna não puder ser comparada às fortunas de Ford, Rockefeller, Morgan e outros reis da riqueza, ele é considerado um dos grandes ricos de nosso país e dos países de imigração.

Se olharmos para a sua fortuna, em relação às fortunas dos grandes filantropos americanos, donos de bilhões, veremos que ele não é menos filantropo do que eles.

Na sua terra natal, a Cidade Branca (Alepo), ele fez tanta caridade, que este espaço não é suficiente para enumerá-la. todavia, basta-nos dizer que ele distribuiu grandes somas de dinheiro para os necessitados e idosos, doou para a reanimação do projeto da Associação Al-Kalima (O Verbo) mil libras otomanas de ouro. Este pródigo patriota continua a dar prosseguimento às suas doações, de modo que não passa muito tempo sem que ele faça uma boa e notável obra e uma caridade generosa. Como é bom quando a riqueza está nas mãos de pessoas como este homem magnânimo. Como seria bom se os nossos ricos da Síria e dos países de imigração copiassem o seu exemplo e purificassem o seu dinheiro com um pouco de caridade, mesmo que mínima, pois a purificação traz bênção e abundância às fortunas. Que valor tem um rico que só trata de juntar dinheiro e não gasta nada dele em benemerência e filantropia?

Os nossos abastados devem tomar o Sr. Tahan como exemplo, pois ele graças à sua fortuna e generosidade é um motivo de orgulho para a Pátria Síria. Se pudéssemos computar tudo aquilo que ele despendeu em beneficência e construção, teríamos um acervo tal, que seria suficiente para lhe ser erguida uma estátua do mais puro ouro. No entanto o Sr. Tahan tem estátuas muito mais valiosas do que essa: são as estátuas de amor e gratidão, que estão sendo construídas para ele nos fundos dos corações das pessoas, que ficam aclamando o seu nome e mencionando, eternamente, as suas caridades e as suas mãos bondosas e generosas (Acervo Casa da Boia)¹⁶

¹⁶ Não se pode saber quem escreveu a carta localizada no Acervo da Casa da Boia, pois era um recorte sem referência.

Nela é possível perceber tanto o prestígio quanto o poder exercido por Rizkallah dentro da comunidade que convivia. Na carta ao serem retratados aspectos físicos, por exemplo, os “olhos abertos com delicadeza que denotam compaixão” pode-se perceber como esta figura era bem quista e tratada com carinho por seus pares. A admiração também fica evidente ao se descrever as diversas obras de caridades feitas por estes e, por fim, ao ser comparado com homens como Rockefeller. Ao ser mencionado o tamanho de sua fortuna, fica claro que a comunidade em que este exerceu sua influência sabia da dimensão de seu poder tanto econômico quanto político.

O aspecto agregador do poder simbólico de Rizkallah pode ser identificado tanto no sentido de criar uma rede da comunidade em torno de suas atividades filantrópicas, quanto no fato de ter abrigado os membros recém-chegados até que pudessem se estabelecer na cidade. Isto foi importante, principalmente após os anos 20, em que muitos fugiram dos massacres ocorridos na Turquia. Michel Nercessian, em entrevista a Carlos Chirinian, relata sobre esta situação, destacando que as pessoas fugidas do massacre desembarcavam no Porto de Santos em situações precárias e portando poucos pertences. Relembra, também, um episódio:

“Um dia, um armênio já radicado em Santos soube que uma leva de conterrâneos seus havia chegado ao porto. Foi até lá, levou-os à estação ferroviária e os ajudou a embarcar para a capital. Aqui chegando, não tendo onde morar nem para onde ir, foram recebidos por Rizkallah Jorge, que os abrigou num casarão que possuía na esquina da antiga Rua Anhangabaú com a Barão Duprat. Era um

grande galpão de três andares, onde o benemérito abrigava as famílias. Estas, permaneciam lá por cerca de dois ou três meses, até terem condições de se mudar para outro imóvel e liberar o espaço para novas levas de imigrantes. O espaço de cada família era delimitado por cortinas.”

Outro entrevistado, o Sr. Agob Guludjian¹⁷ relata ao mesmo entrevistador “que o salão onde o Padre Gabriel Samuelian rezava missa, na Rua Florêncio de Abreu, havia sido igualmente cedido por Rizkallah Jorge”. A entrevista de sua nora Maria Demargos Rizkallah (GREIBER, 1998), também corrobora estes depoimentos:

“Meu sogro ajudou muitos os armênios que vinham; chegavam aqui, não sabiam falar, não tinham nada, não tinham dinheiro. Ele comprou uma casa grande, com muitos quartos, e a cada família que vinha dava um quarto (...) fazia tudo para eles (...). Depois, meu sogro fez uma Igreja para eles (...)”.

Portanto, identifica-se em Rizkallah uma rede, aos moldes da concepção de Oswaldo Truzzi que considera que no processo migratório mais importante que as questões estruturais, é o papel do agente e a rede criada em torno deste. Para o autor, a troca de informação, as relações de complementaridade e de entreajuda serão fundamentais para a migração sírio libanesa. Essa relação se estabelece tanto na acolhida dos recém-chegados pelos que aqui viviam, quanto, comercialmente, nas relações que se esta-

¹⁷ Disponível em: <<http://www.cao.org.br/rizkallahjorge.aspx>> Acesso em 04/02/2013.

beleceram entre industriais e grandes comerciantes. Tanto em mecanismos de facilidade de crédito, de fornecimento e de entre favorecimento, este apoio mútuo foi um elemento importante para as atividades econômicas desta colônia (TRUZZI, 2000, p.328).

Por fim, Rizkallah, frente a seus funcionários, também têm uma imagem de prestígio. As fotos contidas na parte iconográfica de seu acervo mostram fotos de jantares com seus funcionários em sua casa. O patrão os convidava para um almoço junto de seus familiares em sua casa na Avenida Paulista, indicando que este era uma pessoa muito acessível a seus funcionários. Algo que criou a imagem de um patrão exemplar junto de seus funcionários.

Tanto o poder simbólico quanto o poder político exercido de maneira quase imperceptível por Rizkallah Jorge só foram possíveis graças à urbanização pela qual passou a cidade de São Paulo. Bourdieu destaca que o sistema simbólico e político só podem existir no espaço urbano, pois a dispersão espacial da população rural dificulta as trocas econômicas e



Figura 7 - Funcionários na Festa de Natal em sua residência na Avenida Paulista.

Fonte: Acervo Pessoal Casa da Boia.

simbólicas e, em consequência, a tomada de consciência de interesses coletivos¹⁸ (BOURDIEU, 1992, p.35).

Posto isto, pode-se perceber que Rizkallah Jorge Tahan desempenhou papel importante na urbanização de São Paulo, mas, igualmente, produziu, intencionalmente, eventos, fatos e representações que o destacam na história social da imigração sírio-libanesa ao Brasil.

Considerações Finais

Após analisar diversos aspectos que permearam a vida de Rizkallah Jorge Tahan ao longo dos tópicos anteriores, se tornou evidente que seus empreendimentos, possuem, “talhados” em si, uma série de “histórias” que representam as necessidades e demandas de um determinado período. Portanto, estudar os empreendimentos de Rizkallah, significa conhecer: o momento sanitário de São Paulo, que foi imprescindível para seu sucesso com sua indústria e possibilitou seu enriquecimento; a imigração e os fatores que propiciaram sua vinda, relacionados à riqueza crescente na capital ligada ao café e à vinda de imigrantes sírio-libaneses que criaram redes de informação; e por fim, tanto as suas relações de sociabilidade, quanto de identidade, que firmou reafirmando seu o poder simbólico.

Ao partir de suas iniciativas na capital chega-se ao ator social que se envolveu com uma série de atividades que denotam o cosmopolitismo que passava a tomar conta do ambiente na virada do século XIX para o

¹⁸ Apesar de não podermos elencar cargos políticos/públicos ocupados por Rizkallah, cremos ter podido fazer o elenco de situações políticas e da força aglutinadora exercidas por sua figura.

XX, mostrando que a mentalidade da população, as construções e usos da cidade passaram por transformações.

Rizkallah teve um papel ativo neste contexto e a pesquisa identificou sua relevância no período, algo comprovado pela repercussão que seus atos filantrópicos tiveram nos jornais e pela cobertura da imprensa a respeito de sua morte. A intensa atividade de filantropia para a comunidade paulista, para a própria Síria e a intensa atividade comercial, que pode ser vista tanto no fato de ser proprietário da Casa da Boia, quanto em alguns contratos de aluguéis (referentes a um imóvel no Anhangabaú e a locação de uma garagem), e em cartas relativas à importação de uma carga de tabaco. Todas estas atividades fizeram com que Rizkallah mantivesse uma posição de destaque junto à comunidade que convivia.

Estes elementos ligados a sua trajetória, contribuíram para o surgimento de uma imagem mítica a seu respeito, corroborada por sua família. Os depoimentos de seus familiares são um indicativo deste fator, nos depoimentos a visão de que Rizkallah foi um homem que veio sem dinheiro e estudo, mas por meio de sua habilidade artesanal e trabalho conseguiu enriquecer, indo morar na Avenida Paulista, um dos locais de moradia das classes mais abastadas do período, é sempre repetida. Seu neto Mario Roberto Rizkallah, é quem cuida do legado do avô. Todos estes fatores mostram como o poder simbólico do imigrante foi grande dentro das comunidades em que frequentou.

Referências Bibliográficas

BEIGUELMAN, Paula. **Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992^a.

GREIBER, Betty Loeb; MALUF, Lina Saigh; MATTAR, Vera Cattini. **Memórias de Imigração: libaneses e sírios em São Paulo**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano: e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

PONCIANO, Levino. **Todos os Centros da Paulicéia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. Pág 88.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUKEF, Antônio. **Os Cinco Órfãos**. São Paulo: Diaeto, 2005.

TIRAPELI, Percival. **São Paulo Artes e Etnias**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. TOLEDO, Benedito Lima de. **Álbum Iconográfico da Avenida Paulista**. São Paulo: ExLibris, 1987.

_____. **São Paulo: três cidades em um século** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Sírios e Libaneses: narrativa de história e cultura**. São Paulo: CEN, 2005.

UM MUNDO DE POSSIBILIDADES: A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XI

Camila Flores Granella¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo esclarecer os elementos contextuais formadores de uma nova realidade religiosa, cultural, política, social e econômica em Al-Andaluz no século XI – período subsequente ao dismantelamento de um núcleo de poder centrado em Córdoba. O foco da análise será o reino *taifa* de Sevilha e as trajetórias de al-Mu'tamid – terceiro governante da dinastia abbáida – e o poeta Ibn Ammar, problematizando, dessa forma, seus contextos micro-histórico, internamente ao reino, e macro, na Península Ibérica e no mundo muçulmano.

Palavras-chave: Al-Andaluz, Islã, Califado de Córdoba, Reconquista, reinos *taifa*.

O período de constituição, consolidação e desaparecimento dos reinos *taifa*² em Al-Andaluz, ou seja, na Península Ibérica muçulmana, foi percebido por historiadores do século passado de forma ambivalente e paradoxal. Bernard Lewis (LEWIS, 1982) exemplifica claramente parte dessa proposição quando, em um primeiro momento, tratou do período de constituição de poderes regionais após o esfacelamento do Califado de Córdoba como momento “durante o qual a Espanha muçulmana esteve dividida entre uma série de reis e príncipes insignificantes de origem ber-

¹ Aluna do 5º período de graduação em História pela Universidade Federal do Paraná. É orientada pela Prof.^a Dr.^a Marcella Lopes Guimarães. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4306903Y5>.

² Termo derivado da palavra árabe *ta'ifa*, significa “facção” ou “partido”, são os reinos que se desenvolveram na Península Ibérica após o fim do Califado de Córdoba.

bere, eslava ou andaluza [...]” (LEWIS, 1982: 142) Todavia, é sabido que esse foi um contexto de intensa e efervescente vida cultural na região, capaz de influenciar gerações posteriores e que rendeu frutos inestimáveis. O próprio Lewis o confirma, quando explica que as diversas cortes que se formaram foram exemplares centros de cultivo das letras, da filosofia, ciência e erudição. (LEWIS, 1982: 142)

É necessário lembrar que a bibliografia acerca dos reinos *taifa* islâmicos é escassa no campo da ciência histórica. Muito do que se encontra está presente em trabalhos de linguistas e biógrafos. Um desses autores é Adalberto Alves (1939 -), fundamental para o resgate de personagens como al-Mu'tamid - terceiro e último governante da dinastia dos Banu Abbad em Sevilha -, e do poeta e diplomata desse reino, Ibn Ammâr (1031/423 aH³ - 1086/ 479), ou AbuBâkr, individualidade cuja análise se fará mais adiante. Existem ainda escritos fundamentais acerca do assunto, como o realizado pelo inglês Richard Fletcher, *Em busca de El Cid* (FLETCHER, 2002), ainda que a perspectiva seja a do norte cristão da Península e do movimento da “Reconquista”⁴ que insere no contexto o lendário Cid Campeador.

³ Ano do Hégira.

⁴ As revisões acerca do conceito de Reconquista não são o foco do artigo. Entretanto, propõe-se aqui uma problematização do termo contrariando as historiografias que propõem um processo de expansão cristã pela Península que durou oito séculos. A proposta dá-se principalmente através de Fletcher (2002) e Maalouf (2010)

Realidades extra-ibéricas

O mundo islâmico que precedeu a vida do poeta Ibn Ammâr (1031/423 – 1086 d.C./479) foi marcado pelo enfraquecimento do Califado Abássida, cuja base de poder estava assentada em Damasco. Portanto, precederam a ele os fenômenos que levaram ao fim da chamada “Época de Ouro” do Islã. Mesmo assim, os califas abássidas permaneceram como referência por muito tempo além da debilidade concreta assinalada no século X. Mas isto significou que, além da grande repartição de um califado em vários poderes regionais, surgia uma nova ordem no Islã, que pela primeira vez desde sua existência, passou a ser policêntrico. Karen Armstrong explicou que essa nova ordem, não somente política, mas que modificou todos os setores sociais, era mais consonante com o espírito muçulmano, com as lições corânicas, e visava mais igualdade, algo abandonado tanto no Califado Omíada quanto no Califado Abássida.

As novas sociedades políticas que estavam surgindo no mundo islâmico por um processo de ensaio e erro se aproximavam mais da visão islâmica. Não que todos os novos governantes fossem muçulmanos zelosos – longe disso -, mas o sistema de cortes e governantes independentes, todos em igualdade de condições, mas contidos numa unidade de concepção imprecisa, aproximava-se mais sinceramente do espírito igualitário do Corão. E também se harmonizava com a arte que estava surgindo no mundo muçulmano nesse período.[...] (ARMSTRONG, 2001: 130-131)

No Crescente Fértil⁵, durante o mesmo período, ou seja, a partir da pulverização do poder no mundo islâmico, homens e mulheres viram nascer um novo império: o dos turcos seljúcidas. Esses eram especialmente

⁵ Região que hoje compreende a Palestina, Cisjordânia e Líbano.

homens das armas, legando então a administração pública nas mãos dos *ulemās*⁶ que adaptaram a *sharia*⁷ à nova realidade. Além disso, os seljúcidas eram sunitas, com fortes inclinações ao sufismo.

O sufismo era a parte *mística* do Islã. Viu-se impulsionado nesse contexto e deve ser entendido pelas influências do gnosticismo – pensar a religião pela razão – e do ascetismo cristão. É uma prática religiosa que pretende buscar cada vez mais intimidade com o divino, através especialmente da dança, da música e do afastamento do mundo secular para reflexão. Essa diferente vivência da religião foi criticada especialmente entre os séculos X e XI, quando se fortaleceu, mas consolidou-se e angariou diversos simpatizantes que passavam a viver juntamente aos *sufīs*⁸, fenômeno que originou as escolas de pensamento sufistas.

Mesmo com perseguições, a vertente sufista estabilizou-se e influenciou intensamente a *falsafa*⁹, sendo que os grandes filósofos dessa tradição eram também místicos, entre eles, Ibn Sina (980/370 – 1037/429). Perseguições e tensões entre o Islã popular - que pode ser representado pelas irmandades sufistas mais próximas do povo - e o Alto Islã - praticado principalmente por intelectuais da elite da sociedade - foram recorrentes mesmo durante o período em que o sufismo esteve mais disseminado e estabilizado.

⁶ Conhecedores e filósofos do direito islâmico.

⁷ Código de leis islâmicas.

⁸ Grandes líderes e místicos.

⁹ Filosofia entre árabes

Expansão e fragmentação

Bernard Lewis (LEWIS, 1982: 141) e Richard Fletcher (FLETCHER, 2002: 29) perceberam ao longo do século X uma rápida e intensa islamização da sociedade ibérica. É preciso lembrar que cristãos e judeus viveram, durante toda a história do Islã ibérico, em meio a esse mundo e raramente foram forçados à conversão, mesmo alternando entre períodos de paz e divergências. Era vantajoso aos governantes manterem a população não-islâmica sob sua proteção, pois geravam receita em forma de tributos. Além disso, a mensagem corânica é clara quanto à tolerância e amizade que se deve ter aos demais povos do Livro. Todavia, é nesse período, século X, que ocorreu um processo mais intenso de conversões espontâneas, o que trouxe também, uma nova clientela social, que agora apresentava laços identitários com a religião islâmica, ou seja, os integrantes sociais passaram a ser definidos por sua religião e cultura, não mais por etnias e laços tribais presentes desde as primeiras incursões islâmicas dos berberes na Península (FLETCHER, 2002: 29-30). Essa “nova” população, interessada em estabilidade, podia servir ao governo como funcionários públicos de formas úteis e pacíficas.¹⁰

As sociedades ibéricas haviam presenciado uma forte melhora econômica, especialmente através de uma revolução na agricultura. O aprimoramento de dois importantes sistemas de irrigação, um gravitacional, e outro mais complexo, que se utilizava de energia (roda d'água), auxiliando a manter estabilidade em adversidades climáticas, foram essenciais,

¹⁰ Podemos encontrar durante toda a história do Islã funcionários dos governos cristãos moçárabes (cristãos que viviam em sociedades ibéricas islâmicas) e judeus, mas nesse período chama a atenção a quantidade de islamizados junto aos poderes.

tornou o comércio próspero, diversificou a alimentação e trouxe uma população – e, conseqüentemente, uma mão-de-obra – mais sadia e diversificada. Além disso, a economia renovada impulsionou a expansão das cidades e a prosperidade geral atingiu diversos setores incluindo as artes, especialmente a literatura, favorecidas com o intenso e fácil trânsito intelectual, não somente internamente à Península mas em todo o território que vivia sob a égide do Islã. Esse mundo contou ainda com a influência estrangeira, presente especialmente na figura dos escravos que chegavam de todas as partes, principalmente eslavos. Sevilha, nesse momento, era a segunda maior cidade da Península, com cerca de 60.000 habitantes. O desenvolvimento literário e artístico firmou-se e perpetuou-se em direção ao século XI, contando com o mecenato dos governantes e com o costume da *adab*¹¹ de manter a conservação e o cultivo dos saberes junto à corte, dando também muita importância às formas cultivadas de expressão oral (DEMANT, 2004: 52).

Em 981/371 iniciou-se o governo do vizir¹² Almanzor¹³. Era o vizir do califa Hisham II e governante efetivo do Califado de Córdoba. Fortaleceu a centralização do poder e o exército, que chegou a contar com 50.000 homens (FLETCHER, 2002: 37). Todavia, com a morte de Almanzor o governo encontrou-se em um período de crise política devido ao vazio de poder deixado pelo vizir, que foi ainda agravado pela prematura morte de seu filho, Abd al-Malik, em 1008. É nesse período

¹¹ Estilo de vida das camadas sociais mais abastadas.

¹² Governante máximo do Califado. Braço direito do califa e principal líder temporal, podendo também exercer autoridade espiritual.

¹³ Tomou para si o título de al-Manzur, ocidentalizado para Almanzor, que significa “aquele que é vitorioso pela vontade de Deus”.

que se iniciou a formação dos reinos taifa, quando os generais de Almanzor, disseminados por todo o Califado procuraram consolidar seu poderio ou então tomar Córdoba, reestabelecendo uma autoridade unitária.

Richard Fletcher apontou dois dos principais erros cometidos pelo vizir durante seu governo. O primeiro deles foi incluir no exército, e em todo o território, estrangeiros, especialmente berberes norte-africanos. Ao realizar a inserção do “elemento alienígena”, (FLETCHER, 2002: 40), o vizir angariou o rancor da população que arcava com os gastos do exército e das guerras de setores geradores de instabilidade política. Apesar dos estrangeiros provirem principalmente do Magreb, assim como os primeiros muçulmanos em Andaluz, esses mesmos estrangeiros eram frutos de modificações resultantes do longo período já passado desde a primeira inserção de berberes na Península, e, conseqüentemente, também a população andaluza não era a mesma dos primórdios do Califado, havia novas gerações muito diversas das primeiras, cultural, social e politicamente. O segundo erro foi quando, ao desbancar de fato a autoridade do Califa, as frágeis bases intelectuais nas quais o Califado de Córdoba estava amparado foram destruídas. Também o governo de Almanzor dependia de um emaranhado de redes de suborno muito grandes e delicadas que se esfacelaram após sua morte. Isso motivou ainda mais a proliferação do exército e as tendências separatistas sempre presentes por toda a Península Ibérica.

Também ganhavam força as tendências centrífugas em outras partes do mundo muçulmano. Logo após o já citado desmembramento do Califado Abássida ocorreu uma revolução religiosa que afetou desde o mais humilde leigo camponês até o mais rico e culto comerciante.

Os muçulmanos reagiram ao que poderia ter sido um desastre político com uma ampla renovação espiritual que reinterpretou a fé para poder interpretar as novas condições. O Islã estava então lutando sem o apoio de um governo. Na realidade, ele era a única constante num mundo de mudanças políticas. (ARMSTRONG, 2001: 40)

Após a chamada “Época de Ouro” do Islã, os muçulmanos de fins do século X e durante o século XI foram impactados por mudanças em suas práticas religiosas em busca de adaptá-las às adversidades e transformações que abalavam suas vidas em meio a embates políticos jamais presenciados.

Cismáticos chegaram ao poder em vários pontos do mundo muçulmano. O partido xiita alcançou seu maior sucesso quando a dinastia ismailita dos fatímidas (970-1150; o nome deriva de Fátima, a filha do Profeta) se consolidou na Tunísia e, posteriormente, também tomou o Egito, onde construiu Cairo como capital. [...] Os abássidas se mantiveram no poder *pro forma* até meados do século XIII. Mas na verdade, o centro do império sofreu um vácuo no poder. Sem dúvida as divisões ideológicas dentro do Islã tiveram papel importante nesse declínio. (DEMANT, 2004: 52)

Na Península, a mensagem corânica passou a ser vivenciada de maneira cada vez mais diversa após o *rompimento do colar*¹⁴. Um exemplo disso pode ser o grande consumo de vinho na região, mesmo a mensagem do Alcorão condenando o consumo de bebidas alcoólicas. O poeta Ibn Ammâr estabeleceu diversas representações desse hábito em seus poemas, por exemplo:

¹⁴ Termo usado pelo poeta al-Shaqundi no início do século XIII sobre a formação dos reinos taifa logo após o fim do Califado de Córdoba: “o rompimento do colar e a dispersão de suas pérolas”

[...]

em suas margens [do regato] bebemos pela taça.
era tempo de beber e de mais nada
mas os olhos do copeiro, na rodada,
eram os mais embriagadores.

[...](ALVES; HADJADJI, 2000: 67)

Há uma tendência de se relacionar a pulverização dos poderes na Península como uma derrota do Islã ibérico. Entretanto, é preciso ressaltar que instabilidade política não é o mesmo que decadência, já que a vida cultural, social, economia etc, eram efervescentes. Deve-se lembrar também, observando o mapa do período, que os reinos cristãos do norte tinham a mesma configuração policêntrica dos reinos taifa islâmicos. Existem poucas diferenças visuais acerca da pulverização do poder e da multiplicidade de reinos entre o norte e o sul da Península.

No mesmo período em que Al-Andaluz passou a ter nova configuração, os reinos cristãos do norte fortaleciam-se, não só militarmente ou economicamente, mas também ideologicamente, com a influência da descoberta dos restos mortais de São Tiago Maior em Compostela, trazendo à tona fortes sentimentos de devoção e a peregrinação à região. Esse fenômeno ajudou a compôr o ideário de um esboço do projeto de “Reconquista”, que começava a tomar alguma força nesse momento.



(FLETCHER, 2002: 61)

Durante toda a existência dos reinos *taifa*, podemos observar a instabilidade política, sendo que os governantes constantemente guerreavam entre si procurando efetivar projetos expansionistas. Foi em meio a uma conquista do projeto expansionista de Sevilha pelo governante al-Mutadid, que Ibn Ammâr, de origens muito humildes, teve a possibilidade de ser inserido no ambiente cortesão como poeta laudatório. Essa política expansionista, presente em todo o período em que a dinastia

*abbadita*¹⁵ governou Sevilha, foi imprescindível para manter seu poder, sendo junto a seus súditos ou em relação com outros reinos em Andaluz. Foi em meio a uma conquista do governante al-Mutadid que Ibn Ammâr teve a possibilidade de ser inserido no ambiente cortesão como poeta.

O poeta a serviço do príncipe

O encontro entre o príncipe e o poeta foi fruto da intensa agitação cultural da Península já que os reinos eram ricos herdeiros do Califado de Córdoba e mantiveram o costume de conservar em suas cortes poetas laudatórios. Além disso, muitos dos reis no período taifa eram eruditos e poetas. Al-Mu'tamid, sucessor de al-Mu'tadid, foi um dos maiores poetas de al-Andaluz. Ocorria inclusive intercâmbio cultural, mesmo entre reinos muçulmanos e cristãos, como é o exemplo de Sevilha e Castela. As relações entre esses reinos ocorreram além das artes e costumes, passando, em especial, pelo ambiente político.

O ano de 1058/450 foi de grande importância na vida de Ibn Ammâr. Algum tempo após ser indicado como conselheiro do príncipe herdeiro, al-Mu'tamid, que fora enviado a Silves, cidade natal de Ammâr, para aprender a governar, foi mandado em exílio para o reino *taifa* de Saragoça. A explicação de tal acontecimento se dá pelas relações amorosas do príncipe com o poeta, sendo que esse último teria demasiada influência nas decisões do herdeiro. Assim, al-Mu'tadid decidiu chamar Ammâr a Sevilha e enviá-lo em exílio para Saragoça. O segundo aconte-

¹⁵ Dinastia da família aristocrática Banu Abbad, presente nos trâmites de poder desde o período de governo de Almanzor. Após o rompimento do colar, a dinastia inicia seu governo em Sevilha, onde seu pai fundador Ismail, já detinha poderio.

cimento importante desse ano foi a morte do governante de Córdoba, Ismail, assassinato pelo próprio pai, al-Mu'tadid, o que acabou culminando com a nomeação de al-Mu'tamid para o cargo.

Somente em 1069/462 Ammâr foi readmitido no reino sevilhano e empreende, logo em seguida, uma nova e vitoriosa conquista de Córdoba, que havia sido perdida. É importante lembrar que nesse período o poeta era diplomata de Sevilha e teve de lidar com muitas e intensas investidas do reino de Castela, governado pelo rei cristão Afonso VI, que tinha interesses ao sul da Península. Teve ainda que saber ser flexível e prudente para não precisar enfrentar os fortalecidos cristãos em uma guerra.

Todavia, o poeta se envolveu em dois episódios visando à conquista do Reino de Múrcia que o encaminharam para seu derradeiro fim. O primeiro deles foi a investida desastrosa a tal reino que terminou por seu cárcere e com o príncipe herdeiro feito refém, obrigando al-Mu'tamid a pagar pela liberdade dos dois. No segundo episódio, após obter perdão do Rei, a concessão para nova incursão e a vitória sobre Múrcia, o poeta declarou-se independente do reino de Sevilha, gerando rancor de Mu'tamid. Foi exilado em Saragoça novamente, onde permaneceu algum tempo a serviço da dinastia dos Hudidas e onde, provavelmente, manteve contato com o também exilado Rodrigo Díaz, El Cid. Ammâr foi traído em uma tentativa de reconciliação com o Rei sevilhano, foi aprisionado e al-Mu'tamid pagou por ele, tendo-o então como escravo.

Assinalemos que foi enquanto Ammâr esteve preso que al-Mu'tamid compôs um poema satirizando as origens humildes do poeta. Sendo assim, mesmo que esse mundo oferecia possibilidades de ascensão e arrivismo pelos entremeios das relações sociais, quando algum sujeito

obtinha essa desejada promoção, suas origens sociais não eram facilmente esquecidas. Eram vistas como um fator indesejável em sua reputação.

Quando o perdão de al-Mu'tamid parecia iminente, este recebeu um poema, atribuído a Ammâr, ridicularizando a família do Rei, sua esposa e seus filhos, e também sua mãe, de obscura identidade. Passionalmente, Mu'tamid não pode perdoá-lo e matou-o com suas próprias mãos no cárcere. Ammâr foi sepultado no exterior do Palácio de *al-Mubarâk*, na *Bab na-Nakîl* (Porta das Palmeiras), que pertencem ao conjunto de palácios onde al-Mu'tamid viveu toda sua vida.

A morte de Ibn Ammâr (1086/479) significou não somente a morte do companheiro e amigo do rei, mas também a perda do mais importante diplomata do reino de Sevilha justamente quando as investidas dos castelhanos¹⁶ ficavam cada vez mais intensas e também quando a economia norte-africana almorávida decaía.

Em busca de remediar e converter a situação de devedor ao reino cristão de Castela, al-Mu'tamid buscou ajuda dos berberes que responderam prontamente. Os almorávidas comandados por Yusuf auxiliaram até uma terceira vez, quando, aproveitando-se de fragilidade política dos reinos *taifa*, apoderaram-se de Granada e consecutivamente foram englobando os outros até dominarem todos os reinos muçulmanos de então. Mesmo com heroica resistência de al-Mu'tamid, o reino de Sevilha caiu em mãos africanas. Logo após o ex-soberano escreveu um poema sobre sua destituição:

¹⁶ Um dos cobradores de impostos que comandava às tropas rumo aos reinos muçulmanos era Rodrigo Díaz, El Cid, que Ammâr provavelmente conheceu e negociou antes de seu segundo exílio em Saragoça.

eu tinha mal contidas lágrimas
e o coração pelo desastre destruído.
e me diziam: “a rendição convém-te! rende-te!”
mas o pior veneno seria melhor que a rendição.
os inimigos a pátria me roubavam
e o povo fazia-me sentir o gosto da traição.
porém, meu coração ainda estava no meu peito
e o corpo jamais entregaria o coração.
tudo me levaram, menos o caráter nobre,
a nobreza alguém pode arrebatá-la?
no dia da batalha não quis couraça,
e saí para a luta sem protecção para o peito.
mortifiquei a alma, julgando que a perdia.
a rodos o sangue então corria.
mas nem assim a morte quis chegar
p’ra me poupar ignomínia e submissão,
lancei-me na batalha julgando não voltar.
assim os meus avós, assim sou eu:
quem sabe da raiz o ramo conheceu. (ALVES, 1996: 111)

No poema, podemos ver claramente a insatisfação da população perante o governo de al-Mu’tamid. O povo abraçou fortemente o fundamentalismo (LEWIS, 1982: 143) dos almorávidas em contraposição à diferenciada vivência da religião islâmica da corte e também seus excessivos impostos arcados pelo povo. Além disso, os africanos almorávidas observaram nos ricos reinos *taifa* uma alternativa à crise econômica que presenciavam fruto de incursões dos beduínos *hilali* para a África do Norte (DEMANT, 2004: 53), que foram um dos fatores que desertificaram e declínio da agricultura, tradicionalmente rica, onde hoje se encontram Argélia e Marrocos.

O rei-poeta passou os quatro anos seguintes à conquista no cárcere em Ahmat, atual Marrocos, em extrema miséria, realizando, ele e sua família, os trabalhos considerados simplórios para sobreviver. Sofreu ainda com doença e com assassinato de vários de seus filhos e também a escravização de outros. Morreu no cárcere em 14 de outubro de 1095/488.

Considerações finais

Certamente, o estudo aprofundado da presença islâmica na Península Ibérica, desde o Califado de Córdoba até a tomada dos territórios pelos reinos cristãos, auxilia na formação de uma historiografia que refuta argumentos sobre ínfima presença muçulmana e propõe novas perspectivas de uma durabilidade da qualidade cultural, política, econômica que foi incorporada pelos homens e mulheres que viveram nestes oito séculos. Além de auxiliar o nascimento de uma historiografia acerca dos reinos *taifa* ou do século XI no mundo islâmico, estando esta ainda em processo gestacional.

Especialmente, quando tratamos do caso dos reinos *taifa*, percebemos que as objeções de determinados estudiosos praticamente se anulam por si mesmas. Por exemplo, Bernard Lewis no capítulo VII “Os árabes na Europa” de seu livro “Os árabes na história” (LEWIS, 1982: 143-144) expôs que o período que se segue a morte de Almanzor é de fragmentações políticas “durante o qual a Espanha muçulmana esteve dividida entre uma série de reis e príncipes insignificantes de origem berbere, eslava ou andaluza [...]”. Em seguida, o autor exaltou que as cortes dos reis *taifa* foram “centro de erudição, filosofia, ciência e literatura” sendo que Al-

Andaluz encontrou então, um período de “grande efervescência cultural”.

Enfim, a contribuição legada a nós, dos homens e mulheres que viveram no século XI sob a égide do Islã na Península Ibérica, é imensurável. Ibn Ammâr de Silves foi, portanto, uma dessas pessoas, filhas de seu tempo, e que exemplifica as possibilidades existentes na época de alguém ascender tanto culturalmente, quanto socialmente. Aliás, presenciou vivamente as transformações de Al-Andaluz, desde sua infância até sua trágica morte.

Bibliografia:

ALVES, A. **Al-Mu'tamid**: Poeta do destino. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996. 164 p.

ALVES, A.; HADJADJI, H. **Ibn 'Ammâr Al-Andaluzî**: O drama de um poeta. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000. 194 p.

ARMSTRONG, K. **Maomé**: uma biografia do poeta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 335 p.

_____. **O Islã**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 287 p. (História essencial).

AZIZ, P. **A civilização hispano-moura**. Rio de Janeiro: Forni, 1977. 336 p.

CARRASCO, D. M. Notas sobre os fundamentos jurídicos do Islã: Corão, Sunna e Sahri'a. Definições e conceitos. **História Questões & Debates**. Curitiba, n. 41, p. 57-72, 2004.

CARVALHO, R. **O texto poético como documento social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 375 p.

DEMANT, P. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004. 428 p.

FLETCHER, R. **Em busca de El Cid**. São Paulo: UNESP, 2002. 289 p.

GARCIA-BAQUERO, A. (coord.); TERÁN, A. C.; BERNAL, A. M.; TRILO, M. **Sevilla**. Madrid: Mapfre, 1992. 363 p.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 454p.

HOURLANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 701 p.

JAROUCHE, M. M. **Livro das mil e uma noites**, vol. 2, 1º edição, São Paulo: Globo, 2005. 354 p.

LEWIS, B. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982. 224 p.

LANZ, E. L. (trad.) **Poema de Mio Cid**. Barcelona: Debolsillo, 2002. 273 p.

MAALOUF, A. **As cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. 256 p.

MAGNOLI, D. (org.) **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. 479 p.

MCEVEDY, C. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 117 p.

PEREIRA, R. H. S., (Org.) **O Islã Clássico**: itinerários de uma cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007. 865 p.

SAID, E. W. (1978) **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 523 p.

SENKO, E. C. **Ibn Khaldun**: vida e trajetória de um historiador islâmico medieval. São Paulo: Ixtlan, 2011. 66 p.

SLEIMAN, M. **A Arte do Zajal**: Estudo de Poética Árabe. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. 225 p. (Coleção Estudos Árabes)

WEBSTER, J. **Andalus**, desvendando os mistérios da Espanha moura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 254 p.

Resenhas

**TAUNAY RESSUSCITADO:
SÃO PAULO NOS SÉCULOS XVI-XVII**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. (Coleção História Geral do Estado de São Paulo, v.1. Coordenação Geral: Marco Antonio Villa). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/POIESIS, 2011.

*Gustavo Velloso*¹

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em parceria com a Organização Social de Cultura POIESIS, publicou recentemente a *Coleção História Geral do Estado de São Paulo*, de cinco volumes, coordenada por Marco Antonio Villa. Além de uma produção gráfica capaz de embelezar as prateleiras de qualquer biblioteca, cada volume inclui uma apresentação do ex-governador paulista José Serra, um prefácio produzido pelo empresário e então secretário da Cultura Andrea Matarazzo, e algumas considerações escritas por Villa e pelo diretor-presidente da IOESP, enfatizando o caráter didático da coleção. O teor político da iniciativa assemelha-se a diversos outros projetos que nos últimos dois séculos foram pensados para contribuir à construção de identidades regionais favoráveis aos interesses daqueles que os governam, o que demonstra a vocação dos atores já citados como representantes de uma classe dominante no Brasil: tratar-se-ia de estabelecer os traços distintivos do espaço e da po-

¹ Graduando em História pela FFLCH – USP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

pulação paulista (cosmopolitismo, pluralidade demográfica, dinamismo econômico etc.), mostrar aos líderes estrangeiros “a história e a pujança do estado” (p.VII), sustentar a condição e o valor de São Paulo no conjunto do país.

Não obstante, o objeto de reflexão da presente resenha não é a referida coleção em seu conjunto, mas apenas o primeiro volume que a compõe, intitulado “São Paulo nos séculos XVI-XVII” e escrito por José Jobson de Andrade Arruda, conhecido sobretudo por suas contribuições aos debates marxistas que entre as décadas de 1960 e 1980 refletiram sobre a realidade colonial brasileira, advogando com Fernando Novais a favor da tese do Antigo Sistema Colonial.

A influência teórica do materialismo histórico sobre o autor é sensível já no primeiro capítulo de seu livro. Intitulado “O longo século do sertanismo paulista”, sintetiza a história de São Paulo nos dois primeiros séculos desde o primeiro contato de ameríndios e europeus, e propõe uma temporalidade que não se enquadra nos limites cronológicos formais da categoria *século* (enquanto rígido intervalo de cem anos). Se, por um lado, a maior parte das expedições dos moradores paulistas ao sertão ocorreu durante o século (cronológico) XVII, por outro lado a prática deitou raízes no século anterior, prolongando-se por algumas décadas além de 1700. Já por volta de metade da obra, Arruda esclarece:

Se identificarmos o sertanismo como movimento organizado, constituído por expedições de caráter oficial, privado ou misto, das mais ou menos abrangentes, sem se considerar se estão à procura de ouro ou do apresamento de índios, poderíamos demarcá-lo, *grosso modo*, entre 1522 e 1722: da infausta incursão do náufrago Aleixo Garcia ao Peru até a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o

Moço, que vagueou pelo sertão no rumo das Gerais, tentando lembrar-se do roteiro que seu pai percorrera 40 anos antes, e do qual ele participara, acabando por encontrar amostras de ouro nas proximidades de Goiás. (p. 85)

Nem a passagem reproduzida, nem o capítulo mencionado são explícitos quanto à conceituação exata de “longo século do sertanismo paulista”, cuja compreensão de suas páginas requer certo grau interpretativo. Tal como o assim chamado sertanismo, o conjunto da história de São Paulo nos séculos XVI e XVII não equivale, conforme sugere Arruda, ao recorte 1501-1700, mas se iniciaria com a chegada de Martim Afonso em 1532 e se encerraria entre 1709 e 1711, com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e com a elevação da *vila* São Paulo de Piratininga à condição de *cidade*, o que basicamente corresponde à periodização sertanista descrita acima. Duas conclusões são disso decorrentes: em primeiro lugar, que a história geral de São Paulo nos séculos XVI e XVII equivale à história particular das expedições sertanejas, ambas constituintes do “longo século” de sertanismo no planalto. A outra conclusão é a de que “o movimento ondulante da história não obedece à compartimentagem astronômica do tempo” (p. 2). É certo que, neste ponto, o autor não considera que o que chamou de “compartimentagem astronômica do tempo” constitui também referencial socialmente construído, não sendo simples dado natural e não podendo, portanto, ser apresentado como deslocado da própria história. De qualquer maneira, o ângulo de percepção relacionado ao uso da expressão “longo século” deve remeter o leitor às interessantes controvérsias historiográficas travadas no interior do materialismo histórico sobre as diferentes formas de se caracterizar (como “breve” ou “lon-

go”) o século XX, envolvendo intelectuais como Eric Hobsbawm e Giovanni Arrighi.

O autor demonstra notável capacidade para transportar-se livremente entre as diferentes esferas de nosso passado colonial: da procura europeia pelo maravilhoso e pelo desconhecido (capítulo 2) aos primeiros esforços de ocupação e colonização do Novo Mundo, particularmente das terras de Piratininga (capítulos 3 e 4); da tentativa e posterior fracasso em fazer emergir a economia açucareira exportadora no litoral vicentino (capítulo 5) às relações entre os principais agentes históricos dos séculos XVI e XVII paulista - basicamente jesuítas como Nóbrega e Anchieta e colonizadores como João Ramalho, cujos principais detinham poder exclusivo na câmara municipal - (capítulo 6); do complexo de atividades sertanistas (capítulo 7) à configuração espacial e econômica do planalto (capítulo 8); por fim, dos costumes domésticos e familiares (capítulo 9) ao produto cultural resultante da interação entre saberes e práticas de portugueses e nativos (capítulo 10).

Tudo isso sustentado num conjunto documental e bibliográfico extenso, especialmente se comparado ao de outras obras voltadas à divulgação para o público iniciante. São mencionadas cartas, descrições, relatos e memórias de viajantes e missionários que viveram ou estiveram na América ao longo dos primeiros dois séculos após o contato (Anchieta, Nóbrega, Cardim, Gandavo, Léry, Staden, Thevet etc.). Cita igualmente produções historiográficas consagradas (como, por exemplo, a de Afonso de E. Taunay, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Jaime Cortesão e Richard Morse), artigos diversos e dissertações não publicadas.

No plano geral do livro, o saldo de sua abordagem que procura sintetizar as conclusões de um amplo material de pesquisa historiográfica

sobre São Paulo colonial é positivo. Segundo o autor, a prática sertanista condicionara a dinâmica espacial, política, econômica e cultural da região meridional da América Portuguesa, ou seja, “foi a mola mestra de sua propulsão histórica, a energia vital que conferiu um sentido de formação a São Paulo de Piratininga” (p. 7). Arruinada a maior parte dos engenhos e plantações de açúcar no litoral vicentino, devido à escassez de mão de obra nativa (fruto das epidemias que assolaram a região entre 1559 e 1562), restava aos moradores repor essa força de trabalho a partir de novas investidas ao sertão, dada a dificuldade de “reprodução organizada da população nativa” (p. 57). Especialmente em torno dos índios conduzidos à povoação através dos *descimentos*, se estabeleceu a oposição entre jesuítas e colonos. Para estes, tratar-se-ia de arrematar braços para a lavoura; para os outros, em linhas gerais, possibilitar o seu trabalho missionário. O mote de toda a vida no planalto resultaria do contato entre brancos e nativos e do uso da mão de obra indígena, o que condicionara a São Paulo uma “experiência [histórica] absolutamente nova” (p.121), definida no intercuro cultural entre as duas partes. Aqui, porém, reside grave exagero, já que a interação social entre índios e europeus como elemento central da evolução histórica está longe de ser aspecto particular do caso paulista, sendo patentemente análogos os exemplos paraense e de outras tantas áreas coloniais então pertencentes à Coroa espanhola.

Passagens com explanações lacônicas, ainda que de dimensão meramente localizada, também estão presentes no volume produzido por Arruda. Por exemplo, no quinto capítulo Arruda explica que a substituição do trabalho autóctone pelo dos negros de origem africana nas áreas centrais da colônia, a partir de fins do século XVI, se deveu a dois aspectos primordiais. Em primeiro lugar, o impacto sofrido pelos negros em seu

deslocamento ao continente americano, o que teria impedido sua resistência organizada. Em segundo, o comércio de africanos, vendidos a exorbitantes preços, representou uma atividade cuja lucratividade atraiu fortemente os mercadores europeus e, posteriormente, brasílicos. “Lucratividade que se tornou elemento importante no circuito ampliado de acumulação de capitais” (p. 57).

Todavia, quando o autor transporta sua análise ao espaço periférico paulista, apenas justifica a necessidade de expedições sertanejas pela impossibilidade de reprodução endógena da população escrava nativa já submetida ao cativeiro. Inexiste, neste ponto, qualquer esclarecimento sobre por que não se considerou naquele momento, como de fato se considerou em outras regiões, a possibilidade de reposição da força de trabalho com cativos provenientes do tráfico ao invés de índios ainda em condição tribal. Percebido o problema, Arruda poderia tê-lo atribuído, por exemplo, à oferta relativamente parca de cativos pelo comércio negreiro ainda em expansão, que devia privilegiar as áreas produtivas mais rentáveis, e à riqueza insuficiente dos paulistas para adquirir negros africanos, aspectos talvez pressupostos, mas ainda assim ausentes da análise do autor.

A questão poderia perfeitamente passar despercebida pela maioria dos leitores, sem lhe resultar qualquer incômodo. Mas há algo que dever causar grande desconforto a todos nós, aspecto que não se localiza propriamente no conteúdo da obra, mas no plano geral de sua linguagem. A fim de instrumentalizar a exposição da análise, Arruda faz largo uso de recursos metafóricos, especialmente aqueles de teor mecânico, técnico e biológico: “dilatação”, “contração”, “mola mestra” e “propulsão histórica” (pp. 4 e 7); “vigas mestras”, “peças fundamentais” e “suporte” (pp. 63, 67 e

73); “energia vital”, “eficiência adaptativa”, “semente” e “fruto”, “atmosfera” (pp. 7, 22, 49 e 90). Quando utilizada para descrever a dinâmica de funcionamento e/ou os processos de mudança a partir dos quais interagem coletivamente homens e mulheres no tempo e no espaço, esta forma de linguagem figurativa é benéfica por ser capaz de ilustrar o movimento concreto da história, o que em alguns casos pode ser difícil realizar-se de outra maneira. Porém, quando aplicada à caracterização de personagens ou, no limite, de grupos sociais determinados, o procedimento transforma-os em mero monumento, passando-se a defini-los não pela relação com os diferentes agentes históricos, mas por meio de um retrato formal, um estereótipo.

José Jobson Arruda transita entre uma e outra forma de utilização das figuras de linguagem. Quando as utiliza para caracterizar os colonizadores paulistas dos séculos XVI e XVII, elabora construções como as seguintes: “Figuras estranhas, envoltas em densas brumas” (p.31); “Homens temerários.” (p.90); “Seres rústicos. Mais feras que homens. Aculturados às avessas, surgiam em seus trajes mateiros como bestas pré-históricas.” (p.90); “Um povo em marcha, em busca de remédio para sua existência” (p.91); “Os paulistas eram feras” (p.111). Se, por um lado, o autor se distancia dos historiadores que no início do século XX atribuíam aos bandeirantes feições de uma verdadeira aristocracia europeia, por outro deles se aproxima no procedimento de explicação histórica pela construção de “tipos” artificiais para caracterizar populações determinadas. Seja pela projeção do nobre europeu, seja pela do selvagem pré-histórico aos paulistas, trata-se de caricaturas românicas que pouco ou nada dizem a respeito da realidade que se busca descrever.

É certo que o autor não compartilha a gama de preconceitos étnico-raciais que marcaram, por exemplo, a obra de Afonso de E. Taunay no início do século XX. Isso fica claro no epílogo do livro, no qual são discutidas as relações de poder expressas na preservação de imagens construídas pelo homem branco vencedor através dos museus, da literatura e da arte. Porém, Arruda ignora o fato de não ser apenas uma ou outra imagem cristalizada na memória social que impõe barreiras à compreensão do passado, mas também os procedimentos *em si* de produção e divulgação de imagens estáticas da história (ainda que se trate de imagens estáticas caracterizadas pelo movimento, como é o caso da noção “sertanismo”-noção à qual, aliás, não atribui sentido específico, aparecendo ora como categoria auto explicativa, ora simplesmente como fenômeno característico de uma época). A própria imagem do paulista rústico e bestializado pelo meio, caso absorvida inteiramente pelo público-alvo (vale recordar, iniciantes no assunto), favorece a sedimentação social de estereótipos diversos.

Internamente, tais construções não desvalorizam por completo o conjunto da obra, pois ocupam parágrafos isolados e frases passageiras que não estabelecem relação necessária com o restante do livro. Todavia, é precisamente em tais passagens que se cumpre a função política da coleção à qual pertence o volume analisado, a de divulgar uma identidade regional idealizada por expoentes da classe governante. Das tintas carregadas com que, nesses trechos, Arruda pinta o paulista feroz, parece ressurgir a aristocrática figura de Taunay, trajado agora como fidalgo da moderna sociedade industrial.

**LE GOFF, Jaques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*.
3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.**

Autoras: Kassia Amariz Pires¹ e Natália de Medeiros Costa²

Orientadora: Adriana Mocelim de Souza Lima³

Jacques Le Goff nasceu em janeiro de 1924 em Toulon, França. Sentiu-se atraído pela história desde o colegial e cursou a École Normale Supérieure, depois a École Pratique des Hautes Études, de 1962 a 1993. É considerado um dos maiores medievalistas do mundo e pertence à velha tradição francesa que une história à geografia. Inspirado por Fernand Braudel e Maurice Lombard, tornou-se uma figura-chave da escola dos *Annales* por ter conseguido integrar a reflexão sobre o espaço e o tempo da dimensão humana. Escreveu diversos livros que se tornaram clássicos, impondo um novo estilo de pensar sobre a história. Em 1972, sucedeu Fernand Braudel na École des Hautes Études em Sciences Sociales e nela permaneceu até 1977, cedendo seu lugar a François Furet (LE GOFF, 2005: 1). Jacques Le Goff participou da Escola dos *Annales* em sua terceira geração, muito lembrada pela pluralidade, pois é nessa geração que

¹ Graduanda do 2º ano do curso de licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Integrante da iniciação científica da mesma instituição, trabalhando com criação de imagem de Júlio César através de seus escritos. Orientadora: Adriana Mocelim de Souza Lima. Email: kassia.amariz@gmail.com

² Graduanda do 2º ano do curso de licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Email: natalia.medeiroscosta@gmail.com

³ Professora de História antiga e medieval da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientadora de iniciação científica com temas de construção de imagens na idade antiga e média. Email: adriana.mocelim@pucpr.br

ocorre a entrada de mulheres historiadoras, como Christiane Klapisch e Arlette Farge, por exemplo (BURKE, 1991: 56-57).

No livro “A Bolsa e a Vida”, Le Goff debruça novamente sobre a época medieval, dessa vez concentrando-se no fenômeno da usura. A usura pode ser considerada um dos grandes problemas do século XIII. A irrupção e difusão da economia monetária ameaçava os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico estava a ponto de se formar. Para sua arrancada inicial, era necessário o intenso uso de práticas até então condenadas pela Igreja. Como poderia uma religião que opõe tradicionalmente Deus e o dinheiro justificar a riqueza? Numa perspectiva de longa duração, Le Goff reconhece no usurário a qualidade de precursor de um novo sistema econômico: o capitalismo.

“Uma andorinha não faz verão. Um usurário não faz o capitalismo. Mas um sistema econômico substitui um outro apenas no final de uma longa corrida de obstáculos de todas as espécies. A história são os homens. Os iniciadores do capitalismo são os usurários, mercadores do futuro, mercadores do tempo que, desde o século XV, Leon Battista Alberti definirá como do dinheiro” (LE GOFF, 2004: 91).

O historiador Jacques Le Goff pretende em “A Bolsa e a Vida” mostrar como um obstáculo ideológico pode travar, ou retardar, a criação de um sistema econômico diferente, que, como ele acredita, seja possível compreender melhor perscrutando os homens. Para tanto, o livro traz os conceitos de usura e como ela era vista durante o século XIII. Apresenta diversos bispos, teólogos, filósofos, poetas que escreveram sobre a usura como forma de abordar o quanto sua ação era contra as leis de Deus. A

posição da sagrada escritura sobre a usura está essencialmente em cinco textos, sendo quatro deles pertencentes ao Antigo Testamento (LEVÍTICO apud LE GOFF, 2004: 17)

Se o teu irmão que vive contigo achar-se em dificuldade e não tiver com que te pagar, tu o sustentarás como a um estrangeiro ou hóspede, e ele viverá contigo. Não tomarás dele nem juros, nem usuras, mas terá o temor do teu Deus, e que o teu irmão viva contigo. Não lhe emprestarás dinheiro a juros, nem lhe darás alimento para receber usura (Levítico, XXV, 35-37).

Outra referência empregada pelo autor, que trabalha a questão da usura, é Dante Alighieri em sua obra “A Divina Comédia.” Dante posiciona em seu *Inferno* os usurários junto aos sodomitas, conhecidos por pecarem contra a natureza.

e pois no menor giro vão penando
os filhos de Caorsa (caorsinos = usurários)
e de Sodoma
e os que vivem contra Deus clamando
(DANTE apud LE GOFF, 2004: 48).

Por fim Jacques Le Goff referencia Jacques de Vitry. Em seu sermão modelo *ad status* 59, descreve de maneira interessante a relação que tem a usura com Satã, afirmando que esta profissão foge à natureza criada por Deus (sociedade trifuncional).

Deus ordenou três categorias de homens, os camponeses e outros trabalhadores para assegurar a subsistência dos outros, os cavaleiros para defende-los, os clérigos para governa-los, mas o Diabo ordenou uma quarta, os usurários. Estes não participam do trabalho

dos homens e não serão castigados com os homens, mas com os demônios (VITRY apud LE GOFF, 2004: 54).

Bastante renegado durante este período, o ato da usura era considerado mais do que um crime, um pecado. A mentalidade neste período da história é fortemente ligada aos valores pregados pela Igreja, por isto, o ato de usura era tão condenável. Diversos documentos foram escritos demonstrando a pecaminosa ação de usar. Descreviam o pecado da usura ou apresentavam histórias de pessoas que se transformaram em usurários, a fim de obter ganhos próprios.

O primeiro capítulo “Entre o dinheiro e o Inferno: a usura e o usurário” apresenta o contexto sobre a usura. Considerada como impulso inicial do capitalismo comentado por Le Goff (2004: 5) no trecho “a formidável polêmica em torno da usura constitui de certo modo o parto do capitalismo” a usura foi um dos grandes problemas do século XIII. Aponta sobre as justificativas da igreja a respeito da prática da usura, demonstrando a concepção de pecado e penitência que mudou profundamente durante os séculos XI a XIII. O usurário aparece como protagonista de vários documentos. Um dos documentos citados por Le Goff “*Os exempla*” eram histórias curtas, fáceis de serem lembradas, tidas como verídicas para serem inseridas nos sermões, comuns na época. Tudo isto para trazer a resposta para os problemas, para entregar a chave do paraíso se compreendida.

No segundo capítulo “A bolsa: a usura” Le Goff comenta de forma minuciosa sobre várias fontes documentais que trazem o conceito da usura. Coloca que a usura é “arrecadação de juros por um emprestador nas operações que não devem dar lugar ao juro” (LE GOFF, 2004: 14). De-

monstra que as práticas de usura só eram aceitas contra o adversário em guerra ou entre judeus e cristãos, mas nunca o contrário. Apresenta diversos personagens que incluíram em decretos sobre a prática da usura, passagens de Bispos sobre a rejeição do paraíso ao usurário, a proibição da usura entre clérigos e laicos e ainda a visão de cônegos que consideraram o usurário como ocioso. A ociosidade era vista como a mãe de todos os vícios. Papas e grandes filósofos deram sua palavra sobre usura e acabaram por decretar que mais do que um crime, era um pecado e o usurário iria para inferno.

No terceiro capítulo “O ladrão de tempo” apresenta a ideia de bolsa e tempo. O homem da bolsa seria o usurário e esta bolsa seria cheia de moedas, dinheiro. O tempo pertence a Deus. Há alguns comentários sobre a ligação do judeu com usurário, já citados anteriormente pela possibilidade de judeus cometerem usura e não o contrário. Porém, com a mudança no século XII houve um impulso econômico, gerando um crescimento enorme da circulação monetária e no desenvolvimento do crédito, houve o aparecimento de usurários cristãos. A Igreja apresentava os usurários como piores que judeus, pois os judeus não cometiam a usura entre os irmãos. Como nos outros capítulos, Le Goff apresenta vários trechos de obras da época que condenavam a usura. Finaliza abordando o perigo em ser amigo de um usurário, pois este seria tão pecador quanto aquele.

No quarto capítulo, “O usurário e a morte”, Le Goff primeiramente apresenta a ideia de que a profissão do usurário é considerada a mais pecaminosa dentre todas as profissões com essa conotação. No século XIII, devido ao novo sistema teórico, a escolástica, essas profissões foram divididas entre aquelas que realmente eram ilícitas daquelas que o eram

por acidente. A profissão da usura permanece, durante o século XIII, pecaminosa, não cabendo argumentos para desculpá-la. Le Goff, então, apresenta o usurário como parceiro terreno do Diabo, até que chega o leito de morte e com ela o desejo do Diabo de possuir mais uma alma. Para que isso seja possível, Satã usa de artimanhas para evitar a confissão e a restituição do dinheiro roubado, mandando, assim, a alma para o inferno.

No quinto capítulo, “a bolsa e a vida: o Purgatório”, o autor inicia voltando ao ano mil, para trabalhar as mudanças pelas quais passou a sociedade nessa época. Se inicia o período chamado de feudalismo, onde as desigualdade se atenuam, mas a população encontra um situação um pouco melhor do que a registrada anteriormente. Em um primeiro momento, o usurário continuou a ser excluído e discriminado como pecador. Em seguida, nota-se que a usura passa a ser vista mais brandamente e o usurário não seria, em todos os casos, mandado diretamente ao Inferno. Le Goff descreve que haveria duas vias que conduziriam à aceitação do usurário: “...a moderação na prática e a aparição de novos valores no domínio das atividades econômicas” (LE GOFF, 2004: 68). Isso indica que a usura não era por completo pecaminosa, o que era considerado pecado era a taxa que ultrapassava a taxa de juros determinada. Com isso chegamos a ideia de Purgatório, criado em um período em que a Igreja já não mais podia sustentar a ideia que havia apenas o Paraíso e o Inferno. O usurário moderado, então, poderia se livrar do destino de ser mandado ao Inferno, para se redimir de seus pecados no Purgatório e ascender, assim, ao céu.

No sexto e último capítulo, intitulado “o coração também tem suas lágrimas”, o autor trabalha acerca da remissão dos pecados dos usurários. Para ascender ao Paraíso, o usurário deveria cumprir três passos: a confis-

são, a contrição e a satisfação (por satisfação, no caso do usurário, deveremos entender a restituição de tudo que por ele fora roubado). No caso da contrição, essa não pode ser apenas composta por palavras da boca para fora, deve sair do coração do usurário, uma confissão verdadeira. Tirando raras exceções, a única esperança que tem um usurário é a de ser enviado ao Purgatório, pois, como sintetiza Le Goff: “...a esperança do Purgatório conduz à esperança do Paraíso” (LE GOFF, 2004: 91). Ao dar ao usurário uma esperança de não ser mandado ao Inferno, na forma de Purgatório, o capitalismo encontra a possibilidade de ser instalado como novo sistema econômico.

A temporalidade do texto de Le Goff baseia-se em personagens do século XII e XIII, assim como em estudiosos contemporâneos (século XX). Ele emprega diferentes documentos para explicar sobre a usura, como pensavam sobre este ato e de que forma a transformação monetária afetou os interesses econômicos e políticos. O texto apresenta longa duração.

Antes da construção da ideia de purgatório, o usurário iria direto para inferno. A prática da usura ficou de tal maneira comum e necessária para movimentação econômica, que a abordagem de um novo “local”, o purgatório, fez com que o usurário tivesse chances de ir para o céu, já que o purgatório seria o local que poderia “limpar” seus pecados. O autor retrata a usura como um elemento chave na mudança da mentalidade do baixo medievo, cada vez mais era premente a necessidade de tolerar o usurário, em função das transformações econômicas que se verificava na sociedade. Le Goff soube retratar a usura na Idade Média de forma simples e direta. A utilização de documentos oficiais, *summas*, *exempla*, as

narrativas de confessores, servem para dar respaldo ao seu trabalho, melhor definindo o que era a prática de usura na Idade Média.

Referências

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa na Historiografia**: a Escola dos Annales 1929 - 1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

LE GOFF, Jaques. **A bolsa e a vida: a usura na Idade Média**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jaques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

SILVA, S. C. *Magia e Poder no Império Romano: A Apologia de Apuleio*. 1. Ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012. 213p.

*Filipe Cesar da Silva*¹

Semíramis Corsi Silva, autora do livro, é Doutoranda, Mestre e Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca, onde defendeu a Dissertação de Mestrado: Relações de Poder em um Processo de Magia no século II d.C – uma Análise do Discurso “Apologia” de Apuleio, do qual este livro é fruto.

A obra foi lançada ano passado (Marco/2012), em uma parceria da editora Annablume com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do qual Silva é bolsista desde sua Iniciação Científica até seu Doutorado, que está em andamento. O livro possui 213 páginas, divididos em quatro capítulos, mais as considerações finais; a autora indaga e elucida sobre a acusação e o julgamento de Apuleio, um autor romano do século II d.C., por prática de magia. É nesse contexto que Silva propõe analisar a acusação e julgamento de Apuleio, um membro da elite do Império Romano no período do Principado, que se casou com uma rica viúva chamada Pudentila da cidade de Oea, no norte da África Romana.

O casamento se concretizou através de uma “negociação” do filho mais velho de Pudentila, Ponciano, que era amigo de Apuleio. Pudentila

¹ Graduando em História pela Universidade do Sagrado Coração – USC – Bauru/SP. Resenha realizada sob a orientação da Profª Drª Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa.

esteve prometida em casamento a seu cunhado Sicínio Claro (irmão de seu falecido marido), mas acabou casando-se com Apuleio, por intermédio de Ponciano. Após dois anos do conúbio e Ponciano já falecido, Apuleio é acusado pelo filho mais novo de Pudentila, Pudente (irmão de Ponciano, enteado de Apuleio), de ter praticado magia amorosa para conquistar Pudentila, interessado em sua situação financeira. Pudente teve como seu assessor Sicínio Emiliano (tio do acusador e irmão do Sicínio Claro e do falecido marido de Pudentila). A família de seu marido falecido era formada por membros da elite local da cidade de Oea. Quem moveu a ação contra Apuleio foi Emiliano, irmão do falecido marido de Pudentila. Porém, a acusação foi feita em nome do filho mais novo da viúva, Pudente, que não tinha ainda maioridade jurídica e foi assessorado pelo tio.

Visto que o casamento era algo de extrema importância política nesse contexto, servindo como forma de estabelecer alianças entre famílias e sendo fundamental para a carreira de homens públicos, é que podemos contextualizar o enredo que envolve Apuleio, um filósofo aristocrático, adepto ao médio-platonismo, orador, romancista, advogado, decurião e escritor de diversas obras literárias, entre elas o principal objeto de estudo que a autora se propõe a investigar: a obra “Apologia”. Esta fonte documental consiste na transcrição da autodefesa do filósofo, redigida anos mais tarde do desenrolar do processo do qual foi acusado.

Como principal objetivo em sua pesquisa, a autora procura romper com os paradigmas e as visões reducionistas a respeito do mundo simbólico e religioso das sociedades antigas, analisando os motivos, as razões e os conflitos pelos quais o filósofo teria sido acusado e relacionando estes

com as questões de disputa e relações de poder que envolvem Apuleio e os acusadores.

Para melhor explicitar sobre como a autora desenvolveu sua pesquisa, na qual o livro é resultado, será apresentada uma síntese de cada capítulo e a proposta que a autora estabelece em cada um deles, através de sua investigação e análise.

No primeiro capítulo denominado: **Em Torno de Apuleio**, a autora nos apresenta aspectos biográficos de Apuleio que, como a maioria das biografias da antiguidade clássica, há controvérsias sobre seu nascimento, origem e posterior falecimento. O capítulo é dividido em subtítulos que ressaltam a vida e as obras de Apuleio, sua trajetória como um homem público, seu contexto político-geográfico-cultural e a opulência dos personagens que figuram na obra analisada (Apologia), no qual a autora considera estes fatores determinantes para compreender a posição do sujeito na sociedade romana e suas relações de poder.

Em **O Discurso Apologia e a Historiografia**, segundo capítulo do livro, a autora dedica-se a analisar a obra literária Apologia e inicia uma discussão historiográfica acerca do processo de magia. Ao analisar o discurso Apologia, a autora verifica alguns aspectos do discurso, tais como, possível datação da escrita da fonte, razões da elaboração da obra, denominação do discurso, modificações do discurso pronunciado para o discurso escrito. Em seguida, realiza uma discussão historiográfica a respeito do tema, onde é possível compreender as novas indagações, as críticas feitas à historiografia corrente sobre o tema, as lacunas apontadas nos estudos já realizados e a contribuição de sua pesquisa.

No terceiro capítulo, **Magia, Filosofia, Casamento e Poder no Principado Romano**, a autora busca enfatizar e analisar os temas que acredita dar subsídios para a sua pesquisa: da magia, da filosofia e do casamento no século II e os seus vínculos com as relações e disputas de poder no Império Romano. Nesta análise, Silva questiona a posição de pesquisadores que refutam a abordagem filosófica de Apuleio e por meio de uma sólida discussão bibliográfica, apresenta o papel desempenhado por Apuleio como filósofo médio-platônico. Ainda no capítulo, as práticas mágicas de Apuleio, as relações entre poder e magia, o casamento romano como forma de famílias aristocráticas de Roma contraírem alianças políticas e a situação jurídica e financeira de Pudentila, são refletidas, discutidas e ponderadas pela autora.

É no último capítulo, **Acusação e Defesa na Apologia**, que consiste na análise detalhada de sua principal fonte, o discurso Apologia. A autora começa citando todos os envolvidos no processo, identifica os pontos de acusação direcionados à Apuleio, para então, agrupá-los em três categorias analíticas que acredita estarem relacionadas aos motivos de acusação: a questão da magia, o papel de Apuleio como filósofo e orador e as acusações relacionadas ao seu casamento com a rica viúva. Para cada categoria é dedicado um subtítulo em que Silva expõe e relaciona, através da análise documental, as motivações, as razões, os conflitos e as relações que se estabeleceram entre Apuleio e os envolvidos no julgamento. Encerra o capítulo com uma investigação minuciosa sobre a estrutura da obra Apologia, na qual é possível compreender que o processo que envolve Apuleio e os seus acusadores é apenas um paliativo das relações e disputas de poder político e financeiro no âmbito do Principado Romano.

Segundo a própria autora, os estudos historiográficos tradicionais que versam sobre as razões do processo, fundamentam-se em mostrar possíveis confusões dos acusadores em relação às práticas místicas de Apuleio, típicas da filosofia médio-platônica, com a magia e razões de interesse de Apuleio e dos acusadores na riqueza da viúva como causa do processo.

Partindo das inquietações do momento presente, Silva nos apresenta a singularidade de sua pesquisa ao expor uma proposta de leitura das motivações da acusação infligida contra Apuleio no âmbito das relações de poder, em torno de algumas características que envolviam o acusado e que estão, conforme a análise de Silva, presentes na acusação, tais como: a representação do filósofo como homem público capaz de desenvolver atividades relacionadas à política neste contexto, as relações da magia com o poder e a política e os casamentos da elite romana como formas de alianças políticas entre famílias. Elementos que até então não tiveram a devida atenção dos pesquisadores sobre o tema e que trás o diferencial da pesquisa de Silva.

A autora faz uso da História Cultural, como sua abordagem teórico-metodológica para realização de sua obra, que fornece subsídios para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída e pensada. O método que é utilizado em sua análise sobre as representações sociais, tem se constituído nos últimos anos como uma das principais formas de investigação histórica.

Em suma, o livro **Magia e Poder no Império Romano** é voltado para área acadêmica, mas, particularmente, acredito que qualquer pessoa interessada em temas sobre magia, antiguidade e poder, conseguirão reali-

zar a leitura sem grandes dificuldades. A obra possui um toque de investigação policial associado ao rigor metodológico da pesquisa histórica que, com isso, faz um convite ao leitor sobre as facetas desse Império, que ainda instiga admiração e curiosidade.

NOTA DE PESQUISA

LITERATURA E SOCIABILIDADE NA CURITIBA DE DALTON TREVISAN¹

Pesquisa Coletiva PET-História²
Gabriel Elysio Maia Braga

No decorrer do ano de 2012, os integrantes do PET História da UF-PR, coletivamente, desenvolveram a pesquisa intitulada *Literatura e Sociabilidade na Curitiba de Dalton Trevisan* a qual foi inspirada no tema da pesquisa do ano anterior, a geração beat norte americana. Devido à sugestão de um dos integrantes do grupo, foram utilizadas as edições da Revista *Joaquim* como principal objeto de estudo. Editada e idealizada pelo então estudante de direito Dalton Trevisan, a revista possui 21 números publicados entre os anos de 1946-48³. A revista funcionava em uma gráfica da família Trevisan. Suas edições contaram com a colaboração de escritores e artistas paranaenses da época, como Wilson Martins, Erasmo Pilotto, Poty Lazarotto e Antônio Walger.

¹ Resultados da pesquisa apresentados nos eventos 21º EVINCI (outubro/2013) e I Jornada Paranaense PIBID e PET de História (outubro-novembro/2013).

² Alunos: Alexandre Cozer, Amanda Cristina Zattera, Augusto Maynardes, Camila Flores Granella, Camila Longo Pleszczak, Davi Pradi, Felipe B. C. C. Bastos, Gabriel Elysio Maia Braga, Gabriela Larocca, Gregório Mazzo, Ivan Lima, Jéssica L. R. Neiva de Lima, Karin Barbosa Joaquim, Kelleny Brasil Rodrigues, Luís Fernando Costa, Mayara Ferneda Mottin, Natascha Eggers, Rayanna Farias, Shirlei Batista dos Santos e Willian Funke. Tutora: Renata Senna Garraffoni.

³ É interessante ressaltar que as 21 edições da revista - em versão fac-similar - encontram-se disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, para consulta.

A revista procura trazer aos seus leitores discussões de âmbito universal, em especial aos chamados moços, a geração do pós-guerra, a qual adquiriu grande aversão ao conflito, colocando a responsabilidade dos fatos na geração precedente. Esse âmbito mundial também aparece com o intuito de aproximar a província do resto do mundo, como consequência, críticas ao chamado “espírito provinciano” são muito frequentes.

Inicialmente foram utilizados como referência trabalhos de Miguel Sanches Neto (1998) e de Roberto Nicolato (2002), ambos sobre a literatura de Trevisan e sua relação com a cidade de Curitiba. Após essas leituras introdutórias, iniciamos as leituras das edições da revista *Joaquim*. Devido ao destacamento de diferentes temas pelos integrantes do grupo, este foi dividido em três subgrupos, para que diferentes aspectos pudessem ser pesquisados de mais direcionadamente. Dessa forma, cada subgrupo incumbiu-se de um tema, sendo um deles referente à “Guerra”, que procurou entender a visão que a juventude em torno da revista oferecia a respeito dos conflitos e consequências da II Guerra, bem como as discussões artísticas e filosóficas que se formulavam em torno da questão; outro às “Propagandas”, que dividiu-se entre a análise das propagandas de estabelecimentos comerciais e de médicos que apareciam na Revista; e o último à “Curitiba Marginal” que procurou analisar os contos de autoria de Dalton Trevisan presentes nas edições da revista, procurando assim, compreender a cidade por meio dos universos ficcionais oferecidos pelo escritor.

O subgrupo incumbido do tema “Guerra” deparou-se com uma reflexão acerca da cultura ocidental, em especial às artes. Poty Lazarotto, após voltar de uma viagem a Paris, afirma não conseguir discernir um quadro pós guerra e confessa que, mesmo que o que lhe importava mais era o impacto no campo artístico, os vestígios do conflito ainda estavam presentes em toda parte⁴. A arte também era muito cara aos moços de Curitiba, na qual os simbolistas prevaleciam, aumentando o anseio de produzir um novo tipo de arte que ligasse-os ao resto do mundo afastando-se da geração causadora da guerra. Uma das características mais marcantes desse mundo surgido após a II Guerra foi uma nova esperança de mudança e revolução, que, como afirmou Eric Hobsbawn (1995), passou a ser depositada nos jovens, principais protagonistas do século XX. Os intelectuais da *Joaquim*, seguindo essa linha, buscaram romper com o velho pensamento provinciano, enaltecendo a juventude e valorizando artistas estrangeiros, numa tentativa de mostrar que os moços de Curitiba tinham anseios próprios da sua geração que os aproximavam dos jovens de Paris e Moscou⁵. E o que era comum entre eles era exatamente o fato de serem marcados por este conflito.

Pode ser observado que havia um amplo leque de produtos e serviços promovidos pela revista. Roupas, produtos de higiene e saúde, livrarias, papelarias, serviços de médicos e advogados, joalherias. A análise destes itens gerou um levantamento de suas ocorrências, identificando assim, o número total de estabelecimentos e sua frequência ao longo das edições. Foram destacados 2 tipos principais de anúncios: médicos e ser-

⁴ Revista *Joaquim* nº 17, p. 6.

⁵ Ver Revista *Joaquim*, nº 9, p. 3 “A geração dos vinte anos na ilha”.

viços, como por exemplo lojas de roupas. As medicas instigaram-nos a pesquisar a relação dos temas ligados à saúde e à medicina com as propagandas feitas em jornais e revistas da mesma época. O objetivo foi comparar as propagandas apresentadas na revista com as encontradas em jornais, buscando perceber se tais divulgações variavam de acordo com periódico em que se encontravam, os quais possuíam diferentes públicos leitores. Para tal investigação, utilizamos como embasamento teórico *Saúde em Frascos: concepções de saúde, doença e cura* de Renata Palandri Sigolo Sell (2008), no qual a autora analisa o papel do medicamento industrializado e da indústria farmacêutica na produção de representações sobre saúde e doença entre as décadas de 1930 e 1950. Nossa intenção foi a de investigar se os mesmos temas abordados no texto *Saúde em Frascos* seriam perceptíveis tanto na Revista *Joaquim* como nos outros jornais e revistas.

A historiadora Renata Sigolo afirma que as fontes para a realização de sua pesquisa foram, o periódico *Revista Medica do Paraná* (entre 1931 e 1946) e a *Revista Brasileira de Medicina e Farmácia*. Por isso, buscamos analisar a *Revista Medica do Paraná*, dos anos 1946 e 1947 e também a *Gazeta do Povo*⁶ de Setembro de 1946, que se encontram disponíveis para análises e pesquisas na Biblioteca Pública do Paraná⁷.

Também é interessante observar o modo como os anúncios médicos estão apresentados, muitas vezes sem o endereço do médico referido, e,

⁶ Tal jornal foi escolhido pelo fato de na época ser o jornal de maior circulação no Paraná.

⁷ Infelizmente não tivemos acesso à Revista Brasileira de Medicina e Farmácia e, portanto, não a analisamos.

com o intuito de dar mais crédito ao médico, muitas vezes a alcunha de “professor da universidade do Paraná” aparecia, o que levou ao grupo também a analisar a relação da universidade com a *Joaquim*, sendo que Dalton Trevisan era estudante de direito e conhecia os discursos mais conservadores dos professores Homero de Barros e Francisco de Paula Soares.

Todas as edições da *Joaquim* contavam com um ou dois contos, analisados pelo terceiro subgrupo, em sua composição, sendo a maioria de autoria de Dalton Trevisan, ou seja, a alegria e o amor, num sentido positivo, são raros nos contos, geralmente há a prevalência da dor e do sofrimento, chegando ao limiar da morte, como no conto *Revista de Jornal*⁸ no qual Trevisan, a partir de uma notícia sobre um assassinato cria uma história de desventura amorosa entre assassino e vítima.

Um tema considerado importante foi o espaço. Com base na ideia de topoanálise, desenvolvida por Ozíres Borges Filho (2008), que consiste nas inferências sociológicas, filosóficas e estruturais no âmbito íntimo e social do espaço, este subgrupo buscou analisar o significado que os lugares representados possuíam nas obras do autor. Dois locais de destacam: a igreja e o bar, espaços muito próximos ao cotidiano da população, sendo que o segundo estava ligado a uma ideia de o menino tornar-se homem.

Visto que o uso de revista e periódicos como fonte histórica, sempre pode trazer uma grande possibilidade de observações, a metodologia utilizada pelo grupo foi eficaz. Pode-se perceber que as edições da *Joa-*

⁸ Revista *Joaquim* nº 2.

quim eram testemunhas de uma cidade em transformação, sob vários pontos de vista diferentes, seja do comércio, da literatura, da filosofia, da saúde ou da educação. A equipe percebeu que a revista consistia em um espaço no qual jovens buscavam seu espaço frente à geração precedente e novas tendências encontravam seu caminho em meio à tradição. Pudemos constatar também que a própria revista tornou-se uma pequena reprodução do espaço sentimental de seus autores, possibilitando-nos, assim, traçar um mapa sentimental da cidade.

Fontes:

Revista Joaquim, Curitiba 1946-1948, 21 volumes editados por Dalton Trevisan.

Bibliografia:

BORGES, Ozíres. Espaço e literature: introdução a topoanálise. In: Anais do XI congresso internacional da ABRALIC. São Paulo: 2008. P. 1 Disponível em: [http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/067/OZIRI_S_FIL HO.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/067/OZIRI_S_FILHO.pdf) Acessado em 4/4/13, 18:35.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

NICOLATO, Roberto. Literatura e cidade - O universo urbano em Dalton Trevisan. (Dissertação Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2002.

SANCHES NETO, Miguel. A reinvenção da província: a revista Joaquim e o espaço de estréia de Dalton Trevisan. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1998.

SIGOLO, R. P. A Saúde em Frascos: concepções de Saúde, Doença e Cura. Curitiba (1930/45). 1. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998

NORMAS EDITORIAIS:

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos e resenhas bibliográficas somente em português.
2. Os artigos terão tema livre, dentro do campo historiográfico.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia, imagens e título e as resenhas não deverão ultrapassar 5 páginas, ambos utilizando fonte *Times New Roman*, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. **Os arquivos devem estar em formato .doc.**
4. Serão aceitos artigos de graduandos dos cursos de História sob orientação e com aval do professor (a) orientador (a). Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
5. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial dos *Cadernos*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista. Artigos e resenhas que não forem publicados ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.
6. Os autores serão notificados da recepção das colaborações.
7. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a fim de adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.
8. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em

futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação de Artigos:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito por meio de correio eletrônico, através do e-mail da revista: cadernosdeclio@gmail.com. Indicar no e-mail a situação acadêmica do aluno (período e vinculação), link do *lattes*, (se possuir) e nome do professor orientador.
2. Os artigos deverão **obrigatoriamente** ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras; (b) relação de até 6 palavras-chave e (c) carta de aval do professor orientador do artigo. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais.
3. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
4. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
5. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

INFORMAÇÕES:

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>